

SILVIA DO AMARAL RIGON

**ALIMENTAÇÃO COMO FORMA DE MEDIAÇÃO DA RELAÇÃO
SOCIEDADE NATUREZA – UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
AGRICULTURA ECOLÓGICA E O AUTOCONSUMO EM
TURVO -PR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia, Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Regional, Curso de Pós-graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná

Orientador:
Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho
Co-orientador:
Prof. Dr. Alfio Brandenburg

CURITIBA
2005

À memória do meu irmão
Maurício Burmester do Amaral,
por meio de quem me aproximei do
campo e com quem aprendi a entender
as possibilidades de uma outra forma
de fazer agricultura e de produzir os alimentos

Aos agricultores ecologistas
que nos alimentam por meio
do sentimento amoroso que
mantêm com a terra

Agradecimentos

Ao Prof. Dr Luís Lopes Diniz Filho por sua orientação em todo o processo de trabalho que envolveu esta dissertação, o apoio e a compreensão da minha dinâmica pessoal e da minha visão em relação ao que estava sendo produzido bem como as ponderações e conselhos tão acertados.

Ao Prof. Dr. Alfio Brandenburg por sua co-orientação e contribuições relevantes ao longo do desenvolvimento do projeto dentro do qual esta pesquisa encontra-se inserida.

Ao Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça pelo interesse demonstrado em desenvolver um trabalho interdisciplinar buscando as relações e as conexões entre a Geografia e a Saúde e entendendo as potencialidades da nutrição nesse contexto.

À Profa. Dra. Ângela Duarte Damasceno Ferreira e ao Dr. Moacir Roberto Darolt pelas análises e sugestões feitas em relação ao trabalho por ocasião da sua participação na banca de qualificação.

Ao professor Dr. Júlio César Suzuki pelo incentivo para cursar o mestrado em Geografia, experiência que me encantou e desvelou novos horizontes.

Ao Departamento de Nutrição da UFPR pelo apoio em todo o período do programa e aos colegas professores da área de saúde pública por terem assumido parte de minhas atividades para que eu pudesse concluir este trabalho.

Ao apoio do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (CNPq) e do Ministério da Ciência e Tecnologia pelo financiamento de projetos de pesquisa na área de segurança alimentar, assunto central neste trabalho.

À Secretaria de Saúde do Município de Turvo pelo apoio e suporte operacional no processo da coleta dos dados.

Aos agricultores e agricultoras da AGAECO que me acolheram, abriram as portas das suas casas, compartilharam as experiências de seu trabalho, sua visão de mundo e seus sonhos por uma vida melhor para todos, por quem tenho amizade e admiração.

A Julian Perez Cassarino e aos colegas do Instituto Equipe de Educadores Populares, pelo convite para participação do projeto de pesquisa que viabilizou a produção desta dissertação e uma importante experiência de vida.

À Flávia Michele Santos, Mayra Lafoz Bertussi e à Thaísa Santos Navolar com quem dividi tarefas, desafios, expectativas e muitas alegrias em relação ao estudo que desenvolvemos no município de Turvo, vivência que nos tornou amigas.

À Schirley Henzel Mocchi por sua presença, companheirismo e disponibilidade constantes em discutir aspectos do trabalho concernentes à área de nutrição.

À Maria Teresa Gomes de Oliveira Ribas, pelo estímulo, pela força e pela amizade em todos os momentos da nossa trajetória dentro do mundo da nutrição e da geografia.

À minha família e aos geógrafos da minha família, pelo afeto, compreensão e apoio sempre presentes!!

Ao Ricardo meu marido, que com compreensão, paciência e carinho soube apoiar-me ao longo de todo o período de realização desse trabalho e em todos os momentos de minha vida e com quem compartilho amorosamente a alegria de viver.

*“Quando a gente come
a gente transforma a natureza em gente.”*

Flávio Valente

*“Tem gente que diz: mas só vocês ecologistas ... vai adiantar?
Com tanta gente plantando com veneno?
À medida que o pessoal for se organizando muita gente vai largar a mão e se não
tiver com veneno, aí quem vai consumir com veneno? A gente tem que abrir a
estrada...
Só nossos netos é que vão ver.... Tem bastante gente jovem, eles que tem que ir...
Nós com 40, 50 anos estamos abrindo a estrada..”*

*Seu Lauro
Agricultor Ecologista da AGAECO*

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	vi
LISTA DE QUADROS.....	vii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xi
RESUMO.....	xii
ABSTRACT.....	xiii
1. INTRODUÇÃO.....	01
Referencial teórico metodológico.....	06
2. A ALIMENTAÇÃO COMO FORMA DE MEDIAÇÃO DA SOCIEDADE NATUREZA	23
2.1 A RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO.....	23
2.2 A ALIMENTAÇÃO COMO FATOR DE MEDIAÇÃO DA SOCIEDADE NATUREZA	
2.2.1 As práticas alimentares das sociedades tradicionais contemporâneas.	35
2.2.2 A relação das práticas alimentares com a saúde humana na sociedade contemporânea....	38
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR ECOLÓGICA E SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS.....	44
2.3.1 Os processos de determinação da insegurança alimentar e suas repercussões no campo e na cidade.....	44
2.3.2 A agricultura familiar ecológica como estratégia para a sustentabilidade alimentar.....	54
2.3.3 O desafio da construção da segurança alimentar para promoção da sustentabilidade alimentar.....	71
3. A REGIÃO EM QUE VIVEM AS FAMÍLIAS ECOLOGISTAS DE TURVO	
3.1 UMA BREVE EXPOSIÇÃO DA SITUAÇÃO DO MEIO RURAL DO PARANÁ.....	80
MUNICÍPIO DE TURVO.....	92
3.2 O HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE TURVO E A CRIAÇÃO DA	
3.3 AGAECO.....	98
4. SITUAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DAS FAMÍLIAS DA AGAECO	
4.1 A AGAECO E SEU TRABALHO ENQUANTO ASSOCIAÇÃO.....	110
4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ECOLOGISTAS.....	113
4.3 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA O AUTOCONSUMO E SITUAÇÃO ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS ECOLOGISTAS.....	131
4.4 AS PRÁTICAS ALIMENTARES E SUA RELAÇÃO COM A NUTRIÇÃO E A SAÚDE DAS FAMÍLIAS DA AGAECO.....	197
5. AS FAMÍLIAS DA AGAECO E SUA RELAÇÃO COM A NATUREZA	
5.1 PRODUÇÃO ECOLÓGICA E O CUIDADO COM A NATUREZA.....	244
5.2 A ORGANIZAÇÃO PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS.....	259
5.3 AS FAMÍLIAS DA AGAECO E AS TRÊS ECOLOGIAS DE GUATTARI.....	262
5.4 A AGAECO, SUA INSERÇÃO EM REDE E O POTENCIAL MULTIPLICADO.....	269
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	277
7. REFERÊNCIAS	294
8. ANEXOS.....	302

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Localização do município de Turvo.....	5
Figura 2 Categorias consideradas no referencial teórico-metodológico.....	10
Figura 3 Esquemas de relações consideradas para construção do marco teórico e na análise do empírico.....	79
Figura 4 Distribuição percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Paraná.....	81
Figura 5 Localização da mesorregião Centro-Sul.....	87
Figura 6 Divisão político administrativa da mesorregião Centro-Sul.....	88
Figura 7 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Mesorregião Centro-Sul	89
Figura 8 Breve Histórico da agricultura familiar no município de Turvo.....	108
Figura 9 Localização dos grupos da AGAECO em Turvo.....	111
Figura 10: Sede da AGAECO em Turvo.....	112
Figura 11: Cartaz de divulgação do Dia do Colono.....	113
Figura12: Estabelecimento rural de agricultor ecologista da AGAECO.....	120
Figura 13: Moradia de uma família da AGAECO.....	120
Figura 14: Determinantes mediatos e imediatos do perfil alimentar das famílias da AGAECO.....	243
Figura 15: Mística de uma reunião da AGAECO.....	252
Figura 16: Capa de material da Feira da Comunhão e da Partilha.....	253
Figura 17: Campo de possibilidades gerado pela atuação da AGAECO.....	276

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Estimativa do PIB nacional gerada pelo município de Turvo – Pr.....	93
Quadro 2 Distribuição da área territorial do município de Turvo – Pr.....	95
Quadro 3 Estrutura Fundiária do Município de Turvo – Pr	96
Quadro 4 Estabelecimentos e Área segundo a Condição do Produtor e Categorias familiares por Tipo de Renda e Patronal de Turvo-Pr	97
Quadro 5 Renda Média por Estabelecimento Rural segundo Categorias Familiares e Patronal por Tipo de Renda de Turvo – Pr	98
Quadro 6 Grupos e Comunidades da AGAECO.....	110
Quadro 7 Distribuição das famílias da AGAECO segundo origem étnica	114
Quadro 8 Distribuição dos membros das famílias da AGAECO por faixa etária	115
Quadro 9 Distribuição dos membros das famílias da AGAECO por faixa etária segundo escolaridade.....	115
Quadro 10 Procedência da água utilizada pelas famílias da AGAECO:.....	117
Quadro 11 Destino de dejetos nos domicílios das famílias da AGAECO:.....	118
Quadro 12 Presença de energia elétrica nos domicílios das famílias da AGAECO.....	118
Quadro 13 Destino do lixo das famílias da AGAECO.....	119
Quadro 14 Destino do lixo inorgânico das famílias da AGAECO.....	119
Quadro 15 Equipamentos existentes nos domicílios em relação ao número de famílias da AGAECO.....	119
Quadro 16 Fontes de informação acessadas pelas famílias da AGAECO.....	122
Quadro 17 Distribuição das Famílias da AGAECO segundo a área dos estabelecimentos rurais.....	123
Quadro 18 Distribuição do número de famílias da AGAECO segundo fontes de obtenção de renda.....	126
Quadro 19 Distribuição das famílias da AGAECO segundo rendimento mensal declarado.....	127

Quadro 20 Distribuição das famílias da AGAECO segundo renda mensal per capita.....	128
Quadro 21 Distribuição das famílias da AGAECO segundo renda anual declarada.....	128
Quadro 22 Distribuição das famílias da AGAECO segundo percentual da renda mensal gasta com a compra de alimentos.....	129
Quadro 23 Distribuição das famílias da AGAECO segundo percentual da fonte de rendimento proveniente da atividade agropecuária.....	130
Quadro 24 Ocupação da área dos estabelecimentos rurais das famílias da AGAECO para plantio de alimentos ecológicos.....	139
Quadro 25 Ocupação da área dos estabelecimentos rurais das famílias da AGAECO para plantio de alimentos convencionais.....	141
Quadro 26 Ocupação da área dos estabelecimentos rurais das famílias da AGAECO para plantio de pasto.....	146
Quadro 27 Distribuição das famílias da AGAECO segundo % de área destinada à produção de alimentos	146
Quadro 28 Produção e destino dos alimentos ecológicos obtidos pelas famílias da AGAECO no ano de 2004	149
Quadro29 Distribuição de famílias da AGAECO com produção de alimentos ecológicos.....	149
Quadro 30 Distribuição de famílias da AGAECO com animais criados com manejo ecológico	159
Quadro 31 Distribuição e consumo de animais nos estabelecimentos rurais das famílias da AGAECO com manejo ecológico referente ao ano de 2004.....	159
Quadro 32 Percentual de famílias da AGAECO que arrendam seus terrenos para terceiros e que arrendam para terceiros.....	165
Quadro 33 Produção e Destino de alimentos convencionais produzidos pelas famílias da AGAECO.....	166
Quadro 34 Distribuição de famílias da AGAECO com produção de alimentos convencionais.....	166
Quadro 35 Destino dos alimentos de processamento caseiro transformados pelas famílias da AGAECO no ano de 2004.....	172

Quadro 36 Consumo, produção e compra de alimentos energéticos (raízes e tubérculos) pelas famílias da AGAECO.....	174
Quadro 37 Consumo, produção e compra de alimentos energéticos pelas famílias da AGAECO.....	176
Quadro 38 Culturas protéicas e produtos de origem animal.....	180
Quadro 39 Consumo, produção e compra de alimentos reguladores (verduras e legumes) pelas famílias da AGAECO	182
Quadro 40 Consumo, produção e compra de alimentos reguladores (frutas) pelas famílias da AGAECO.....	183
Quadro 41 Disponibilidade de alimentos em quantidade suficiente nos domicílios das famílias da AGAECO durante o ano.....	188
Quadro 42 Registro de aumento de renda familiar em função da prática da agricultura ecológica pelas famílias da AGAECO.....	188
Quadro 43 Percentual de aumento de renda declarado pelas famílias da AGAECO em função da prática da agricultura ecológica.....	189
Quadro 44 Frequência de Consumo de alimentos energéticos (raízes e tubérculos) pelas famílias da AGAECO.....	204
Quadro 45 Frequência de Consumo de alimentos energéticos pelas famílias da AGAECO	207
Quadro 46 Frequência de Consumo de Alimentos Construtores pelas famílias da AGAECO.....	208
Quadro 47 Frequência de Consumo de alimentos reguladores (hortaliças) pelas famílias da AGAECO	210
Quadro 48 Frequência de Consumo de alimentos reguladores (frutas) pelas famílias...213	
Quadro 49 Preparações consumidas no cotidiano alimentar das Famílias da AGAECO216	
Quadro 50 Avaliação do Estado Nutricional de crianças menores de cinco anos de famílias da AGAECO.....	223
Quadro 51 Avaliação do Índice de Massa Corporal (IMC) de membros de famílias da AGAECO.....	224
Quadro 52 Níveis de Colesterol em adultos da AGAECO.....	226
Quadro 53 Níveis de Colesterol em escolares e adolescentes da AGAECO.....	226

Quadro 54 Presença de situação de intoxicação por agrotóxicos em membros das famílias da AGAECO anterior à prática da agricultura ecológica.....	230
Quadro 55 Observações de mudanças na saúde da família pelos agricultores ecologistas.....	234
Quadro 56 Referência à ocorrência de problemas de saúde em membros de famílias da AGAECO nos três meses anteriores à entrevista.....	235
Quadro 57 Internações hospitalares no município de Turvo segundo grupos de causas.....	236

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGAECO	-	Associação de Grupos de Agricultores Ecológicos
AOPA	-	Associação para o desenvolvimento da Agroecologia
AS-PTA	-	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Orgânica
EMATER/PR		Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
CONAB	-	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	-	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPT	-	Comissão Pastoral da Terra
CUT	-	Central Unica dos Trabalhadores
FAO	-	Food and Agriculture Organization
FETRAF	-	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
IAPAR	-	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEEP	-	Instituto Equipe de Educadores Populares
IFOAM	-	International Federation of Organic Agriculture Movements
IPARDES	-	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MS	-	Ministério da Saúde
OMS	-	Organização Mundial da Saúde
PNAD	-	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PAA	-	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PRONAF	-	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNSN	-	Pesquisa Nacional de Nutrição e Saúde
RMC	-	Região Metropolitana de Curitiba
SEAB	-	Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento
SESA	-	Secretaria Estadual de Saúde
SUREHMA	-	Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente
WHO	-	World Health Organization

RESUMO

O processo de modernização da agricultura provocou mudanças no modo de vida no campo com repercussões de caráter social e ambiental, abandono de certas práticas tradicionais e em muitas situações a desestruturação de propriedades e o êxodo rural. Em contraposição, outros modelos de produção de alimentos, baseados em paradigmas que consideram a ecologia como referencial, passaram por um processo de fortalecimento e expansão nas últimas três décadas. No município de Turvo, na região centro do Paraná, a Associação de Grupos de Agricultura Ecológica (AGAECO) tem se dedicado à prática da agricultura ecológica e buscado desenvolver alternativas para a comercialização solidária de seus produtos. O processo histórico de ocupação e formação do Paraná Tradicional caracteriza a região, bem como a evidência de situações de pobreza e de insegurança alimentar. A pesquisa realizada com as famílias vinculadas à associação, procurou verificar de que forma os princípios inerentes à agricultura ecológica têm contribuído para o fortalecimento e/ou resgate de práticas tradicionais do modo de vida no campo, historicamente marcadas por uma forte integração do ser humano com a natureza, definindo-se “a alimentação” das famílias como categoria a ser estudada.

Os resultados apontaram que a prática da produção para autoconsumo, considerada estratégia tradicional de reprodução dos agricultores familiares está sendo realizada por todas as famílias dos agricultores ecologistas. A disponibilidade de uma quantidade pequena de terra para a produção e de mão-de-obra familiar reduzida consiste num desafio a ser equacionado pela maioria das famílias juntamente com a visão ecológica, que necessita permear todo o processo de produção. O esforço realizado pelas famílias para produzir, consumir e vender um alimento sem veneno, incorporando novas metodologias que demandam tempo, força de trabalho e formas de organização e gestão do espaço diferenciadas constitui-se num exemplo de adesão a idéias de caráter transformador. Tais motivações apontam por sua vez a emergência de movimentos que buscam novas relações entre os seres humanos e a natureza.

O processo vem promovendo o consumo de um alimento mais seguro, sem agrotóxicos, uma maior diversificação dos alimentos produzidos e consumidos, um aumento da variedade do consumo de hortaliças e uma redução no consumo de alimentos industrializados pelas famílias da AGAECO.

Os agricultores consideram a produção ecológica de alimentos como uma “missão de vida.” A mística presente juntamente com a cosmovisão que permeia a cultura cabocla e camponesa da região, conferem uma sacralidade ao processo de trabalho como um todo. O fato dos agricultores considerarem o alimento que produzem sem agrotóxico “sagrado” é uma evidência da presença dessa concepção. A vinculação que os agricultores demonstram pela terra e pela natureza, reforçada pelos princípios da agroecologia, confirma os aspectos já comentados.

O trabalho desenvolvido pela AGAECO apresenta resultados significativos em relação à melhoria da segurança alimentar das famílias envolvidas porque conta com a incorporação de novos referenciais e ao mesmo tempo com a valorização pelas famílias ecologistas de conhecimentos camponeses ancestrais, fortalecendo a identidade e o papel dos agricultores e apontando a importância do rural enquanto espaço de convivência e interdependência do social e do natural.

Palavras-chave: segurança alimentar, autoconsumo, agricultura ecológica

ABSTRACT

The agricultural modernization process has led to social and environmental changes to the rural life style, discontinuation of certain traditional practices and, in many a case, to the disappearance of properties and rural exodus. Nevertheless, in the last three decades, other food production processes, based on ecological paradigms, were strengthened and expanded. In the Turvo county, located in the center of Paraná State, The Associação de Grupos de Agricultura Ecológica (Association of Ecological Agriculture Groups) AGAECO - has been fostering ecological agriculture practices, and has sought to develop alternative ways for the solidary commercialization of its products. The historical process of occupation and formation of Traditional Paraná characterizes this region, also beset by poverty and food insecurities. The research, having defined “eating practices” of the families as the category to be studied, was carried out among families bound to the Association, and sought to verify how the principles inherent to ecological agriculture have contributed to the strengthening and/or recovery of traditional rural practices, which are historically marked by a strong integration between human beings and nature. The results point out that the production for domestic consumption, regarded as the traditional reproduction strategy among peasant families, is being practiced by all the ecological agriculturists’ families. The availability of small plots for production and reduced family labor force present a challenge to be coped with by the majority of the families, topped off by the ecological viewpoint, which must permeate the whole production process. The effort generated by the families to produce, consume and sell pesticide-free produce, incorporating new methodologies which demand time, labor force and specialized forms of spatial organization and management, exemplify an embracement of ground breaking ideas. Such motivations indicate the emergence of movements that seek to establish new relationships between man and nature.

The process, in its turn, has led to the consumption of safer, pesticide-free foods, to a larger variety of consumed and produced foods, to an increase in the variety of vegetables, a reduction in the consumption of industrialized products by the families integrated to AGAECO.

Agriculturists consider the ecological food production as a “life-mission.” The mystical character and the cosmic vision that permeate the peasant culture in the region lend the process a sacred character. The fact that the agriculturists regard the food they produce as “sacred” is an evidence that this conception is present. Furthermore, the ties binding these agriculturists to the Earth and nature, strengthened by the agro-ecology principles, confirm the aspects already mentioned.

The work developed by AGAECO yields significant results concerning an improvement in the food security of the families involved, embedding new referential values while all the same stressing the importance of ancestral knowledge, empowering the identity and the role played by agriculturists, and highlighting the importance of the countryside as living space and as a crossroads for social and natural interdependence.

Key Words: food security, production for domestic consumption; ecological agriculture

1. INTRODUÇÃO

A realização do estudo em questão teve por objetivo buscar o conhecimento sobre a atual situação de segurança alimentar e nutricional das famílias da Associação de Grupos de Agricultores Ecológicos (AGAECO) de Turvo e de sua relação com as práticas ecológicas de produção de alimentos.

Turvo encontra-se na mesorregião Centro-Sul do Paraná, região conhecida por concentrar o maior número de municípios em situação de pobreza no Estado. Tal situação apresenta-se como o resultado de um processo histórico relacionado à ocupação e formação do Paraná Tradicional, caracterizado pelo predomínio da atividade agropecuária com base no latifúndio e na exploração de recursos da natureza de forma predatória e rudimentar. O processo de modernização da agricultura, apesar de chegar tardiamente à região trouxe impactos ainda mais negativos à já precária situação social e econômica dos agricultores familiares, contribuindo para a desestruturação de propriedades agrícolas, aumento da pobreza e êxodo rural.

Um processo de articulação de movimentos sociais da região passa a ocorrer no sentido de serem buscadas alternativas para o enfrentamento da situação. A produção ecológica de alimentos é vista como uma possibilidade em termos de alternativa ao modelo agrícola convencional e de viabilidade para a agricultura familiar local. A formação de uma Rede de Colaboração Solidária, Agroecologia e Segurança Alimentar constituiu-se numa estratégia de mobilização de iniciativas baseadas na agroecologia, na economia solidária e na segurança alimentar em dez municípios da região, envolvendo famílias de baixa renda que vivem no campo e na cidade. Dentre as diferentes iniciativas existentes na rede destaca-se o trabalho desenvolvido pelas famílias da AGAECO em Turvo, objeto deste estudo.

Na sequência desta introdução será apresentada a justificativa para a realização da pesquisa em questão, a identificação do problema de pesquisa e a definição do objeto de estudo bem como a definição do recorte espacial onde realizou-se a coleta de dados. O referencial teórico-metodológico do estudo é apresentado a seguir, finalizando esta primeira parte com uma breve exposição sobre o que será apresentado em cada capítulo do trabalho.

1.1 JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO

Com o crescente êxodo rural, a partir da metade do século XX, a urbanização passa a interferir na questão alimentar e no *modus vivendi* de grande parte da população, afetando seu padrão de consumo alimentar, seus costumes, valores e os usos do corpo, sendo a geradora das variáveis que atuam no

perfil de morbi-mortalidade atuais (GARCIA, 2001, p.28). O modo de vida urbano que nos países mais ricos está associado a problemas da abundância, nos países de baixa renda, como o Brasil, passa a gerar contrastes como o agravamento de problemas nutricionais peculiares à pobreza urbana e também às enfermidades crônicas. Por outro lado, a demora para efetivação da reforma agrária, a focalização das políticas públicas nas demandas urbanas e o predomínio de programas governamentais de apoio à produção para exportação de alimentos e ao fortalecimento da agricultura industrial - que faz uso intensivo de insumos, como os agrotóxicos - passa a determinar uma piora das condições de vida da população rural brasileira, adiando o enfrentamento de questões históricas estruturais que geram a pobreza no campo. A persistência de preocupantes taxas de desnutrição infantil no meio rural associadas às doenças infecciosas e parasitárias e ao aumento de doenças crônicas não-transmissíveis podem ser utilizados como exemplo do impacto de tal situação (MS, 1989). A Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN) realizada pelo IBGE e pelo INAN em 1989, apontou que, no Brasil, 41,6% das crianças com menos de 5 anos da área rural são desnutridas e que na área urbana este número decresce para 25, 7%. Os dados citados expressam assim a atual e crescente deterioração da qualidade da alimentação no meio rural.

A necessidade de arcar cada vez mais com despesas monetárias, tem feito com que os agricultores busquem a maximização da geração de renda na propriedade rural e por outro lado, a minimização dos custos monetários. Assim, tende-se a buscar a satisfação das necessidades através do cultivo local do maior número de alimentos possível. Contudo, tais demandas não podem ser atendidas plenamente quando a área agrícola útil e a mão-de-obra são usualmente limitadas. Tal dilema em geral é resolvido mediante uma redução do consumo alimentar em termos de quantidade, qualidade e diversidade, trazendo consequências negativas para a saúde das famílias dos agricultores. (KHATOUNIAN, 1994, p.20)

Aguiar (1985, p.67), estudando o consumo alimentar de famílias camponesas, já na década de 80 observou a ingestão insuficiente de calorias por indivíduo em algumas regiões brasileiras e a deficiência de vitamina A (mais elevada na Região Nordeste), e de algumas vitaminas do complexo B, cálcio e ferro nas demais regiões rurais do país. Tais informações estariam já apontando a situação de insegurança alimentar existente no campo, denunciada posteriormente em 1993, pelos dados de indigência no meio rural brasileiro que constam no Mapa da Fome (IPEA, 1993). É oportuno mencionar que o mesmo documento também informa o percentual de indigentes por estados, sendo que o Paraná contou com 39,2% do total de seus indigentes no meio rural.

Conhecida pela denominação de “Corredor da Fome,” a região Centro-Sul do estado do Paraná reflete o impacto do contexto já apresentado, que se expressa sob a forma de insegurança alimentar e

nutricional presente no meio rural e nos bolsões de pobreza concentrados na periferia de suas cidades. (PEREZ e SOUZA, 2003, p.20)

A região conta com a presença marcante dos agricultores familiares, que a partir da década de 70 foram obrigados a depender cada vez mais de práticas agrícolas apoiadas na mecanização e uso de insumos externos à propriedade. Em paralelo e como consequência imediata dessa mudança do padrão tecnológico, verificou-se uma paulatina reorganização do espaço rural e da gestão produtiva dos recursos naturais, caracterizada pelo aumento do nível da especialização produtiva e da monocultura. Tal situação contribuiu para o comprometimento da produção da agricultura familiar da região, resultando na redução da diversidade de cultivos e pela demanda por altos rendimentos provenientes de determinadas culturas.

A gravidade do quadro apresentado demandou a organização dos movimentos sociais existentes na região, no sentido de serem buscadas alternativas para o enfrentamento do mesmo, sendo formada uma Rede de Colaboração Solidária, Agroecologia e Segurança Alimentar com o objetivo da mesma constituir-se num meio estratégico de transformação do quadro social e econômico dos segmentos marginalizados da população, como pequenos agricultores e moradores de vilas e favelas das cidades (PEREZ e SOUZA, 2003, p.25).

A rede busca o desenvolvimento de alternativas de geração de renda e emprego através da produção de alimentos ecológicos e de sua comercialização solidária, como estratégia para efetivação da segurança alimentar e nutricional das famílias do campo e da cidade envolvidas com a proposta. Também considera como prioritário o incentivo e o suporte à conversão das propriedades rurais para o modelo agroecológico de produção de alimentos e a geração de políticas públicas em nível local e regional de apoio à proposta.

Dentre as iniciativas que participam da rede destaca-se o trabalho da Associação de Grupos de Agricultores Ecológicos (AGAECO) do município de Turvo, que congrega famílias que produzem alimentos com base na agricultura ecológica, objeto de estudo dessa dissertação.

Existência de tais processos na região, justifica a necessidade de estudos sobre os mesmos, uma vez que tais iniciativas se constituem e se organizam sob outros referenciais apontando alternativas que se contrapõem ao modelo hegemônico de produção industrial de alimentos e de seu consumo. O conhecimento de tais processos e de seu impacto sobre as condições de vida tanto no campo como na cidade, bem como a identificação de fatores que comprometam ou contribuam para o desenvolvimento de suas propostas, são de interesse acadêmico e do poder público, sobretudo no que se refere à concepção de políticas locais e regionais voltadas à segurança alimentar e nutricional.

Tais estratégias podem vir a constituir-se num caminho para uma melhoria das condições de vida dos agricultores familiares e consumidores urbanos envolvidos, contribuindo para a consolidação da segurança alimentar e nutricional regional e para a transformação do atual perfil nutricional e de consumo alimentar que vem sendo apresentado pela população.

1.2 DEFINIÇÃO DO RECORTE ESPACIAL EM QUE SE DARÁ O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO DE PESQUISA

Após um levantamento das principais características da Rede de Colaboração Solidária, Agroecologia e Segurança Alimentar foram identificadas as estratégias da mesma que privilegiam o estabelecimento de uma relação entre a sociedade e a natureza que busquem a sustentabilidade em relação à região, considerando a sua dimensão social, econômica, cultural, ética e ambiental e que estejam relacionadas ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. Optou-se por definir como objeto de estudo o segmento da rede responsável pela produção de alimentos, ou seja um dos grupos formados por agricultores familiares ecológicos da região. A segunda definição, relacionada ao recorte espacial considerado apontou para o meio rural do município de Turvo, conhecido por apresentar indicadores sócio-econômicos preocupantes (IBGE, 2000) e ao mesmo tempo contar com o grupo mais consolidado de agricultores ecológicos da Rede, a Associação dos Grupos de Agricultores Ecológicos de Turvo (AGAECO), com 38 famílias. A AGAECO tem como seu principal objetivo estimular a produção para o autoconsumo das famílias dos agricultores-membros e venda de excedentes na Feira Ecológica do Jardim Primavera, bairro de baixa renda do município de Guarapuava. A identificação das duas definições citadas, apontou o meio rural do município de Turvo, região centro-sul do Paraná, como o recorte espacial para a pesquisa de campo e as famílias de agricultores ecológicos da AGAECO, como grupo social cujas práticas alimentares serão pesquisadas, como forma de entendimento da relação sociedade e natureza, num determinado espaço e num dado momento histórico. Na seqüência apresenta-se a figura 01 com a localização do município de Turvo, no estado do Paraná.



Figura 01 – Localização do município de Turvo no estado do Paraná.

1.3 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA/OBJETIVO GERAL DO ESTUDO

Considerando os aspectos já apontados, parte-se do pressuposto que as práticas alimentares possam ser entendidas como uma das expressões das relações que se estabelecem entre a sociedade e a natureza. Entende-se também que a abordagem geográfica possibilita uma ampliação do entendimento de como vem se caracterizando esta relação no âmbito dos agricultores familiares ecológicos, sobretudo no que se refere à produção de alimentos para autoconsumo (e respectivas práticas de consumo alimentar), apontada como uma das principais estratégias para a reprodução material, biológica e social da agricultura familiar (KHATOUNIAN, 1994).

Desta forma considerando-se a justificativa exposta neste trabalho, que aponta a precarização das condições de vida dos agricultores familiares da região Centro-Sul do Paraná, as repercussões negativas do processo sobre o padrão alimentar das famílias e o fato da prática da agricultura ecológica pelas famílias da AGAECO consistir numa experiência que visa o enfrentamento do quadro

existente, realizou-se o estudo referido sobre o tema, buscando o desvendamento das seguintes questões:

- a produção de alimentos para autoconsumo, que se constitui num referencial importante em relação à reprodução da agricultura familiar, considerando sobretudo a segurança alimentar e nutricional das famílias, estaria sendo realizada pelas famílias da AGAECO?
- teriam ocorrido mudanças nas práticas alimentares das famílias após o início da atividade agrícola dentro da concepção da agricultura ecológica? Quais teriam sido? Tais mudanças teriam contribuído para a melhoria da situação de segurança alimentar das famílias ecologistas ?
- quais teriam sido as motivações das famílias para a conversão para a agricultura ecológica?
- de que forma as relações da sociedade com a natureza, tendo a alimentação como fator mediador, estariam se configurando dentro do contexto criado pela prática da agricultura ecológica pelas famílias vinculadas a AGAECO?

A hipótese apontada em relação aos questionamentos levantados é a de que a prática da agricultura ecológica na busca de uma sustentabilidade social, econômica, cultural, ética e ambiental esteja contribuindo para a melhoria da segurança alimentar e nutricional das famílias da AGAECO, bem como para o fortalecimento e/ou resgate de práticas tradicionais do modo de vida no campo, historicamente marcadas por uma forte integração do ser humano com a natureza.

1.4 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A alimentação como fator de mediação da relação sociedade-natureza e como categoria de análise geográfica

Claval (1999, p.255), aponta a alimentação como um fator mediador das relações que o homem estabelece com o meio: “as relações ecológicas dos homens com seu meio ambiente exprimem-se diretamente nos consumos alimentares”; no entanto considera a mesma também como uma expressão do social, afirmando que “a alimentação reflete as estruturas da sociedade”.

Josué de Castro (1982, p.34) destaca a contribuição da geografia, enquanto ciência interdisciplinar, para compreensão do tema complexo da determinação do perfil alimentar das diferentes sociedades:

Um dos grandes obstáculos ao planejamento das soluções adequadas ao problema da alimentação dos povos reside exatamente no pouco conhecimento que se tem do problema em conjunto como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais.(...) Para tal fim pretendemos lançar mão do método geográfico, no estudo do fenômeno da fome. Único método que, ao nosso ver, permite estudar o problema em sua realidade total, sem arrebentar-lhe as raízes que o ligam subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos. Não o método descritivo da antiga geografia, mas o método interpretativo da moderna ciência geográfica.

Quando Castro fala do uso do método geográfico, o faz, baseando-se na concepção da época considerada de vanguarda. Ele recusa os fundamentos de Friedrich Ratzel (1844-1904), por apontar o determinismo radical das condições geográficas sobre o homem e abraça num primeiro momento, a geografia humana de Vidal de La Blache, que dá maior ênfase à história e à ação humana e é, caracterizada pelo enfoque e estudo das “regiões”. Em seu livro “Geografia da Fome” (1982, p.35), faz menção a uma afirmação de La Blache sobre o tema da alimentação: “entre as forças que ligam o homem a um determinado meio, uma das mais tenazes é a que transparece quando se realiza o estudo dos recursos alimentares regionais.” Max Sorre, também geógrafo francês, desenvolverá na década de 1940, a proposta vidalina, apresentando a idéia de que a Geografia deve estudar as formas pelas quais os homens organizam seu meio, entendendo o espaço como “a morada do homem”, seu “*habitat*”. Segundo Moraes (1987, p.80-81) o “*habitat*” para Sorre é uma construção humana, uma humanização do meio, que expressa as múltiplas relações entre o homem e o ambiente que o envolve. O estudo de Sorre é visto como uma “Ecologia Humana”. Mediante o uso da cartografia, o autor fazia uma sobreposição de dados de observação, num mesmo espaço, analisando historicamente a formação de cada elemento, desde os naturais (solo, vegetação, etc) até os sociais (hábitos alimentares, religião, etc), obtendo ao final, por sobreposição das informações, uma quadro da situação atual, estudando a relação entre os elementos considerados.

No entanto é sobretudo no projeto de articulação entre a natureza e a sociedade, que a geografia traz a maior contribuição para a obra de Castro. A geografia lablachiana ilumina a concepção do autor sobre a determinação do perfil alimentar dos povos, que passa a entendê-lo como expressão da relação entre o biológico e o social. Assim, na tentativa de explicar as conexões entre a dimensão fisiológica da nutrição humana e as características da organização social, o pesquisador relaciona a fome ao processo de desenvolvimento do país.

Segundo Luz ¹ (citado por Magalhães, 1997, p.43), o fato de Josué de Castro propor esta metodologia de estudo para desvendar o tema da alimentação, se dá em função da geografia

¹ LUZ, M. *Natural, Racional e Social*. Rio de Janeiro: Papyrus, 1988

encontrar-se no centro de um dos dilemas da própria ciência moderna: a dicotomia entre o homem e a natureza ou meio ambiente. Segundo o mesmo autor, o termo natureza, apesar de ambíguo, significando algo que inclui o homem e, ao mesmo tempo, é exterior a ele, adquire, dentro da racionalidade científica moderna, uma “existência objetiva e independente”. Assim a recuperação da articulação entre o natural e o social, em oposição à manutenção da exclusão entre estas duas esferas, é o que confere, assim, “individualidade temática” à geografia.

Atualmente diferentes metodologias estão sendo desenvolvidas e podem contribuir na obtenção de informações para os estudos sobre a alimentação dos diferentes grupos sociais. Além dos métodos já citados, o estudo do estado nutricional dos indivíduos e de coletividades vem sendo também usado, como um revelador das condições de vida das populações.

Segundo Vasconcelos (1995, p.19), o conceito eminentemente biológico de estado nutricional tem sido relacionado a “condição de saúde de um indivíduo, influenciada pelo consumo e utilização de nutrientes, identificada pela correlação de informações obtidas de estudos físicos, bioquímicos, clínicos e dietéticos”.

Entretanto, atualmente, entende-se que o conceito deve, além da dimensão biológica, expressar também sua dimensão social, uma vez que a “nutrição é parte integrante da totalidade do processo social de produção” sendo portanto “efeito nítido e até típico do posicionamento do indivíduo e de seu agrupamento, na estrutura social” (VASCONCELOS, 1995, p.21).

Assim, para o mesmo autor, o estado nutricional “é o produto ou manifestação biológica do conjunto de processos que se operam sobre o “corpo social”, é a síntese orgânica das relações entre homens-natureza-alimento que se estabelecem no interior de uma determinada sociedade.”

Parâmetros metodológicos considerados para a realização do estudo

A pesquisa em questão teve como seu objeto de estudo a situação de segurança alimentar e nutricional de famílias de agricultores que praticam a agricultura ecológica no município de Turvo, região centro do Paraná.

Para definição da **categoria** do estudo optou-se pelo assunto “**alimentação**” entendendo-a como uma forma de expressão da relação sociedade/natureza que é por sua vez objeto maior de estudo da Geografia.

O **foco de estudo** definido dentro da categoria “alimentação” foi a **temática da “segurança alimentar e nutricional sustentável (SANS)”**. Considera-se aqui o conceito de SANS como a

garantia do acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e para todos os cidadãos, entendendo-se a SANS como um direito humano essencial. Dentro dessa temática elegeu-se como **recorte** o papel do **rural**, enquanto **espaço onde ocorre a produção dos alimentos**. A produção dos alimentos por sua vez é realizada mediante a relação que se estabelece entre os seres humanos e a natureza. No trabalho em questão o **ator** que representa os seres humanos no processo de produção é o **agricultor familiar** e no **caso de Turvo**, agricultores com a característica de **camponeses**.

Considerando-se além do lócus em que os alimentos serão produzidos e o ator que realizará essa mesma produção, trabalhar-se-à a questão da relação que se estabelece entre os seres humanos e a natureza no **modo de produção proposto pela agricultura ecológica**.

O esquema apresentado na seqüência esclarece a estrutura de análise concebida e considerada para a realização de todo o estudo (Figura 02):

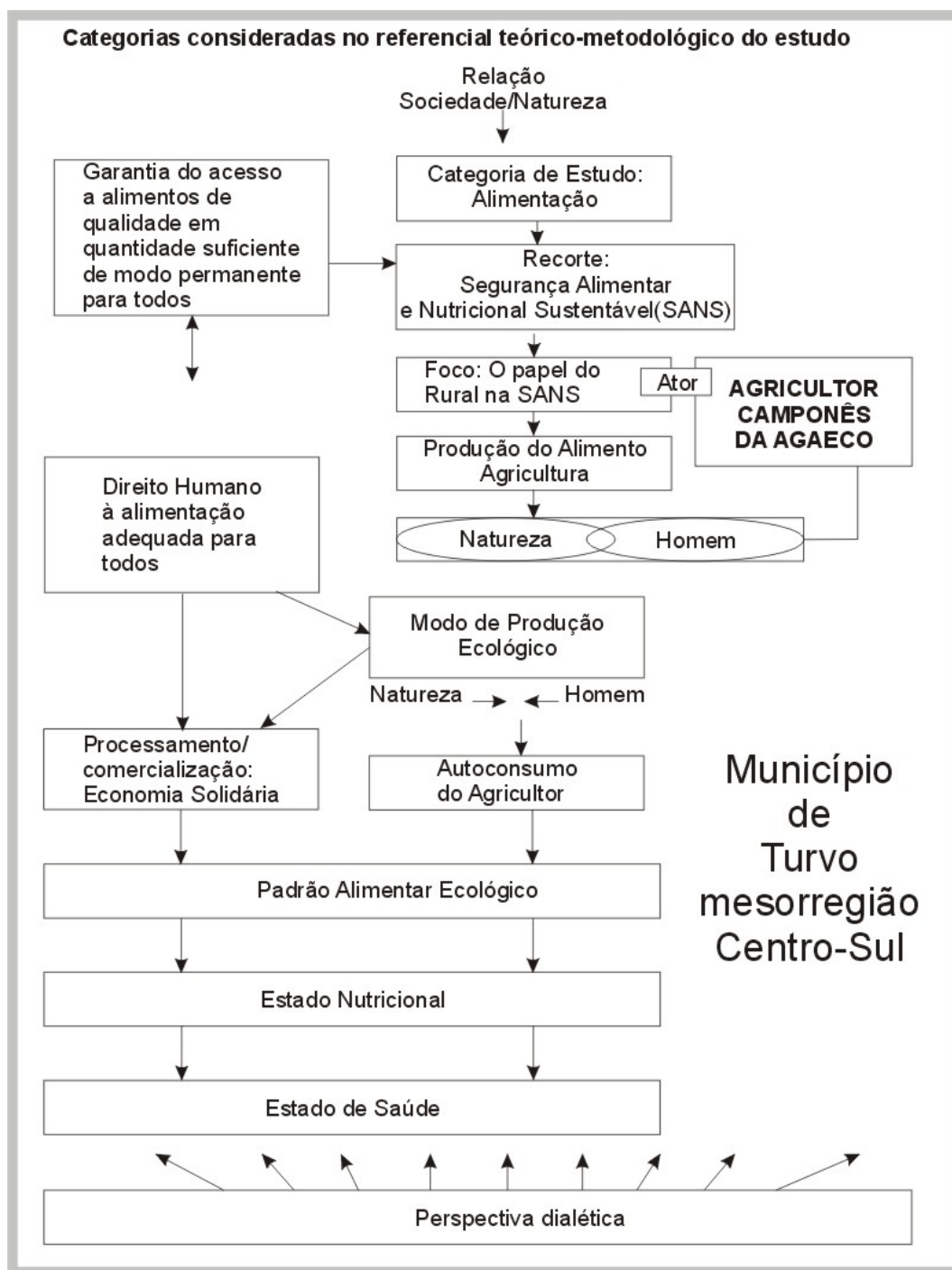


Figura 02 – Categorias consideradas no referencial teórico-metodológico do estudo.

Apresentadas as categorias consideradas no estudo parte-se para o método que norteou todo o desenvolvimento do trabalho aqui referido, que baseou-se numa perspectiva dialética. A perspectiva dialógica se processa a partir do princípio que o todo, assim como cada uma das partes, deve ser entendido como um processo dialético, que busca sempre superar-se progressivamente, num permanente aproximar-se e afastar-se da realidade, do abstrato para o concreto. Cada etapa e/ou momento do trabalho apresentado significa um avançar do conhecimento que tem de regressar à atividade prática, para crescer e validar-se tanto quantitativa como qualitativamente. Na acepção moderna, dialética significa o modo de compreender a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação. (KONDER, 1981)

A realização do estudo em questão teve como base a pesquisa social. Para a coleta de informações contou com dados de caráter qualitativo e quantitativo. Denzin e Lincoln², citados por Deslandes e Assis (2002, p.195), definem a pesquisa qualitativa como um “conjunto de práticas interpretativas”. Para os autores citados tal categoria de pesquisa parte da premissa epistêmica de que o conhecimento é produzido numa interação dinâmica entre o sujeito e objeto do conhecimento e que há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e (inter) subjetivo dos sujeitos. Segundo os mesmos autores a pesquisa qualitativa ocorre no ambiente dentro do qual o sujeito encontra-se inserido, envolvendo a observação de situações reais e cotidianas; trabalha com uma construção não estruturada dos dados e “busca o significado da ação social segundo a ótica dos sujeitos pesquisados.”

Com base na orientação dos autores referidos foi utilizado no estudo o processo de “triangulação”, entendido como a inserção de múltiplas técnicas, observadores e métodos para ampliar as referências e “olhares” sobre certa realidade social que se busca investigar. Assim buscou-se articular os métodos quantitativo e qualitativo de investigação partindo-se do princípio de que a quantidade é uma dimensão da qualidade do social e dos sujeitos sociais, marcados em suas estruturas, relações e produções pela subjetividade herdada como um dado cultural. Nesse processo foram utilizadas diferentes ancoragens metodológicas para a realização do trabalho numa perspectiva dialógica, buscando-se continuamente a comunicação entre distintos saberes e disciplinas.

Considerou-se também no desenvolvimento metodológico da pesquisa que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, a-histórico, sem significados culturais e sem vinculações com a macrorrealidade social.

Assim considerando como abordagem norteadora da pesquisa a análise dialética da realidade partiu-se do pressuposto que seria necessário um **conhecimento mais aprofundado do objeto de**

² DENZIN, N.K. & LINCOLN, Y.S. Entering the field of qualitative research. In: DENZIN, N.K. & LINCOLN, Y.S (Orgs.) Handbook of qualitative research. Londres: Sage Publications, 1994.

estudo, reconhecendo que ao mesmo tempo torna-se fundamental buscar uma **síntese sistêmica das inter-relações internas e externas** de todos os elementos apreendidos ao longo do trabalho orientados para o processo de desvendamento do problema de pesquisa. Portanto considerou-se essencial o conhecimento do processo histórico-social e das características e dinâmicas do ambiente regional em que encontra-se inserido o recorte geográfico do estudo, no caso a mesorregião Centro-Sul do Paraná e o município de Turvo, tendo sido dada uma ênfase nas questões do rural e da relação campo-cidade. A partir daí objetivou-se o desvendamento das relações existentes nas propriedades rurais das famílias da AGAECO, com um foco de interesse mais específico na relação estabelecida entre os seres humanos e a natureza do lugar visando a produção ecológica dos alimentos. Tal estratégia foi essencial para o conhecimento dos processos geradores e conseqüentes da relação citada e de suas características principais; os desafios, os conflitos, as contradições, bem como as potencialidades presentes puderam também ser visualizadas. Por outro lado para a análise em questão foram também considerados os cenários que interferem nos processos que ocorrem no município de Turvo e mais especificamente nas famílias ecologistas da AGAECO, considerando as características sociais, econômicas, culturais e ambientais relacionadas ao tema estudado e inerentes ao contexto local, municipal, regional, nacional e internacional existente. Buscou-se também um conhecimento do perfil dos atores envolvidos no processo, os agricultores e agricultoras da AGAECO. Como a geografia humana pauta-se fundamentalmente na análise das relações que se estabelecem entre os grupos humanos e os ecossistemas dos espaços em que vivem, privilegiou-se no estudo o ângulo do “espaço vivido”, “entendendo-se o espaço como uma dimensão da experiência humana dos lugares.” Assim foram consideradas as concepções, representações, opiniões dos camponeses ecológicos sobre o seu processo de trabalho, conferindo na análise uma especial atenção às redes de valores e de significações materiais e afetivas existentes. (FRÉMONT ³ citado por GOMES, 2002, p.317)

Finalmente as conclusões obtidas pelo estudo não puderam desconsiderar as dimensões referidas nas análises realizadas e no marco teórico, que vão do nível macro ao micro e vice-versa, bem como não foi possível deixar de apontar as perspectivas que o processo de trabalho vivido pelas famílias da AGAECO pode alavancar no que se refere ao potencial transformador das experiências de caráter micro-social, bem como as possibilidades teóricas da construção da segurança alimentar e nutricional, bem como da sustentabilidade alimentar.

³ FREMONT, A. *La région, espace vécu*, PUF, Paris, 1976

Objetivou-se também que a perspectiva dialógica estivesse presente tanto na elaboração dos marcos teóricos utilizados como referência bem como na análise do material empírico.

Diferentes autores foram considerados na elaboração do corpo do referencial teórico que fundamentou este trabalho, uma vez que o mesmo procurou tratar de assuntos que estão relacionados, mas que apresentam suas especificidades. Foram abordadas as temáticas da relação sociedade/natureza, a alimentação como fator mediador dessa relação, práticas alimentares das sociedades tradicionais e contemporâneas e sua relação com a saúde humana, a situação de insegurança alimentar presente no contexto nacional e internacional, a agricultura ecológica, a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade alimentar como referenciais norteadores de mudanças potencialmente positivas no cenário apresentado.

Para interpretação das informações obtidas pelo empírico sobre o processo de produção de alimentos e a gestão do espaço dentro da concepção ecológica utilizou-se como referencial teórico os trabalhos de Khatounian (1994, 2001) e de Cândido (1977). O primeiro autor trabalha com elementos da abordagem sistêmica e da ecologia. O pesquisador referido se baseia na comprovação de relações complexas de equilíbrio e de desequilíbrio e de retroação entre a esfera social, a fisiologia e os ecossistemas para realizar suas análises. Apesar da referida dissertação não pautar-se na abordagem sistêmica, a opção do uso do marco teórico para esse segmento foi definido a partir do tipo de informação apontada pelas famílias e do direcionamento do trabalho do autor para essa mesma temática, sendo o mesmo considerado uma referência no assunto. O segundo autor já parte de uma perspectiva sociológica sobre a relação entre natureza e cultura, considerando o processo de obtenção dos alimentos como uma construção da cultura. Apesar dos dois autores trabalharem numa perspectiva que ressalta um dos pólos da complementariedade existente entre o natural e o social, a abordagem considerada por esse trabalho também aqui assume uma perspectiva dialética.

Os referenciais para a análise das práticas alimentares pautaram-se nas discussões recentes feitas por pesquisadores nacionais e internacionais (Willet,1990,1995) da área da nutrição e por referências e padrões internacionais, considerando no entanto uma abordagem crítica das mesmas defendida pelos autores referidos nos capítulos em questão: Fischler (1995,1996); Garcia (2000, 2001), Azevedo (2004), Carrasco (1996).

Com caráter complementar mas não menos importante, visando o aprofundamento das questões que caracterizaram o perfil de produção de alimentos ecológicos e as práticas alimentares das famílias da AGAECO, em seu aspecto qualitativo, bem como registrar as motivações que alimentam o processo, buscou-se contar com a análise do discurso dos agricultores. Partiu-se do pressuposto defendido por Ricouer (1987, p.33), que considera a dimensão referencial da fala. O

autor considera que a fala descortina para o sujeito e para o outro um mundo de experiência que assume contornos e torna-se real no ato mesmo da expressão. Segundo o mesmo autor é porque existe uma experiência que o ator quer trazer à linguagem, que a mesma não se dirige apenas para significados ideais, mas se refere de fato ao que é. Para a interpretação das falas foram utilizados também referenciais teóricos identificados em função das categorias que foram se revelando a partir dos conteúdos. Foram utilizados como referência para a análise os trabalhos produzidos por Guattari (1995), Gil (2002), Brandão (1999) e Alphandery (1992) e Brandenburg (1998). Maffesoli (1986), discutindo a questão epistemológica das pesquisas sobre conteúdos constitutivos da vida cotidiana aponta que as mesmas não devem prescindir de um método e nem de uma análise que considere o conjunto da sociedade, mas advoga por uma forma de conhecimento que recupere a importância do senso comum, já que o mesmo não é insignificante para o conhecimento. Propõe a reintrodução na análise das dimensões míticas e imaginárias que a epistemologia racionalista havia anulado. O autor argumenta que não se trata de fazer uma apologia ao irracionalismo e sim esboçar uma teoria do conhecimento que admita que o inacabamento estrutural da sociedade exige um inacabamento intelectual.

Para Gomes (2002, p.313) o homem é considerado o produtor da cultura; o ato de generalização, presente muitas vezes na teorização, conduz a uma perda dos contextos particulares, que se constituem nos elementos formadores da cultura. Assim para a interpretação da significação das práticas alimentares dos agricultores familiares, há necessidade do entendimento dos inúmeros e complexos fatores que interferem na determinação da situação alimentar. Para isso há que se compreender a relação do homem em sua dimensão bio-psico-social com o próprio meio do qual faz parte, em que concepções ela se dá e quais as consequências desse processo em termos culturais, ambientais, psicossociais e biológicos. A alimentação é o resultado dessa relação, podendo a geografia enquanto ciência contribuir para o entendimento mais profundo desse processo de determinação. Por outro lado, o estudo da alimentação de um grupo, que neste caso vive no mundo rural de uma determinada região, pode propiciar à geografia, uma forma de entendimento da relação do homem com a natureza que se estabelece neste contexto e que pode vir a refletir de forma aparente ou velada as formas de produção do espaço e a relação que se constrói a partir daí com o lugar. Isto é possível em função de que a alimentação se configura como um fenômeno que reflete as relações sócio-ambientais, mas que além disso, revela aspectos que se relacionam ao mundo íntimo das pessoas, às suas idéias, concepções, e representações sobre o mundo, o que no caso dos agricultores, confunde-se com o seu cotidiano, com o cultivar a terra e produzir o alimento, que é - em última instância - considerado fonte de vida e de sustento. Assim considerando-se também este tipo de

abordagem que emergiu dos relatos dos agricultores, conteúdos de base fenomenológica também se revelaram e foram valorizados na análise das informações.

Segundo Gomes (2002, p.313) a ação humana jamais pode estar separada de seu contexto, seja ele social ou físico. Visando manter-se com base nesse referencial que constitui-se numa posição epistemológica holística, onde o todo é considerado maior que as partes, é que deve procurar ser entendido o trabalho aqui apresentado. Finalmente cabe citar as palavras de Ferreira (2002, p.340), que apontam uma perspectiva epistemológica dos trabalhos a serem realizados na área de geografia agrária que apresenta sintonia com o fio condutor buscado ao longo dessa dissertação:

O futuro aponta para uma ciência, uma Geografia e uma Geografia Agrária que se humanizam, que procuram recuperar a visão que o homem tem de si mesmo e de seu entorno, resgatando a indissociabilidade das ações e reações entre os homens e destes com a natureza. A preocupação com o legado natural e cultural que será deixado as próximas gerações parece ser o rumo da Geografia Agrária para o futuro, interessada em questões relacionadas a percepção dos impactos ambientais da atividade agrícola e as alternativas ecologicamente sustentáveis, as estratégias de sobrevivência e progresso de grupos familiares sem perda de seus traços culturais fundamentais, a visão integrada da atividade agrícola, numa espécie de “nova paisagem”, na qual o visível e as forças invisíveis, em interação, sejam consideradas na concepção dos lugares, sem menosprezar os fluxos e as trajetórias globais que os determinam.

Metodologia

A realização das disciplinas do programa de Mestrado em Geografia da UFPR, nos dois semestres de 2003, forneceram subsídios teóricos importantes para o delineamento da pesquisa em questão, que foi sendo estruturada de forma preliminar ao longo do primeiro ano do programa. Em dezembro de 2003, visando a realização do trabalho de campo para a dissertação de mestrado foi aceito o convite para participação como professora colaboradora de um projeto financiado pelo CNPq, sobre a avaliação do impacto das ações de uma rede de instituições envolvidas com agroecologia e economia solidária, sobre a segurança alimentar de famílias de agricultores e consumidores de baixa renda de municípios da mesorregião Centro-Sul do Paraná. A rede, que envolve dez municípios, trata-se de uma estratégia construída por organizações não governamentais e movimentos sociais objetivando o enfrentamento da situação de pobreza e de insegurança alimentar característicos da região.

Portanto a pesquisa aqui relatada e que consiste nessa dissertação de mestrado refere-se a um sub-projeto do projeto “Redes Locais de Abastecimento Alimentar: estratégias de promoção da agricultura familiar aliadas à superação do risco à insegurança alimentar e nutricional em populações

urbanas de baixa renda.”. A mesma refere-se portanto a uma das “células” da rede, a um grupo de famílias filiadas à Associação de Grupos de Agricultores Ecológicos (AGAECO), de Turvo, município onde há o maior número de agricultores ecológicos da região com uma prática já consolidada na área.

Assim, após a confirmação da aprovação do projeto (Edital MCT/MESA/CNPq/CT Agronegócio 01/2003), em dezembro de 2003 e liberação dos recursos para o financiamento da pesquisa (março de 2004), iniciaram-se as reuniões de planejamento do trabalho de campo do projeto de avaliação da atuação da Rede e do sub-projeto em questão. As primeiras reuniões ocorreram em abril e maio e envolveram a coordenação do projeto (Prof. Alfio Brandenburg, do Depto. de Ciências Sociais da UFPR), os bolsistas de cada uma das áreas envolvidas (ciências sociais e nutrição) e os técnicos do Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), organização não governamental que tem contribuído para a expansão na região da agricultura ecológica e da economia solidária e que é colaboradora da UFPR na coordenação do projeto.

Como o trabalho do mestrado se constitui em uma parte do projeto de avaliação da Rede, estando os dois dessa forma imbricados, houve a necessidade de que algumas definições metodológicas fossem realizadas em conjunto bem como partes da coleta de dados. Também foi necessário a realização de visitas à região nos meses de maio, julho e agosto de 2004, para efetivação de um estudo exploratório. Com base nas informações coletadas nas primeiras visitas e nas discussões realizadas em reuniões com a coordenação do projeto, bolsistas e técnicos do IEEP, ocorreu a elaboração de um instrumento preliminar que foi aplicado em algumas propriedades rurais de famílias vinculadas a AGAECO, de forma aleatória, para sondagem de informações. Foram identificadas questões a serem consideradas na estruturação do instrumento de pesquisa e a necessidade de uma coleta de informações mais aprofundada sobre as comunidades às quais pertencem os agricultores ecológicos da AGAECO, para um melhor conhecimento da história e das condições de vida das famílias de agricultores tradicionais que vivem no meio rural de Turvo. A compilação desses dados e sua análise auxiliou na concepção do instrumento de pesquisa definitivo que foi utilizado para coletas dos dados para caracterização do perfil sócio-econômico das famílias da AGAECO e do seu perfil alimentar, sendo utilizadas questões abertas e fechadas sobre alimentação, saúde e nutrição. Visando a coleta de dados da produção de alimentos ecológicos obtida pelas famílias no ano de 2004, elaborou-se um inventário de produção de alimentos para preenchimento das informações pelas famílias após o mês de dezembro de 2004 e devolução posterior ao preenchimento. Para complementação, aprofundamento e ampliação das informações previamente coletadas foram também realizadas entrevistas semi-estruturadas com membros de famílias considerados informantes-

chave. O método da “observação” foi utilizado pelo pesquisador ao longo de todo o trabalho sendo os dados registrados em diário de campo. Diversas informações também foram obtidas ao longo do período em virtude da participação do pesquisador em conversas informais e em diferentes eventos da AGAECO: reuniões da comissão-feira; reuniões dos grupos da associação, visitas domiciliares, reunião dos grupos em suas comunidades, reuniões com o IEEP, reunião de assessores, feiras e festas da entidade.

A coleta de dados deu-se no período de setembro de 2004 a junho de 2005. Ao longo desse período foram compilados também dados sobre o estado nutricional de parte das famílias da AGAECO para utilização no projeto maior de pesquisa sobre a Rede de Colaboração Solidária, Agroecologia e Segurança Alimentar. Como são dados de relevância e que podem contribuir também para o estudo em questão, os resultados parciais e preliminares serão citados nessa dissertação. Dados secundários sobre o município de Turvo e seu histórico foram obtidos em material bibliográfico consultado na Casa da Cultura e Biblioteca Municipal e pelo fornecimento de documentos pelo Escritório Regional da Emater, Secretaria da Agricultura e Secretaria da Saúde de Turvo. Informações complementares foram também fornecidas pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento e pela Secretaria Estadual de Saúde. Foram consultados também monografias e dissertações de temas relacionados ao trabalho em questão realizados na região, bem como materiais produzidos pelo IEEP.

Objetivos Específicos da coleta de dados

Para que fosse possível a construção dos referenciais necessários para a realização das reflexões que os questionamentos propostos demandaram buscou-se atender aos seguintes objetivos específicos em termos da coleta e análise de dados:

1. Realizar levantamento de informações gerais sobre as famílias do estudo, visando a caracterização do grupo;
2. Apontar as principais características da situação de produção e consumo de alimentos pelas famílias do estudo;
3. Levantar dados sobre a situação nutricional dos membros de famílias da AGAECO;
4. Identificar os principais fatores que interferem no padrão alimentar das famílias, buscando um entendimento mais aprofundado sobre os processos que causam a sua determinação;
5. Identificar aspectos do atual padrão alimentar e nutricional relacionados à prática da agricultura ecológica pelas famílias da AGAECO.

Em função dos objetivos do presente trabalho e das características do mesmo o trabalho em questão foi considerado um “estudo de caso”. Dessa forma o grupo pesquisado não é considerado uma amostra, mas sim o universo do estudo. O mesmo constitui-se nas 38 famílias de agricultores ecologistas vinculados a AGAECO. As famílias apresentam em média de 4 a 5 pessoas, distribuindo-se em crianças, adolescentes, adultos e idosos de ambos os sexos. As referidas famílias participam da AGAECO na forma de sub-grupos de famílias de agricultores ecologistas, perfazendo um total de dez (10) sub-grupos.

Para que fosse possível atingir os objetivos do estudo foram realizados os seguintes processos:

- a) Levantamento do perfil das famílias de agricultores ecologistas da AGAECO mediante a coleta das seguintes informações:
 - dados de identificação (idade, sexo, estado civil, etc) dos membros da família, naturalidade, origem étnica, escolaridade;
 - dados sócio-econômicos relacionados à alimentação da família e à produção de alimentos para consumo e venda de excedentes (quantidade de terra, posse da terra, renda monetária declarada, informações sobre a produção ecológica para autoconsumo e para a venda de excedentes, canais de venda de produtos).
- b) Levantamento de dados de saúde e nutrição das famílias dos agricultores ecológicos: consumo alimentar das famílias, identificação das práticas e hábitos alimentares do cotidiano, estado nutricional, dados sobre o estado geral de saúde das famílias avaliadas e sobre o acesso ao serviço de saúde.

Para levantamento das informações para composição do perfil das famílias de agricultores ecologistas foi utilizado um formulário de coleta de dados (Anexo 1) com todas as famílias da AGAECO, aplicado pelo pesquisador e por bolsistas de nutrição e de ciências sociais da UFPR, mediante a realização de visitas domiciliares. Sua construção baseou-se em referências de DAROLT (2000) e de KARAN (2001).

O inquérito de consumo alimentar, que teve por objetivo identificar os alimentos mais consumidos pelas famílias (Frequência de Consumo de Alimentos) e a sua procedência bem como a identificação das práticas e hábitos alimentares do cotidiano foram realizadas com todas as famílias do grupo, nas visitas domiciliares. (anexo 1). O instrumento da metodologia da Frequência de Consumo de Alimentos, que consiste na sinalização por parte do entrevistado do consumo diário, semanal, quinzenal ou mensal de uma listagem de alimentos previamente elaborada, foi concebida com base na consulta de dois estudos sobre o mesmo tema realizados no meio rural/urbano (um da região sudeste e outro da região sul) e já validados (CAVALLI, 1997; GALEAZZI et al, 1996). A

obtenção de dados sobre o estado geral de saúde das famílias avaliadas e sobre o acesso ao serviço de saúde também realizou-se com base no mesmo instrumento (Anexo 1).

Para o levantamento dos dados sobre a produção de alimentos nos estabelecimentos rurais das famílias da AGAECO optou-se pela formulação de um “Inventário da Produção de Alimentos pelas famílias da AGAECO – 2004” (Anexo 2). Os inventários foram entregues a todas as famílias da AGAECO em dezembro de 2004, para serem preenchidos e devolvidos ao grupo de pesquisa até início de fevereiro de 2005. Tal procedimento foi adotado para que as famílias, com base no fechamento da produção de todo o ano de 2004, tivessem maior facilidade para referir dados com maior precisão. Agricultores da própria AGAECO, que são assessores dos grupos das famílias ecologistas, foram esclarecidos sobre o preenchimento do instrumento e auxiliaram as famílias na sua confecção e revisão. No entanto, apesar do prazo de entrega ter sido postergado várias vezes, visando garantia da devolução do número máximo de inventários, houve necessidade da imposição de um prazo limite para retorno das informações, que consistiu no mês de junho de 2005. Tal data necessitou ser definida a fim de que as informações obtidas pudessem ser utilizadas também na referida dissertação. Após todo o processo descrito foram devolvidos 60% dos inventários (23 formulários), sendo os mesmos utilizados para confecção das tabelas referentes à produção vegetal e animal das famílias da AGAECO que declararam os dados.

As informações sobre as atuais práticas alimentares das famílias foram obtidas por meio de questões abertas que constaram no instrumento de pesquisa utilizado para entrevistar as 38 famílias da AGAECO. Para o aprofundamento de alguns aspectos realizaram-se também entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave, além da coleta de informações obtida pela observação do cotidiano das famílias com registro em diário de campo pelo pesquisador. As entrevistas foram gravadas, sendo feita a sua transcrição imediatamente após a obtenção das mesmas. Os depoimentos foram integralmente transcritos e categorizados sendo utilizados como fonte de informações. O roteiro das entrevistas com informantes-chave consta em anexo (Anexo 3).

Foram coletados dados referentes a todas as famílias que compõem o grupo de estudo, para caracterização do perfil das famílias participantes e identificação de alguns pontos de referência necessários para a elaboração da descrição da sua situação alimentar e nutricional. Os mesmos foram complementados e aprofundados com informações de caráter qualitativo obtidos mediante o uso das metodologias supracitadas.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas por ocasião de visitas domiciliares às casas dos agricultores considerados informantes-chave. O critério para definição dos informantes-chave baseou-se na indicação de outros membros do grupo e do IEEP, na data de entrada na associação,

visando identificar as pessoas que participaram de todo o processo de instituição da AGAECO e no fato de participar na atividade num período mínimo que lhe conferisse condições de avaliar o processo. O número de entrevistados encontrava-se em aberto no início do trabalho de campo e seguiu o critério da observação do ponto de saturação, tendo sido entrevistados doze (doze) agricultores, entre homens e mulheres. O uso desta técnica permitiu a captação de informações mais aprofundadas sobre o processo que a família entrevistada viveu nos últimos anos, no qual passam a produzir seus alimentos optando pela agroecologia e possibilitou a visualização dos motivos que levaram a tal decisão. As orientações de Thiollent (1996) foram consideradas no processo de transcrição do material obtido.

A observação do cotidiano das famílias com registro em diário de campo pelo pesquisador realizou-se ao longo do período considerado de coleta de dados. Os mesmos seguiram um roteiro de referência sobre as informações relacionadas aos objetivos do estudo. As observações realizadas sobre o cotidiano de vida das famílias, com foco na questão alimentar, foram registradas por escrito, vindo a se constituir também em fonte de dados.

A investigação aqui proposta tem um cunho eminentemente de pesquisa social. No entanto, como trata de práticas alimentares e estas têm repercussão sobre o estado nutricional dos indivíduos, pretendeu-se também utilizar as informações coletadas sobre o atual perfil nutricional das famílias da AGAECO. A coleta destes dados parciais deu-se no âmbito do projeto das Redes, conforme já foi esclarecido. A avaliação do estado nutricional de famílias da AGAECO foi realizada no mês de março de 2005 e estava programada para gerar dados para o projeto “Redes Locais de Abastecimento Alimentar: estratégias de promoção da agricultura familiar aliadas à superação do risco à insegurança alimentar e nutricional em populações urbanas de baixa renda.” Nessa primeira etapa houve a coleta do dado referente a 68 pessoas que são membros das famílias da AGAECO. A segunda etapa, por questões operacionais necessitou ser postergada para o segundo semestre de 2005. Como os dados gerados são de relevância e podem contribuir também para as discussões do estudo em questão, os resultados parciais e preliminares foram citados nessa dissertação, sendo por isso necessário a descrição da metodologia utilizada.

Os dados quantitativos necessários à avaliação do estado nutricional das famílias da AGAECO foram coletados por meio da obtenção das medidas antropométricas de peso e estatura, obtidas conforme a metodologia descrita por LOHMAN et al (1988). O método de avaliação do estado nutricional dos indivíduos baseia-se na coleta de dados como o peso, estatura, idade e sexo o que possibilita classificação desse estado e a comparação dos valores obtidos em relação a padrões de referência internacionais recomendados pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 1995).

Mediante a realização de punção digital e do método do “princípio da tira de teste” realizou-se a análise dos níveis sanguíneos de colesterol e de glicose dos membros das famílias do estudo que se dispuseram, com a divulgação imediata dos dados aos participantes, discussão sobre os resultados obtidos e orientação e encaminhamento conforme a necessidade. A avaliação imediata pode ser efetivada em função do uso de analisador portátil (Accutrend GCT) que realiza a determinação desses parâmetros sanguíneos.

Tanto as medidas antropométricas como os dados bioquímicos foram obtidos em eventos programados denominados de “Espaço Nutrição e Saúde”, organizados em locais da comunidade em condições adequadas à realização dos procedimentos e exames indicados. Realizou-se no momento da coleta de dados a avaliação e o registro do estado nutricional dos participantes (anexo 4), sendo devolvida a informação a cada uma das pessoas avaliadas e realizada orientação e encaminhamento pelo pesquisador-nutricionista, conforme a necessidade. Na sequência realizou-se uma discussão em grupo sobre a atividade, sobre os indicadores utilizados e sobre o que os dados revelaram em termos de perfil da coletividade avaliada, bem como discussão de estratégias na área de nutrição em saúde coletiva para manutenção de um estado nutricional saudável e prevenção de doenças crônicas não transmissíveis relacionadas à alimentação.

Todos os procedimentos da área de saúde realizados por ocasião do trabalho foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR (Registro CEP/SD: 124.SM 087/04-12; Termo de Consentimento – anexo 5).

A análise das informações quantitativas obtidas pelos instrumentos referidos foi realizada mediante a construção de distribuições de frequência das variáveis selecionadas e com o auxílio do *software* EXCELL. em microcomputador IBM compatível.

1.5 DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS

O marco teórico do referido trabalho inicia-se no capítulo dois. O mesmo foi construído procurando apresentar as principais questões que se referem à relação estabelecida entre a sociedade e a natureza no mundo contemporâneo, constituindo-se no cenário para as demais discussões que serão realizadas na sequência. Na segunda parte do capítulo dois, apresenta-se o tema “a alimentação como fator mediador da relação sociedade-natureza” com o objetivo de ilustrar como a relação se expressa em diferentes momentos da história da sociedade, considerando as práticas alimentares das sociedades tradicionais e contemporâneas como forma de entendimento da complexificação e modificação da relação sociedade-natureza evidenciadas pela questão alimentar. Finalizando este

tópico buscou-se realizar uma análise dos atuais conceitos norteadores da discussão sobre a relação das práticas alimentares e a saúde humana.

Na seqüência do capítulo dois buscou-se apresentar a problemática atual que envolve o tema da insegurança alimentar e nutricional, no contexto nacional e internacional, buscando-se focalizar as questões referentes ao rural ou à relação campo-cidade. O texto finaliza com uma análise sobre o atual padrão alimentar técnico moderno e sua repercussão na saúde humana, considerado uma das conseqüências do processo de modernização da agricultura.

Frente à problemática exposta o capítulo dois aborda a seguir as discussões atuais sobre a necessidade de outros modelos de agricultura, apontando a agricultura ecológica como uma das possibilidades e a importância do papel da agricultura familiar e camponesa na concretização da alternativa indicada. A discussão conclui-se com uma exposição sobre a segurança alimentar e nutricional, como uma meta a ser perseguida, dentro de um contexto que considere a agricultura ecológica familiar e a busca da sustentabilidade alimentar como eixos estratégicos para tal.

O capítulo três teve o seu foco voltado para a apresentação do contexto regional em que o município de Turvo encontra-se inserido. Na seqüência foi realizada uma caracterização bastante resumida sobre Turvo, finalizando com uma apresentação do processo histórico da agricultura familiar do município, apontando os principais aspectos que motivaram um grupo de agricultores a participar da criação da AGAECO.

O capítulo quatro apresenta a estrutura da AGAECO que agrega as famílias ecologistas do município. Segue uma caracterização mais geral das famílias, sendo então apresentadas informações sobre a produção de alimentos e as práticas alimentares das famílias da AGAECO. O capítulo finaliza com uma discussão sobre as práticas alimentares existentes e sua relação com a nutrição e a saúde das famílias da AGAECO.

O capítulo cinco objetivou apresentar questões que estão indiretamente ligadas ao padrão alimentar verificado e à relação que as famílias estabelecem com a natureza em função da produção dos alimentos ecológicos. O fechamento do capítulo aponta determinadas perspectivas verificadas que surgem em função do trabalho desenvolvido pelas famílias da AGAECO.

O desvendamento do problema de pesquisa ocorre ao longo do trabalho sendo estabelecidas as últimas conexões nas considerações finais, onde serão integradas questões que se revelaram no empírico e que estão relacionadas à alternativas apresentadas no marco teórico em termos de possibilidades voltadas à ecologia e à segurança alimentar e nutricional sustentável na região.

2 A ALIMENTAÇÃO COMO FORMA DE MEDIAÇÃO DA SOCIEDADE E NATUREZA

2.1 A RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

O estudo da relação homem-natureza acompanha o desenvolvimento da Geografia desde a sua origem, uma vez que as organizações espaciais, produzidas pela sociedade, caracterizam-se por um processo de mudanças nas formas de combinar os elementos sociais e naturais. A produção do espaço estará sempre vinculada a determinado período histórico, e assim, a Geografia, enquanto ciência, tem procurado acompanhar as constantes mudanças no perfil e estrutura da sociedade, buscando estudar como tais mudanças têm interferido na relação dessa mesma sociedade com a natureza (FERREIRA, 2002 , p.29).

As questões que vêm sendo debatidas acerca da relação sociedade natureza apontam a necessidade de esclarecimento sobre alguns conceitos. Segundo Suertegaray (2001,p.114) determinadas correntes de pensamento na geografia entendem “natureza como algo externo ao homem”, um conjunto de todas as coisas produzidas sem a intencionalidade humana, portanto algo distinto dele. Para outros autores a construção humana é entendida como natureza. Morin⁴ (1990) citado por pela mesma autora concebe a natureza como organismo auto-eco-re-organizacional, compreendendo-a como a auto reprodução do ser/seres na sua relação com o entorno. Assim, a natureza não sendo externa ao homem, auto produz-se com a presença humana. A autora aponta o conceito de espaço geográfico como um conceito que expressa a interação existente entre sociedade e natureza, no espaço e no tempo. Faz ainda uma análise retrospectiva sobre as diferentes visões da relação sociedade-natureza consideradas como referência epistemológica ao longo da história da geografia:

Para lembrar algumas citemos as formas mais clássicas de conceber esta relação, ou seja, o determinismo geográfico (onde a natureza é causa); o possibilismo geográfico (onde o mundo humano constrói possibilidades técnicas de utilização da natureza); a interação dialética (onde o ambiental é resultado da relação contraditória entre natureza e sociedade mediada pelo trabalho), a compreensão fenomenológica/hermenêutica (onde não há separação entre ser e ambiente). (SUERTEGARAY, 2001, p.116)

⁴ Conforme a obra “Introdução ao pensamento complexo”

Atualmente na geografia, segundo a autora supracitada, “retoma-se um pensamento conjuntivo, onde o meio ambiente vai sendo pensado como ambiente por inteiro, na medida em que sua análise exige compreensão das práticas sociais, das ideologias e das culturas envolvidas”.

Segundo Caseti (2001, p. 146), “a concepção de uma natureza externalizada, de base mecanicista, foi recuperada no Iluminismo para atender as expectativas do sistema de produção. A apropriação do conceito de natureza externalizada no Iluminismo foi retomada de Descartes, precursor da filosofia moderna, maior expoente da racionalidade como guia da conduta humana”. Esse tipo de enfoque sem dúvida alicerçou as bases da construção de um novo período da história da humanidade aonde a concepção de mundo passa a ser permeada sob o prisma da perspectiva da modernidade.

Smith⁵ citado por Cidade (2001, p. 101), embora acreditando na prioridade social da natureza, tem abordado a separação analítica entre sociedade e natureza como reflexo da lógica interna do capitalismo. Para Suertegaray (2001, p.117):

As conseqüências desse processo desencadearam de forma progressiva um distanciamento do homem da natureza; uma compreensão de natureza como recurso a suprir as necessidades humanas inatas e mesmo criadas culturalmente. Um desenvolvimento técnico-científico capaz de transformar as condições de produção, capaz de transformar o mundo do trabalho e ainda capaz de adensar e, portanto artificializar/transfigurar a natureza.

A necessidade do uso dos recursos naturais de forma mais intensa viria a ser justificada pela necessidade do advento do desenvolvimento das sociedades, tendo como base o crescimento econômico e a modernização. Segundo Brandenburg (1999, p. 54)

Os termos desenvolvimento, crescimento econômico, progresso, modernização; são diferentes formas de expressar um movimento de concepção evolucionista, que tem por base uma ciência cujas raízes se encontram no movimento iluminista do século XVIII. A partir do Iluminismo, supunha-se que o mundo seria governado pela razão e sua expansão viria emancipar o homem e libertá-lo da servidão física. Os séculos XIX e XX viriam expressar o que seria a sociedade sob a hegemonia da racionalidade científica e do progresso técnico. A economia, através da sua racionalidade, seria a área do conhecimento que arbitraria o papel da ciência e a técnica, e o desenvolvimento passaria a ser sinônimo de desenvolvimento econômico e capacidade de investimento em inovações que aceleram a produção de riquezas materiais de forma ilimitada.

⁵ SMITH,Neil. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988

Para Morin (1977) citado pelo mesmo autor “é possível compreender as manifestações da crise da modernidade como *uma crise cultural da civilização*. [grifo do autor]” A atual “crise da civilização”, para Brandenburg (1999, p.55):

Não é apenas resultante do crescimento dos monopólios econômicos, da concentração de riqueza, da internacionalização dos mercados, da robotização do trabalho, da exclusão social, do crescimento da marginalização e do desemprego. é uma questão que extrapola a sobrevivência material e biológica dos grupos sociais, e por isso afeta a satisfação dos indivíduos na sociedade, gerando inclusive uma crise do bem-estar pessoal.

Guivant (2002, p.93), aponta Beck e Giddens⁶ como os dois mais importantes e influentes teóricos sociais contemporâneos que consideram os riscos, em especial os ambientais e tecnológicos de graves consequências, como chaves para entender as características, os limites e transformações do projeto histórico da modernidade. Segundo Beck, citado pela autora, “risco é definido como uma forma sistemática de tratar os perigos e inseguranças induzidos ou introduzidos pela própria modernização”. Segundo a autora, o conceito central de “sociedade de risco”, primeiro proposto por Beck e posteriormente assumido por Giddens, considera que a sociedade contemporânea, tendo em sua composição pessoas leigas e cientistas, necessita fazer escolhas diariamente em termos de gerenciamento dos riscos. Entretanto, como no atual momento histórico a ciência encontra-se num processo de auto-crítica e de incertezas em relação à consistência do conhecimento produzido até o presente momento, as decisões cotidianas acabam permeadas de dúvidas e ansiedade, frente às quais os atores sociais se protegem através de certos mecanismos de adaptação. Baseada nas idéias dos Giddens e Beck, a autora considera que diferente da sociedade industrial, própria da modernidade, a “sociedade da alta modernidade” enfrenta estes riscos não como efeitos resultantes do progresso, mas como inerentes a este e ressalta que os mesmos ameaçam toda forma de vida no planeta. Apesar da humanidade sempre ter convivido com riscos, a especificidade dos que se configuram atualmente é resultado da “incerteza manufaturada”. Podem ser utilizados como exemplos paradigmáticos a ameaça constante de desastres potenciais vinculados a existência de um arsenal atômico de grandes proporções e presente em diferentes partes do mundo e das armas químicas e biológicas; assim como também cita os elevados níveis de contaminação da água e de alimentos por agrotóxicos e outros produtos químicos. Devem ser somadas a essas questões os riscos elevados de desastres que podem

⁶ GIDDENS, A. Living in Post-Traditional Society. In: BECK, U; GIDDENS, A; LASH, S. Reflexive Modernization, Politics, Traditions and Aesthetics in the Modern Social Order. Cambridge: Polity Press, 1994a

ser desencadeados pelos efeitos da ação humana sobre o ambiente em função do modelo de desenvolvimento adotado.

A mesma autora afirma que não se trata de que tenhamos uma vida com maiores riscos que antes, mas estes são considerados diferentes no que diz respeito as suas fontes e a sua abrangência. Os riscos aparecem com um caráter irredutível, sem garantias, com efeitos globais, invisíveis e, às vezes irreversíveis.

Os riscos provenientes do avanço do conhecimento, do desenvolvimento de novas tecnologias, de novas substâncias são o resultado de um processo através do qual torna-se perceptível que o homem contemporâneo, através do seu desenvolvimento técnico é capaz de não só intensificar processos naturais como também produzir novos. Refletem um fenômeno chamado por Suertegaray, no mesmo sentido do empregado por Maffesoli (1985)⁷, de “transfiguração da natureza”. Como exemplo desse processo pode ser citado o avanço de uma das áreas da ciência denominada “biotecnologia”. A mesma tem sido apontada como o “caminho” para superação de uma série de barreiras ao avanço do processo produtivo até hoje consideradas intransponíveis. Uma delas refere-se às limitações produtivas na área da agropecuária, que mantém uma estreita dependência dos processos da natureza. Por estar submetida a forças naturais e ao fato de lidar com elementos vivos, essa área de produção de alimentos enfrenta obstáculos no processo de divisão do trabalho. Por mais que se reduza o tempo da germinação de uma cultura ou de gestação de um animal, o ritmo natural continua a decidir a ordem das operações produtivas. A heterogeneidade da estrutura técnico-produtiva do sistema agroalimentar atual conta com uma acumulação de competências e de processos tecnológicos atrelados aos variados produtos de origem animal e vegetal, em variados ambientes. Assim as biotecnologias possibilitam a reorganização dos alimentos com base nos seus componentes comuns, mudam o foco dos alimentos individuais para os nutrientes, libertando a produção das limitações e diferenciações naturais. (HOBBELINK, 1990, p.128; RAMOS e STOREL JUNIOR, 2001, p.41).

Maurel (1996, p.31) afirma que o acelerado aumento da produção e do consumo em nível terrestre das últimas décadas foi paralelo ao incremento das desigualdades de caráter econômico e social que se verificam e se distribuem no espaço. Um processo que, segundo o autor, parece estar ligado à crescente transnacionalidade empresarial e à criação e intensificação de consideráveis tensões e fortes contrastes entre as sociedades.

⁷ Na obra “A conquista do presente”: Rio de Janeiro: Graal, 1985

Tal constatação é evidente quando parte-se para a análise das condições de vida existentes nas diferentes partes do mundo, utilizando-se como referência os indicadores de saúde disponíveis. Segundo Waldman (2000, p.14)

Do total de óbitos ocorridos anualmente em todo o mundo, pouco mais da metade atinge indivíduos com idade inferior a 60 anos e 25% do total se verifica entre as crianças menores de cinco anos, das quais 99% vivem em países pobres. A probabilidade de um adulto morrer prematuramente, ou seja, entre os 15 e 60 anos varia em 10 vezes, atingindo 50% na região subsaariana, na África, e cerca de 5% no Japão (World Development Report, 1993). Óbitos em menores de um ano constituem, atualmente, um evento raro em muitos países, situando-se em torno de 6 mortes por mil nascidos vivos em nações ricas, contrastando com cerca de 125 por mil nascidos vivos nas mais pobres (UNICEF, 1998).”

Ainda em relação à referência de indicadores de saúde como reveladores das condições de vida das populações, deve ser comentado que nas últimas décadas vem sendo registrado um declínio geral da média de incidência das doenças infecciosas e parasitárias no cenário internacional, sendo as mesmas consideradas uma categoria de morbidades relacionadas a condições precárias de vida. No entanto, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2000), citados por Waldman esta é uma situação que ainda não pode ser considerada homogênea, uma vez que nos países pobres, cerca de 40% dos óbitos ainda decorrem de doenças infecciosas. O outro lado do quadro que se apresenta em termos mundiais aponta que se por um lado se verifica a situação supracitada, por outro vem ocorrendo uma ascensão da presença de doenças cardiovasculares, das neoplasias e das mortes por violência e acidentes de trânsito, consideradas reveladoras de um estilo de vida vinculado às sociedades industrializadas. As estatísticas registram, num primeiro momento, uma prevalência maior desta situação nos países de maior renda, mas atualmente, os referidos problemas já se verificam, de forma preocupante, nas sociedades de muitos dos países de mais baixa renda.(OMS, 2000)

No entanto, na avaliação de alguns autores, o parâmetro de referência da sociedade de consumo já aponta sinais de inviabilidade e de insustentabilidade. Segundo Gonçalves (2002, p.332)

Hoje, é cada vez maior a consciência de que o padrão cultural de consumo dos países industrializados da Europa, América do Norte e Japão, sustentado pelo atual modelo de desenvolvimento, não pode ser generalizado para o restante do mundo, sob pena de levar o planeta à completa destruição. Só como exemplo, podemos observar que se 24% da população mundial tivesse o mesmo padrão de consumo de petróleo que a população norte-americana – que constitui apenas 6% da população mundial, mas que consome sozinha 25% da produção mundial de petróleo – seria absorvido 100% da atual produção de combustíveis fósseis.

Brandenburg (1999, p.31) aponta que no debate teórico de crítica aos padrões tecnológicos, identifica-se uma corrente de estudiosos que relaciona os padrões tecnológicos atuais como reflexo de paradigmas científicos que se apóiam na lógica da dominação técnica da natureza; a outra vertente teórica considera a universalização de um padrão moderno de produção frente ao esgotamento dos recursos naturais, do crescente processo de diferenciação social e desintegração cultural. Segundo o autor, apesar da diferença de enfoque, as duas vertentes colocam a questão como um problema à medida que constata as consequências biofísicas e sociais do modelo de tecnologia atual.

Alfhandery e colaboradores (1992, p.72) apontam que “na história do pensamento ecológico, a evocação do antagonismo entre a sociedade e a natureza desemboca invariavelmente na condição do homem moderno, questão ainda mais relevante em função das dúvidas, incertezas e ameaças que caracterizam o tempo presente”. Encontra-se em parte nas discussões sobre o tema o medo, o temor de “uma revolta da natureza e de uma destruição da espécie”. Tais receios surgem da divulgação de diferentes informações que apresentam um panorama mundial com sérios problemas ambientais e com a ameaça cada vez mais presente da extinção dos recursos naturais não renováveis.

Considerando a atenção em nível mundial voltada às questões ambientais, os autores fazem uma discussão sobre esse processo denominando-o de “sensibilidade ecológica”. A sensibilidade ecológica estaria aberta a dois discursos sobre a natureza e o meio ambiente. O primeiro encontra-se relacionado com a busca da manutenção dos grandes equilíbrios planetários, a salvaguarda dos ecossistemas. O segundo discurso tem por argumentação a crítica a redução das finalidades da existência humana à acumulação de mercadorias, reduzindo o ser humano a um mero consumidor, apontando a necessidade da busca de alegrias estéticas e do ressurgimento espiritual que promove uma relação mais direta com a natureza.

Os autores apontam que os dois discursos colocam a necessidade para fazer da natureza um “bem universal comum”, para socializá-la antes que seja tarde demais, pelo viés das políticas públicas nacionais e internacionais associando cidadãos-consumidores, industriais, cientistas e políticos. Tais noções fazendo eco à necessidade de novas solidariedades, remetem às ciências da vida, às ciências sociais ou à filosofia.

Nestas concepções vislumbra-se o consenso ecológico como a forma de resolução da crise ambiental, que se baseia na idéia implícita de que se poderia, lutando contra as poluições mais graves, entrando-se em acordo para uma gestão razoável dos recursos naturais, reencontrar uma linguagem comum entre os homens, ao proteger as espécies animais e vegetais, as florestas, os mares, a Antártida e todos os meios sensíveis. Mais especificamente, segundo os autores

(...) Racionalizar-se-ia a gestão dos dejetos de todos os tipos e sua eliminação e controlar-se-iam os desperdícios. Dessa forma uma razão instrumental excessivamente destrutiva estaria como que reequilibrada por uma gestão científica e cívica dos meios naturais; e um controle das atividades humanas se apoiaria sobre uma verdadeira moral da terra habitável. Tentando levar às gerações futuras o patrimônio natural que herdamos, as sociedades modernas retomariam as noções de dever e de dívida que haviam deixado de lado emancipando-se da religião e da tradição. Entretanto uma tal evolução não seria possível senão temperando o individualismo existente com a busca de regras ecológicas comuns. Do mesmo modo, o progresso poderia, nesta visão consensual, descobrir um sentido abrindo-se à perpetuação da viabilidade da biosfera e à manutenção da diversidade dos ecossistemas. (ALPHANDERY, 1992, p.73)

No entanto os autores defendem que tais proposições teriam um caráter paliativo ou até ilusório se os fatores que geram a crise ambiental não forem enfrentados. Utilizam as palavras de René Dumont, que apontava a dependência do saneamento da crise vivida na modernidade a um reequilíbrio do papel do mercado, uma transformação nas relações Norte-Sul e uma contestação da hegemonia dos complexos militar-industriais.

Os autores citam também as palavras de Jean Dorst, considerando a atualidade do que foi dito por ele em 1965: “O velho pacto que unia o homem à natureza foi rompido, pois o homem acredita possuir agora suficientemente poder para eximir-se do vasto complexo biológico que foi o seu desde que ele está na Terra.”

A idéia, portanto, de que é preciso refazer os elos entre a pessoa e o planeta ameaçados por inimigos comuns serve como elemento de união de inúmeros movimentos gerados pela sensibilização ecológica, no entanto com visões distintas de como construir esse processo e ao mesmo tempo gerando contradições denominadas pelos mesmos autores de “equivocos ecológicos”.

O grande desafio a ser respondido pela ecologia é se ela poderá se constituir numa alternativa a essa sociedade de alto risco tecnológico e social que é a referência sobretudo do mundo ocidental. Há duas possibilidades indicadas por Alphandery, Bitoun e Dupon (1992, p.101); aponta-se “a demanda de uma definição radicalmente diferente das necessidades apresentadas atualmente pela sociedade e dos modos de satisfazê-las; e a emergência do resgate de um amor essencial a terra, aos camponeses e a um espaço rural esculpido por séculos de história e criador de autenticidade, de equilíbrio e de harmonia”. Os autores acreditam que “a ecologia, ao operar uma volta sobre si mesma, poderá ultrapassar o rompimento entre a tradição e modernidade, passadismo e futurismo que caracterizam tantos equivocos.”

A primeira alternativa constitui-se no questionamento das necessidades que passam a ser criadas e recriadas pela própria sociedade de consumo visando a sua perpetuação. Os autores citam os

trabalhos escritos por Marshall Sahlins, “A primeira sociedade de abundância” e de Pierre Clastres⁸, “A sociedade contra o Estado”, utilizando como um novo parâmetro de análise sobre a qualidade de vida, a vida das sociedades primitivas, consideradas selvagens. Os trabalhos contradizem o senso comum e os preconceitos etnocêntricos e evolucionistas que classificavam as sociedades primitivas como sociedades de penúria, onde os homens por causa de seu subequipamento técnico, exauriam-se numa luta contínua pela subsistência. Os autores colocaram em evidência, com suas pesquisas etnográficas, que algumas sociedades primitivas eram de fato freqüentemente muito ricas – ainda que de uma absoluta pobreza aos olhos dos modernos – dispunham de técnicas adaptadas às suas necessidades e ao seu meio, onde mesmo trabalhando-se pouco, vivia-se bem. “Os índios”, escreveu Pierre Clastres, “consagravam apenas pouco tempo àquilo que chamamos de trabalho. E, apesar disso, não morriam de fome”. As crônicas da época são unânimes em descrever a bela aparência dos adultos, a boa saúde de numerosas crianças, abundância e variedade de recursos alimentares. Conseqüentemente, a economia de subsistência, que era a das tribos indígenas, não implicava de forma alguma a busca angustiada, o tempo todo da alimentação” (citado por ALFHANDERY, BITOUN e DUPON (1992, p.107)). Não apenas certos selvagens não haviam conhecido a miséria, mas também eles haviam dado provas de uma racionalidade que, tanto no plano ecológico quanto humano, mostrava-se superior à dos modernos. Baseando a necessidade, a “riqueza” ou a “pobreza”, não na acumulação de bens, mas na relação entre os homens, e na sua relação equilibrada com a natureza, os primitivos haviam vivido livres, “a primeira sociedade da abundância.”

Os trabalhos citados tiveram grande repercussão no mundo intelectual, no período de 1968. O essencial da contribuição do trabalho dos antropólogos consistiu nos aspectos apresentados por eles como determinantes do padrão de vida observado:

A abundância encontrada não é de forma alguma resultado do acaso. É o produto de uma lógica social, de uma série de opções conscientes e voluntárias: a manutenção de uma simbiose com o meio que acompanha um certo número de práticas ecológicas, demográficas, técnicas e culturais; a utilização do “progresso” técnico não para produzir mais, mas para trabalhar menos; e enfim a autolimitação de necessidades, ou seja, recusa do excedente, da acumulação, através dos quais se introduzem, no próprio seio do grupo, a divisão, o poder e a perda da liberdade com a chegada do Estado. (ALFHANDERY et al., 1998, p.107)

Segundo os autores a nova imagem das sociedades selvagens, apresentada pelos antropólogos veio a reforçar a idéia de que a destruição das culturas tradicionais, concomitantemente ao processo de ocidentalização do mundo, não havia se desenvolvido exclusivamente através da força, mas, de

⁸ La société contre l’Etat, Ed. de Minuit, Paris, 1974

modo talvez mais pernicioso e eficaz, pela inoculação das necessidades da vida moderna nos outros. O modelo que rege a sociedade de consumo pauta-se num sentido geral em excitar ao infinito o apetite de consumo, metamorfosear este em um “fato da natureza” e encerrar os indivíduos no universo fechado, estandardizado e anônimo das sociedades industriais (ALPHANDERY, 1992, p.122).

Os autores chamam a atenção do leitor para um ponto crucial e característico que acompanha o advento das sociedades modernas, mercantis e tecnocientíficas, para o fenômeno que eles denominam de “o afastamento da terra”. O movimento geral de artificialização e uniformização da natureza e da vida, de afastamento de vegetais, animais e de homens da terra, que passam a ser vistos apenas como aspectos secundários do desenvolvimento. O mesmo pressupõe que a ciência, a técnica e a indústria apresentarão alternativas para a manutenção da vida dos homens, transformando a biosfera, no que Alphandery denominou de “antroposfera”.

Ecologistas e militantes dos países de mais baixa renda, por sua vez, criticam os malefícios do desenvolvimento e não renunciaram a conceber alternativas que não impliquem na eliminação dos camponeses e na industrialização da produção agrícola, porque entendem que “o afastamento da terra, foi acompanhado, para milhões de indivíduos, por uma perda de autonomia, de liberdade e de dignidade”(ALPHANDERY, 1992, p.133).

Segundo os autores já citados, aos ecologistas assim como os camponeses foram atribuídos valores negativos pela sociedade em função dos mesmos questionarem as bases da atual sociedade de consumo. A crítica à agricultura industrial, do recurso maciço às energias fósseis e, mais geralmente do produtivismo; por outro lado a defesa das culturas locais, dos “interiores” e das paisagens, das atividades autônomas, do auxílio-mútuo e das relações de vizinhança, fizeram com que os mesmos fossem vistos como representantes de um neo-ruralismo nostálgico e reacionário. Afinal o enraizamento passa a ser visto como retrocesso.. Para Adorno, como também para Deléage e Hoarau o capitalismo se desenvolve fundamentalmente pela exaltação da mobilidade do social e espiritual e por uma luta encarniçada contra aquilo que se opõe radicalmente a sua expansão: o enraizamento e o sedentarismo (ALPHANDERY, op cit, p.157).

Para os espíritos modernos e os empresários, de acordo com os autores, o camponês permanece o ser que se curva ainda para o solo, a terra, e que mantém uma relação não intermediada com a matéria, com o orgânico. Segundo os autores, mais fundamentalmente, ele encarna mais do que ninguém, ou até mesmo sozinho, o tipo humano que devia ou deveria ser eliminado ou convertido para que possam vir a afirmar-se às sociedades modernas, mercantis e democráticas.

Segundo Alphandery (1992, p.172) entre os pensadores da tradição marxista, o filósofo alemão Ernest Bloch utilizou o termo “não-contemporaneidade” para referir-se a um termo em geral atribuído aos camponeses que tentavam expressar as formas de nostalgia e de referência ao passado. Ernest Bloch, escreveu durante os anos 30, um conjunto de textos onde trata com insistência do campesinato, da não-contemporaneidade e do dever de torná-la dialética. Uma das características da não-contemporaneidade está ligada ao enraizamento do camponês, à sua paixão pela terra em que trabalha, à sua ligação ao solo antigo. Seu individualismo, sua ligação com a propriedade rural como instrumento de sua liberdade, liga-os a formas e relações de produção pré-capitalistas. Mas fundamentalmente o sentido dessa revolta não se esgota apenas na oposição ao capitalismo, ela expressa também “conteúdos intencionais de uma espécie que permanece ainda não-contemporânea”, subversiva e utópica, pois ela nunca foi satisfeita. De acordo com o mesmo autor:

O fundamento da contradição não-contemporânea é o conto irrealizado do bom e velho tempo, o mito que ficou sem solução do velho ser obscuro da natureza. Aqui, por instantes, encontra-se um passado que não é apenas um passado não-ultrapassado do ponto de vista das classes, mas materialmente um passado que ainda não foi plenamente honrado.” (BLOCH citado por ALFHANDERY et al, 1998, p.174)

Segundo Alphandery até hoje constitui-se num desafio a compreensão total do caráter positivo das aspirações que se exprimem do modo não-contemporâneo para torná-las contemporâneas. Daí a questão fundamental, formulada de modo totalmente explícito por Bloch e retomada hoje ao menos pelos os membros do sindicato agrícola da França, a Confederação Camponesa e uma ampla fração do movimento associativo preocupado com o futuro do mundo rural e dos países de mais baixa renda: como fazer do solo, da ligação com a terra e do desejo de enraizamento elementos contemporâneos?

Para o autor o gigantesco movimento de afastamento da terra, considerado desde a Revolução Industrial como o único mensageiro do progresso, de liberdade e de consolidação dos valores democráticos faz com que esta aspiração nunca seja satisfeita permanecendo em um imaginário ligado a seu fundamento milenarista. As evocações que lhe dão corpo colocam quase sempre em cena a sociedade medieval, os bens comunais, uma muito hipotética e ideal liberdade de caça, de pesca de colheita cristalizando um fantasma de auto-suficiência e de autonomia. Essas são aspirações efetivamente arquetípicas. Mas “para não considerá-las apenas como ingênuas utopias bucólicas, é preciso prestar a atenção à nostalgia que manifestam, mais que outros, os desprovidos, os excluídos, todos aqueles que a modernidade coloca progressivamente e cada vez mais silenciosamente à parte” (Alphandery, op cit, p.174).

Frente aos múltiplos desafios que caracterizam o tempo presente e a expectativa colocada sobre a ecologia, Guattary (1995, p.25) faz uma proposta buscando apresentar alternativas de um novo e necessário enfoque. Na seqüência o autor apresenta suas reflexões:

Chernobyl e a AIDS nos revelaram brutalmente os limites dos poderes técnico-científicos da humanidade e as “marchas-à-ré” que a “natureza” nos pode reservar. É evidente que uma responsabilidade e uma gestão mais coletiva se impõem para orientar as ciências e as técnicas em direção a finalidades mais humanas. Não podemos nos deixar guiar cegamente pelos tecnocratas dos aparelhos de Estado para controlar as evoluções e conjurar os riscos nesses domínios, regidos no essencial pelos princípios da economia de lucro. Certamente seria absurdo querer voltar atrás para tentar reconstituir as antigas maneiras de viver. Jamais o trabalho humano ou o habitat voltarão a ser o que eram há poucas décadas, depois das revoluções informáticas, robóticas, depois do desenvolvimento do gênio genético e depois da mundialização do conjunto dos mercados. De uma certa maneira, temos que admitir que será preciso lidar com esse estado de fato. Mas esse lidar implica uma recomposição dos objetivos e dos métodos do conjunto do movimento social nas condições de hoje. Mais do nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar “transversalmente” as interações entre os ecossistemas, mecanoesfera e universos de referência sociais e individuais. (GUATTARI, 1995, p.26)

O autor a seguir faz sua proposição em relação à necessidade se serem considerados diferentes aspectos e dimensões da realidade para que a ecologia possa fornecer as contribuições para as transformações que se fazem necessárias na sociedade contemporânea:

As formações políticas e as instâncias executivas parecem totalmente incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações. Apesar de estarem começando a tomar uma consciência parcial dos perigos mais evidentes que ameaçam o meio ambiente natural de nossas sociedades, elas geralmente se contentam em abordar o campo dos danos industriais e, ainda assim, unicamente numa perspectiva tecnocrática, ao passo que só uma articulação ético-política – a que chamo de ecosofia – entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões. (...) Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Esta revolução deverá concernir, portanto, não só às relações de forças visíveis em grande escala mas também os domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo. (GUATTARI, 1995, p.8)

Se não se trata mais – como nos períodos anteriores de luta de classe ou de defesa da “pátria do socialismo” – de fazer funcionar uma ideologia de maneira unívoca, é concebível em compensação que a nova referência ecosófica indique linha de recomposição das práxis humanas nos mais variados domínios. Em todas as escalas individuais e coletivas, naquilo que concerne tanto à vida cotidiana quanto à reinvenção da democracia – no registro do urbanismo, da criação artística, do esporte, etc – trata-se, a cada vez, de se debruçar sobre o que poderiam ser os dispositivos de produção de subjetividade, indo no sentido de uma re-singularização individual e/ou coletiva. (...) Perspectiva que não exclui totalmente a definição de objetivos unificadores tais como a luta contra a fome no mundo, o fim do desflorestamento ou da proliferação cega das indústrias nucleares. (GUATTARI, op cit, p.15)

Guattari (1995, p.65) aponta que é “exatamente na articulação: da subjetividade em estado nascente, do socius em estado mutante, do meio ambiente no ponto em que pode ser reinventado, que estará em jogo a saída das crises maiores de nossa época”. O autor entende o processo indicado como uma possibilidade integrativa e pluralista da ação dos movimentos sociais :

Uma ecosofia de um tipo novo, ao mesmo tempo prática e especulativa, ético-política e estética, deve a meu ver substituir as antigas formas de engajamento religioso, político, associativo(...) Tratar-se-à antes de um movimento de múltiplas faces dando lugar a instâncias e dispositivos ao mesmo tempo analíticos e produtores de subjetividade. Subjetividade tanto individual quanto coletiva, transbordando por todos os lados as circunscrições individuais, “egoisadas”... (GUATTARI, op cit, p.54)

Finalmente chama a atenção para sua concepção de subjetividade que “através de chaves transversais, pode se instaurar ao mesmo tempo no mundo do meio ambiente, dos grandes agenciamentos sociais e institucionais e, simetricamente, no seio das paisagens e dos fantasmas que habitam as mais íntimas esferas do indivíduo”. Para Guattari a reconquista de um grau de autonomia criativa num campo particular invoca outras reconquistas em outros campos. Assim, “toda uma catálise de retomada de confiança da humanidade em si mesma está para ser forjada passo a passo e, às vezes, a partir dos meios os mais minúsculos”. (GUATTARI, 1995, p.56)

O autor considerando novamente a necessidade de novas abordagens para o enfrentamento da crise em que se insere a sociedade contemporânea, aponta em suas reflexões a urgência da luta por temas inseridos na macro-realidade e que atingem grande parte da humanidade, mas finaliza apontando a importância das experiências de caráter micro-social, reconhecendo seu potencial catalizador para as grandes transformações sociais necessárias.

As reflexões de Guattari foram consideradas neste trabalho, sobretudo para o fechamento dessa primeira parte do capítulo porque trazem contribuições importantes para o entendimento de novas alternativas que necessitam ser concebidas no contexto da relação sociedade/natureza. O autor considera a importância das experiências micro-sociais, similares ao processo de trabalho desenvolvido pelas famílias da AGAECO, sendo este o motivo dos seus referenciais serem utilizados no decorrer das discussões realizadas ao longo da referida dissertação.

2.2 A ALIMENTAÇÃO COMO FATOR DE MEDIAÇÃO DA RELAÇÃO SOCIEDADE

Após o contexto apresentado pretende-se fazer uma breve exposição de processos de transformação nas relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza considerando a alimentação como fator mediador e de expressão dessa mesma relação.

2.2.1. As práticas alimentares das sociedades tradicionais e contemporâneas

Na composição dos sistemas agrícolas ao longo da história, os grupos humanos tiveram que conciliar suas necessidades nutricionais com as possibilidades e limitações do ambiente em que viviam. Para tanto lançaram mão inicialmente de recursos que podiam ser obtidos por caça e coleta (KHATOUNIAN, 2001, p.255.) .Onde e quando tais recursos se mostraram insuficientes, utilizava-se dos recursos ambientais e genéticos disponíveis na criação de sistemas agrícolas. O ponto de convergência era a obtenção da alimentação básica; a mesma era organizada de forma a conter alimentos que garantissem a oferta da energia necessária para a reprodução biológica, uma base de fornecimento de proteínas, para a reposição e composição das substâncias orgânicas do corpo humano e complementos de produtos frescos, para fornecimento de vitaminas e sais minerais.

No entanto, segundo Cândido (2003, p.34), os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto de reações culturais que passam a ser desenvolvidas sob o estímulo das necessidades básicas desse mesmo grupo. A alimentação consiste no melhor exemplo desse tipo de dependência por exigir uma satisfação constante e requerer uma organização social adequada para tal, ilustrando seu caráter de seqüência ininterrupta que há nas relações do grupo com o meio. A natureza aparece de início como um grande celeiro potencial, que será utilizado conforme as operações do grupo; no entanto, segundo o autor, animais e plantas não se constituem em si, alimentos do ponto de vista da cultura e da sociedade. É o homem quem os cria como tais, na medida em que os reconhece como alimento e a partir daí trabalha na sua produção. O meio se torna deste modo “um projeto humano; uma projeção das necessidades do homem e o planejamento das ações em função das mesmas, revelando-se segundo a visão de Marx, uma construção da cultura”. Para cada cultura haverá um modo de vida do qual a alimentação faz parte. Por isso a mesma constitui-se no centro de um dos mais vastos complexos culturais, abrangendo atos, normas, símbolos e representações. “A obtenção da comida percorre, do esforço físico ao rito a gênese de quase todas as instituições sociais” (CÂNDIDO, op cit, p.36).

Mead e Guthe (1980, p.15) definiram hábitos alimentares como “o estudo dos meios pelos quais os indivíduos, ou grupos de indivíduos, respondendo a pressões sociais e culturais, selecionam, consomem e utilizam porções do conjunto de alimentos disponíveis.” Desta forma, as aversões e as preferências, ou o que constitui a identidade étnica de um povo, vão corroborar para o fato de que nem tudo que possa ser consumido pelos seres humanos, o seja de fato.

O instinto presente nos animais, que origina um comportamento alimentar que responde sempre as possibilidades do meio, não tem a mesma performance nos seres humanos. A diferença

está na possibilidade do ser humano fazer escolhas e modificar o meio ambiente. Percebe-se que a eleição dos alimentos satisfaz as necessidades do corpo mas também, em grande medida, as necessidades da sociedade (FISCHLER, 1995 p.26). A cultura estabelece o que é comestível, ou seja, a cultura ensina e leva a gostar de todo o tipo de comida. Assim, para muitos autores, parece claro que o ato alimentar, é determinado por uma série de fatores que vão desde os de caráter biológico e ecológico, até os níveis tecnológico, econômico, social, político e ideológico.

É importante destacar que as mais variadas culturas evoluíram dentro de um equilíbrio alimentar próprio, o que demonstra que suas escolhas revelavam uma sabedoria apreendida através de gerações. Existem mudanças e permanências nos sistemas alimentares e nas praticas culinárias; por um lado, estudos apontam que determinados alimentos estariam tão integrados a cultura de um povo que poderiam resistir às conquistas, à colonização, a mudança social, as revoluções técnicas e, em alguns momentos a industrialização e a urbanização. A tendência dos imigrantes em conservar seus hábitos alimentares é amplamente retratada em estudos etnográficos (LEBVRE⁹ citado por FISCHLER, 1995, p.97).

Já para Fischler, todos os sistemas alimentares podem sofrer alterações de forma imprevisível, não sem antes haver uma aparente resistência pautada na inércia ou na recusa. O equilíbrio dos sistemas tradicionalmente construídos com base na relação homem – natureza para obtenção de alimentos pode ser rompido.

Estudos sobre a determinação de situações de insegurança alimentar e de fome endêmica ou epidêmica, em geral têm apontado para causas que de forma mais predominante se estabelecem em função das relações sociais e econômicas existentes nas diferentes sociedades. Já em 1947, Josué de Castro propunha para enfrentamento da fome no Brasil, no campo e na cidade “...reforma da nossa economia agrária ...; combate ao latifundismo; combate à monocultura; aproveitamento racional de todas as terras cultiváveis circunvizinhas dos grandes centros urbanos para agricultura de sustentação, agricultura de produtos alimentares principalmente de substâncias perecíveis; intensificação do cultivo de alimentos sob a forma de poli - agricultura, nas pequenas propriedades.” A referência às soluções que vão sendo propostas pelo autor ilustram como aspectos de ordem econômica e social interferem diretamente na produção e no acesso ao alimento para pessoas que fazem parte de diferentes grupos sociais.

No entanto para Fischler (1995, p.219), apesar das mudanças alimentares terem sido registradas ao longo da história das sociedades, não se comparam às que vêm ocorrendo na

⁹ LEBVRE, L.,1938, “Répartition géographique des fonds de cuisine en France”, en Travaux du 1^o. Congrès international de folklore, Tours.

atualidade, com tal grau de aceleração. Tal questão não poderia ser diferente, uma vez que a alimentação faz parte da cultura e tem sido constatada uma verdadeira revolução cultural nas últimas décadas. Percebe-se que a alimentação das diferentes culturas, sobretudo as ocidentais, está sendo transformada rapidamente, como parte de uma cultura que também se transformou. Para o mesmo autor, a cultura moderna e o afastamento do homem da natureza tem reduzido a capacidade do ser humano em perceber qual alimentação ser-lhe-ia mais adequada.

Com o crescente êxodo rural, a partir da década de 1950 a urbanização passa a interferir na questão alimentar e no modo de vida de grande parte da população, afetando seu padrão de consumo alimentar, seus costumes, valores e os usos do corpo, sendo a geradora das variáveis que atuam no perfil de morbi-mortalidade atuais (GARCIA, 2001, p.28). O modo de vida urbano que nos países mais ricos está associado a problemas da abundância, nos países de baixa renda, como o Brasil, passa a gerar contrastes como o agravamento de problemas nutricionais peculiares à pobreza urbana e também às enfermidades crônicas, segundo a autora.

As razões para as mudanças no comportamento alimentar estariam assentadas na crise cultural vivida pelas sociedades dos países industrializados, visível pela crescente desestruturação dos sistemas normativos e dos controles sociais que regiam, tradicionalmente, as práticas e as representações alimentares. O significado dos alimentos tem sido elaborado principalmente no ato de sua transformação e consumo e a indústria tem sido eficaz na função de outorgar símbolos a tudo que produz (BLEIL, 1998, p.9).

Neste sentido é necessário destacar que boa parte dos alimentos que são hoje consumidos e para os quais foi atribuído valor simbólico em função de características tecnológicas e do sabor agradável apresentado, podem trazer prejuízo a saúde do consumidor, uma vez que a maioria destes alimentos possui alta concentração de gordura, açúcar e sal podendo causar problemas no metabolismo do corpo humano dependendo da frequência em que são ingeridos e da quantidade consumida (CONTRERAS¹⁰, citado por BLEIL (1998, p.10).

A comida em muitas situações passa a ser percebida como uma forma de se obter status social. O alimento é visto como uma mercadoria e como tal é explorado pela mídia. Assim, frente ao processo mencionado, que vem ocorrendo de forma acentuada em muitas sociedades, cabe refletir de que forma a questão alimentar se dará no cenário da globalização da economia, considerando que a maior parte das indústrias de alimentos é de caráter transnacional.

¹⁰ CONTRERAS, J. Alimentación y cultura: reflexiones desde la Antropología. *Revista Chilena de Antropología*, n. 11, 1992.

A ideologia que fundamenta a globalização é a do neoliberalismo, o que pressupõe que a abertura dos mercados tem por objetivo final a acumulação do capital por grupos de grandes corporações de diferentes setores; na área da alimentação, há uma pressão pela padronização da cultura alimentar em todo o mundo, considerando os interesses dos oligopólios das grandes indústrias de alimentos e de sementes. Por outro lado, as avaliações sobre o processo de globalização da economia têm demonstrado uma intensificação da precarização das condições de vida das populações dos países de mais baixa renda e nesta situação deve ser destacada a insegurança alimentar, que se constitui na principal questão de sobrevivência para mais de 800 milhões de pessoas que vivem em maior concentração no hemisfério Sul do planeta. (HOBELLINK, 1990, p.99).

Assim, conforme o exposto até o momento, a visão da alimentação pela sociedade sofre mudanças ao longo da história, sendo possível inclusive entender a história política do capitalismo a partir da perspectiva da alimentação. Friedmann e McMichael¹¹ (1989) citados por Ramos e Storel (2001,p.38) trabalham com o conceito de regime alimentar com base na teoria regulacionista, procurando ressaltar as relações sistêmicas entre dietas alimentares e os fenômenos econômicos e políticos, no nível global, que resultaram na formação dos Estados Nacionais no século XIX e na expansão mundial das relações capitalistas, com a consequente construção de um sistema agroalimentar mundial. Os autores dividem o processo de definição do regime alimentar em três períodos. O primeiro regime alimentar constituído no período final da hegemonia britânica (1870-1914); o segundo regime alimentar correspondendo ao período “fordista” centrado na hegemonia americana no pós – II Grande Guerra (1947-1973).

O denominado “terceiro regime alimentar”, se refere ao período atual da história do capitalismo, composto de tendências contraditórias, e de menor definição que os regimes anteriores. Harriet Friedmann (2000) chama de período do modelo “liberal-produtivista” onde a globalização financeira estendeu-se ao âmbito da produção, tornando os capitais do sistema agroalimentar livres das regulações dos estados-nacionais para incluir ou excluir localidades, matérias-primas e mão-de-obra, de acordo com a conveniência.

2.2.2 A relação das práticas alimentares com a saúde humana na sociedade contemporânea

A nutrição humana, verifica-se como um tipo de relação derivada da mediação sociedade/natureza, sendo necessário considerá-la no âmbito da discussão aqui realizada, uma vez que a mesma constitui-se no resultado final do processo da alimentação.

Segundo Flandrin e Montanari¹² citados por Garcia (2000, p.13) a preocupação com a alimentação e sua relação com a saúde na prevenção e na cura de doenças está documentada em obras da Antiguidade desde o século V e IV a.C., sendo juntamente com a farmacologia e a cirurgia uma das três áreas fundamentais da medicina antiga. Segundo a autora, em séculos passados esta relação foi também estabelecida pela epidemiologia clássica, na identificação da necessidade da ingestão de nutrientes por ocasião da identificação da etiologia das doenças carenciais.

Ainda a mesma autora destaca que a epidemiologia nutricional contemporânea delimitou como campo de estudo, o das doenças da civilização ocidental relacionadas com a alimentação, particularmente doenças cardíacas e câncer. Mais recentemente outras enfermidades têm sido relacionadas com a alimentação: osteoporose, diabetes mellitus, má formação congênita, entre outras (WILLETT, 1990;OMS, 1990; WHO, 1988).

No entanto, Garcia (2000, p.13) aponta que o que norteia a concepção de alimentação saudável atualmente é aquilo que ela pode eventualmente evitar de doenças crônicas relacionadas com a alimentação. Novas pesquisas sobre alimentos funcionais reforçam o foco na alimentação por suas propriedades farmacológicas. Para a ciência a qualidade da alimentação se dá por seus atributos nutricionais, quer seja para orientar o que deve ser restringido ou pelo que deve ser aumentado, em função das doenças de destaque no panorama das estatísticas de saúde. Através da publicidade e da divulgação científica o valor nutricional e suas propriedades é incorporado ao alimento interferindo nas escolhas alimentares.

Para a mesma autora se por um lado a preocupação com a saúde é uma característica da comensalidade contemporânea, também o é equacionar seu cotidiano alimentar no meio urbano, que impõe outra relação com a práticas alimentares redimensionando-as no tempo, espaço e diversidade. Garcia avalia que mesmo havendo uma preocupação com alimentação relacionada com a saúde, as mudanças na alimentação contemporânea seguem outra direção, conforme afirma:

A adoção da “dieta afluente” – caracterizada por um excesso de alimentos de grande densidade energética, ricos em gordura e em açúcar refinado simples e por uma diminuição no consumo de carboidratos complexos (fonte importante de fibras alimentares) – associada a enfermidades crônicas, tem sido crescente no meio urbano e em regiões de prosperidade econômica (OMS, 1990). Não se pode afirmar que tal contradição decorra, inequivocamente, da negligência com essa preocupação. Haverá motivos para a incompatibilidade entre “o que se come” e “o que se deve comer”.

¹¹ FRIEDMANN, H.; MCMICHAEL, P. Agriculture and State System. *Sociologia Ruralis*, v.29, n.2,p.93-117, 1989

¹² FLANDRIN, J.L.; MONTANARI, M. (Diret.) *História da Alimentação*. 2ª. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

“O que se deve comer”, para a autora, depende de um esforço do comensal lidar com o que Carrasco¹³ citado por Garcia (2000, p.14) denomina “racionalidade dietética”. Segundo o autor referido “o processo implica novos conhecimentos, escolha de produtos segundo este critério, aprendizagem de procedimentos culinários, disponibilidade financeira e de tempo para elaborar novos pratos”. Há necessidades de adaptações mesmo que o gosto dos sujeitos seja respeitado, pois nem sempre é possível conciliar o “que se deve comer” com os hábitos alimentares já adotados.

Segundo Garcia (2000, p.14) o termo “dieta” é o que melhor traduz o enfoque atual da alimentação saudável. No termo “está contida a idéia de privação e de restrição visando algum objetivo físico ou espiritual.” No entanto, para a autora, nem sempre a ameaça de uma doença futura mobiliza o sujeito para mudanças.

Na oposição oposta às reflexões realizadas por Garcia, alguns modelos de dieta têm servido como referência para recomendações de práticas na área de alimentação e nutrição que são consideradas promotoras da saúde. Tais referenciais têm sido considerados em função da existência de evidências de que determinado padrão alimentar pode estar relacionado com situações de longevidade associada à qualidade de vida. Em 1993 a OMS e a FAO promoveram uma conferência internacional sobre a dieta dos povos do Mediterrâneo, que em função de suas características nutricionais e da sua palatabilidade tem sido propagada como um modelo de dieta ideal para ser adotado em outros países (KEYS¹⁴,1995;WILLETT¹⁵ et al.,1995; citados por GARCIA, 2001, p.28). O interesse pela dieta mediterrânea originou-se na década de 1950 quando foram verificadas taxas muito baixas de mortes por doenças cardíacas e por outras doenças crônicas em regiões próximas ao mar Mediterrâneo.

Garcia (2001, p.28) aponta que a dieta mediterrânea, segundo especialistas em nutrição caracteriza-se por uma abundante quantidade de alimentos de origem vegetal (frutas, vegetais, pão e outros cereais, batata, feijão, nozes e sementes); alimentos pouco processados e de origem local; frutas frescas como sobremesa típica e doces concentrados em açúcar ou mel, que são consumidos poucas vezes por semana; o azeite de oliva é a principal fonte de gordura; o peixe, o frango e a carne são consumidos em quantidade moderada; os laticínios, principalmente queijo e iogurte também são

¹³ CARRASCO, S. Cultura, alimentación y salud: una propuesta de análisis metodológico. In: MEDINA, X. (Ed.) La alimentación mediterránea – história, cultura, nutrición. Barcelona: Icaria Antrazyt, 1996.

¹⁴ KEYS, A. Mediterranean diet and public health: personal reflections. *American Journal of Clinical Nutrition*, v.61 (suppl.), p.1321S-1323S, 1995.

¹⁵ WILLET, W.C. et al. Mediterranean diet pyramid: a cultural model for healthy eating. *American of Clinical Nutrition*, v.61 (suppl.), p. 1403S –1406S, 1995.

consumidos em quantidades reduzidas; o consumo de ovos é de até quatro vezes na semana e o vinho é consumido moderadamente nas refeições. (WILLETT et al., 1995).

Segundo a mesma autora chamado “Estudo dos Sete Países” (KEYS¹⁶, 1970) serviu para identificar os fatores de risco para as doenças coronarianas, estabelecendo uma forte relação entre ingestão de gordura, representada por altas concentrações de colesterol sanguíneo e risco para cardiopatia coronariana. O mesmo constituiu-se numa investigação que aponta que uma ingestão de gordura saturada de 3% do total de energia no Japão e de 22% no leste da Finlândia, refletia-se no colesterol sérico total dessas populações e equivaliam respectivamente a 165 mg/dl e 270 mg/dl. As taxas de incidência de cardiopatia coronariana em 15 anos, apresentaram-se entre 144 mortes para cada 10.000 habitantes no Japão e 1.202 para cada 10.000 habitantes no leste da Finlândia. Assim o estudo evidenciou uma forte correlação positiva entre a presença de determinados valores de gordura saturada na dieta e a incidência cardiopatia coronariana em 10 anos. As populações com uma ingestão média de gordura flutuava entre 3 e 10% da ingestão total de energia, caracterizavam-se por uma concentração de colesterol sérico total inferior a 200 mg/dl e por taxas baixas de mortalidade por cardiopatia coronariana. Nas situações em que a ingestão de gordura saturada superava os 10% da ingestão de energia, observou-se um aumento importante e progressivo da mortalidade por cardiopatia coronariana.

Por outro lado AZEVEDO (2001, p.111) em seu livro cita estudos compilados pela Weston Price Foundation (FALLON¹⁷, 1999), que se referem ao consumo de gordura por comunidades em diferentes lugares do mundo, relativizando os pontos defendidos por KEYS (1970) no estudo referido anteriormente. O trabalho citado apontou a existência de:

- a. registro de povos do norte da Índia que consomem 17 vezes mais gordura animal e têm uma incidência de doenças coronarianas 7 vezes menor que os habitantes do sul do país;
- b. registro sobre etnia africana, os Massai, que subsistem basicamente de leite, sangue e carne bovina e apresentam baixas taxas de colesterol e ausência de doenças coronarianas;
- c. estudo sobre os padrões da dieta e doenças na China revelando que na região onde a população consome grande quantidade de leite integral ocorrem 50% menos doenças cardíacas quando comparadas com outras áreas onde o consumo de produtos animais e lácteos são restritos;

¹⁶ KEYS, A. Coronary heart disease in seven countries. *Circulation*, v.41, suppl.1, p.-211, 1970

¹⁷ FALLON, S and ENIG, M. *Nourishing Traditions*, Washington: New Trends Publishing, 1999.

- d. pesquisa realizada entre os habitantes da Geórgia, região da antiga URSS, conhecida pela longevidade de seu povo, registrando que os mais longevos são aqueles que consomem maiores taxas de gordura.

Tais constatações apontam resultados muito diferentes dos encontrados por Keys em seu trabalho e indicam que a análise da alimentação de determinado grupo não pode ser realizada somente comparando suas características com a de outros grupos considerados de referência ou somente com as recomendações nutricionais de padrões internacionais.

Fischler (1996) questiona a idéia de que exista um padrão alimentar ótimo para toda espécie humana. Segundo o autor a alimentação dos esquimós, apresentando basicamente proteínas e gorduras e a de povos vegetarianos, indicam que as civilizações se desenvolveram com distintas bases de modelos alimentares. Para ele “as recomendações dietéticas não podem ser consideradas de modo absoluto tanto do ponto de vista dos fundamentos que a compõem como enquanto modelo alimentar a ser seguido.”

A recomendação para a adoção de alimentos de outra estrutura culinária é artificial porque encontra-se descolada da cultura de origem e sem formas de absorção pela cultura receptora. O processo de desterritorialização que pode ocorrer nesse tipo de situação cria um padrão estilizado, muito distinto do genuíno (ORTIZ¹⁸, citado por GARCIA, 2001, p.32).

As recomendações dietéticas utilizadas como referência pelos nutricionistas para orientações nutricionais, baseadas nos estudos da ciência da Nutrição generalizados, necessitam sofrer adaptações e ajustes locais considerando o sistema alimentar e a cultura regional.

É necessário também que se entenda a relação existente entre os problemas crônicos de saúde e o modo de vida das populações. Sanmartí¹⁹ (1991) também citado pela autora discute os determinantes de saúde na sociedade atual “considerando quatro variáveis determinantes do estado de saúde: a biologia humana (genética, envelhecimento), o meio ambiente (contaminação física, química e biológica e aspectos psicossociais e socioculturais), o estilo de vida (comportamentos saudáveis) e a assistência à saúde. Excetuando-se a biologia humana, os demais determinantes podem ser modificados por estarem atrelados a determinantes sociais e, portanto à condição de classe social”.

WILLETT et al. (1995) citado pela mesma autora, ressalta que esses fatores relacionados com o estilo de vida são particularmente interessantes e podem contribuir para o perfil de saúde da população. No caso do estudo referido sobre a dieta do Mediterrâneo, a existência de fatores

¹⁸ ORTIZ, R. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2^a.ed., 1994

¹⁹ SANMARTÍ, s. *La salud y sus determinantes*. *Athropos – revista documentación científica de la cultura*, p.118-119;32-39, 1991

relacionados ao modo de vida também podem interferir positivamente na prevenção das doenças, além da dieta consumida: o suporte social e senso de comunidade que acompanha a refeição com amigos e familiares, refeições feitas tranquilamente e diminuindo o stress, refeições cuidadosamente preparadas e saborosas, estimulando o prazer de consumir uma comida saudável e, finalmente a realização da sesta, uma oportunidade para o relaxamento.

Para Garcia (2001, p.33) a urbanização, sem dúvida, parece ter induzido mudanças nos padrões de vida e de comportamento alimentar das populações. O consumo alimentar nos países em desenvolvimento é marcado por uma evolução rápida que acompanhou o processo de urbanização, a modernização do sistema produtivo e a inserção no mercado econômico mundial. O mesmo fenômeno de urbanização com migração urbano-rural deu origem a bairros pobres. Paralelamente, a vida sedentária e o tipo de alimentação têm levado a um aumento da obesidade sobretudo em mulheres.

No Brasil, o tipo de alimento consumido na zona rural apresenta-se diferente daquele consumido no meio urbano, que está relacionado diretamente ao poder aquisitivo ou ao nível socioeconômico dos diferentes estratos da população. Estudos demonstram que a população urbana de baixa renda apresenta uma ingestão calórica inferior, quando comparada com a população rural, apesar da primeira consumir proporcionalmente mais proteína e gordura animal que a segunda. A população urbana consome maior quantidade de alimentos processados como carnes, açúcares, gorduras e derivados do leite, em relação à área rural onde a ingestão de cereais, raízes e tubérculos é mais elevada. (POF/IBGE, 2003)

Segundo Garcia (2001, p34), transições mais rápidas na ocidentalização da dieta provocaram alterações mais ostensivas em relação às doenças crônicas, podendo ser citado o exemplo do caso dos aborígenes australianos, dos índios americanos dos EUA, entre outros grupos, que tinham anteriormente a alimentação baseada em raízes e hortaliças, no primeiro caso e cereais no segundo caso, que apresentaram aumento na incidência de obesidade, diabetes, hipertensão e cardiopatia coronariana quando passaram a consumir principalmente farinha de trigo branca e açúcar e a ter um estilo de vida mais sedentário. (JACKSON, 1986).

Para a mesma autora quando a alimentação é incluída no estilo de vida, abre-se uma nova possibilidade de abordagem em relação as práticas alimentares e sua contextualização no comportamento alimentar. Qualquer mudança na dieta “implica profundas alterações nas práticas alimentares o que, por sua vez demanda um redimensionamento da rotina doméstica, das práticas sociais, do ritmo de vida, enfim representa uma reorganização e realocação da alimentação no *modus vivendi*, que só é possível se for afetada também às condições de vida”.

Para Garcia (2001, p.28) “a transposição de modelos de dieta, na perspectiva de se adotar uma alimentação saudável, parece ser menos consistente do que a proposição de valorização da estrutura culinária nativa, resgatando e valorizando suas peculiaridades para garantir sua eficácia e pela abrangência que o seu resgate representa para as diferentes camadas sociais.”

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR ECOLÓGICA E SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Após a abordagem sobre referenciais básicos da área de alimentação e nutrição necessários à compreensão do referido trabalho, sobretudo à parte empírica do mesmo, inicia-se uma discussão sobre a situação de insegurança alimentar e nutricional que justificará a necessidade da busca de alternativas para o atual modelo de produção e consumo de alimentos.

2.3.1 Os processos de determinação da insegurança alimentar e suas repercussões no campo e na cidade

A organização da economia mundial e sua relação com o sistema agroalimentar e com a insegurança alimentar

A Reunião da Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em 1996, propôs a meta de reduzir pela metade o número de pessoas que vivem em insegurança alimentar até o ano de 2015 (atualmente cerca de 800 milhões de pessoas). Avalia-se no entanto que o compromisso não poderá ser cumprido dentro do prazo estabelecido. Segundo dados da FAO (TUBINO, 2003), o número de pessoas desnutridas diminuiu apenas em 6 milhões/ano ao invés dos 22 milhões/ano, necessários para o alcance da meta. Representantes da FAO reconhecem que a inviabilidade no cumprimento da mesma se deve a uma série de determinantes, dentre os quais destaca-se a diminuição de recursos nacionais e internacionais destinados ao setor rural, apesar do mesmo congregar atualmente cerca dos 70% dos pobres do mundo.

Assim a manutenção de aglomerações de pessoas concentradas em diferentes pontos do planeta vivendo em situação de insegurança alimentar e nutricional, sobretudo no meio rural, pode ser entendida a partir dos processos já descritos bem como estar relacionada aos fatores que na sequência serão apontados (CONSEA, 2004,p.17):

- 1) a existência de latifúndios improdutivos para fins de especulação imobiliária e uso de grandes concentrações de terra para a produção de alimentos para a exportação, nos países de mais

baixa renda sobretudo do hemisfério Sul, impedindo a produção de alimentos para o autoconsumo das famílias rurais e a venda de excedentes para o abastecimento do mercado interno;

- 2) a permanência dos subsídios à exportação de alimentos, principalmente nos países industrializados, desencadeando o abaixamento dos preços dos alimentos no cenário internacional, fazendo com que nos países de mais baixa renda a obrigatoriedade da importação dos mesmos determine a impossibilidade da venda de produtos internos a um preço competitivo, contribuindo assim para a desestruturação das propriedades agrícolas tradicionais e camponesas;
- 3) a modernização da agricultura que mediante o uso intensivo de insumos químicos tem contribuído para a geração e perpetuação de sérios problemas de caráter ambiental, social e de saúde para produtores e consumidores, determinando a crise de sistemas agrícolas e a inviabilidade da permanência das famílias no campo. Mais recentemente o desenvolvimento de sementes de alimentos transgênicos constitui-se num fator de ameaça à autonomia dos agricultores, pois a liberalização de seu plantio e a sua disseminação no meio ambiente poderão vir a determinar uma dependência da compra de sementes e pagamento de *royalties* às empresas transnacionais que detêm as suas patentes, a perda de matrizes nativas de certos cultivares e a redução da biodiversidade (HOBELINK, 1990, p.139).

Segundo Friedmann e McMichael (1989) citados por Ramos e Storel²⁰ (2001, p.38) deve ser considerado na construção desse contexto a influência do modelo fordista – que se baseia em produtos homogêneos, padronizados, para mercados de massa e em tecnologias que aumentam a produtividade e reduzem os custos de produção, atualmente em grande contestação. Este fato, juntamente com a saturação dos mercados de massa e com a tendência de abaixamento nos preços dos alimentos, está determinando a busca de uma mudança de ênfase: da quantidade para a qualidade. As grandes indústrias de alimentos passam a buscar o desenvolvimento de produtos alimentícios diferenciados, determinados nichos de mercado, voltados a certos grupos sociais.

O terceiro regime alimentar, de acordo com os autores já citados, que se verifica no presente momento, está se caracterizando por uma composição de tendências contraditórias. A princípio verifica-se que a globalização financeira estendeu-se ao âmbito da produção, tornando os capitais do sistema agroalimentar livres das regulações dos estados-nacionais para incluir ou excluir localidades,

²⁰ FRIEDMANN, H.; MCMICHAEL, P. Agriculture and State System. *Sociologia Ruralis*, v.29, n.2,p.93-117, 1989

matérias-primas e mão-de-obra de acordo com a conveniência. No entanto o livre movimento dos capitais não significa o livre comércio de produtos alimentícios; pois há um ambiente de extremo protecionismo nos países de maior renda e de maiores facilidades para que as corporações transnacionais de alimentos conquistem os mercados alimentares nos países semi-industrializados da periferia, que passaram a ter os preços de suas exportações cada vez mais reduzidos.

Finalmente pode-se considerar que grande parte dos problemas mencionados, têm se agravado em função às relações políticas e comerciais que estão sendo construídas ou fortalecidas pela globalização da economia, cujas diretrizes se definem em função dos mecanismos que permitirão o maior acúmulo de capital para determinados grupos transnacionais, independente do fato desse mesmo processo contribuir para a perpetuação ou aumento da pobreza e conseqüente insegurança alimentar para uma parcela da população mundial.

A insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua repercussão no campo e na cidade

Com o acentuado crescimento da industrialização em todo o mundo, fato que mudou a visão sobre os processos produtivos e impulsionou a desestruturação de sistemas tradicionais de produção agrícola, ocorre o êxodo rural e o aumento da concentração de pessoas nas cidades (SANTOS,1993, p.09).

Assim em virtude deste processo e do distanciamento que as pessoas passam a ter do meio rural e portanto, dos meios de produção de sua própria alimentação, ocorre uma dependência cada vez maior das estruturas que comercializam os alimentos. Estas passam a fazer a conexão entre o lugar onde os alimentos são produzidos e o *locus* em que os mesmos serão consumidos, determinando a dependência monetária para a aquisição dos mesmos. Para Garcia (2001, p. 29), a urbanização interferiu na questão alimentar de grande parte da população sendo a geradora das variáveis que atuam no perfil de morbi-mortalidade atuais. Nas classes médias e em ascensão econômica, o consumo alimentar assemelha-se ao padrão norte-americano e europeu com um aumento no consumo de alimentos de origem animal, gordura vegetal e açúcares. Já para os mais pobres, os problemas nutricionais se constituem de uma dupla polaridade: por um lado a presença de baixo peso e desnutrição, por outro o sobrepeso, a obesidade e suas conseqüências negativas para a saúde dos grupos mais vulneráveis.

Cerca de 50 anos após a publicação do livro « Geografia da Fome », as causas determinantes do problema alimentar brasileiro persistem, mas num contexto social e econômico muito mais complexo do que aquele conhecido por Josué de Castro.

Assim, apesar de nos últimos anos o Brasil haver apresentado uma redução importante na prevalência da desnutrição em crianças menores de cinco anos, ainda conta com percentuais considerados elevados em algumas regiões (a prevalência de desnutrição aguda em menores de 5 anos é de 9,2% no meio rural brasileiro, enquanto que no meio urbano encontra-se em torno de 4,6%) segundo informações de pesquisas nacionais²¹. Por outro lado, o país apresentou um aumento de sobrepeso em sua população adulta nas duas últimas décadas. Em 1989, verificou-se que 32% da população adulta apresenta algum grau de sobrepeso. Tal situação merece especial atenção, uma vez que o sobrepeso constitui-se num fator de risco para o desenvolvimento de doenças crônico-não transmissíveis (diabete, doenças coronarianas, etc), responsáveis pelas maiores taxas de mortalidade em adultos, na atualidade (WALDMAN, 2000, p.13).

No meio rural brasileiro, a questão merece especial atenção pois a redução da desnutrição infantil foi muito menor que a apresentada nas cidades, reflexo de condições de vida diferenciadas e sobretudo geradas pela pobreza existente. O Mapa da Fome, em 1993, registrou a existência de 32 milhões de brasileiros vivendo em situação de indigência em todo o país. O campo, apesar de contar na época com 23% da população brasileira, concentrava 50% das pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza no país, sendo as mesmas consideradas indigentes; ou seja, um contingente de 16 milhões de pessoas (PELIANO, 1993).

Segundo Menezes (1998), estima-se que existam cerca de 4,8 milhões de famílias sem-terra no Brasil, contingente que se aproxima do número de indigentes apontado pelo Mapa da Fome para o meio rural, considerando-se uma média de quatro pessoas por família. Tal informação evidencia o fato de que a maior parte dos indigentes do meio rural brasileiro se constitui de famílias de trabalhadores rurais sem terra.

Dados do Censo Agropecuário²² de 1995/96 mostram que no Brasil, do total de 4,6 milhões de estabelecimentos rurais, 4,1 milhões são estabelecimentos familiares (86%) que, no entanto, ocupam apenas 108 milhões de hectares (31%), do total de 354 milhões de hectares existentes. Apesar de representarem a maioria, os agricultores familiares e camponeses têm uma participação reduzida na área total, face à magnitude das áreas ocupadas pela agricultura patronal.

A falta de acesso aos meios de produção, determinada pela ausência histórica de políticas públicas comprometidas com a produção familiar de alimentos, tem contribuído para a manutenção

²¹ Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), realizada pelo INAN/BENFAN, em 1996.

Pesquisa Nacional de saúde e Nutrição (PNSN), realizada pelo INAN/IBGE, em 1989.

²² Processamento de dados do Censo Agropecuário 1995/96 foi efetuado pelo Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

da pobreza no campo. Neste sentido, cerca de 70% dos estabelecimentos familiares no país, tiveram um rendimento anual muito baixo, ou seja, na faixa de zero a 3 mil reais, segundo o estudo supracitado.

No entanto, apesar da situação crítica mencionada anteriormente, de acordo com a avaliação de Oliveira (2002, p.301) quando é feita a análise da produção dos principais alimentos provenientes da agropecuária nacional, verifica-se que os estabelecimentos com menos de cem hectares são responsáveis pela maior parte deste volume. Dados do Censo Agropecuário de 1996, apontaram a existência no Brasil de 4.139.369 estabelecimentos rurais familiares, que representam 85,5% do total de estabelecimentos e são responsáveis por 37% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, apesar de receberem apenas 23,5% do financiamento destinado à agricultura. Produzem 24% do VPB da pecuária de corte, 54% da pecuária de leite, 58% dos suínos, 40% das aves e ovos, 33 % do algodão, 62% da cebola, 67% do feijão, 87% da mandioca, 49% do milho, 32% do soja, 46% do trigo 58% da banana e 25% do café.”

Contribuíram também para intensificação desta problemática as modificações que ocorreram na agricultura brasileira nas últimas décadas, como consequência da modernização da produção de alimentos. A chamada Revolução Verde, que objetivou combater a fome mediante o aumento da produtividade na agropecuária com o uso intensivo de insumos - fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes híbridas selecionadas, mecanização - gerou uma série de problemas sociais e ambientais Segundo Soto (2002, p.50):

O processo de modernização da agricultura caracterizou as transformações capitalistas no campo e marcou a passagem de uma agricultura “natural” para uma produção agrícola baseada em fortes incorporações de insumos industrializados e importados. A modernização significou uma revolução na base técnica da produção agrícola, que dependeu, num primeiro momento de importações de tratores e insumos, os quais requeriam recursos financeiros significativos. Segundo Delgado (1985), em meados dos anos 60, iniciou-se um profundo processo de transformação da agricultura brasileira, cuja máxima expressão foi a emergência da consolidação do complexo agroindustrial. A agricultura deixou de ser dependente do meio natural para estabelecer uma forte inter-relação com a indústria. A agricultura passou a depender dos bens de capital e dos insumos produzidos pela indústria, da mesma forma que se vinculou com a indústria processadora de bens naturais.

A pressão exercida pelas multinacionais para venda de seus insumos, apontando os mesmos como uma exigência para o aumento da produtividade, aliada a estrutura de mercado que exige os melhores produtos a um preço cada vez mais baixo, tornaram inviável a manutenção da pequena

propriedade rural; a realização de empréstimos nos bancos com altas taxas de juros, para viabilizar a compra dos insumos e assim, a produção, condenou muitos agricultores à inadimplência e à perda das terras. Segundo Soto (2002, p.47) tal processo contribuiu para a intensificação do êxodo rural, conforme demonstra a seguir:

O processo de modernização da agricultura mudou completamente a estrutura da população brasileira. Em 1940, 70% da população era rural e apenas 30% era urbana. Em 1980, esta estrutura populacional inverteu-se devido ao forte fluxo migratório, apenas 32,4% da população era rural (MARTINE, 1987, p.66). Em 1991 apenas 24% da população total era rural. A incapacidade da indústria absorver este excedente populacional agravou as condições sociais de miséria.

O padrão tecnológico moderno da agricultura convencional ao priorizar o aumento da produtividade e a integração com os complexos agroindustriais (CAI's) contribuiu para a geração de consequências negativas de caráter social, ambiental e econômico. Lamarche (1998) ressalta a crise gerada em sua dimensão ambiental em função do uso intensivo de agroquímicos e dos recursos naturais. Os problemas gerados pela Revolução Verde em sua dimensão econômica estão relacionados aos efeitos da superprodução e sua repercussão sobre a dinâmica da cadeia produtiva. Finalmente, para o autor as consequências da modernização da agricultura em sua dimensão social se referem à mecanização dos processos e redução da absorção da mão-de-obra pelos processos agrícolas, gerando a desestruturação de pequenos e médios estabelecimentos rurais e a migração dos agricultores para as cidades.

O padrão alimentar técnico moderno e sua repercussão na saúde humana

Em função da Revolução Verde uma série de problemas ecológicos passam a ser observados, entre eles a erosão maciça de solos, desmatamento e a contaminação dos mananciais hídricos, tanto pelos agrotóxicos como pelo uso excessivo de fertilizantes solúveis. Segundo dados fornecidos pelo Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG), no ano de 1998, Brasil consumiu 306.302 toneladas de produtos formulados, correspondendo a 128.712 toneladas de ingredientes ativos. No cenário latino-americano²³, o Brasil constitui-se no maior consumidor, respondendo por percentuais equivalentes a 35% do total consumido (WHO/UNEP, 1989).

²³ A avaliação do uso global de agrotóxicos nos últimos 40 anos apontou um aumento drástico de seu consumo. Em 1996, o comércio mundial de agroquímicos foi responsável pela movimentação de 31 bilhões de dólares.(AGROW, 1997). O crescimento

O consumo nos Estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais representam 50% do total de agrotóxicos empregados no país. O estado do Paraná, já em 1984, apresentava resíduos de agrotóxicos na água tratada para consumo humano, proveniente de suas doze (12) bacias hidrográficas, segundo avaliação feita pela então Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Paraná/SUREHMA (1984).

Dados divulgados pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), da Secretaria de Saúde do estado do Paraná, referentes ao ano de 2001/2002 apontaram a seguinte situação de contaminação dos alimentos:

Do total de 225 amostras cujos resultados foram positivos quanto à presença de resíduos de agrotóxicos, 118 apresentaram alguma irregularidade: 65 (55%) acusaram a presença de resíduos de agrotóxicos não autorizados para a cultura, incluindo agrotóxicos que deveriam ser proibidos no Brasil, como o dicofol e o endossulfan (por se tratarem de substâncias tóxicas do grupo químico dos organoclorados, conforme classificação da IUPAC - Internation Union of Pure and Applied Chemistry) e 53 (45%) amostras com limites de resíduos acima dos valores permitidos pela legislação vigente.” (Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) - SESA-PR - 2003)

Em função dos agrotóxicos revelarem-se altamente persistentes no meio ambiente, ocorre a sua bioacumulação através da cadeia alimentar, o que pode resultar em teores elevados nos seres humanos, além dos casos de intoxicação aguda que podem ocorrer pelo contato direto com os produtos. Os problemas causados pelos agrotóxicos afetam diversos sistemas e aparelhos do corpo humano, ocorrendo com maior intensidade danos no sistema nervoso central, podendo até mesmo levar à morte, conforme o grau de intoxicação. Pesquisas realizadas pela Organização Mundial da Saúde, citadas por Lima et al (2002, p.75) apontam que nos países de mais baixa renda ocorrem anualmente cerca de 20.000 mortes e pelo menos 3 milhões de casos de intoxicações agudas. Jeyaratnam (1996, p.60) cita estimativas que sugerem um número muito maior, o equivalente a 25 milhões de casos de intoxicação somente nos países em desenvolvimento.

Vários dos princípios ativos presentes nos agrotóxicos estão relacionados ao aparecimento de neoplasia em cobaias; também o efeito teratogênico e mutagênico tem sido observado em diferentes estudos (CÂMARA; COREY, 1995). Colborn, Dumanoski e Myers (1997), publicaram o resultado de suas pesquisas que constataram as repercussões para os organismos vivos da existência no ambiente de uma série de substâncias químicas sintetizadas nos últimos 50 anos. Sobretudo ressaltam o

nas vendas de pesticidas estabilizou-se nos países industrializados, porém vem crescendo rapidamente nos países em desenvolvimento, sobretudo na África e América Latina.(KEIFFER et al., 1997).

impacto que tais substâncias vêm provocando nos sistemas hormonais dos seres humanos e dos animais, reduzindo a sua fertilidade. Os mesmos pesquisadores juntamente com cientistas de diferentes instituições reuniram-se em Wisconsin, nos Estados Unidos, em julho de 1991 para avaliar os resultados de suas pesquisas. A análise realizada apontou questões preocupantes em relação a prognósticos sobre a saúde humana e animal, de forma que os participantes do evento conceberam um documento para ser divulgado ao público, denominado “Declaração de Wingspread”. O documento inicia-se com a seguinte afirmação:

Temos certeza de que um grande número de agentes químicos sintéticos que foram lançados no ambiente, assim como alguns agentes naturais, podem alterar o sistema endócrino dos animais, inclusive o dos seres humanos. Entre estes agentes se encontram os compostos organohalogênicos persistentes e biocumulativos que incluem alguns agrotóxicos (fungicidas, herbicidas e inseticidas) e agentes químicos industriais, além de outros agentes sintéticos e alguns metais. Muitas populações de animais silvestres já foram atingidas por tais compostos. Os impactos observados incluem disfunções da tireóide em aves e peixes; diminuição da fertilidade entre aves, peixes, moluscos e mamíferos; queda na produção bem sucedida de filhotes entre aves, peixes e tartarugas; deformações congênitas grosseiras em aves, peixes e mamíferos; anomalias comportamentais entre pássaros; demasculinização e feminilização de aves, peixes e mamíferos do sexo masculino; e comprometimento do sistema imunológico de pássaros e mamíferos.

A preocupação apontada pelo grupo tem sido confirmada por outros trabalhos que envolvem pesquisas com seres humanos. Estudos sobre a qualidade do sêmen de 14.947 indivíduos realizados entre 1938 e 1991 mostraram que a contagem média de espermatozoides diminuiu de 113×10^6 para 66×10^6 /ml e que o volume seminal passou de 3,40 ml para 2,75 ml. A diminuição da contagem de espermatozoides é paralela ao aumento do câncer testicular na maioria dos países. Os estudos concluíram que os fatores responsáveis por estes efeitos são ambientais e não genéticos (CARLSEN e cols.1992).

Tais constatações apontam a necessidade de reflexões profundas em relação ao padrão moderno de produção de alimentos, uma vez que o mesmo depende da utilização de agrotóxicos, drogas veterinárias, aditivos químicos sintéticos. Os resultados dos diferentes estudos realizados indicam um grave risco para a perpetuação da população humana no planeta e também animal, uma vez que as alterações no sistema endócrino verificadas estão levando a uma redução da fertilidade humana e animal o que pode vir a apontar futuramente, caso não haja modificações na situação relatada, a possibilidade de extinção.

Outro aspecto fundamental que necessita ser mencionado em relação à qualidade dos alimentos produzidos pela agricultura modernizada, se refere à constatação que a utilização dos

fertilizantes químicos vem determinando uma redução da qualidade nutricional dos alimentos²⁴. Trata-se portanto de mais uma constatação da existência de efeitos negativos sobre a nutrição e a saúde humana, relacionados ao modelo de produção agro-químico.

Deve também ser citada em relação a toda a problemática já levantada, a questão de que em todos os países onde a agricultura teve sua estrutura transformada em função das técnicas agronômicas introduzidas pela Revolução Verde, houve o desenvolvimento concomitante da indústria de alimentos ou agroindústria conforme constatado por BERG (1973):

A indústria alimentar cresceu e se expandiu na década de 60, junto com a Revolução Verde, criando novos alimentos, processando e enriquecendo outros. As técnicas de “marketing”, por sua vez, teriam sido responsáveis pela intensa alteração de hábitos alimentares da população diante do surgimento no mercado de inúmeros produtos.

A principal característica da indústria de processamento de alimentos tem sido sua crescente diversificação de produtos, implicando em mudanças na estrutura de consumo alimentar da população, seja pela substituição de alimentos tradicionais por outros (ex. substituição da banha de porco ou manteiga pela margarina), como pelo surgimento de novos produtos (OLIVEIRA, 2002, p.301).

O agroindustrialização trabalha com a área de tecnologia e engenharia de alimentos. O conceito desse tipo de processo envolve a busca de uma redução na contaminação microbiológica dos alimentos, o aumento de sua durabilidade e a palatabilidade do produto visando a satisfação do consumidor. No entanto tais transformações implicam em alterações estruturais dos alimentos, modificando suas características naturais e introduzindo elementos químicos sintéticos. Tais modificações realizadas em um grande número de alimentos consumidos diariamente pela população gera preocupações por parte dos profissionais de saúde relacionadas à qualidade alimentar do padrão técnico moderno. Azevedo (2001, p.36) aponta alguns aspectos relacionados ao tema:

Os processos de refinamento de cereais, sal e açúcar, enlatamento de vegetais, hidrogenação de óleos vegetais, esterilização, homogeneização e desidratação de leites e irradiação de legumes e carnes são relacionados a modificações no valor nutricional desses alimentos, influenciam na biodisponibilidade de nutrientes, na degradação protéica, na oxidação, rancificação e modificação dos ácidos graxos e gorduras. A formação de substâncias tóxicas nos alimentos durante alguns processos de industrialização é conhecida. São exemplos a liberação de ácido glutâmico livre, uréia e

24 Estudos de Aubert (1974) apontaram que o uso da adubação nitrogenada determinou uma redução de matéria seca nos alimentos, redução de determinadas vitaminas e sais minerais e aumento de substâncias indesejáveis como os nitratos (carcinogênicos)

amônia no processo de desidratação e esterilização de leites e substâncias de ação carcinogênica, na irradiação de alimentos.

A introdução dos alimentos industrializados na dieta habitual da população brasileira tanto no meio urbano como no meio rural contou com a influência da mídia, conforme comenta Khatounian (1994, p. 25):

A concentração de massas pobres nas grandes cidades torna as tensões sociais potencialmente mais explosivas que na dispersão do meio rural. Por essa razão, a partir dos anos 60, as políticas de abastecimento via importações privilegiaram as grandes cidades. Contribuíram, assim, para a formação e/ou reforço de hábitos a cada dia mais distantes das possibilidades locais. A propaganda explícita ou implicitamente veiculada pelos meios de comunicação de massa tende a reforçar esses novos hábitos alimentares nas cidades e a disseminá-los também no meio rural.

Como fator resultante das questões já comentadas deve ser mencionada a crescente deterioração da qualidade da dieta no meio rural brasileiro. Segundo Khatounian (1994, p. 27), os agricultores têm assistido uma tendência histórica de deterioração dos preços de seus produtos e têm estado submetidos a estruturas de comercialização que acentuam os efeitos adversos dessa tendência, sendo obrigados a dedicar a cada ano uma parcela maior de seus recursos às culturas e renda. Visam com isso, assegurar o mínimo necessário para fazer frente às suas despesas monetárias, muito ampliadas devido ao uso dos fertilizantes e agrotóxicos nas propriedades. Como seus recursos básicos são a terra e o trabalho, ambos relativamente escassos, a maior orientação para as culturas de renda tende a reduzir a produção de alimentos para autoconsumo em quantidade e variedade. Esse processo, somado à veiculação pelos meios de comunicação dos padrões de consumo das grandes cidades, tem resultado em mudanças do perfil alimentar no campo. Os efeitos mais visíveis têm sido o aumento do consumo de preparações a base de trigo e a queda no consumo de arroz, feijão, mandioca e milho, suínos e aves, elementos tradicionais da produção para autoconsumo, bem como o aumento da ingestão de alimentos industrializados.

O processo de modernização da agricultura trouxe repercussões negativas à sociedade brasileira e demais países de mais baixa renda no que se refere aos problemas de caráter ambiental, social e econômico já apontados. No entanto problemas de saúde estão sendo também registrados como conseqüência dos processos inerentes a agroindustrialização dos alimentos. Os mesmos estão relacionados às mudanças na estrutura dos alimentos geradas pela forma de produção e de processamento e pela utilização de substâncias químicas sintéticas no processo. A mídia tem por vez induzido modificações no comportamento alimentar dos indivíduos. Tais aspectos associados ao modo de vida inerente às sociedades capitalistas têm contribuído para as modificações no padrão de

morbi-mortalidade das populações que vivem no campo e nas cidades, aumentando a incidência das doenças crônicas não transmissíveis vinculadas à alimentação.

2.3.2 A Agricultura familiar ecológica como estratégia para a sustentabilidade alimentar

A necessidade de um outro modelo de agricultura

Elias faz uma avaliação em relação às conseqüências advindas do modelo de agricultura baseado na Revolução Verde:

No início de um novo milênio, vive-se uma quebra dos principais paradigmas da relação homem-natureza e reforçam-se os questionamentos sobre a viabilidade do modelo de agricultura adotado no Brasil. Nenhum outro modelo promoveu tanta pobreza, desigualdade regional e degradação ambiental em tão pouco tempo, provocando uma crise de várias magnitudes, no campo e nas cidades, que mostra a associação entre crescimento econômico e deterioração da situação social e ambiental, com o agravamento das contradições (ELIAS,2003, p.337).

A mesma autora avalia que a modernização se processou de forma “socialmente seletiva e espacialmente concentrada, induzida ao preço de pesados custos sociais e que só efetivou pelo amplo amparo do Estado, que manteve intocável algumas estruturas sociais, territoriais e políticas incompatíveis com os fundamentos do crescimento econômico voltado para a equidade social e territorial, acentuando as históricas desigualdades sociais e territoriais brasileiras”(ELIAS, op cit,p.336)

Segundo Ferreira e Zanoni (1998, p.15), a discussão sobre a necessidade de um outro modelo de agricultura e sobre a reconstrução da ruralidade tem estado freqüentemente presente nos debates do meio acadêmico. Questões como o desenvolvimento de outra agricultura pautada em um modelo mais voltado à sustentabilidade, com acesso à terra e aos meios de produção, a viabilização das condições de reprodução social da pequena agricultura familiar e dos assentamentos rurais, “tendo-se em conta não só a forma de produção agrícola mas também a organização social, encontram-se no âmbito das grandes questões que hoje emergem na sociedade brasileira.” Para as mesmas autoras:

São as escolhas da sociedade que irão determinar a permanência do modelo da agricultura industrial, ou a sua substituição pôr outros modelos. Deve no entanto ser entendido que trata-se de uma escolha da sociedade, pôr não tratar-se de um tema que restringe-se ao rural, uma vez que a questão de um desenvolvimento rural em outros padrões que permitam a incorporação à agricultura da reprodutibilidade de seus segmentos; está associada à questão da reforma agrária e o combate direto à fome e à pobreza, que se verificam não apenas nas áreas rurais, mas também nas urbanas. (FERREIRA e ZANONI,1998, p.23)

Afinal, os efeitos das transformações na agricultura e no espaço rural brasileiro foram importantes nas cidades. O aumento dos desequilíbrios regionais, resultado do caráter espacialmente

desigual tanto dessa modernização como do processo de industrialização, a mudança nas formas de trabalho nos estabelecimentos modernizados e as dificuldades de reprodução social de pequenos agricultores familiares na atividade agrícola levaram um contingente populacional às grandes cidades muito acima das demandas urbanas em termos de mão de obra desigual (Wanderley²⁵ citada por Ferreira, 1998, p. 20).

Karan (2001, p.15) avaliando o processo de modernização e suas repercussões sobre o urbano e o rural aponta aspectos importantes para entendimento dos motivos que fundamentaram o processo histórico de submissão do rural ao urbano:

A modernidade da racionalidade econômica, que tem na indústria seu principal pilar, não só exigiu (como ainda exige) crescentes inovações tecnológicas como também evocou (e ainda evoca) uma construção socioespacial específica, baseada no adensamento de população, de atividades, de serviços, localizada no urbano e vivenciada como modo de vida pela urbanização. A constituição dessa racionalidade, nascente e crescente desde o século XVIII, com a revolução industrial e os referenciais ideacionais das revoluções francesa e americana, marcou drasticamente a separação entre os domínios do rural e do urbano. Vale destacar, como bem aponta BERMAN, a modernidade imposta pelo Ocidente urbano e industrializado, impôs a homogeneização da organização societária, dos valores e crenças, da produção simbólica e ideacional, como garantia para o fortalecimento de um modo de vida moderno, que se contrapunha (e ainda se contrapõe) ao rural (KARAN, 2001, p.15).

A mesma autora, no entanto faz referência ao surgimento de concepções e de visões na ciência que têm buscado avaliar tais paradigmas, contestá-los e apontar alternativas ao modelo de desenvolvimento de referência na modernidade. Para Karan (2001, p.19) “uma nova adjetivação ao desenvolvimento – sustentável – foi sendo gestada desde o final dos anos cinquenta, início dos sessenta, quando se disseminam as formulações mais acabadas e aceitas sobre o discurso ambientalista, e, posteriormente, nas décadas seguintes, com o discurso da pós-modernidade (ADORNO & HORKHEIMER, 1986)”. Segundo a mesma autora:

Na verdade o que vem se construindo são mudanças possíveis para um mundo desencantado: abertura para a diversidade, seja da vida natural – biodiversidade – como da vida sociocultural – diversidade cultural – a relativização do futuro como solução, a possibilidade de no presente serem valorizadas as heterogeneidades, entendendo-as no campo da complexidade social (KARAN, 2001, p.19)

A autora ainda aponta que em meio a essa situação “entendida por muitos como uma crise de perspectivas no campo dos sistemas ideacionais, duas ideologias ganham espaço: de um lado, o ambientalismo e, de outro, o capitalismo neoliberal” (KARAN, op cit, p.19).

²⁵ WANDERLEY, M.N.B. Agricultura e meio rural: que ‘ruralidade’ para o Brasil moderno. Campinas, 1997 mimeo

No que se refere ao campo do ambientalismo, o *desenvolvimento sustentável*, segundo Gonçalves (1993, p.43), é assinalado “como a única perspectiva de ideologia/utopia integrativa portadora de futuro, em meio a uma enorme fragmentação experimentada neste momento da modernidade”.

Segundo KARAN (2001, p.21) a idéia de sustentabilidade, agregada a desenvolvimento, foi tomada de empréstimo da ecologia e traduz-se na tendência dos ecossistemas à estabilidade, à homeostase, ao equilíbrio dinâmico, e está baseada na interdependência e complementaridade de formas vivas diversificadas. Para Brandenburg (1999, p.75) “a noção de sustentabilidade constitui muito mais uma orientação política de propósitos a serem atingidos do que a expressão de uma realidade. Surge como uma agenda, com o objetivo ou ideal de restaurar o equilíbrio na relação homem-natureza, principalmente após as consequências danosas provocadas pelo industrialismo e sua revolução verde”.

Considerando todas as questões levantadas percebe-se a necessidade de repensar o papel do rural num projeto de sociedade que tenha referenciais distintos da sociedade de consumo. Ferreira e Zanoni (1998, p.22) citando Wanderley²⁴ apontam a necessidade de repensá-lo como espaço de outras agriculturas e também como espaço de vida, de trabalho e de lazer. Significa também repensar a relação deste rural, hoje com pluratividades, mas ainda basicamente agrícola, com as pequenas cidades, ou seja, com o conjunto das dinâmicas do território local. Reconstruir a ruralidade, significa recolocar a localidade como espaço de trabalho e vida.

Como reflexo das necessidades e tendências apontadas anteriormente, podem ser referidas as palavras de Almeida²⁶ citado por Karan (2000, p. 89):

Nas mais distintas expressões, são motivados a reagir pelas “crises” que assolam a sociedade e agricultura brasileiras, colocando em evidência a fraqueza da idéia do moderno como portador de valores ontológicos que corrigem naturalmente desequilíbrios (...) Certos atores começam a crer que o sistema não depende mais de uma simples orientação econômica, de uma ação utilitarista, em que se trataria apenas de calcular os custos e os lucros de uma dada empresa ou de determinados objetivos. Para esses atores e grupos sociais, os indivíduos estão à procura de solidariedade, de identidade, de autonomia, de democracia, de bens que contrariamente a outros mais reais, não são calculáveis e mensuráveis. O que eles buscam situa-se em outro domínio, naquele, pôr exemplo, que Habermas (1987) chama de interação ou mundo vivido, ou no espaço que se preferiu chamar, simplesmente, de social..

²⁶ ALMEIDA, J. Contestação na agricultura do Brasil: novas concepções para o social?
Revista de Políticas Agrícolas, México, v.1, n.1, p. 65-79

Portanto, debater a questão da reconstrução de uma nova ruralidade “significa não se restringir ao aspecto produtivo da agricultura, mas considerar a reflexão sobre a necessidade da revitalização de suas sociabilidades, dada pela extensão à localidade de meios diferenciados de integração social e participação num patrimônio cultural comum e pelo acesso às demais condições de exercício de cidadania” (FERREIRA e ZANONI, 1998, p. 22).

Brandenburg (1999, p.81) aponta importante aspecto também a ser considerado nas demandas que justificam a necessidade de mudanças no cenário atual da agricultura brasileira. O autor enfatiza que o desenvolvimento de um processo de transformação também não se faz sem articulação com as aspirações individuais, sem considerar o “indivíduo enquanto sujeito social”. Pensar o sujeito social enquanto uma das condições da construção de uma realidade social identificada com a satisfação das necessidades humanas fundamentais e não apenas com as necessidades criadas pelo sistema visando sustentá-lo e reproduzi-lo.

Todas as questões já levantadas indicam a necessidade da busca de caminhos, baseados em novas relações, necessárias à construção de um cenário onde haja renovação de modelos e padrões, conforme o que coloca Brandenburg (1999, p.51):

O desafio que se apresenta para o início desse novo século consiste em mudar o curso da civilização através de uma inversão de prioridades nas políticas de ação: ao invés de ações excludentes, introduzir medidas que beneficiem a grande maioria da população e venham restabelecer o equilíbrio ecológico. A corrida obsessiva pelas inovações tecnológicas deverá ser transformada em uma busca criativa de realização das potencialidades e aspirações individuais (FURTADO²⁷). A economia, base racional das transformações do século XX, deverá ser revista na forma como intervém no mundo para subordinar-se a ética que deverá orientar um “novo processo civilizatório”.

Assim as reflexões sobre alternativas para o modelo convencional de agricultura assumem uma grande importância, por apontarem a viabilidade de construção de novos espaços e possibilidades de reprodução e integração social, considerando também a questão ambiental.

ELIAS (2003, p.336) aponta aspectos que devem ser considerados para dar suporte à construção de um projeto diferenciado de agricultura:

Para incorporar os excluídos do modelo de modernização em curso, é necessária a realização de uma política de desenvolvimento agrícola baseada em interesses endógenos, pautados pela viabilidade econômica, pela sustentabilidade ecológica, pela qualidade estética e pela igualdade social. A ideologia do consumo e do neoliberalismo, que impedem a convivência realmente solidária, devem ser substituídos pelas noções básicas de equidade social e de cidadania, que só virão com, no mínimo, mudanças estruturais culturais e sociais, cada vez mais necessárias à sustentabilidade do desenvolvimento.

²⁷ FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

A autora supracitada chama a atenção para o fato de que com o “acirramento da economia globalizada e a reestruturação do sistema produtivo, há uma eclosão de movimentos sociais, criando-se novas *solidariedades orgânicas* (Santos, 1988, 2000), em contraposição aos instrumentos de administração internacional da agropecuária científica globalizada.”

Assim, para ela “na efervescência dos movimentos em prol de uma sociedade mais justa e das discussões sobre a implementação de novos modelos gerenciais para a condução da economia brasileira, disseminam-se também as discussões sobre um modelo alternativo de produção agropecuária” (ELIAS ,2003, p.336).

A agricultura ecológica como possibilidade

Frente aos problemas que surgiram com a modernização da agricultura emergem movimentos de contestação do modelo vigente, tanto nos países industrializados, onde os problemas conseqüentes da Revolução Verde se restringem à degradação dos recursos naturais e à contaminação ambiental como nos países em desenvolvimento, onde os problemas de dependência tecnológica, econômico-financeiros e sociais têm grande expressão (Costa, 1993). Os movimentos de agricultura alternativa surgem em diversos países com o objetivo de desenvolverem técnicas que viabilizassem o retorno do equilíbrio necessário entre a produção de alimentos e a preservação do meio ambiente.

No entanto, segundo Khatounian (2001, p.27), já nas décadas de 1920 e 1940 surgem os primeiros movimentos de contestação ao modelo de produção agrícola que nessa época já centrava-se na lógica da dependência de agroquímicos, sobretudo no uso de fertilizantes. Na Alemanha, em 1924 surge o *Biologische Dynamische Landwirtschaft*, posteriormente denominado de movimento “biodinâmico”, por seu fundador Rudolf Steiner. Os princípios da agricultura biodinâmica centravam-se na necessidade da propriedade agrícola ser vista como um organismo, devendo contar com determinados elementos para garantir o equilíbrio do sistema. As primeiras palestras de Steiner foram organizadas por agricultores que buscavam alternativas para evitar o rápido declínio da fertilidade dos solos e da capacidade de reprodução animal.

Na Inglaterra surge em período similar a corrente denominada *Organic Agriculture* tendo como figura central o agrônomo Albert Howard; que havia trabalhado por muitos anos na Índia, então colônia britânica. Nesse país o agrônomo observa que o uso da adubação química produzia excelentes resultados nos primeiros anos de sua utilização, tendo sua fertilidade reduzida drasticamente nos anos

posteriores, enquanto que os métodos tradicionais dos camponeses indianos resultavam em uma produtividade menor, porém constante.

Segundo o mesmo autor, nas décadas de 1930 e 1940, desenvolveu-se no Japão a chamada “agricultura natural”. O movimento, fundado por Mokiti Okada, tinha um caráter filosófico-religioso que deu origem à Igreja Messiânica. O fisiopatologista Masanobu Fukuoka, participou do movimento, propondo métodos que interferissem o menos possível no funcionamento natural dos ecossistemas, fundamentando-se nos princípios do Zen-Budismo.

No início dos anos de 1960, organiza-se na França o movimento de agricultura biológica ou ecológica baseado nos fundamentos teóricos concebidos por Claude Aubert., que defende, assim como Howard a necessidade de uma relação mais equilibrada com o meio ambiente para a obtenção de alimentos de melhor qualidade (KHATOUNIAN, 2001, p.27).

Soma-se aos movimentos anteriores a Permacultura, desenvolvida num primeiro momento na Austrália, tendo como seu idealizador Bill Mollison. Baseia-se num modo inteiramente novo de focar a agricultura, utilizando a natureza como modelo.

A agroecologia, tendo como um dos seus representantes o chileno Miguel Altieri, buscou promover a valorização da produção familiar camponesa e sua integração com o movimento ambientalista latino-americano, desenvolvendo também fundamentação teórico-prática para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis.

Essas formas alternativas de produção, passaram a ser agrupadas pela Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), fundada no ano de 1972 e que utiliza o termo “orgânico” em seu nome, no sentido de reunir todas as associações no nível mundial que pratiquem modelos não convencionais de agricultura. (ecológica, biodinâmica, natural, biológica, alternativa e permacultura). Tais iniciativas surgiram em diferentes países como uma reação ao resultado dos problemas trazidos pela poluição industrial e pelo uso de agroquímicos e buscaram o desenvolvimento de modos de produção com menor impacto sobre meio ambiente e com maior sustentabilidade social e econômica (KHATOUNIAN, 2001, p.29.).

Nos últimos trinta anos observou-se o avanço da agricultura ecológica em vários países, estando presente em todos os continentes. No ano de 2002, segundo dados de VOGT²⁸ (2002) citados por BRANDENBURG (2002, p.13), na Europa, a Itália se destaca com a maior área cultivada (1.040.377 ha), estando na sequência a Alemanha (546.023 ha). Na América do Sul, a Argentina é o maior país produtor, com uma área de 2.800.000 ha, seguida pela Brasil com 803.180 ha.

²⁸ VOGT, G. Entstehung und entwicklung des ökologischen landbaus. BadDürkheim: Söl, 2000).

Segundo ASSIS e ROMEIRO (2002, p.73):

Apesar de imbricada, a agroecologia e agricultura orgânica não devem ser vistas como sinônimos na medida em que no primeiro caso, a agroecologia é uma ciência, com limites teóricos bem definidos, que procura interrelacionar o saber de diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de propor um encaminhamento para a agricultura que respeite as condicionantes ambientais impostas pela natureza a esta atividade econômica. Isto, porém, sem esquecer que o processo de produção agrícola deve estar necessariamente vinculado a um desenvolvimento social e econômico sustentável, ou seja agricultura deve ser entendida como uma atividade econômica que permita suprir as necessidades presentes dos seres humanos, respeitando os limites ambientais de forma a não restringir as opções futuras.

A preocupação com a fertilidade do solo deve ser a base dos sistemas agroecológicos, principalmente no que se refere à recuperação e manutenção de seu equilíbrio biológico, pois este influenciará em grande medida suas características físicas e químicas. No entanto, segundo Mader²⁹ et al citado por Assis e Romeiro (2002, p.73) o solo tem sido reconhecido como uma entidade viva, em que os organismos presentes não dependem somente das condições químicas e físicas, mas também influenciam este ambiente com sua escala de atividades. Nos sistemas agrícolas a atividade biológica do solo é influenciada pelas técnicas de produção empregadas como a adubação, rotação de culturas, irrigação, e sistemas de preparo dos terrenos e de proteção das plantas. Por outro lado, segundo os autores, os mesmos microorganismos realizam os “processos de decomposição, mineralização e formação de *húmus* da matéria orgânica, mobilização e imobilização de macronutrientes e micronutrientes, a fixação de nitrogênio atmosférico, agregação e estruturação e conseqüente conservação do solo, e finalmente, a regulação de pragas e doenças”.

Para Altieri (1998, p.18) citado por Assis e Romeiro (2002, p.73):

A produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes. O agroecossistema é produtivo e saudável quando as condições de crescimento ricas e equilibradas prevalecem e quando as plantas permanecem resilientes de modo a tolerar estresses e adversidades. Às vezes as perturbações podem ser superadas por agroecossistemas vigorosos, que sejam adaptáveis e diversificados o suficiente para se recuperarem passado o período de estresse. Ocasionalmente, os agricultores que empregam métodos alternativos podem ter de aplicar medidas mais drásticas (isto é, inseticidas botânicos, fertilizantes alternativos) para controlar pragas específicas ou deficiências do solo. A agroecologia engloba orientações de como fazer isso, cuidadosamente, sem provocar danos desnecessários ou irreparáveis. Além da luta contra pragas, doenças e problemas do solo, o agroecologista procura restaurar a resiliência e a força do agroecossistema. Se a causa da doença, das pragas, da degradação do solo, por exemplo, for entendida como desequilíbrio, então o objetivo do tratamento agroecológico é restabelecê-lo. O tratamento e a recuperação são orientados por um conjunto de princípios específicos e diretrizes tecnológicas.

²⁹ Mäder, P. et al. Soil Ecology – the impact of organic and conventional agriculture on soil biota and its significance for soil fertility. In: FUNDAMENTALS OF ORGANIC AGRICULTURE: DOWN TO EARTH – AND FURTHER AFIELD, 1., 1996, Copenhagen. Proceedings... Tholey – Theley: IFOAM, 1996. P.24-46

Segundo os mesmos autores, a agricultura ecológica é uma prática agrícola e, como tal, um processo social que apresenta alguns vieses expressos em diferentes formas de encaminhamento tecnológico e de inserção no mercado, onde em função de como esta ocorre, os limites teóricos da agroecologia são respeitados em maior ou menor grau.

A agricultura ecológica tem por princípios estabelecer “sistemas de produção com base em tecnologias de processos, ou seja, um conjunto de procedimentos que envolvam a planta, o solo e as condições climáticas, produzindo um alimento sadio e com suas características e sabor originais, que atenda às expectativas do consumidor” (PENTEADO³⁰ citado por ASSIS e ROMEIRO, 2002, p.74).

A identificação da agroecologia, como um outro paradigma de produção, não constitui, portanto, apenas um modelo diferente, mais próximo das condições naturais, mas segundo Brandenburg (2002, p.23):

Expressa uma forma de relação homem-natureza mediada por uma representação que não exclui a natureza do homem. Natureza e homem permanecem ligados por elementos comuns, à medida que neles se expressa subjetividade e racionalidade. Desta forma a natureza é racionalmente cultivada e preservada, e passa a ser vista não como instrumento, como recurso, mas como elemento de preservação e recriação da vida. Esse objetivo comum, do homem e das demais espécies vivas, reforça no homem sua dimensão natural e com ela se identifica.

Altieri (1998, p.56-57) aponta a necessidade, dentro da concepção agroecológica, de uma preocupação em considerar as suas diferentes dimensões: “como a manutenção da capacidade produtiva do agroecossistema, a preservação da base de recursos naturais e da biodiversidade, o fortalecimento da organização social e diminuição da pobreza e o fortalecimento das comunidades locais, manutenção da tradição e participação popular no processo de desenvolvimento.”

Tais questões convergem para o conceito de agricultura sustentável, que segundo Veiga e Ehlers³¹ citados Darolt (2000, p, 47) deve garantir: a manutenção a longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; mínimo de impactos adversos ao ambiente; um retorno adequado aos produtores; a otimização da produção com um mínimo de insumos externos à unidade agrícola; a satisfação das necessidades humanas, atuais e futuras, de alimentos e renda e o atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.

Finalmente, cabe apontar algumas questões relevantes sobre a qualidade do padrão alimentar baseado no consumo dos alimentos ecológicos, que encontram-se além das vantagens ambientais

³⁰ PENTEADO, S.R. Introdução à agricultura orgânica: normas e técnicas de cultivo. Campinas: Grafimagem, 2000.

³¹ VEIGA, J.E. Problemas da transição à agricultura sustentável. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 24, número especial, p.29, 1994. EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

relacionadas à forma ecológica de produzir os alimentos. Estudos comparativos entre produtos da agricultura convencional e da agricultura ecológica foram realizados buscando-se verificar as diferenças nutricionais existentes entre as duas categorias de alimentos. O relatório da Agência Francesa de Segurança Sanitária de Alimentos, finalizado em 2003, não identificou diferenças significativas entre alimentos ecológicos e convencionais relacionadas ao valor nutricional, com exceção da presença aumentada de polifenóis nos ecológicos (AFSSA, 2003). No entanto o mesmo estudo apontou que trabalhos realizados comparando a longevidade, fertilidade, estado nutricional, resistência a doenças em animais alimentados com ração orgânica e ração convencional indicaram resultados positivos relacionados aos animais alimentados com a ração orgânica ou ecológica.

Sterstz (2004) que realizou estudo comparativo sobre determinadas características presentes em hortaliças orgânicas, hidropônicas e convencionais produzidas na Região Metropolitana de Curitiba evidenciou que em relação ao valor nutricional não foram encontradas diferenças relevantes com exceção de alguns micronutrientes observados em maior quantidade em determinados alimentos orgânicos, como por exemplo o morango, que apresentou valores de potássio, magnésio, sódio, fósforo, cobalto, cobre, ferro e zinco maiores em relação às outras duas categorias de alimentos.

Azevedo (2004, p.43) argumenta que além das evidências apontadas por alguns estudos sobre a possibilidade de que os alimentos ecológicos apresentem um valor nutricional diferenciado do convencional é necessário considerar outros aspectos positivos do seu consumo. O fato da ausência de contaminantes de origem agroquímica e de aditivos químicos no seu processamento também contribue para o conceito de “qualidade” do alimento de origem ecológica. A fabricação artesanal do mesmo com a preservação das características sensoriais e o aspecto social e ambiental que envolvem todos os processos da sua cadeia produtiva, são pontos que indicam a presença de uma qualidade alimentar diferenciada e uma opção para compor a base de uma alimentação mais saudável e de referência cultural.

A agricultura ecológica no Brasil

Segundo Khatounian (2001, p.44) o interesse pela agricultura alternativa no Brasil envolveu num primeiro momento, na década de 1970, movimentos alternativos vinculados à contracultura. Já na década de 1980 a adesão se deu pelos movimentos ligados à agricultura familiar e, em parte pelo movimento ambientalista. A partir da década de 1990 o meio empresarial, especialmente vinculado às

redes de supermercados e grupos de agricultores mais capitalizados tem demonstrado interesse pela produção orgânica de alimentos e pela sua comercialização.

Grupos alternativos foram formados por agricultores familiares em vias de exclusão ligados à ala progressista da Igreja Católica ou Protestante, denominadas de Comissões Pastorais da Terra. Contando com orientação de técnicos essas organizações desenvolverão um serviço de assistência aos agricultores numa perspectiva de crítica ao processo de modernização da agricultura, visando compor um conjunto de estratégias que permitiriam a reprodução social dos agricultores no campo. A agricultura alternativa passa a “representar uma opção de sobrevivência para o agricultor familiar e significa a reconstrução de uma relação sócio-ambiental cuja raiz tem origem na condição camponesa”(BRANDENBURG, 2002, p.12). Participaram do fortalecimento do movimento que busca uma agricultura alternativa, além dos atores sociais já citados, agrônomos, extensionistas rurais, técnicos ligados à área de produção de alimentos, consumidores, ambientalistas, que contribuem para o desenvolvimento de uma série de iniciativas em diferentes regiões do país. O Projeto Tecnologias Alternativas, surge nesse contexto na década de 1980, articulando dez estados brasileiros para efetivação de iniciativas envolvendo a agricultura orgânica: Ceará, Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Bahia, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (WEID, J.M. 1985, 1988 citado por BRANDENBURG, op cit, p.17)

A expansão da agricultura ecológica no Brasil ocorre de uma forma importante nos últimos 30 anos. Na década de 1990 dois processos são considerados marcantes. No ano de 1998 efetiva-se a constituição da Rede Ecovida de Agroecologia envolvendo os três estados da região sul do país, que propõe estratégias para o fortalecimento dos agricultores, consumidores e comercializadores de alimentos orgânicos mediante a consolidação de uma rede. Em 1999 é criado pelo Ministério da Agricultura o Colegiado Nacional para a Produção Orgânica que institui a Instrução Normativa IN007/99, definindo normas e procedimentos para a produção e certificação de produtos orgânicos no Brasil.

A IN007/99 define como sistema ecológico de produção agropecuária:

Todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e sócio-econômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto-sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não-renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados – OGM/transgênicos, ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em

todos os estágios de produção e transformação (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1999).

Agricultura ecológica e a comercialização de alimentos

Para Khatounian (2001, p.42) a demanda por produtos orgânicos é bastante grande e generalizada, sendo muitas vezes limitada pela oferta. Dados sobre este mercado ainda são incompletos, uma vez que as estatísticas oficiais em geral não fazem a diferenciação entre os produtos convencionais e orgânicos. Sobre o crescimento do mercado dos orgânicos em nível internacional, Assis e Romeiro (2002, p.75) fazem a seguinte análise, com base nos dados dos autores citados:

É possível verificar o crescimento do mercado de produtos orgânicos comparando duas estimativas feitas em diferentes momentos. Enquanto LAMPKIN (1995) estimou em 12 bilhões de dólares este mercado em nível mundial para o ano de 1995, WILLER e YUSSEFI (2001), a partir de dados de 1994, 1999 e 2000, apresentaram uma estatística mundial para o mercado de produtos orgânicos em 2004 de 40 bilhões de dólares.

Almeida³² et al. citado por Assis e Romeiro (2002, p.75) considera que não há dúvida de que a partir do momento que as principais dificuldades relacionadas à produção do alimento orgânico estejam equacionadas, o grande desafio que se estabelece é o relacionamento com o mercado. Uma grande discussão persiste em relação as melhores vias de escoamento do produto orgânico para o consumidor.

Segundo Khatounian (2001, p.46) há na filosofia do movimento ecológico uma idéia bastante arraigada de que a base da economia deve ser local ou regional. Este aspecto facilita a resolução de problemas de uma forma ambientalmente adaptada e contribui para a formação de vínculos sociais e econômicos relacionados às demandas locais, viabilizando a construção de espaços para que uma relação mais próxima entre o produtor e o consumidor possa ser estabelecida. As feiras, pequenos empórios, entrepostos e armazéns, pontos de venda e entrega de cestas de produtos no domicílio vem se constituindo nos melhores espaços para efetivação dessa proposta. A importância da mesma reside na contraposição da lógica de verticalização da produção de alimentos convencionais, onde o produtor se vincula à indústria à qual está integrado, que por sua vez trabalha com mercados distantes. Situação que debilita o agricultor em função de sua total dependência, desvinculando-o das relações que poderia estabelecer na sua região contribuindo para sua sustentabilidade e isolando-o do contexto social em que vive. Outra questão importante em relação ao processo de produção e venda ocorrer localmente é a credibilidade que passa a existir em função de que todos os envolvidos no

³² ALMEIDA, S. G.; PETERSEN, P.; CORDEIRO: *Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.

processo são próximos, podendo conhecer o processo produtivo e assim estabelecer entre as partes laços de confiança em relação à qualidade do alimento que está sendo comercializado.

A outra vertente, defende que devem ser buscadas estratégias que viabilizem um mercado de massa e a não restrição da comercialização a nichos de mercado, na medida que o fator preço e facilidade de acesso são componentes fundamentais para ampliação da base de consumo de produtos orgânicos. (PAULUS³³ citado por ASSIS e ROMEIRO (2002, p.75). Atualmente há uma forte pressão para a comercialização dos alimentos orgânicos em supermercados e grandes intermediários e a estruturação de um sistema atacadista. A comercialização impessoal e distante por essa via é vista com bastante restrição por vários segmentos do movimento ecológico, uma vez que implicará também num rebaixamento dos preços por pressão dos atacadistas e consequente penalização do agricultor. Por outro lado os produtos chegam ao consumidor com preços considerados elevados, em função de altas margens utilizadas pelos supermercados, o que contribui para a visão de que o produto orgânico é “elitizado”.

Para Canuto³⁴ (1998) citado por Assis e Romeiro (2002, p.74) as características de mercado e as demandas dos consumidores influenciam diretamente a tecnologia de produção na agricultura orgânica. Como um dos principais motivos para a compra dos alimentos orgânicos se refere à sua qualidade em relação a não contaminação por agrotóxicos, há uma tendência de que a importância da questão ecológica ou social que envolve os processos de produção seja considerada secundária. Tal questão tem levado grupos de agricultores, com maior nível de capitalização a estabelecerem sistemas de produção com base em tecnologias de produtos, utilizando uma lógica de produção não muito diferente dos sistemas convencionais. Privilegiam fatores econômicos em detrimento das questões ecológicas e sociais, desconsiderando a necessidade inerente aos princípios da agroecologia de todos esses fatores serem considerados para que haja a sustentabilidade do sistema. O mesmo autor aponta que esta tendência ocorre de maneira inversa à medida que há uma redução no nível de capitalização dos agricultores; em escalas menores de produção há maior facilidade para manter os sistemas produtivos mais complexos, mais diversificados, em função da maior disponibilidade de mão-de-obra (de caráter familiar sobretudo) necessária para o acompanhamento e controle das diferentes atividades inter-relacionadas.

³³ PAULUS, G. *Do padrão moderno à agricultura alternativa: possibilidades de transição*. Florianópolis, 1998, 171 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina.

³⁴ CANUTO, J.C. *Agricultura ecológica en brasil – perspectivas sociológicas*. Córdoba: Instituto de Sociología Y Estudios Campesinos (ISEC). Córdoba, 1998, 200 p. Tese (Doutorado) Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes (ETSIAM)

A agricultura ecológica no Brasil e sua relação com a agricultura familiar

Para Queiroz (1973, p.23) citada por Almeida (2002, p.45) o camponês caracteriza-se pelas “suas atitudes práticas e utilitárias em relação à natureza; por uma valorização tão positiva do trabalho que o define não apenas produtivo do ponto de vista material, mas também como cumprimento de uma ordem divina”.

Shanin (1973, p.63) define o campesinato destacando dois elementos básicos: a *cultura tradicional* e o *modo de vida* de pequenas comunidades rurais, conforme segue:

Delimitaremos campesinato como um entidade social com quatro facetas essenciais e interligadas: a unidade familiar como a unidade básica multifuncional de organização social, trabalho na terra e normalmente com a criação de animais como principal meio de subsistência, uma cultura tradicional específica diretamente ligada ao modo de vida das pequenas comunidades rurais e sujeição multidirecional a poderes exteriores.

Brandenburg (1998, p.89), descreve a importância da terra para o camponês, nesse caso denominando-o de colono:

A terra constitui o pré-requisito da existência do colono enquanto categoria social. Em função do que significa para sua sobrevivência, para a conquista de sua liberdade ou autonomia e para constituição de um patrimônio familiar, a terra apresenta-se como um dos elementos mais relevantes da organização do colono. Entre os elementos da natureza, com quais estabelece relação, a terra é o fundamento da sua atividade: a agricultura.(...) As análises que tratam da relação com a terra aparecem na forma de apego a terra, sendo ele orientado por múltiplas razões, dentre elas o sentimento de amor. (...) Ser proprietário da terra significa para o colono ter liberdade para dispor do tempo e executar suas atividades conforme melhor lhe convém. (...) Esse sentimento dos colonos em relação à terra e a propriedade, que advém de épocas longínquas e que ainda hoje se manifesta, constitui um dos principais fatores que os distinguem de outras categorias.”

Lamarche e colaboradores (1998, p.67) ao desenvolver um estudo de caráter internacional sobre a produção familiar na agricultura de diferentes países, identificaram elementos de comparação das estruturas de produção familiar que ao longo da história se perpetuaram, possibilitando a concepção de uma categorização. Mediante análise das informações foram definidos quatro modelos teóricos que estariam contidos num conceito bastante amplo de agricultura familiar. O modelo denominado “agricultura camponesa e de subsistência” constitui-se numa das categorias, caracterizando-se por uma forte predominância das lógicas familiares e de uma fraca dependência em relação ao exterior. Caracteriza-se por estabelecimentos que apresentam uma pequena produção e utilizam técnicas bastante tradicionais. A unidade de “subsistência” busca conservar estruturas permitindo a sobrevivência do grupo doméstico. A unidade “camponesa”, distinta da unidade de

subsistência, pode ser definida em função de um grupo diferenciado de valores e de representações bastante característico.

Para Wanderley (1996, p.162) citada por Almeida (2002, p.56) a agricultura familiar camponesa “vem a ser uma das formas de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação existente entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam de um conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global.” Ainda para a mesma autora, a agricultura camponesa diferencia-se da agricultura de subsistência, aquela que é realizada somente visando a sobrevivência imediata. O camponês, ao invés de restringir-se à produção para a subsistência, apresenta “uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar”.

Segundo Lamarche (1998) a produção de alimentos para o autoconsumo das famílias de agricultores das categorias levantadas por seu trabalho é considerada uma prática generalizada. Há, no entanto, segundo o autor, uma grande diversidade entre os estabelecimentos rurais, no que se refere aos produtos auto-consumidos, à proporção do autoconsumo da produção e, sobretudo, à significação desta prática para os diversos produtores.

A importância do autoconsumo tem um caráter cada vez mais essencial na medida em que os meios de produção agrícola são mais limitados e que não se dispõe de pouca ou nenhuma renda monetária para a aquisição de alimentos; tal situação em geral refere-se à categoria dos agricultores camponeses ou de subsistência.

Assim, para que possa ser entendida a significação da produção de alimentos para autoconsumo pelos agricultores familiares há que se entender algumas questões fundamentais que se referem ao modo de vida e à cultura tradicional que permeiam a agricultura familiar.

Wanderley (1998, p.30-31) fará um resgate das idéias de Alexander Chayanov³⁵ que mediante estudos realizados na Rússia, identificou uma diferenciação nos princípios que regem o funcionamento interno de uma unidade de produção familiar que a tornam diferente da unidade de produção capitalista.

Segundo a autora,

A ausência da mais-valia, como motor do processo produtivo, imprime na unidade familiar de produção um caráter específico, que foi percebido e formulado por CHAYANOV. Para ele, o produtor familiar é fundamentalmente um proprietário que trabalha. Na verdade, quem trabalha é o agricultor e sua família, e é familiar a propriedade do estabelecimento.

Para Abramovay (1992, p.100) o modo de produção camponês é justamente “ele mesmo, uma certa unidade de relações sociais (família) e forças produtivas (forte peso do trabalho manual) que gera um tipo de comportamento cujo eixo de determinação é fundamentalmente interno”. Busca-se o equilíbrio entre a produção e o consumo, ou seja, num primeiro momento o atendimento das necessidades básicas da família.

No entanto não é possível afirmar que a racionalidade econômica do campesinato é sua única e principal característica porque o ambiente social no qual encontra-se inserido é que irá conferir-lhe certas peculiaridades vinculadas a outros critérios de relações humanas que são também organizadores da vida. Abramovay (op cit, p.108), utiliza a expressão de Polanyi para sintetizar esta constatação: “nas sociedades camponesas, a economia não existe como esfera institucional autônoma da vida social.” A ausência de uma contabilidade racional, relacionada a personalização dos vínculos sociais, gera processos de produção e de consumo familiar, que somente poderão ser entendidos quando se tem acesso aos códigos de conduta que determinam uma submissão da família às regras comunitárias. Segundo o autor, a família e a comunidade, de certa forma emprestam sentido à atividade camponesa.

Ainda para o mesmo autor outra questão fundamental para caracterizar a sociedade camponesa é entendê-la como sociedade parcial³⁵. Essa parcialidade existe em função de que, embora organizada em códigos sociais próprios, cuja organização escapa à razão estritamente econômica – a mesma se relaciona com o mundo exterior, também através dos vínculos econômicos dados pela venda de mercadorias.

Em relação à prática da produção de alimentos, Moura (1986, p.55) esclarece que “o trabalho familiar camponês abastece a casa de morada, alimenta seus membros, mas também é destinado a lugares e pessoas exteriores a esta realidade”.

Segundo Abramovay (1992, p.103):

Os mecanismos pelos quais as vendas de produtos se confundem com um conjunto de prestações pessoais (obrigação de vender a um comerciante, atendimento a membros da família em caso de doenças, obrigações comunitárias de natureza ritual, etc.) indicam justamente a maneira incompleta, parcial com que os mecanismos de mercado atuam e, portanto, os limites da própria razão de funcionamento das sociedades camponesas.

³⁵ CHAYANOV, A. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974

³⁶ A antropologia clássica via os camponeses como membros de uma sociedade parcial, com uma cultura parcial. Parcialidade, entendida não como isolamento, mas capacidade de estruturar a vida em torno de um conjunto de normas próprias e específicas. Abramovay (1992, p. 102) cita REDFIELD (1966), um traço importante do campesinato é a existência de códigos sociais específicos determinantes da conduta, mas ao mesmo tempo a constatação de que – diferentemente das sociedades tribais, por exemplo – estes códigos só podem ser entendidos na maneira como o camponês se insere na sociedade global em que vive.

Para o mesmo autor o traço básico das sociedades camponesas é a integração parcial a mercados incompletos. A integração parcial ao mercado não significa a produção exclusiva de auto-subsistência. No entanto a idéia não envolve um gradualismo pelo qual o envolvimento com o mercado seria cada vez menos parcial até se tornar completo. Em geral o que é considerado fundamental é a flexibilidade entre consumo e venda, em função de circunstâncias ocasionais; o camponês pode optar pela venda ou pelo consumo direto do produto em função da situação momentânea e de sua expectativa com relação aos preços. Caso o preço do mercado não seja propício para venda, o objetivo central de alimentar a família não estará fatalmente comprometido.

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Segundo o mesmo autor (Abramovay, 1992, p.117) tão logo os mecanismos de preços adquiram “a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social”.

Tais aspectos já referidos concorrem para o entendimento da essencialidade da produção dos alimentos para consumo familiar na lógica camponesa, uma vez que a maior parte das atividades realizadas tem o seu núcleo na produção, preparo e venda ou troca de excedentes de alimentos. Brandão (1981, p.7) que estudou em sua obra os hábitos rurais e a ideologia de camponeses do interior do Brasil (Mossâmedes, Goiás) referentes às práticas sociais de produção e de consumo da comida cotidiana, explica que ao entrevistar os lavradores, percebe-se o quanto o processo de “plantar, colher e comer” permeia a maior parte dos momentos de suas vidas

Quando convidado a falar sobre a sua vida, o lavrador de Mossâmedes fala sobre o seu trabalho. Quando ele fala a respeito do seu trabalho, está falando sobre como e onde produz, adquire e consome alimentos. Entre as muitas e complexas atividades e relações da produção direta de alimentos de origem vegetal e animal; entre esforços por fazer circular tipos de “mantimento” e os momentos de consumo da comida, o lavrador emprega a maior parte do seu tempo de cotidiano e organiza o núcleo mais motivado de representações sobre o seu mundo.

A modernização da agricultura se constitui no processo que irá interferir no perfil tradicional dos camponeses contribuindo para o surgimento de novas diferenciações sociais na medida que somente alguns camponeses são capazes de assimilar um novo sistema de produção, quer seja pelo tamanho de suas propriedades ou pela disponibilidade de recursos financeiros. (SOTO, 2002, p.43). Como uma das denominações que expressam esse processo aponta-se o uso do termo “produção familiar” que passa a ser realizada pelo “agricultor familiar”. No entanto é importante esclarecer que ainda que em muitos momentos as expressões sejam utilizadas como sinônimo, a “agricultura familiar”, resguarda componentes essenciais da produção camponesa, mas insere-se definitivamente

no mercado capitalista. Assim o termo não se aplica indistintamente pois não se pode confundir a produção camponesa com a produção familiar, uma vez que toda a produção camponesa é sempre familiar, mas nem toda produção familiar é camponesa. (SILVA, 1999, p.162 citado por ALMEIDA, 2002, p.56)

Contradizendo as previsões sobre o desaparecimento do campesinato, diferentes autores registram a persistência da categoria ao longo do tempo. A mesma se transforma e ao mesmo tempo resiste, não se constituindo num modo de produção isolado e nem homogêneo. No entanto vem guardando suas características de referência, e encontrando estratégias para reproduzir-se no mundo globalizado contemporâneo.

Atualmente diferentes possibilidades vem se constituindo para os camponeses e agricultores familiares dentro da perspectiva da agricultura ecológica.

Segundo Brandenburg (1999, p.84) o movimento em favor de uma agricultura alternativa no Brasil,

Nasceu num momento de crise para os agricultores familiares e sob a crítica de ser uma questão marginal ao progresso técnico, como uma volta ao passado, e por isso como uma proposta de retrocesso ao desenvolvimento das forças produtivas (SILVA, 1987). Trata-se de uma análise que, além de estritamente econômica, desenvolve-se no auge da modernização e por isso unidimensionalizada por privilegiar somente a razão econômico-instrumental. Essa mesma questão pode assumir um outro significado quando analisada na perspectiva político-cultural.(...) Constitui uma estratégia, não de resistência à adoção de tecnologias modernas, mas de manutenção da produção familiar no campo, enquanto defesa de uma identidade ou de um certo “modo de vida”. Isso permite aos atores, ao mesmo tempo que reafirmam sua condição de agricultores, formularem sua percepção crítica em relação às políticas de desenvolvimento agrícola; notadamente em relação à pesquisa, à extensão, crédito e comercialização e a partir daí se organizarem no sentido de reivindicar medidas que visem beneficiá-los.

Muito se tem discutido sobre a questão da agricultura ecológica ser incorporada pelos agricultores familiares em função de haver uma similaridade entre seus princípios e a forma de viver e trabalhar do agricultor; questiona-se também se há uma existência intrínseca entre agricultura familiar e preservação ambiental . A primeira questão se refere a existência de uma lógica organizacional na unidade familiar que é mais favorável ao desenvolvimento de uma agricultura ambiental ou ecológica do que as unidades agrícolas empresariais capitalistas. Para Brandenburg (1999, p.86), a confirmação dessa hipótese só é válida a partir da constatação de que a organização do trabalho de uma unidade familiar é distinta de uma unidade empresarial capitalista. O autor utiliza a categorização de referência de Lamarche (1992) de tipologia de agricultura familiar para apontar que dentre distintas categorias existe a modalidade de unidade familiar agrícola em que a lógica determinante é “a exploração familiar de subsistência e camponesa.” Assim, para o autor o fato de na

produção familiar, as várias dimensões que justificam a conduta dos agricultores nem sempre existem de forma dissociada, como nos demais sistemas da sociedade moderna, faz com que os interesses econômicos e os interesses pessoais e subjetivos da família possam ser contemplados ao mesmo tempo. Segundo o autor, enquanto na organização empresarial capitalista não há lugar para subjetividades, na unidade familiar de subsistência ou camponesa, o trabalho e sua racionalidade peculiar confunde-se com outras dimensões da vida dos agricultores. Para Brandenburg (op cit, p.88), “junto com o desenvolvimento da atividade agrícola, os agricultores identificam-se com o ritmo da natureza na organização do trabalho, experimentam o sentimento subjetivo de apego à terra, e de liberdade e autonomia. Ainda para o autor “é observada uma diferença, uma racionalidade distinta da racionalidade capitalista, à medida que produzem visando atingir necessidades da família, de construir um patrimônio familiar e não com interesse de acumular capital.”

Brandenburg considera que a racionalidade presente na cultura intersubjetivada do agricultor familiar leva a um equilíbrio entre a produção e consumo; diferente da cultura da sociedade moderna que estimula um consumo ilimitado. A princípio, segundo o autor, se a família estiver com as necessidades atendidas e havendo a garantia da reprodução da vida social e natural, verifica-se uma racionalidade ecossocial que pode conduzir a sustentabilidade. Essa situação tende a existir pelo caráter da agricultura familiar estar ligada a atividades realizadas em contato direto com a natureza, ser desenvolvida em campo aberto, empregando técnicas de manejo de recursos naturais – ao contrário do ambiente criado pela indústria – talvez contribua para que os agricultores familiares sejam movidos por outras racionalidades, além da instrumental e econômica.

2.3.3 O desafio da construção da segurança alimentar e nutricional e as estratégias para a promoção da sustentabilidade alimentar

Segundo Valente (1997, p.54) o conceito de segurança alimentar sofreu modificações ao longo dos últimos anos. No início do século vinte a idéia de segurança alimentar esteve vinculada à segurança nacional; em virtude dos boicotes de alimentos vivenciados por diferentes países europeus na Primeira Guerra Mundial, considerou-se a partir de então a manutenção de estoques de alimentos como estratégia de segurança nacional.

Na década de 1950, período posterior à Segunda Guerra mundial no qual a Europa encontrava-se num momento de reconstrução, o conceito de segurança alimentar esteve vinculado à doação de alimentos, ou seja à ajuda alimentar internacional.

No período dos anos sessenta e setenta, com a Revolução Verde influenciando toda a reestruturação do sistema de produção de alimentos, a garantia da segurança alimentar dos povos esteve centrada na necessidade do aumento da produtividade agrícola e da disponibilidade de alimentos. Já nos anos 80 o foco do conceito de segurança alimentar deslocou-se da visão produtivista para as questões que viabilizam o acesso ao alimento, sobretudo a renda. Compreendeu-se que o problema da insegurança alimentar não estava relacionado a uma quantidade insuficiente de alimentos, defendida na década anterior, mas sim à concentração de renda por poucos gerando a pobreza e a falta de recursos para segurança alimentar de contingentes importantes da população dos países de mais baixa renda.

Na década de 1990 realizaram-se discussões profícuas sobre o tema possibilitando uma ampliação maior do entendimento do respectivo conceito. Às questões anteriores relacionadas à determinação da insegurança alimentar somaram-se as condições precárias de vida, a falta sistemática de acesso à água tratada, ao saneamento básico, a assistência à saúde e o acesso à educação. Ocorre a agregação do termo “nutricional” ao conceito de segurança alimentar, pois considera-se que não basta haver alimento em quantidade suficiente, se as necessidades nutricionais dos indivíduos não são atendidas pelo fornecimento de alimentos de qualidade. Nesse mesmo período entende-se também que as questões culturais e regionais ligadas aos hábitos alimentares, bem como o entendimento da alimentação como uma prática social deveriam também ser contempladas no conceito de segurança alimentar. Ainda nessa década serão considerados para formulação do conceito de segurança alimentar e nutricional o direito humano à alimentação e a questão da sustentabilidade necessária ao processo. Atualmente, entende-se por Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (CONSEA, 2004, p.4)

A concretização deste conceito consiste em um grande desafio no contexto mundial de economia globalizada, onde diferente do reconhecimento do direito humano à segurança alimentar e nutricional, considera-se o alimento como mercadoria, destituindo-o de sua função vital à manutenção da vida humana.

Assim, o atual sistema alimentar de âmbito mundial, pode ser descrito segundo as características a seguir (CONSEA, 2004, p.16):

- a) predominância de um padrão de produção agrícola intensiva, mecanizada, com elevada utilização de produtos químicos e fortes impactos sociais e ambientais;

- b) processamento crescente dos produtos, com redução de sua qualidade nutricional;
- c) crescente padronização de hábitos alimentares, apesar de também promover a difusão de produtos típicos de determinadas culturas e regiões;
- d) ampliação do peso do comércio internacional no abastecimento alimentar doméstico, com elevado controle de grandes empresas transnacionais

Atualmente a produção e comércio exterior de alimentos, vêm sendo encarados como uma estratégia para abastecer a escala mundial, em virtude da grande quantidade de alimentos disponíveis, sendo o comércio internacional valorizado como fonte geradora de emprego e renda, além de instrumento para obtenção de alimentos a um baixo custo.

No entanto para os países de mais baixa renda o comércio internacional está longe de constituir-se em fonte considerável de segurança alimentar, pois os países de maior renda utilizam-se de políticas de subsídios agrícolas e práticas de *dumping*, penalizando os agricultores dos países de mais baixa renda, determinando um forte impacto negativo na renda agrícola interna e a desestruturação das unidades de produção de alimentos dos agricultores familiares e camponeses (CONSEA, 2004, p. 16).

Há críticas em relação a esse modelo, uma vez que à medida que o mesmo passou a ser implementado, o número de pessoas que sofrem de fome e de desnutrição no mundo não só se manteve como em alguns casos aumentou. O Relatório Anual de 2003 da FAO sobre a insegurança alimentar no mundo constatou que o número estimado de subnutridos subiu no período 1999-2001 para 842 milhões de pessoas, das quais 798 milhões vivem em países de baixa renda, 34 milhões em países em transição e 10 milhões nos países industrializados.

Assim eleger o comércio internacional como base para a segurança alimentar significa abandonar a perspectiva da auto-suficiência nacional na produção de alimentos, pois parte-se do pressuposto que haverá a importação de alimentos para satisfazer às necessidades do consumo interno, sempre que ela seja mais barata que a produção doméstica.

A associação entre segurança alimentar e autonomia na produção dos alimentos essenciais tem larga tradição. A produção doméstica de alimentos tem enorme significado econômico, social, ambiental e cultural e não exclui a participação do comércio internacional de acordo com as particularidades de cada país. Países como o Brasil, com grande extensão territorial e grande contingente populacional, tendem a ter elevado grau de autosuficiência produtiva. (CONSEA, 2004)

Por outro lado, para Menezes (1998, p. 253) reduzir a solução do problema da insegurança alimentar, em países como o Brasil, com o simples aumento da autosuficiência produtiva é ignorar uma realidade marcada pela grave incapacidade de acesso aos alimentos, por parcelas significativas

da população. Dessa forma, antes do problema da insuficiência da produção, impõe-se o problema de que as populações com carências nutricionais, mesmo havendo disponibilidade de alimentos, não podem consumi-los, seja pela falta de capacidade aquisitiva ou pela ausência de políticas sociais que garantam a elas o direito à alimentação. Possivelmente o Brasil seja um dos exemplos mais eloquentes em todo o mundo, desse quadro de insegurança alimentar, ditado por profundas desigualdades na distribuição da renda e dos recursos produtivos e, em consequência, na incapacidade de acesso de parte expressiva de sua população aos bens de consumo essenciais. O Programa Fome Zero, política pública do governo federal na área de segurança alimentar, utiliza como referência de sua população alvo a Linha da Pobreza³⁷, apontando o número de 44 milhões de pessoas em situação de “vulnerabilidade à fome”, ou seja, que não dispõe de renda suficiente para adquirir alimentos na quantidade necessária. Tal número equivale a 9,2 milhões de famílias ou quase 28% da população total do país.

O autor faz referência à época do Plano Cruzado, período em que registrou-se alguma recuperação do poder aquisitivo de segmentos de baixa renda da população. Naquela ocasião a oferta de alimentos mostrou-se insuficiente para atender toda uma demanda reprimida por conta do baixo poder aquisitivo da maior parte da população brasileira.

Portanto há duas questões básicas a equacionar, apesar de não serem as únicas, quando o ponto é segurança alimentar e nutricional: garantir uma produção suficiente de alimentos, bem como o acesso à mesma.

Conforme pode ser visto ao longo do capítulo as soluções propostas para o enfrentamento da fome no mundo, com base no uso intensivo de tecnologias proposto pela Revolução Verde, contribuíram ainda mais para o agravamento do problema uma vez que desintegraram e desestruturaram estabelecimentos rurais tradicionais que se dedicavam à produção de alimentos para autoconsumo e para o abastecimento urbano, gerando o êxodo rural, situações de insegurança alimentar e ameaça de desabastecimento do mercado interno.

Portanto há que se buscar uma produção de alimentos baseada em outro paradigma que não seja o modelo agroquímico. Para isso há que se vencer uma série de obstáculos; o principal deles está na própria hegemonia ideológica alcançada pelo modelo vigente. Veiga³⁸ (1995, p.8) citado por Menezes (1998, p.253), referindo-se ao caso brasileiro afirma: “É ilusório imaginar que possa perder força um modelo que garantiu a segurança alimentar de outros povos. Enquanto existir o desafio de

³⁷ Metodologia adotada pelo Banco Mundial: equivalente a 1,08 dólar per capita/dia

³⁸ VEIGA, J.E. Entrevista. Agricultura Sustentável, Jaguariúna, v.2, n.1, p.5-10, 1995

alcançar a segurança alimentar, a pressão social não será forte na direção da agricultura sustentável no Brasil.” Segundo Menezes (1998, p.254) persiste a idéia de que a saída para a segurança alimentar é produzir cada vez mais alimentos e, só então, será cabível pensar em práticas sustentáveis na agricultura.

Na opinião do autor a possibilidade de produzir mais alimentos para consumo interno no Brasil depende de uma série de questões. A primeira se refere à democratização do uso da terra para a agricultura familiar mais empobrecida, pois na estrutura fundiária atual é que se encontra o principal determinante de sua condição de miséria. O uso de grandes extensões de solos para a especulação imobiliária ou para a produção de monoculturas para exportação constitui-se num dos aspectos que contribuem para a manutenção do quadro de insegurança alimentar no Brasil, devendo por isso mesmo haver mecanismos que garantam a terra para produção de alimentos de consumo interno.

A partir da efetivação da reforma agrária algumas medidas precisariam ser adotadas para que haja consonância com a efetivação de uma agricultura sustentável como: a escolha adequada das áreas de assentamento, de acordo com a atividade que será desenvolvida e as condições ambientais existentes; cuidados na escolha das tecnologias a serem utilizadas, para que sejam adaptadas às condições locais e não agressivas ao meio ambiente; desenvolvimento de práticas agrícolas ecológicas e a valorização da educação ambiental e formal para as famílias de agricultores assentadas (DULLEY & CARVALHO, 1994, p. 147 citados por MENEZES, 1998, p.256). A segunda se refere a políticas públicas de apoio à agricultura familiar viabilizando a expansão da produção de alimentos para autoconsumo e para o abastecimento local, bem como a efetivação de um desenvolvimento rural que garanta qualidade de vida e acesso aos serviços básicos para as famílias que vivem no campo.

Um dos aspectos necessários para a viabilização do aumento da produção de alimentos no país se refere à necessidade de um ordenamento territorial, sugerido por estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) referidos por Menezes distinguindo-se as terras impróprias para a agricultura ou para outros usos, as terras de uso restrito e as terras indicadas para a agricultura (KITAMURA³⁹, p.30 citado por MENEZES, 1998, p.256). No caso de terras impróprias, recomenda-se seu uso para a preservação e serviços de amenidades (preservação da paisagem e usos para o lazer). Para as terras de uso restrito, devem ser observadas com cautela suas possibilidades de produção agrícola, combinadas com a necessidade de preservação ambiental.

Outra recomendação é referente à proposição do estudo do Convênio FAO/PNUD/MARA (1992, p.18) referente ao ordenamento agrário, que sugere que sejam contemplados agricultores que

³⁹ KITAMURA, P. A agricultura e o desenvolvimento sustentável. *A agricultura e o desenvolvimento sustentável*, Jaguariúna, 1994

já possuem terra, mas numa dimensão insuficiente para poderem produzir de forma viável, uma vez que não são atendidos pelas ações de reforma agrária, nem têm acesso às terras vizinhas ofertadas no mercado fundiário rural por agricultores que estão se transferindo para outra região ou deixando a atividade agrícola. O mesmo estudo faz referência à necessidade de desenvolvimento de ciência e tecnologia voltada à perspectiva de sustentabilidade, com ampliação da pesquisa sobre sistemas agrícolas complexos com integração da agricultura e pecuária para a produção de alimentos tradicionais. Menezes (1998, p.257) chama a atenção também para a necessidade de concessão de estímulos ou incentivos para aqueles que adotem tecnologias de produção voltadas à sustentabilidade ambiental.

Finalmente, o autor conclui que estas recomendações devem fazer parte de políticas públicas, apontando a necessidade da reafirmação do papel do Estado como responsável pela garantia do direito humano à segurança alimentar. Também aponta que há demanda por modelo agrícola distinto do atual, dirigido prioritariamente à agricultura familiar e adaptado tecnologicamente às suas condições.

Menezes aponta uma existência de um certo consenso entre diferentes autores que a agricultura familiar é a forma social mais adequada para, na esfera da produção agropecuária, garantir a segurança alimentar e a agricultura sustentável. Os principais argumentos baseiam-se nas características inerentes a essa forma social de produção, destacando-se dentre elas a diversificação da produção. Outra vantagem apresentada se refere a mobilidade no processo decisório pela flexibilidade estrutural que a agricultura familiar possui. Pela forma como é desenvolvida a atividade produtiva e pelas relações que estabelece com o mercado possui uma maior mobilidade para diferentes opções de produção. Em relação aos resultados que obtém para a manutenção da família, pode variar para o extremo de depender totalmente de fontes externas ou recuar até a produção basicamente para autoconsumo. A agricultura familiar apresenta também um perfil essencialmente distributivo, característico em função dos laços socioculturais que mantém com a atividade que exerce. (FAO/INCRA, 1994, p.3)

Para o autor outros argumentos reforçam a opção pela agricultura familiar como forma social mais apta, na esfera da produção agropecuária quando se trata da segurança alimentar. A primeira questão se refere ao fato do agricultor familiar disponibilizar os produtos do seu trabalho sem exigir uma taxa de retorno superior ou igual à de outras atividades que poderia exercer. Diferente do modelo patronal, não trabalha com a lógica do lucro. Essa característica se traduz em preços menores tendo um reflexo positivo sobre os consumidores em relação ao acesso aos produtos alimentares. Outro aspecto a considerar se refere à valorização dos recursos terra e mão de obra, operando em solos, em

muitas situações, de baixa fertilidade e com força de trabalho intransferível, uma vez que é, em sua maioria familiar. Tal situação influencia também os preços dos alimentos, uma vez que o produtor opera com menos custos, propiciando um maior acesso e a suficiência na sua oferta. A produção familiar, por trabalhar com outros recursos e por valer-se muitas vezes da utilização da adubação orgânica e da força animal, propicia um menor gasto de energia não-renovável. O modelo patronal, em geral dependente do uso de insumos químicos é altamente consumidor de energia de alto custo e não renovável. Ainda deve ser computada a questão que em muitas situações a agricultura familiar absorve mais mão-de-obra, fortalecendo a equidade e reduzindo a pobreza rural. Finalmente, realiza a produção para autoconsumo, contribuindo para atenuar o problema da desnutrição no meio rural.

Segundo Menezes (1998, p.267) o desafio de fazer confluir para um mesmo rumo os objetivos da segurança alimentar e da sustentabilidade na agricultura guarda enorme possibilidade de resolução quando são pensadas as práticas de encontro e concertação, entre diferentes atores sociais envolvidos com os dois temas. Trata-se de todos aqueles que compõem a cadeia agroalimentar e mais os próprios consumidores. Portanto, há que se explorar todo o potencial de entendimento existente entre agricultores familiares e consumidores. Isso, inclusive, para melhor enfrentarem interesses muitas vezes antagônicos aos seus, expressos por setores industriais ou financeiros. Friedmann (1995, p.1) propõe esta alternativa:

Com a perda do poder econômico para as corporações e a perda do poder demográfico para os consumidores, os agricultores devem encontrar novos aliados para vincular a agricultura aos problemas da segurança alimentar, saúde e sustentabilidade ambiental ou para impedir que se ajuste o poder regulador das corporações com um setor agroalimentar crescentemente transnacionalizado.

Nesse sentido, segundo Menezes (1998, p.268) uma nova qualificação dessa perspectiva vem sendo assumida, e expressa na idéia de “sustentabilidade alimentar”. Não se trata de uma substituição das noções de agricultura sustentável e segurança alimentar, mas de um avanço no sentido de estratégia de consolidação das duas questões. Trabalhar com as duas categorias de forma articulada possibilita ganhos políticos importantes; o enfoque da sustentabilidade alimentar incorpora outros atores além daquele vinculados à agricultura sustentável, propiciando a consolidação de uma frente para discussão das relações campo-cidade vinculadas a produção e consumo alimentar. Questões como a efetivação da reforma agrária, a não liberação do plantio e consumo de alimentos transgênicos, o não consumo de alimentos com agrotóxicos, entre outras ganhariam aliados tanto no campo como na cidade se fossem tratadas como questões de interesse de toda a sociedade brasileira, como de fato o são. Friedmann (2000, p.14-15) cita experiências desenvolvidas pelo Conselho de Política Alimentar de Toronto (TFPC), no Canadá, que apontam nessa direção:

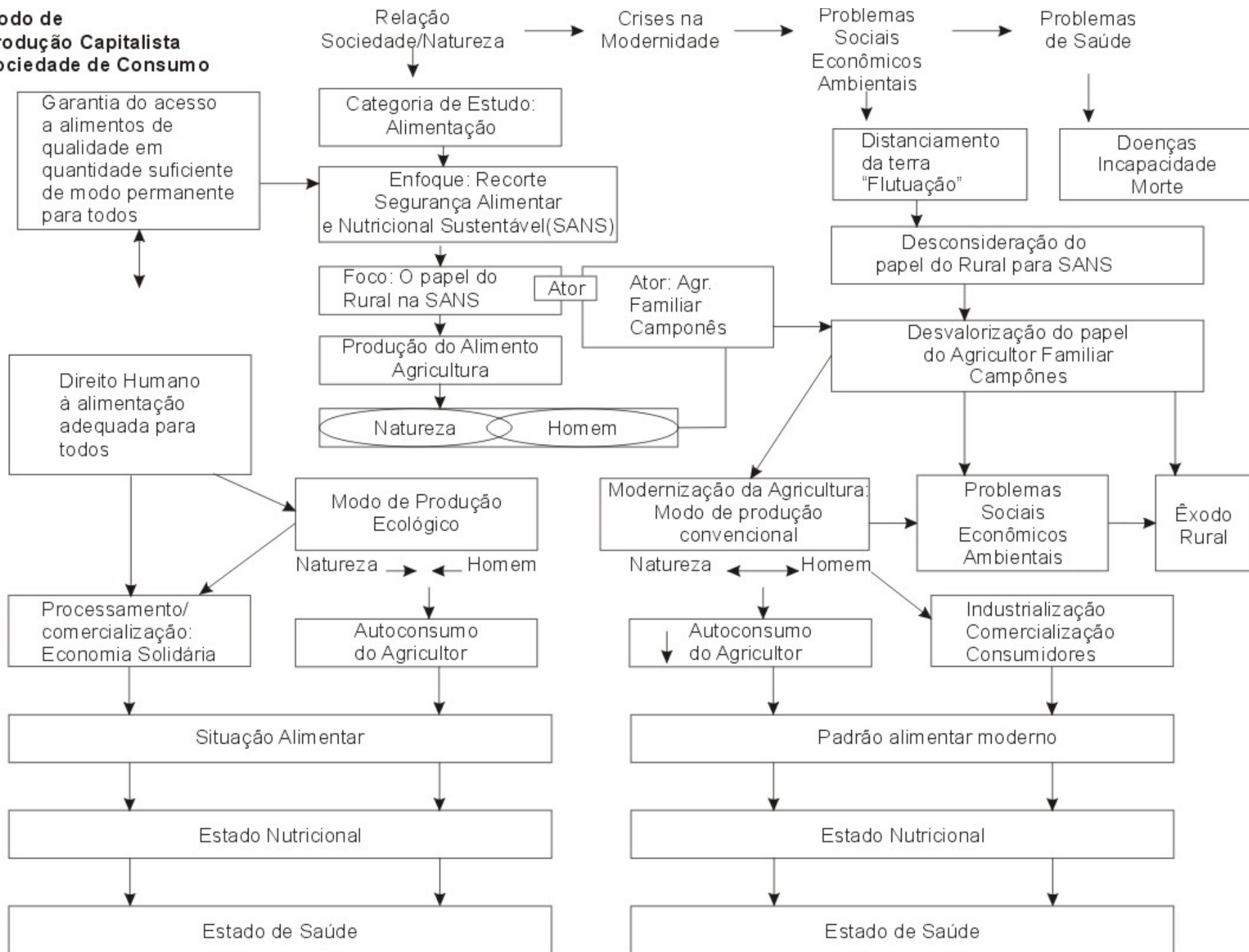
Algumas das atividades do TFPC e de grupos relacionados com a economia alimentar local sugerem uma visão alternativa da alimentação, como parte fundamental de promoção da saúde e da manutenção dos indivíduos e das comunidades. A primeira atividade se refere à defesa do direito humano à alimentação, atrelada a um projeto de reconstrução da economia agrícola local baseada no uso socialmente determinado da terra. No contexto de Toronto, isto tem evoluído através da política de atendimento à saúde, que hoje integra as agendas contra a pobreza e a favor do emprego. Uma idéia é a expedição de vales, que podem ser trocados por produtos da agricultura local em lojas dos bairros, como estratégia do sistema de saúde pública. Argumenta-se que o uso de dinheiro público para aquisição de alimentos básicos se constituem em medida de promoção à saúde e prevenção de doenças. Cálculos do TFPC sugerem que a provisão pública total dos custos alimentícios da suplementação alimentar de gestantes custariam cerca de um terço dos custos de atendimento à saúde de bebês de baixo peso. Cálculos semelhantes para algumas doenças que estão vinculadas à alimentação mostram que o emprego de dinheiro público na provisão e fornecimento de alimentos saudáveis à população seriam recuperados em poucos anos.

Para Menezes (1998, p.269) “o sistema alimentar necessita de políticas que o façam sustentável. Essas políticas devem estar voltadas para a terra e também para o agricultor, o processador, o comerciante e o consumidor, exigindo relações equilibradas entre todos eles. É crucial que se estabeleçam alianças entre a gente urbana e a rural que respondam mutuamente às suas necessidades.”

Os movimentos de resistência à proposta da Revolução Verde, bem como contrários à redução das relações econômicas e sociais à ótica neoliberal, encontraram na agricultura ecológica, também uma opção para fortalecer a agricultura familiar ou seja, a vida camponesa. Tais princípios também contribuem para a melhora da relação campo-cidade e apontam caminhos para a construção de uma economia solidária e para consolidação de processos de produção-distribuição-consumo de alimentos, mais comprometidos com a manutenção da saúde humana. Enfim podem apontar caminhos em direção à construção da segurança alimentar e nutricional de populações e para viabilização da sustentabilidade alimentar.

A finalização do capítulo permite a realização da conexão entre os assuntos abordados. Na seqüência apresenta-se a figura 03 (Esquema de relações consideradas para construção do marco teórico e análise de empírico), onde buscou-se explicitar todas as relações que estão sendo consideradas necessárias para a discussão das informações que serão apresentadas na parte da pesquisa que se refere ao empírico.

**Modo de Produção Capitalista
Sociedade de Consumo**



3. A REGIÃO EM QUE VIVEM AS FAMÍLIAS ECOLOGISTAS DE TURVO

3.1 UMA BREVE EXPOSIÇÃO DA SITUAÇÃO DO MEIO RURAL DO PARANÁ

Segundo o diagnóstico social e econômico do Paraná, publicado em 2003, pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) o Índice de Desenvolvimento Humano⁴⁰ 2000 – IDHM dos municípios do Estado tem apresentado uma evolução positiva ocupando a sexta posição em relação aos demais estados brasileiros. No entanto em relação aos dois estados da região sul e São Paulo mantém-se em situação desfavorável, contando com o maior número de municípios abaixo do IDH-M do Brasil. Cerca de 33% da população paranaense vive nesses municípios. Nos demais estados, os municípios nessa condição contam com menos de 10% de sua população.

Considerando a divisão por mesorregiões⁴¹ na configuração interna do Estado, as mesorregiões Oeste e Sudoeste são as que apresentam o maior número de municípios com os maiores IDH-M do estado, estando onze (11) na mesorregião Oeste e três (3) na Sudoeste. Os mais baixos índices de desenvolvimento humano encontram-se na mesorregião Centro-Sul; a mesma conta com cinco (5) dos municípios de mais baixo IDH-M do Estado em sua região. Nesta mesorregião a proporção de famílias pobres supera 30% do total de famílias e 52% do total destas famílias pobres encontra-se no meio rural. O IAPAR apresentou os mesmos dados sobre o IDH-M dos municípios do Paraná organizando-os segundo as respectivas associações de municípios. A figura 04 apresentará a distribuição das áreas com maior concentração de pobreza do Estado, sendo possível visualizar de forma clara a situação da região Centro-Sul (DORETTO, 2003).

⁴⁰ O IDH-M foi criado para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, e incorpora três dimensões básicas do desenvolvimento: longevidade, educação e renda. Para cada dimensão há um índice específico, cuja média aritmética simples resulta no IDH-M. Esses índices variam de 0 a 1, sendo 1 a posição correspondente à melhor condição de desenvolvimento (IPARDES, 2003, p.6)

⁴¹ A regionalização básica adotada considerando a agregação de dados municipais pelo IBGE. Constituem unidades regionais estabelecidas com base em características de homogeneidade de produção: o Paraná é subdividido em 10 mesorregiões. Essa agregação possibilita a visualização dos dados em termos territoriais, permitindo a comparação entre regiões do Estado (IPARDES, 2003, p.6)

É importante ressaltar que tal situação preocupante se verifica em relação a outros indicadores que revelam também a qualidade de vida. Pode ser citado como exemplo a taxa de mortalidade infantil. Embora a taxa de mortalidade infantil do Paraná seja inferior a do Brasil, são marcantes as desigualdades em termos de mesorregião. Em quatro das dez mesorregiões paranaenses esse indicador é bastante superior à média estadual – Norte Pioneiro, Centro-Oriental, Sudeste e Centro-Sul, esta última com o registro mais elevado, ou seja, de 27,18 a cada mil nascidos vivos. A mesorregião Norte-Central se destaca pela melhor posição, com 15,27 a cada mil nascidos vivos.

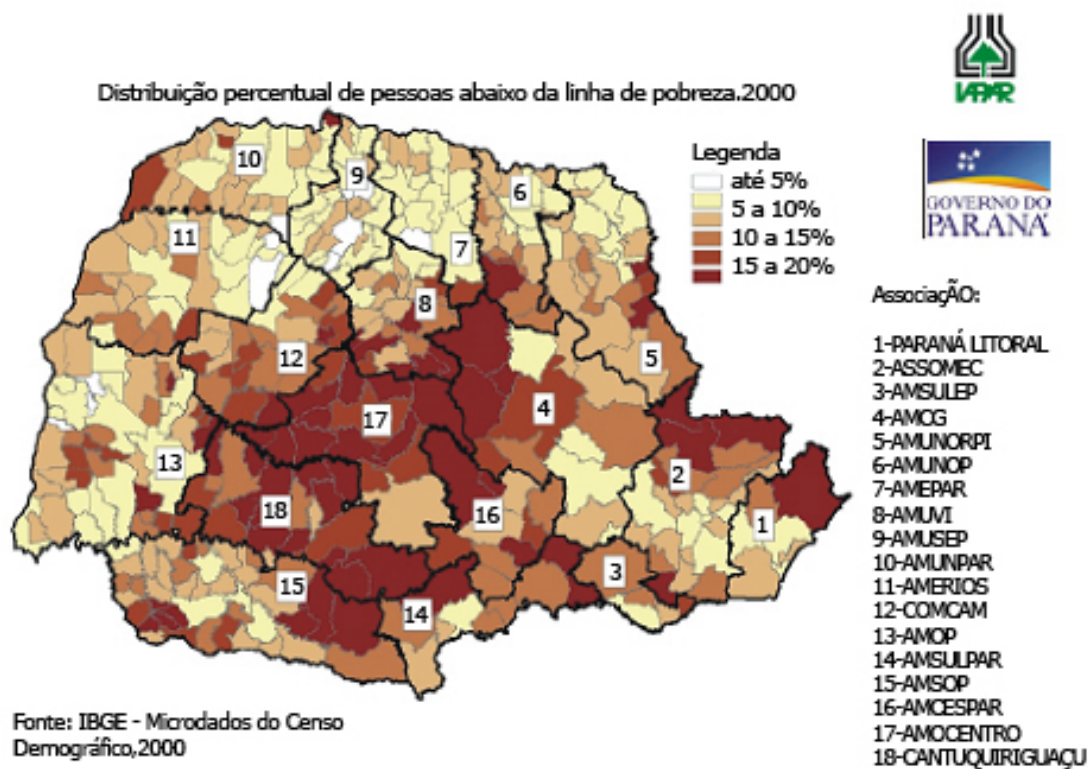


Figura 04 – Distribuição percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza no Paraná segundo associações de municípios (IAPAR, 2003).

De acordo com o estudo citado a análise da distribuição espacial do IDH-M no estado do Paraná aponta as suas áreas rurais com uma expressiva concentração da pobreza; cerca de 71% da população rural encontra-se em municípios do estado com IDH-M inferiores ao do Brasil. Segundo a definição de rural, assumida pelo IBGE, que excetua as aglomerações, 28,29% das famílias pobres do Estado encontram-se no meio rural. No entanto quando adota-se

o critério do rural expandido⁴², o percentual de famílias pobres chega a 46,94%, ou seja, 276.678 famílias.

No entanto, no período que compreende 1990 e 2002, a produção de grãos do Paraná passou de 13 milhões de toneladas para 21,62 milhões. Os produtos agrícolas e seus derivados agroindustriais responderam, em 2002, por aproximadamente 55% das exportações do Estado e por 21,77% do total colhido em nível nacional, apesar dos cortes drásticos nos gastos públicos com o financiamento da agricultura.(IPARDES, 2003, p.56)

A situação da produção agropecuária do Estado, gerando por um lado riqueza e por outro a precária situação social e econômica de grande parte das pessoas que vivem no rural paranaense revela um quadro de desigualdade que tem suas bases históricas na estrutura fundiária concentrada, agravada pelo processo de modernização da agricultura. Os agricultores empresariais paranaenses, correspondem a 12% dos agricultores do Estado; já os produtores familiares, que correspondem a 50% do total do grupo, detêm menos de 15% da área. O grande desafio do Paraná “está em romper com um modelo que se mostra produtivo, mas que é socialmente incapaz de resgatar da pobreza a maioria da população rural, condenando-a a uma condição de vida precária e ao êxodo rural” (IPARDES, 2003, p.19).

Segundo dados citados na mesma publicação, o modelo agrícola adotado pelo Paraná tem também repercutido negativamente sobre a situação do meio ambiente:

Nas áreas rurais, ao lado dos efeitos resultantes do uso inadequado de agroquímicos na agricultura, estima-se que mais de 50% das bacias hidrográficas do Estado perderam parte significativa da cobertura vegetal original, o que leva à redução do nível freático e compromete a quantidade de água. A ocupação do território paranaense, pautada inicialmente nas atividades extrativistas mineral e vegetal e, posteriormente, no desenvolvimento da agricultura intensiva, provocou um contínuo desmatamento da floresta nativa (MAACK, 1968).

Nos anos 70, com a expansão das últimas fronteiras agrícolas do Estado e devido a modernização tecnológica da agricultura, o Estado contava com apenas 11,90% de sua cobertura florestal original (IPARDES, 1984), que se viu reduzida ainda a apenas 7,98% em 2000 (ATLAS, 2002). Através de mapeamento dos remanescentes florestais da mata atlântica, no período de 1995 a 2000, foi quantificada uma área de desmatamento de 60.146 há, que representa 3,63% do total de florestas naturais preservadas que havia em 1995. (IPARDES, 2003, p.18-19)

Dados do Censo Agropecuário/IBGE de 1995, apontaram que no Paraná há 369.875 estabelecimentos rurais, número que representa uma redução de 96 mil estabelecimentos em relação a 1985.

⁴² A utilização do tamanho da população e não da delimitação de área, com um corte por tamanho de população altera a distribuição entre rural e urbano. No Paraná, menos de 1/3 dos municípios seria considerado urbano segundo o critério defendido por George Martine.

De acordo com o estudo citado os estabelecimentos em regime de economia familiar, com até 50 há, correspondiam, em 1995, a 85,9% do total, sendo que a redução apontada se deu justamente nesse segmento. No entanto a participação da agricultura familiar na área total é de apenas 27,7%. Tais números revelam ao mesmo tempo a importância e a fragilidade da agricultura familiar:

A importância é incontestável frente aos números que apontam a população ocupada na agropecuária paranaense, um vez que a mesma está em sua maioria absoluta, vinculada à agricultura familiar, e, ainda, porque a participação da agricultura familiar nas principais atividades do meio rural paranaense é expressiva, superior à sua participação na área total. Praticamente a quase totalidade dos chefes pobres economicamente ativos, no meio rural, está ocupada – ou seja cerca de 94, 92% (IPARDES, 2003, p.60).

Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada em 1998, revelou que a agricultura familiar é praticada por aproximadamente um (1) milhão de pessoas, correspondendo a 78% do total de 1,3 milhão de agricultores no Estado. O rendimento anual obtido pelos produtores do Estado repetiu a situação encontrada para o país, com baixos valores (de zero a três mil reais) recebidos ao ano, por 50% das famílias. Tal situação também tem contribuído para o êxodo rural intenso. A população rural que correspondia a 63% da população total em 1960, passa a 23%, em 1996. Merece destaque o fato de que o Estado, entre 1970 e 1996, perdeu quase 1,2 milhão de moradores da área rural. Dados do Censo Agropecuário de 1995/96 demonstraram que a população que vem saindo do campo tem sido predominantemente de jovens e mulheres, o que vem resultando numa progressiva masculinização e envelhecimento da população rural (MENEZES, 1998, p. 2).

O quadro que se verifica atualmente no Paraná é resultado de um processo histórico que necessita ser revisitado para que possam ser entendidos os determinantes da situação social e econômica de suas diferentes mesorregiões. Na sequência serão enfocados partes da história de formação do Paraná Tradicional, objetivando identificar processos causais que tenham influenciado o processo de ocupação e a formação econômica e social da mesorregião centro-sul, que dentre todas as que foram citadas apresenta um maior número de municípios com IDH-M baixo, indicando a existência de uma situação de pobreza de caráter mais crítico, sobretudo em seu meio rural.

3.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DA MESORREGIÃO CENTRO-SUL

Para entender o processo de formação do Estado e de sua ruralidade, há que se reconstituir o processo de formação do Paraná Tradicional, considerando-o como um centro de irradiação tendo como referência Curitiba.

Segundo Santos (2001, p.86) a vida econômica e material do Paraná Tradicional inicia-se com os povoamentos no litoral na busca dos metais e pedras preciosas e na caça ao índio, num deslocamento de portugueses e espanhóis em direção ao sul do continente. Num primeiro momento se estabelece uma sociedade campeira, patriarcal e latifundiária, baseada na criação e na invernagem do gado nas fazendas dos Campos Gerais, integrada ao circuito nacional que, por sua vez, constituiu peça da engrenagem da economia mundial.

De acordo com o autor, a primeira metade do século XIX caracteriza-se pelas atividades extrativas e na exportação da erva-mate para os mercados do Prata e do Chile, condicionada pelas flutuações conjunturais internacionais e suas repercussões. Nesta fase constitui-se uma sociedade ervateira, dominada por uma burguesia comercial, que impulsionou o processo de urbanização da região.

Na segunda metade do século XIX se estabelece um novo sistema de colonização com o estabelecimento de colônias agrícolas ao redor dos centros urbanos, povoadas por imigrantes europeus, como saída para a escassez de produtos agrícolas e de subsistência. Segundo Brandenburg (1999, p.93):

A partir do século XIX, a maior parte dos imigrantes veio da Europa, constituindo-se assim uma população com uma cultura predominantemente de origem étnico-européia (PRADO JÚNIOR, 1992). O índio e o negro passaram para o segundo plano, após a abolição da escravatura e a proclamação da República, e se começou a valorizar o imigrante branco. Duas outras preocupações estavam embutidas na valorização do imigrante europeu: a busca de uma pretensa superioridade técnica e o objetivo de *branquear o país*.

Segundo Santos (2001, p.85) a corrente imigratória para o Paraná abarca o período de transição do Paraná Tradicional para o Paraná Moderno, modificando a estrutura colonial luso-brasileira e reorganizando o trabalho livre e a propriedade da terra. A vocação agrícola do Paraná foi construída ao longo do século XIX, com sua estrutura econômica e material é definida pela predominância das atividades ligadas a terra: os espaços agrícola e rural. A economia do mate, como principal atividade da história econômica do Paraná Tradicional, gerou acumulação de capital comercial, de estreitas possibilidades diante do capital industrial

de São Paulo. Tal situação configurou portanto no Paraná “um quadro do capitalismo tardio, que dificultou a geração de capitais necessários à diversificação da economia regional e à implantação do parque industrial do Estado” (SANTOS, op cit, p.86).

De acordo com Westhpalen⁴³ (1968) citada por Brandenburg (1999, p.95):

A história da ocupação do Paraná se dá a partir de três correntes migratórias de procedência distinta. A primeira, confunde-se com a história do próprio Estado. É conhecida como formadora do Paraná Tradicional: são imigrantes de procedência estrangeira que partem do litoral em direção ao planalto. A segunda, formada por paulistas, mineiros e nordestinos, penetra no norte e avança em direção ao centro. A terceira é formada por agricultores vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina: instalam-se inicialmente, na região sudoeste e oeste do Estado.

A região centro, resultado histórico de parte desse processo apresenta-se como uma região singular à medida que constitui uma espécie de síntese das várias etnias que formaram o Estado do Paraná. Segundo Brandenburg (1999, p.95):

Três correntes migratórias iriam atingir a região centro-oeste, que outrora pertencia ao município de Guarapuava.. A corrente do Paraná tradicional menos conflituosa iria contribuir com a formação dessa região através de descendentes de imigrantes originalmente instalados em Irati, Prudentópolis, Ponta Grossa. A do norte, com imigrantes que vinham de Minas e São Paulo e a corrente do oeste e sudoeste com uma tradição política mais recente contribuiria com imigrantes descendentes de colonos gaúchos e catarinenses.

Inicialmente a estrutura fundiária da região de Guarapuava era composta por grandes propriedades, cuja exploração de madeira, erva-mate, agricultura de subsistência e depois da pecuária extensiva era realizada por latifundiários que dominavam uma organização produtiva que tinha por base escravos, agregados, trabalhadores servís, posseiros e intrusos.

Com o fim do tropeirismo e a crise da pecuária, o sistema da sociedade campeira começa a desintegrar-se atraindo para a região agricultores vindos de municípios do Paraná Tradicional, como Prudentópolis e Irati e do sudoeste e oeste do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A partir de 1950 começa um processo de transformação da organização produtiva, que tinha como atividade principal a pecuária, em direção à agricultura ou à agropecuária.. Os novos imigrantes viriam a se estabelecer em terras férteis recém desmatadas, com produção não só voltada para a subsistência mas também para o mercado. Este fato provocou um novo impulso econômico na região e o início da modernização dos sistema produtivos tradicionais. Até antes de 1950 os imigrantes que se instalavam nas matas limitavam-se ao cultivo e plantas tradicionais como milho, feijão e outras e subsistência. Com a aquisição de áreas de criação de gado próximas às vilas, iniciou-se o cultivo de trigo, aveia, cevada, arroz para a

comercialização. Tais explorações, seguidas posteriormente pela introdução do soja é que iriam contribuir para a modernização da região, atingindo o seu auge na década de 1970 (BRANDENBURG, 1999).

A chegada de imigrantes na região representará um novo momento para a agricultura. Contribuirá para a transformação das relações de produção. A mão-de-obra familiar se tornará fundamental na região, ocorrendo também a formação de uma classe média rural, reestruturando a sociedade campeira tradicional. Segundo Abreu⁴⁴ citada por Brandenburg (1999, p.97), em 1975, cerca de 81,45% da mão-de-obra ocupada era familiar. Esse período possibilitou que várias localidades de Guarapuava se emancipassem politicamente, tornando-se municípios. Sendo o caso de Nova Tebas, Pinhão, Laranjeiras e Turvo, recorte espacial em que se dará a pesquisa de mestrado.

Atualmente a mesorregião Centro-Sul Paranaense integra uma vasta área do chamado “Paraná Tradicional”. Nesse sentido, convém sublinhar que, de forma geral, o desenvolvimento da região esteve sempre associado à exploração de algum recurso da natureza, consumada de forma predatória e rudimentar, conforme foi visto; num primeiro momento a extração de ervamate e num segundo período a madeira. Adicionalmente, as sucessivas atividades econômicas predominantes no Centro-Sul basearam-se, via de regra, em grandes propriedades rurais, que praticavam, também, uma agricultura de subsistência, sempre com o recurso da mão-de-obra escrava e do trabalho familiar. A junção de todas essas características da sociedade campeira – tradicional, patriarcal e latifundiária, fundada sobre bases econômicas estreitas e de baixo dinamismo – a uma quase total ausência de vias de comunicação funcionou, por um longo período, como um mecanismo de entrave à integração viária da região com outras áreas mais dinâmicas do Estado, freando a ocupação regional em larga escala e mantendo escassa sua população (IPARDES, 2004).

Na sequência serão utilizadas de forma resumida e por meio de transcrição certas informações produzidas pelo IPARDES (2004), que possibilitarão um aprofundamento e o conhecimento dos principais aspectos da referida região.

A mesorregião Centro-Sul encontra-se localizada no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 2.638.104 hectares que corresponde a 13% do território estadual. Faz fronteira ao norte com os municípios de Roncador, Nova Tebas, Manuel Ribas e Cândido

⁴³ WESTPHALEN, M.C.; MACHADO, B.P.; BALHANA, ^aP. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná/Departamento de História. Curitiba: n.7, 1968

⁴⁴ ABREU, ^aT.G. A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986

Abreu, pertencentes à mesorregião Norte Central, a oeste com as mesorregiões Oeste e Sudoeste e ao Sul com o Estado de Santa Catarina. Possui como principal divisa geográfica a Serra da Esperança. É constituída por 29 municípios, dos quais destacam-se Guarapuava e Palmas, em função de suas dimensões populacionais e níveis de polarização (Figura 05).



Figura 05 – Localização da Mesorregião Centro-Sul (IPARDES, 2004).

Segundo a obra já citada, a mesorregião Centro-Sul Paranaense alcançou o início da década de 1970 abrigoando cerca de 338 mil habitantes, constituindo uma das áreas menos populosas do Estado. Recortada por um pequeno número de extensos municípios apresentava a maior parte da população residindo no meio rural, situação refletida no reduzido grau de urbanização estimado para 1970 (24%), um dos mais baixos do Estado.

Considerando as características estruturais da base produtiva regional, essencialmente assentada na pecuária extensiva e na exploração da madeira, com o predomínio de grandes propriedades agrícolas, a inserção da mesorregião no processo de modernização da agropecuária paranaense dos anos 70 foi mais lenta, tendo atuado, inclusive, como fronteira interna de ocupação, absorvendo fluxos populacionais vindos de outras regiões do Paraná, em particular do norte e do oeste (IPARDES, 2004).

No entanto, considerando as transformações modernizantes das atividades agrícolas, o meio rural da região vem experimentando saldos migratórios negativos bastante elevados no transcorrer das últimas décadas do século XX, resultando em um dos mais expressivos do Estado nos anos 90. A despeito dos ganhos populacionais significativos das áreas urbanas, o saldo da mesorregião e a taxa líquida de migração se mantêm negativos, expressando o predomínio das perdas populacionais para fora da região (IPARDES, 2004).

Nos anos 90, praticamente todos os municípios da mesorregião registraram expressivos decréscimos de população rural, em contraposição a elevados incrementos urbanos. Dentre as dinâmicas impulsionadas pela urbanização, chama a atenção o elevado número de desmembramentos que vem ocorrendo na mesorregião. Dos 29 municípios, 10 já estavam instalados em 1970; dois foram criados entre 1970 e 1990; e 17, após 1990 (Figura 06).



Figura 06 – Divisão político-administrativa da Mesorregião Centro-Sul Paranaense (IPARDES, 2004)

Segundo o mesmo referencial (IPARDES, 2004) esse elevado fracionamento político-territorial pode ter continuidade devido à grande extensão dos municípios da mesorregião. A construção do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) tem particular

importância ao expor as desigualdades de forma abrangente e comparativa, permitindo que diferenças nos indicadores possam se tornar instigadoras da gestão pública. Nenhum dos municípios da mesorregião Centro-Sul apresenta o IDH-M 2000 em posição acima da média do Estado (0,787). É importante destacar que a variação do índice entre 1991 e 2000 foi bastante positiva para o conjunto dos municípios, acompanhando a melhora generalizada do Estado, sem, contudo representar mudanças mais favoráveis, uma vez que, em sua maioria, os municípios continuam ocupando as posições mais baixas do Estado (Figura 07).

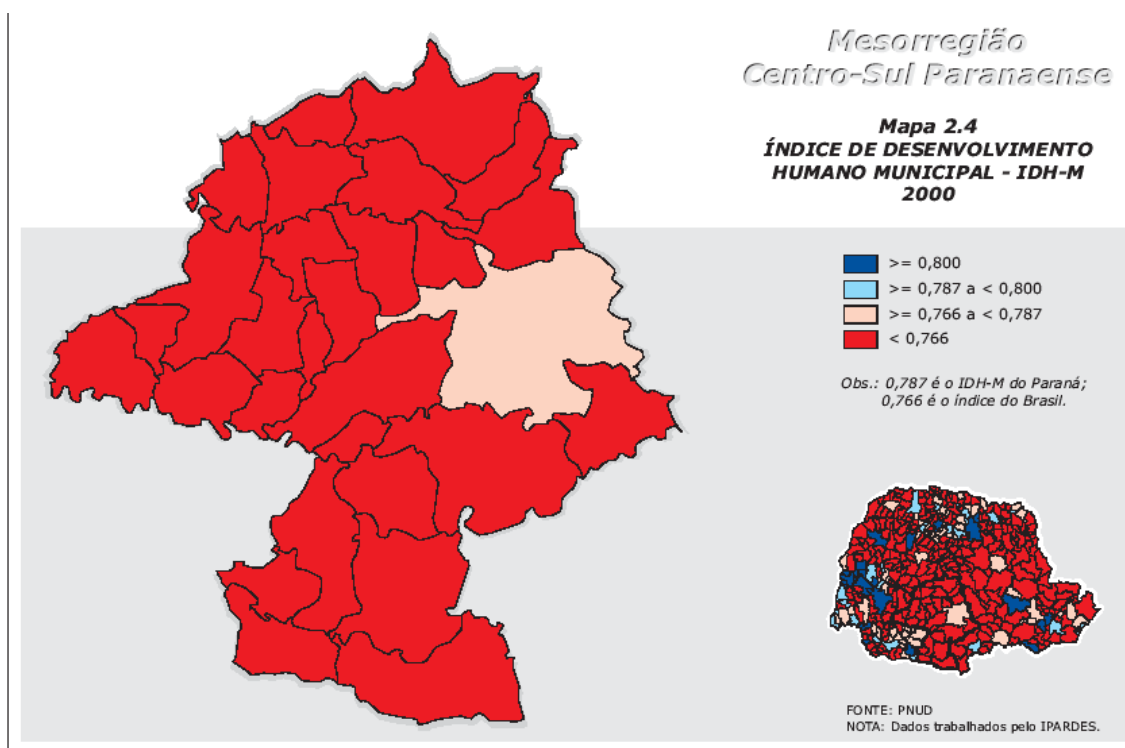


Figura 07 – Índice de desenvolvimento humano municipal – IDH-M 2000 da Mesorregião Centro-Sul Paranaense (IPARDES, 2004).

Comparativamente ao Estado e às demais mesorregiões, a Centro-Sul apresenta este indicador em patamar mais desfavorável – mais de um terço da sua população pode ser considerada pobre – concentrando um contingente de 53,8 mil famílias nessa situação, que representam 9,1% do total do Estado.

No âmbito dos municípios as taxas diferenciadas acompanham a distribuição espacial do IDH-M e confirmam a homogeneização regional em relação às dificuldades para realização do desenvolvimento e inclusão social.

Segundo o estudo de referência (IPARDES, 2004) cabe ainda destacar que a composição social dessa mesorregião tem uma característica particular, por incorporar, com maior intensidade, dois segmentos sociais que realizam trajetórias marcadas pelas dificuldades de superação da pobreza. Nessa mesorregião estão concentradas 61,7% das áreas indígenas e 41,7% das áreas de assentamento do Estado. Em 23 dos 29 municípios existem projetos de assentamento, porém as maiores áreas, assim como o maior número de famílias assentadas, distribuem-se entre os municípios de Rio Bonito do Iguaçu, Pitanga, Cantagalo e Honório Serpa.

Dados de saúde relacionados a mesorregião Centro-Sul apontaram que a maioria dos municípios registrou coeficientes de mortalidade infantil bem superiores ao do Estado (20,3 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos), de acordo com dados referentes ao ano 2000. Dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) do Paraná referentes a 20 municípios⁴⁵ do centro da mesorregião Centro-Sul, do ano de 2002, indicaram uma prevalência de crianças menores de cinco anos em situação de risco à desnutrição⁴⁶ no valor de 35%. Os percentuais observados encontram-se três vezes acima do previsto, apontando uma situação preocupante e que revela as condições de vida que prevalecem na área referida (SESA/CPE/COUN – Pr/ 2005).

Por outro lado o perfil de mortalidade em adultos da mesorregião Centro-Sul acompanha, de certa forma, a média do Estado, registrando, em 2000, quase 57% de óbitos associados a apenas três grupos de causas: doenças do aparelho circulatório (29,2%), neoplasias (13,9%) e causas externas (13,6%). No que tange ao quadro de mortalidade, o Paraná, em 2000, registrou 55,9 mil óbitos, destacando-se, como principais grupos de causas, as doenças do aparelho circulatório (33,3%), as neoplasias, (14,9%) e as causas externas (12,1%) (IPARDES,2004).

A população economicamente ativa (PEA) na mesorregião Centro-Sul, em 2000, era composta por 238 mil pessoas, o que significa que de cada 100 pessoas de 10 anos ou mais de idade, aproximadamente 58 estavam inseridas no mercado de trabalho regional, uma taxa de atividade inferior à observada para o Estado. Aproximadamente 27 mil pessoas participavam da PEA na condição de desempregadas, com a região apresentando taxa de desemprego de 11,5%.

⁴⁵ Municípios computados: Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Candói, Cantagalo, Foz do Jordão, Goioxim, Guarapuava, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Palmital, Pinhão, Pitanga, Porto Barreiro, Prudentópolis, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Turvo, Virmond.

⁴⁶ Espera-se que em um grupo populacional com condições de vida adequadas cerca de no máximo 10% das crianças menores de cinco apresentem-se na situação de risco de desnutrição (déficit de peso em relação à idade).

Quando se observa a estrutura ocupacional dos municípios, verifica-se que a maioria (22, em um total de 29) é extremamente dependente das atividades agropecuárias, com estas respondendo por 40% ou mais dos ocupados. (IPARDES, 2004).

As informações aqui apresentadas evidenciam ser esta uma das mesorregiões do Estado com maior dependência de atividades agropecuárias no que se refere à ocupação. Embora alguns de seus municípios apresentem uma agricultura dinâmica, a base da estrutura ocupacional está associada, em muito, a atividades familiares de caráter tradicional, com baixa capacidade de geração de renda. Quanto às atividades urbanas, poucos são os municípios dotados de diversificação setorial, o que também aponta limites para uma absorção mais intensa da mão-de-obra local. (IPARDES, 2004).

3.3 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE TURVO

O processo de desbravamento da região de Turvo iniciou-se em meados do século XVIII. A origem do nome do município está ligada ao fato do desbravador Antônio Leonel Ferreira, da cidade paulista de São Pedro do Turvo, ter adentrado nos sertões da região de Pitanga em 1897. Com seu grupo percorreu a região abrindo “picadas” e dando denominações às localidades de Boa Ventura, Tigre, Rio Bonito, Rio do Turvo, este em homenagem à sua terra natal. A localidade nasceu às margens do Rio Turvo, mais tarde conhecido por Turvo, ficando esta a denominação final do município (TURVO, 2004)

Nas primeiras décadas do século XIX, famílias oriundas de Guarapuava ocuparam a região requerendo terras do Estado. Nesse período deu-se a formação e ampliação de várias localidades que foram referência no município: Faxinal dos Rodrigues, Rio do Salto, São Jerônimo ou Cachoeira, Colônia Velha ou Baixo Ivaí, Saudades e Rio Bonito.

Em 1920 a localidade contava com diversas famílias pioneiras radicadas, dedicando-se a pequenos cultivos e à criação de suínos. Tais famílias enfrentaram toda espécie de dificuldades como a falta de recursos médicos e de remédios e pagamento de baixos preços por suas produções.

Em 1924 realizou-se a construção da estrada Guarapuava-Pitanga pelo governo do Estado. No mesmo ano o decreto estadual nº 232 faz com que a localidade seja levada a Distrito Judiciário de Guarapuava.

No mesmo ano o primeiro movimento de caráter religioso foi iniciado por famílias que tinham vinculação com a Igreja Evangélica Presbiteriana do Brasil. A primeira escola da

localidade passou a funcionar dez anos depois, em 1934, no salão da Igreja Presbiteriana anteriormente fundada.

Segundo Souza (2001) além da produção para subsistência feita pelos habitantes do município, iniciam-se algumas relações comerciais para venda de alimentos e erva-mate nos aglomerados urbanos em Palmeirinha e Guarapuava, principalmente após a abertura de mais estradas. Os principais itens comercializados eram a carne de porco, milho, feijão, arroz, erva-mate, entre outros.

As décadas de 1940, 1950 e 1960 caracterizam-se por um crescimento econômico mais acentuado da região proveniente da exploração e venda da madeira.

Na década de 1960 iniciam-se diferentes processos que irão comprometer a agricultura regional e a exploração de madeira. Destacam-se o incêndio ocorrido em 1965 que comprometerá grande parte das florestas e matas da região, o início do esgotamento das reservas de madeira promovendo o êxodo das madeireiras para novas fronteiras e a ocorrência da peste suína que comprometerá os rebanhos do município. (SOUZA, 2001)

Em 1972 foi iniciado o primeiro movimento pró-emancipação político-administrativa do Distrito de Turvo. O processo teve sua finalização com a realização de um plebiscito realizado na localidade em 02 de maio de 1982, cujo resultado foi favorável à criação do município, acontecimento que se deu no dia 12 de maio do mesmo ano, mediante a aprovação da Lei No. 7576.

O processo de modernização da agricultura, que chega de forma mais tardia à região irá afetar sua dinâmica agrária e agrícola, produzindo o êxodo rural e a migração de muitas famílias para a sede do município e para municípios vizinhos.

3.4 O MUNICÍPIO DE TURVO

O município de Turvo constituiu-se no ano de 1982, resultado do processo de desmembramento do município de Guarapuava. Faz divisa também com os municípios de Cândido Abreu, Boa Ventura, Campina do Simão, Santa Maria do Oeste e Prudentópolis (Figura 06).

Situa-se no 3º. Planalto Parananense, apresentando terrenos ondulados, destacando-se à leste as escarpas da Serra Geral, conhecida na Região como Serra da Esperança. O solo predominante é o latossolo álico. (PARANÁCIDADE, 2004)

A área é considerada de transição, contando com uma abundante cobertura florestal denominada Floresta Ombrófila Mista ou Floresta de Araucária, dominada por pinheiros, imbuías e a freqüente presença da erva-mate, ora distintas, devido a densa malha hidrográfica, a altitude, a presença de áreas de campos naturais.

O Rio Ivaí, é o maior rio do município, existindo também o Rio Turvo, que corta e abastece o mesmo e outros rios como o Piquiri, Marrecas, São Francisco, Rio Cachoeira, Pedrinho, Rio Bonito, entre outros.

O clima é subtropical, úmido mesotérmico, com verão quente e geadas pouco freqüentes, com tendência de concentração de chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior à 22^o.C e dos meses frios é inferior à 18^o.C.

Segundo o Censo de 2000 (IBGE, 2000) o município de Turvo apresenta uma população de aproximadamente 14.531 habitantes. Cerca de 10.352 pessoas residem na área rural e 4.179 vivem na área urbana. O município possui 3.315 domicílios, sendo 907 na zona urbana e 2.408 na zona rural.

As atividades de base econômica desenvolvidas no município são a extrativa vegetal, a pecuária, a indústria e o comércio.

Apesar das atividades realizadas no município estarem relacionadas à agricultura, a indústria e o setor de serviços tem uma contribuição na parcela do PIB nacional gerada no município. A estimativa desse valor pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Estimativa do PIB nacional gerada pelo município de Turvo – Pr

SETOR	PERCENTUAL
Agropecuária	17,93%
Indústria	39,58%
Serviços	42,49%
Produto Interno Bruto	US\$ 31.521.456,40%
PIB per capita	PIB per capita: US\$ 2.243,84%

Fonte: AMOCENTRO, 2004

A indústria dominante está relacionada com a produção de papel e papelão, processamento de produtos alimentares e transformação da madeira, estando vinculada aos

principais produtos agro-silvopastoris obtidos na região: madeiras (madeira em tora), erva mate e milho (safra normal). A indústria metalúrgica e da construção civil encontra-se também presente mais em menor proporção.

O município apresenta uma rede de estabelecimentos comerciais e de serviços constituída por supermercados, armazéns, restaurantes e lanchonetes, armarinhos e bijouterias, clínica veterinária, relojarias, materiais para construção, postos de combustíveis, papelarias, farmácias, sorveterias, confecções, funerária, transporte, peças e acessórios.

Além da rede de atenção básica do Sistema Único de Saúde, o município possui também hospitais e clínicas de odontologia particulares.

A rede de ensino é constituída por escolas com Ensino Fundamental de 5^a. a 8^a. e de Ensino Médio, vinculadas ao Estado e as demais ao município.

O município conta com um abastecimento de energia com suficiência, com subestação direta, sem restrição.

A água potável consumida na cidade é fornecida pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, que opera no sistema de captação, tratamento e distribuição, com capacidade nominal de litros por segundo. (PARANÁCIDADE, 2004; TURVO, 2004)

A área rural de turvo

Constitui-se na referência do município. Cerca de 72% da população reside no meio rural⁴⁷.

A área territorial do município encontra-se distribuída da seguinte forma:

⁴⁷ DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. Dados sobre o município de Turvo. 2004

Quadro 2 – Distribuição da área territorial do município de Turvo – Pr

Lavouras anuais	19.558 ha
Pastagem cultivada	8.000 ha
Pastagens naturais	16.900 ha
Matas Naturais	16.000 ha
Reflorestamento	2.600 ha
Terras não utilizadas	10.632 ha
Reserva Indígena	16.838 ha
Outras áreas	1.800 ha
Área urbana	372 ha

Fonte: Escritório Regional da EMATER – Turvo – 2004

Os dados acima mostram que a área ocupada com lavouras é bastante relevante. Nas pastagens são bastante acentuadas a existência dos chamados faxinais onde é constante a presença de frutíferas nativas, erva-mate e ainda reserva de madeira de lei.

Segundo a mesma fonte as principais produções agrícolas são: arroz sequeiro, aveia branca, cevada, feijão das águas, feijão das secas, milho, soja e trigo. As criações de caráter comercial são: gado de corte, gado leiteiro, gado misto, bubalinos, suínos, caprinos, ovinos e aves caseiras.

Na seqüência a estrutura fundiária do município de Turvo:

Quadro 3 – Estrutura Fundiária do Município de Turvo - Pr

ESTRATO POR ÁREA (ha)	ESTABELECIMENTOS		ÁREA	
	Nº	%	Ha	%
Menos de 10	647	35,3	4.028	4,36
10,00 a 20,00	428	23,3	5.591	6,06
20,01 a 50,00	327	17,9	10.238	11,14
50,01 a 100,00	238	15,4	18.997	20,57
100,01 a 200,00	84	4,6	10.200	11,05
200,01 a 500,00	49	2,7	12.197	13,21
Acima de 500,00	14	0,76	14.181	15,36
Área indígena	01	0,05	16.838	18,25
Total	1.832	100,00	92.324	100,00

Fonte: Escritório da EMATER – Turvo, 2004

Conforme pode ser avaliado cerca de 58,6% dos estabelecimentos rurais de Turvo apresentam uma área inferior a 20 hectares.

O perfil dos estabelecimentos agrícolas existentes no município é em sua grande maioria vinculado à agricultura familiar conforme pode ser constatado na análise do quadro a seguir:

**Quadro 4 - Estabelecimentos e Área segundo a Condição do Produtor
Categorias Familiares por Tipo de Renda e Patronal de Turvo-Pr.**

Categorias	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Número	Hectares	Número	Hectares	Número	Hectares	Número	Hectares
TOTAL	1.084	71.010	77	1.128	1	6	273	3.318
Total Familiar	971	26.466	77	1.128	1	6	188	2.674
maiores rendas	62	4.460	6	265	0	0	2	170
renda média	225	8.893	11	450	0	0	38	1.110
renda baixa	244	5.728	12	150	0	0	51	667
quase sem renda	440	7.383	48	262	1	6	97	725
Patronal	112	28.505	0	0	0	0	3	491
Instituições Religiosas	-	-	-	-	-	-	-	-
Entidades Públicas	1	16.038	0	0	0	0	82	152
Não Identificado	-	-	-	-	-	-	-	-

Notas:

Um hífen, "-" indica valor zero.

O zero "0" indica um valor muito pequeno.

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE. Elaboração: Convênio INCRA/FAO.

Conforme pode ser analisado em relação ao total de hectares, 26.466 há encontram-se de posse de agricultores familiares e correspondem a 971 estabelecimentos existentes no município. O restante de terra, equivalente a 28.505 ha estão concentrados em 112 estabelecimentos patronais. É interessante observar que em relação ao número total de estabelecimentos existentes no município, o número dos patronais corresponde a somente 13% do total, possuindo, no entanto uma extensão de terras superior à área dos estabelecimentos da agricultura familiar que em número correspondem a 89%

No quadro que segue abaixo, pode ser visualizada a renda média por estabelecimento, podendo-se constatar as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares para a sua reprodução material, em função da quantidade insuficiente de terra; bem como pode ser constatada a importância que adquire a renda não monetária para esses mesmos estabelecimentos, contribuindo com quase um terço do total de renda média obtida:

Quadro 5 - Renda Média por Estabelecimento Rural segundo Categorias Familiares e Patronal por Tipo de Renda de Turvo – Pr

Categorias	Renda Média		
	Total (R\$)	Monetária (R\$)	Não Monetária (R\$)
TOTAL	2.803	1.798	1.005
Total Familiar	2.329	1.373	956
maiores rendas	15.671	12.357	3.314
renda média	3.726	2.164	1.562
renda baixa	1.606	743	863
quase sem renda	461	22	439
Patronal	9.261	7.357	1.904
Instituições Religiosas	-	-	-
Entidades Públicas	904	422	482
Não Identificado	-	-	-

Notas:
Um hífen, "-" indica valor zero.
O zero "0" indica um valor muito pequeno.

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE. Elaboração: Convênio INCRA/FAO.

3.5 A HISTÓRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE TURVO E O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA AGAECO

No texto a seguir serão abordadas as principais questões que influenciaram as condições de vida dos agricultores familiares e camponeses de Turvo nas últimas décadas. A criação da AGAECO por algumas famílias de agricultores do município pode ser entendida a partir daí como um processo alternativo à forma hegemônica de produção e industrialização dos alimentos provenientes da agricultura convencional.

A vinda de famílias requerentes de terra de Guarapuava para Turvo, iniciou-se em meados do final do século XIX. Segundo registros locais os requerentes e seus sucessores foram vendendo parte de suas terras a outras famílias, ou repassando-as como herança, contribuindo para a subdivisão de terras em áreas cada vez menores. (TURVO, 2004)

Já nas primeiras décadas do século XX a localidade contava com diversas famílias pioneiras radicadas, dedicando-se a pequenos cultivos, à extração da erva-mate e à criação de suínos.

Ocorre também nesse período a chegada de migrantes à região, processo que é ilustrado pela agricultora ecologista da AGAECO, que ao ser entrevistada fala da origem e da procedência de seus pais e avós:

“O pai veio de Prudentópolis, são tudo daqui mesmo. Era filho de ucranianos mesmo. Os pais da mãe eram gaúcho e polaca. Se acharam por aí e até hoje está aí essa família... O pai da mãe tinha de 100 alqueires na Cambucica; antigamente ninguém dava valor...Foram vendendo, era muita terra..!” (Sra. T)

O perfil das famílias que viviam nesse período no município era diferenciado, havendo no entanto a predominância das que apresentavam origem cabocla. As mesmas em função de influências ancestrais mantinham um determinado tipo de relação com a natureza, uma visão cabocla de uso da terra, permeada pela modalidade étnica e cultural de referência do mestiço, representante próximo ou remoto da união do branco com o indígena. A relação estabelecida pautava-se na lógica da busca de meios para garantir a subsistência da família e a reprodução desse modo de vida.

De acordo com Souza (2001, p.37) a vinda dos imigrantes europeus e migrantes e seu contato com o população local proporcionou uma absorção de aspectos culturais por ambas as partes, o que passou a ser determinante para associação de elementos que contribuíram para o estabelecimento de uma nova forma de relação com a natureza. Para o caboclo, a agricultura extensiva, itinerante, constituía-se num recurso para estabelecer o equilíbrio ecológico: uma estratégia para ajustar as necessidades de sobrevivência à falta de técnicas capazes de proporcionar um rendimento maior da terra. O extrativismo, sobretudo da erva-mate e da madeira, complementavam as demandas materiais. Já a incorporação de técnicas trazidas de fora e sua adaptação à realidade local, viabilizou à população novas possibilidades de atendimento das necessidades básicas, sobretudo de caráter alimentar, gerando também excedentes comercializáveis nas localidades mais próximas. Por outro lado, a cosmovisão presente na cultura cabocla, pautada em princípios de vida voltados à valorização de aspectos de caráter espiritual, foi em parte assimilada na relação com a terra e com a natureza. Esse quadro associado à disponibilidade de terra ainda existente contribuíram para formas de convívio baseadas no atendimento das necessidades básicas de todos e preservação em parte do meio natural. O sistema “Faxinal” já mencionado, encontrado em grande extensão do município de Turvo e em toda a região e representado num primeiro momento pelo “grande Faxinal” ou Faxinal dos Rodrigues, pode ser usado como exemplo.

Segundo Souza (2001, p.40) do “ponto de vista econômico, percebe-se que a evolução dos sistemas produtivos motivados pela presença dos migrantes gerou gradualmente mudanças nas relações econômicas no município, fazendo surgir a lógica mercantil, passando-se a comercializar os excedentes produzidos com os núcleos urbanos de maneira mais

intensiva e especializada”. Vários alimentos passaram a ser vendidos como a carne de porco, milho, feijão, arroz, erva-mate, entre outros. De acordo com o autor (Souza,2001,p.40), na implementação e aperfeiçoamento do sistema, amplia-se a estrutura produtiva, cuja base era a policultura-pequena criação já praticada anteriormente ampliando-se a possibilidade de comercialização dos seguintes produtos regionais:

Produtos destinados fundamentalmente para o mercado como o porco e o gado de corte, este último em menor quantidade se comparado ao porco. O meio natural, rico em alimentos, quanto o pequeno volume de capital necessários para formação do rebanho tornaram acessível a criação suína nas unidades de subsistência.

Produtos alimentares cuja cultura gera frequentemente um excedente comercializável sobre o autoconsumo; como produção de feijão e milho, leite (com o qual preparavam a manteiga e o queijo)

Produção de “miudezas”;

Pequena criação: gado leiteiro, aves, cabritos, ovelhas que por vezes também geravam um excedente comercializável.

Era feita a extração de erva-mate.

No entanto, a partir da década de 1960 o contexto do crescimento regional e as demandas da sociedade campeira tradicional, bem como as pressões inerentes ao modo de produção capitalista, interferem na estabilidade da relação existente. Foram mencionados por SOUZA (2001, p.71) três fatores que afetarão o equilíbrio dos sistemas locais de produção de alimentos e venda de excedente e a própria vida dos agricultores: a ocorrência da peste suína na região, que afetará a produção e comercialização de carne de porco, o incêndio ocorrido no ano de 1965 e o intenso desmatamento promovido pelas madeireiras. Uma agricultora ecologista, em seu depoimento, menciona o incêndio de 1965, vivenciado em sua infância:

“Antes aquela terra ali era de um tio meu... aquela área nunca foi tocada, faz uns 30-40 anos... aquela época que queimou todo o Paraná.. Eu lembro que foi horrível ! ... Naquele dia uma tia minha teve um bebezinho e a mãe foi pra cuidar...foi horrível, eu nunca esqueço...eu passei um medo porque tinha que cuidar porque o nosso telhado era feito com tabuinha de pinheiro...e fazia 3 meses que não chovia... meu pai orientou pra gente, eu e meus irmãos que jogasse água no telhado... o fogo passou em volta... !!” (Sra.E)

Diferentes alternativas vão sendo construídas no sentido das famílias de agricultores garantirem sua reprodução, apesar das dificuldades e dos desafios crescentes.

Mais recentemente e influenciando de uma maneira mais direta a vida das famílias dos agricultores da região, parte dos quais se constituirão nos futuros agricultores ecologistas da AGAECO, verifica-se a partir da década de 1970 o processo de modernização da agricultura. Ocorre a vinda de mais migrantes, sobretudo do Rio Grande do Sul, totalmente integrados ao novo modelo modernizado de agricultura e em busca de terra para a produção do soja.

Segundo Souza (2002, p.118) para “os migrantes gaúchos, a terra possui um forte significado como fonte ou meio de geração de riquezas. Assim, como o preço da terra era considerado por eles “barato”, se comparado ao seu local de origem, havia um ímpeto em adquirir cada vez mais terras, pois tal questão garantiria sua consolidação como produtor e a acumulação de algum capital”. Sobre esse período fala uma das agricultoras da AGAECO que vivenciou o processo:

“Há 30-40 era faxinal... quando a mãe veio era... depois é que foram fechando as terras, as propriedades para plantar...Eu lembro ainda o tempo em que era Faxinal...As vacas da mãe criavam e a gente tinha que ir longe para achar e trazer para casa... achar o cavalo, campiar, pra trazer pra casa...Isto foi em 70...(...) Em volta daqui é tudo gaúcho, dá para contar o número de gente da comunidade que ainda eram daqui... Agora está mais controlado, mas eles eram assim tipo “explorador”; vinham, compravam... se desse bem, ficavam, se não, iam pra frente comprando cada vez mais..Teve gente que chegou aqui sem nada... Em dois, três iam comprando...Uns compraram 10 alqueires; foram plantando e hoje tem um tantão de terra e hoje são quase donos da Cambucica.... e terra que não dava nada...Eles compraram ali, mecanizaram, terra que não produzia nada...” (Sra.C)

Estas questões, somaram-se à identificação de certos limites na manutenção dos sistemas agrários locais e dos faxinais que começavam a demonstrar a fragilidade da base técnica do modelo camponês de manejo do solo por meio do pousio. Como as terras haviam diminuído na partilha das heranças, as áreas de lavoura que costumavam ser deixadas em pousio de 3 ou 4 anos, tiveram seu tempo reduzido até o uso anual, visando a manutenção da produção. No entanto, rapidamente as terras que continuavam a ser lavradas começaram a apresentar baixa produtividade, conforme o que aponta em seu relato outra agricultora ecologista:

“Chegamos a usar agrotóxico, principalmente feijão, porque as terras estavam mais devassadas, se plantasse sem adubo, enferrujava... Nas terras do meu pai não chegou a ser usado, porque como ele tinha bastante terra,era só ele, tinha 60 alqueires de terra, aí um ano fazia aqui depois até que ele voltasse aqui no mesmo lugar, a terra já tinha descansado, já tinham crescido uns capoeirões, aí ele queimava...já tinha recuperado... Porque tinha espaço... Só que depois ele teve que dividir a terra com cinco filhos e aí começou a complicar...” (Sra. E.)

O depoimento de outros dois agricultores da AGAECO descreve a percepção do processo pelos próprios atores:

“Hoje [o marido] se admira que a gente não consegue fazer mais...Naquela época sem veneno nem nada, fazia 5 alqueires só com a junta de bois...Acho que a terra foi morrendo, perdendo a fertilidade... Naquele época dava sem adubo, sem nada ...” [referindo-se aos anos 80] (Sra. P)

“A gente plantava milho, feijão, arroz, batatinha... Pra família e apra vender... para o farinheiro, o milho; feijão vendia pra associação ou alguém de fora áa comprar... verdura nós fazia para o gasto... o que tinha dava de sobra ... a gente fazia uns canteirinhos pra despesa... qualquer cantinho dava de sobra...naquela

época dava de sobra...O feijão nós colhia lá, no faxinal... esquentava no terreiro... a gente carpia... plantava feijão crioulo, arroz crioulo e dava... Depois é que veio o tal “Pacote Verde”... [referindo-se à Revolução Verde] (Sr. E.)

As famílias dos agricultores da região vivendo no contexto histórico já descrito e pressionadas pela queda da fertilidade da terra e pela diminuição dos terrenos em função da partilha com herdeiros e da necessidade de sua venda para sobrevivência, acabam por aderir ao processo de modernização da agricultura de diferentes formas.

A dificuldade histórica da posse de uma quantidade de terra insuficiente para a reprodução das famílias, agravada por uma ausência sistemática de políticas públicas adequadas às características da agricultura familiar camponesa contribuiu para esse quadro. Vários relatos realizados na ocasião das entrevistas para este estudo, com as famílias da AGAECO, apontaram o problema da terra insuficiente e as estratégias desenvolvidas pelas famílias dos agricultores para poder continuar resistindo e vivendo no campo:

“Quando voltamos, o sogro repassou a terra pra cada um; deu pra cada filha a terra em volta da casa... Faz 9 anos que isso aconteceu. Pra viver a gente plantava milho e feijão, arroz para o gasto e arrumando terra para trabalhar, porque o terreno era pouco... Quem tem 5 ou 6 alqueire pra viver tem que saber com o que trabalha... se trabalha com milho e feijão, não consegue viver... As minhas filhas não souberam ter luxo pra viver...margarina, calçado, sandalhinha, para ir pra escola, para igreja... não tinham...” (Sr.L)

“Não adianta! Quem tem pouca terra... não adianta... As pessoas não enxergam! Como que eu vou competir com quem tem 50 alqueires?...Nunca na vida! Tem gente que tem 4 alqueires, deixa 1 alqueire e planta 3 de pasto... Como é que vai fazer? A gente não come só carne!...” (Sr.L)

“Trabalhei só na roça toda vida, os mais velhos eu levava na roça junto comigo, foi muito sofrido, os mais velhos sofreram mais...lidava na roça e horta... O meu marido trabalhou em firma, faz 3 anos que voltou para casa; trabalhava com pasta de celulose, mói a madeira e dá uma pasta... Nós morava na terra da mãe, mas depois quando o pai morreu ela me deu de herança 20 litros. Daí compramos mais 26 litros do vizinho, 46 litros. Lavoura nós plantava tempos atrás lá no São Jerônimo na terra do pai dele, a roça graúda nós plantava lá; fazia roça lá, aí vendemos um terreno lá e aí começamos a plantar aqui.. Nós só tinha pro gasto, não vendia pros outros, ou muito pouco... Era eu que fazia, porque ele [referindo-se ao marido] nunca foi de ficar em casa, eu criei esses filhos meio sozinha, ele trabalhou em Blumenau, na estrada, na BR; tive aquele piá ali meio solita [referindo-se ao filho], eu criei eles meio sozinha, eu tinha que fazer roça, cuida da casa, dos filhos... mas foi do jeito que nós conseguimos ter alguma coisinha, se ficasse só na roça até hoje não tinha nada, porque chega no final do ano fica elas por elas, eu fazia para nós e para a criação e ele saía atrás de serviço e agora de novo, ele vai trabalhar na prefeitura. .” (Sra.C)

“Eu tinha 6 alq. e uma quarta... Ali a gente plantava mandioca, batata-doce enquanto a terra era forte... Primeiro a terra era forte... a primeira vez que eu plantei feijão em 1 alqueire deu 45 sacos ...2 anos, 3 anos deu bem, depois a terra foi enfraquecendo... aí eu comecei a trabalhar em terreno por percentagem... Eu trabalhei 2 , 3 anos por percentagem...” (Sr.L).

Alguns agricultores relataram o processo realizado para obter as condições para adquirir a sua terra ou aumentar a quantidade da mesma para poder garantir o sustento da família. Também relatam outras estratégias para complementar a renda da família. O primeiro depoimento relata inclusive situações de exploração, na qual o ator encontra-se na posição de empregado e de assalariado:

“Lá eu administrava uma fazenda, cuidava do gado... os donos tinham 4 supermercados, nós tinha que carrear porco e gado...fazia tudo na fazenda... Ele era muito bom, mas não era bom pagador... pagava certo, mas pouco...um salário mínimo e as irmãs recebiam meio cada... Eles tinham condição de pagar, com 3 fazenda e 4 mercados... A gente pegava as 5 da manhã até às 10 da noite... Esse terreno eu ganhei do patrão, ele até que era bom, a patroa que era difícil, não queria que pagasse melhor... As minhas irmãs é que sofriam... começavam às 5 da manhã, tiravam leite, tinham que carrear, derreter, fazer banha, depois de tirar leite de tarde tinham ainda que fritar e fazer tocinho...” (Sr.J.)

“A terra em que nós estamos morando, nós não tinha... Eu era professora, era do Grupo de Mulheres, corte e costura, Horta Comunitária...Minha mãe, minhas irmãs participaram... Quando o meu filho mais velho era criança, ficava muito doente e eu tinha que cuidar dele, e tive que sair... Fomos então morar numa fazenda... Continuamos consumindo alimentos da horta... Algumas das que estão hoje no grupo eram dessa época [referindo-se ao grupo de agricultores ecológicos da AGAECO]... Nessa fazenda a gente foi trabalhando.... Eles moravam em Guarapuava..tinha uma criações lá., tinha gado... Ele não pagava a gente, mas nós cuidava dos animais, e podia criar ou plantar o que quisesse pra nós, sem pagar renda... O marido ia na frente, lavrando, arando e plantando e eu ia atrás carpindo. Nós podia ter as nossas criações, conseguimos comprar nossa primeira vaca... Surgiu a oportunidade de comprar uma terra se nós vendesse o que a gente já tinha (...) Quatro alqueires de mato, capoeira... O pessoal dali dizia que não dava... Por isso foi custoso fazer tudo...” (Sra. P.)

“Os piás [referindo-se aos filhos] sempre trabalham fora pra ganhar, em plantio de *pinus*...para eles só da lavoura não dava.. Tem uns meus que vivem da lavoura, nunca trabalharam fora, uns dias de diarista..tem tudo crioulo, porque dá pra viver!... Os meus estudaram e não quiseram, foram atrás de outras coisas... Hoje estão com o carvão....Pra crescer na vida, conseguiram coisas, compraram o caminhão, outras coisas, com o carvão, porque a lavoura só não dá para manter todos! Tenho uma filha casada que mora ao lado e o marido trabalha na plantação de *pinus*, só vive longe de casa...Nós aqui em casa somos em 8..” (Sra. I)

“Só uma vilinha aqui em baixo é que estão os mais sofridos, que tem que trabalhar como bóias-frias, se não trabalhar não come... Eles tem a terrinha deles, mas não sabem usar, plantam mas não colhem nada, só vivem porque trabalham para os outros... E eram bem de vida também, e puseram fora...” (Sra.C)

É nesse cenário, que adquire diferentes configurações nas últimas três décadas, que surge a busca novamente por alternativas, por caminhos que possibilitem a reprodução social, material e biológica das famílias dos agricultores evitando o êxodo rural.

Certos depoimentos dos agricultores camponeses ecologistas da AGAECO auxiliam no entendimento dos motivos que os levaram a aderir à agricultura ecológica como alternativa para situações limite geradas pelo processo de modernização da agricultura.

As condições de vida dos agricultores familiares com pouca terra e poucos recursos tornaram-se críticas há pelo menos três décadas e meia. A inexistência de qualquer tipo de política pública adequada ao segmento e o total apoio governamental direcionado às grandes propriedades e às culturas de exportação, contribuíram para que muitos agricultores familiares buscassem alternativas integrando-se à empresas que trabalham com o fumo ou com o bicho-da-seda como é o caso relatado:

“A gente não sabia mais o que fazer!... a gente começou a lidar com bicho da seda... (...)... Tinha que levantar às 6 horas e trabalhar até meia-noite... Fui para dar uma olhada na Saudade... no grupo de lá...Eu não acreditava que podia dar...A gente plantava só pro gasto... Fui olhar o trabalho com bicho da seda até para ver a questão de aposentadoria...aí fica velho, como vai se aposentar sem uma nota de produtor?... A gente só plantava para o gast, nem feijão, nem milho e eu me preocupei e fomos para o bicho da seda.... Disse pra ela [referindo-se à esposa] e a gente foi fazer... Depois de 3 anos com o bicho da seda, resolvemos parar e entramos para o grupo...Abandonamos o trabalho com a amora, vendemos o barracão e fomos para o grupo... [referindo-se ao grupo de agricultores ecologistas da AGAECO]” (Sr.L)

Uma agricultora ecologista faz menção a esse período em sua entrevista, relatando as demandas que tinham que ser cumpridas pela família, que durante um período esteve integrada a uma empresa fornecedora de produtos processados de carne de suínos:

“A gente entregava o leite...um pouco de feijão para o gasto e vendia e produzia milho para o gasto e para a criação... Nós lidamos com porco para a Sadia... Nós ia até bem porque dependia do desenvolvimento do porco..e as meninas tratavam tudo pela tabela e dependendo da conversão...até que dava..Ía até que bem; tinha lote que com até 100 dias a gente já repassava e o pagamento era junto... Só que nos últimos lotes o técnico começou a encrascar, lograr e implicar que a gente, no fim não estava fazendo direito; aí era sacrificado e começou a dar problemas...resolvemos parar! Era complicado porque as meninas estudavam, e você tinha que tratra duas vezes por dia, quando já estavam grandes você tinha que tratar 3 vezes por dia; até o leitão ter 6 semanas e ficar grande tinha que tratar 5 vezes por dia; se o técnico vinha toda semana e achava que o peso não estava bom você tinha que tratar mais uma vez à meia-noite. Quando pensava que estava pronto (porque tinha que ficar a comida no cocho)... eles diziam que se não fosse na hora, os porcos ficavam agitados e gastavam energia...Só que para as meninas ficava puxado porque elas tinham que tirar leite antes de ir para aula, tinham que deixar o chiqueiro limpo”. (Sra.E)

A co-existência de duas situações críticas que são a pouca disponibilidade de terra para a manutenção da família e a redução da fertilidade como consequência da sua superutilização obrigaram muitas famílias de agricultores com poucos recursos a absorverem insumos visando o aumento da produtividade de alimentos. Na seqüência um relato sobre esse tipo de situação onde ocorre o uso de agrotóxico e um caso de intoxicação de crianças; o outro depoimento aponta a percepção dos agricultores sobre a redução da fertilidade do solo:

“Eu plantei arroz com Aldrin...Eu também já usei veneno... Plantei porque tinha uns bichos... As duas [filhas] estavam lá, a gente achou que ela passaram mal por causa de uma sopa de galinha... mas não era, as duas passaram mal, comeram umas folhas... Tiveram vômito, estavam pretas com falta de ar... Foi a folha do feijão, estavam com 45 dias e as meninas ficaram três dias internadas em Guarapuava... Depois nunca mais... só enxada... O que a gente vence carpir faz o que não vence não faz...Fazemos capina então! Quem quiser comer um pedaço de terra pode come... faz mal pra ninguém..” (Sr.L)

“Eu trabalhei poucos anos só com veneno; uns 3 ou 4 anos....(...) Eu não apreciava muito ... Aí quando chegou a ecologia, demos graças!!...Tinha uma alternativa..! Usamos também adubo, uréia... A terra precisava ... mas se a gente tivesse procurado esse meio do adubo orgânico antes... não tinha usado veneno ...alimentado a terra de outra forma... a gente não precisava ter usado...” (Sr. E)

“Nós nunca trabalhamos com um gasto muito grande em lavoura, empatando muito dinheiro... do nosso jeito mais natural, sem usar muita coisa...só as vezes numa lavoura, com muito trabalho, tendo que manter muita gente, a gente às vezes precisava de usar um veneno... Somos bastante gente... O que a gente vencia fazer... Nunca investimos muito na lavoura, nunca fizemos financiamento em banco....” (Sra.J)

A ausência de apoio para a produção familiar pela falta de políticas adequadas acaba por ser substituída pela atuação de organizações não governamentais e dos movimentos sociais do campo que têm em muito contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. No Paraná esse segmento encontra-se bastante atuante, sendo o responsável por grande parte das conquistas obtidas pelos trabalhadores rurais (BRANDENBURG, 1999). Esse fenômeno pode ser observado no fato de que no relato de muitos dos agricultores e agricultoras entrevistados há menção aos elementos propulsores do processo que motivou a entrada na AGAECO, sendo apontado o contato com pessoas e instituições que discutiam os problemas e as conseqüências do processo de modernização da agricultura:

“A gente nem sabia que o veneno fazia mal... depois de ver umas fitas com o pessoal do IEEP é que a gente viu... Ocorreram casos de problema com veneno... Tem um cara aí [referindo-se a vizinhos] que trabalha mais nas fazendas... Passa sem camisa, sopra os bicos.... mergulha a mão no pulverizador... É até meio louco!!... Tem até caso de morte na região de Turvo... ele usou o “gramoxone”, usou com uma bomba que molhava as “cadeiras”, quando terminou de usar, começou a passar mal... arruinou o fígado, foi pro hospital mas não teve jeito...o fígado estorou...A gente já conhecia esses casos, viu os filmes..” (Sr.L.)

“No começo era muito difícil, eu ia meio escondido para reunião... Caçoavam mesmo da gente... Mas pra nós foi bom ... isso mostra que hoje a gente sabe o que quer! Foram 3 anos que a gente trabalhou com veneno... não tinha o conhecimento... não usava máscara, macacão...nada... A gente não sabia...!” (Sr.L.)

O comentário desse agricultor ecologista se refere às dificuldades relatadas por muitos agricultores e agricultoras da AGAECO em relação à aceitação por parte da comunidade à forma de trabalho diferenciada do padrão hegemônico atual, proposta pela agricultura ecológica.

Mais um relato para ilustrar a situação de desconhecimento existente no meio rural em relação aos outros modelos de agricultura; o mesmo aponta outro aspecto interessante que consiste na visão do ator sobre o que o conhecimento da proposta da agricultura ecológica significou para a sua família em termos de mudança de perspectiva e de projeto de vida:

“Eu nem sabia o que era esse termo “ecologia”... Eu estava começando a usar veneno (adubo não) na minha terra... Um dia um vizinho veio me convidar para uma reunião.... Tava o pessoal do IEEP, entramos em conversa, gostei e comecei...A gente não compreendia primeiro bem... E a gente ia virar pra o lado ruim, a gente não tinha experiência... Os que estão aí só pensam neles, no bolso deles, no dinheiro e a gente não pensa... Não pensam em fazer uma coisa de Deus, uma coisa para a saúde... A gente não tinha experiência... Sabia do [organização não governamental], mas nunca tinha uma reunião... quem sabe Deus mandou o IEEP e o IAF pra ajudar nós...” (Sr.J.C)

Alguns dos agricultores e agricultoras da AGAECO, mesmo antes de ingressar na associação, sempre estiveram envolvidos com os processos de organização da agricultura familiar participando ativamente de sindicatos e associações, o que garantiu o contato e o acesso a informações sobre a agricultura ecológica:

“Na AGAECO a coisa começou com o Terra Solidária, o meu marido foi fazer... eu já estava no sindicato e me chamaram para fazer... Mas algo dizia que eu não ia poder fazer esse curso e eu não fui... O [marido] foi... eu já fazia o curso de biosaúde... Em maio a mãe faleceu e eu tive que cuidar do pai... Se tivesse feito teria que parar... terminaram o curso... Mas eu tinha o curso de plantas medicinais...Que tem que ter cuidado..plantar sem veneno, cuidar... Eu e uma amiga fomos lá em Laranjeiras fazer o curso, depois o IAF puxou o curso... Daí eu sei que o meu marido se formou... O pessoal do IEEP foi várias vezes perguntar se ele queria coordenar um grupo [referindo-se a um grupo de agricultura ecológica] e ele não queria... Mas eu sempre estava apoiando... Ia pra feira quando ia pra Guarapuava, levava a turma, eu incentivava... Um dia eles chegaram e disseram para eu coordenar o grupo... fizemos uma reunião... éramos em sete famílias que continuam e tem mais que querem entrar...” (Sra. P)

“Eu sempre gostei de participar... de reunião do sindicato.... reunião sobre plantas, criação de galinhas, gostava para levar a família, para que os meninos participassem...O filho mais velho foi quem terminou o Terra Solidária, se batizou na Feira da Comunhão e da Partilha.... Muito bonito, é muito bonito lutar contra o veneno!...” (Sra.I.)

“Nós sempre participamos de associações, do sindicato, CRESOL⁴⁸ e quando apareceu a idéia de formar um grupo ecológico e o convite de formar o grupo nós fomos... Nós pra consumo sempre tivemos, mas para vender não... A gente estava acostumado a trabalhar em grupo, assim deu...muitas coisas motivaram; até a idéia de se engajar mais na ecologia interessou...” (Sra. J)

⁴⁸Refere-se ao sistema CRESOL de microcrédito solidário existente em toda a região Sul

Portanto a origem da AGAECO provém da mobilização de famílias que participavam das organizações locais da agricultura familiar, do Projeto Terra Solidária⁴⁹ e outras atividades envolvendo organizações não governamentais.

Mais especificamente pode-se dizer que sua origem encontra-se mais diretamente ligada ao trabalho de organização e de agroecologia desenvolvido pelo Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP)⁵⁰, que desenvolve atividades de assessoria aos agricultores familiares.

Importante também ressaltar que muitos dos agricultores aderiram à proposta de trabalho da agricultura ecológica, por verem nela uma viabilidade para poderem permanecer no campo. De fato muitos dos agricultores camponeses querem viver no campo e continuar na atividade agrícola, conforme apontam as duas falas que seguem:

“Não é igual na cidade... Na cidade você não pode emprestar nada... pra ter relação com uma pessoa você precisa conhecer quem a pessoa é...Pela frente pode ser um e por trás outro... assaltante, te fazer mal..! No mato não é assim... A gente nasceu e se criou no mato, a gente vai morrer no mato...Às vezes falo pra a [esposa] brincando, vamos pra cidade? Não, a gente não tem planos de vir embora pra cidade...!” (Sr. L)

“Eu já disse, se eu não tivesse na AGAECO eu já teria ido embora, viver lá... porque meu terreno é pouco...rodeado de soja... Já fazer o quê? Já ter que viver na cidade, em Guarapuava...mesmo sem ter serviço...” (Sr.J)

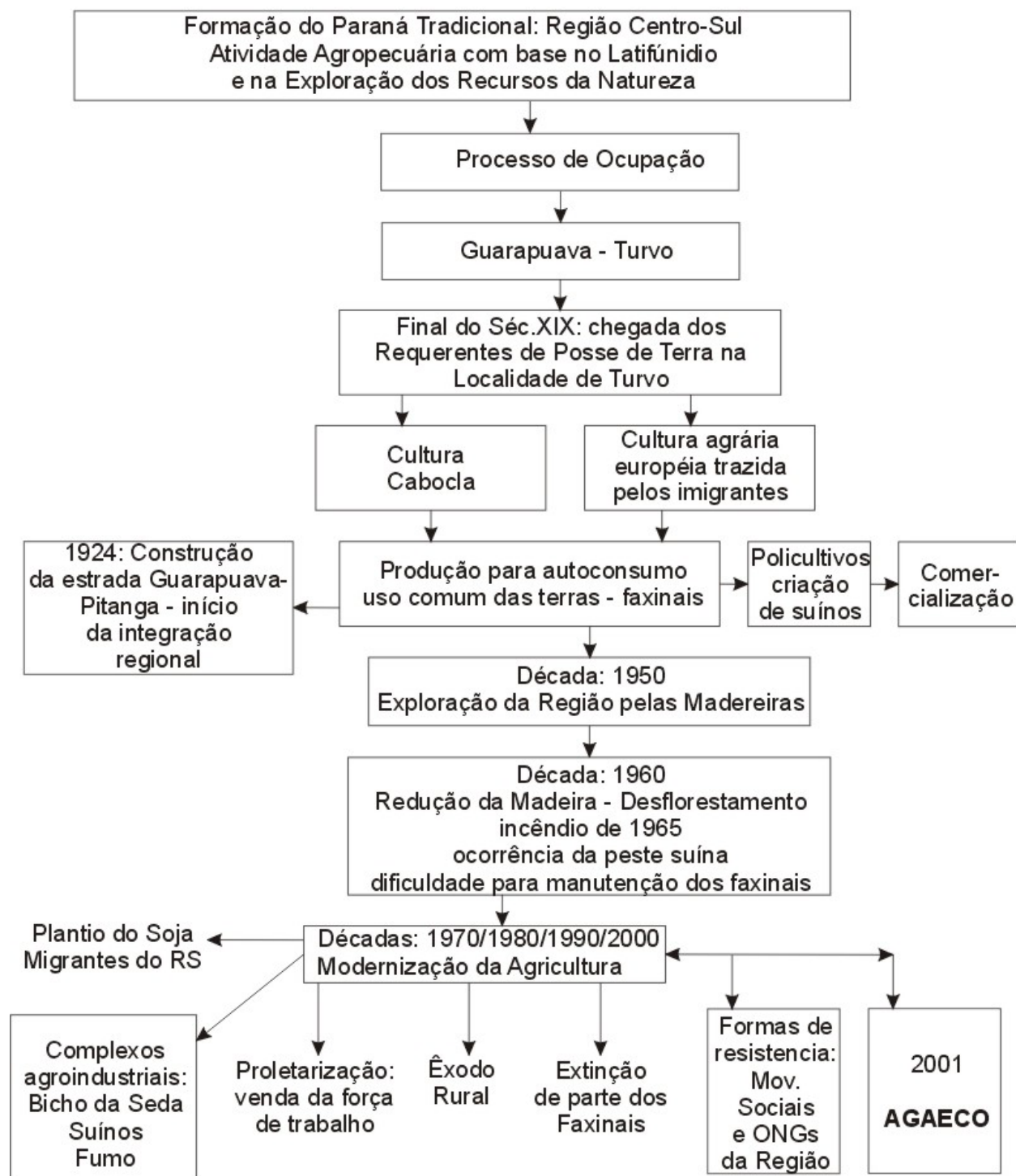
As entrevistas relatadas evidenciaram um processo que demonstrou as dificuldades enfrentadas por agricultores do município e os motivos que levaram os mesmos a buscarem alternativas que lhes permitissem continuar a viver da agricultura e no meio rural.

Na seqüência será apresentada uma figura 08 com os principais eventos que marcaram a história da agricultura familiar do município e que foram determinantes para o processo que se verifica hoje no cenário rural de Turvo.

⁴⁹ O Projeto Terra Solidária, desenvolvido de 1999 a 2003, teve como objetivo estimular o desenvolvimento sustentável e solidário, tendo como base a consolidação da agricultura familiar e suas formas organizativas, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento de um novo modelo tecnológico baseado nos princípios da agroecologia. Sua atuação se deu no âmbito da formação sindical, profissional e de elevação de escolaridade (ensino fundamental), voltando-se para agricultores/as familiares da Região Sul. O Projeto Terra Solidária foi coordenado pela FETRAF-SUL/CUT (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul) em parceria com a Escola Sindical Sul/CUT e Deser (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais), sendo que a certificação de Ensino Fundamental foi feita pelo CEFET/RS, através das Escolas Agrotécnicas Federais do PR, RS e SC.

⁵⁰ Com sede em Irati/Pr, distante 150 quilômetros de Turvo/Pr. Constitui-se numa organização não governamental que desenvolve trabalhos de assessoria com agricultores familiares e camponeses e população urbana em situação de insegurança alimentar da região Centro e Centro Sul do Estado do Paraná. Depende financeiramente de recursos provindos de projetos enviados à fundações e organizações nacionais e internacionais de cooperação.

Breve Histórico da Agricultura Familiar Camponesa em Turvo



Esquema Baseado em Souza (2001)

Figura 08 – Histórico da agricultura familiar camponesa em Turvo.

Como um dos resultados da mobilização das famílias de agricultores familiares e camponeses do Faxinal Saudade Santa Anita e do Vale do Ivaí, juntamente com famílias de agricultores de outras comunidades que praticavam a agricultura ecológica no município ocorreu a formação a Associação dos Agricultores Ecológicos de Turvo (AGAECO). Sua fundação realizou-se no dia 11 de agosto de 2001, por ocasião da realização da II Feira da Comunhão e da Partilha. A feira, organizada pelos agricultores ecológicos do local, consiste num evento que objetiva a troca de experiências no trabalho agrícola, de alimentos e de sementes crioulas.

A constituição da AGAECO ocorreu em função da necessidade da existência de uma organização mais articulada e integrada entre as famílias dos agricultores ecológicos do município, no sentido de efetivar-se um maior avanço da agricultura ecológica na região, garantindo uma melhora das condições de produção de alimentos.

Na data de sua fundação, a AGAECO contava com os seguintes grupos de famílias de agricultores:

1. Grupo de Agricultores Ecológicos Saudade Santa Anita – GAESSA;
2. Grupo de Agricultores Ecologistas Verde Vale do Ivaí – GAEVVI;
3. Grupo de Agricultura Ecológica Terra Pura – GAETEP;
4. Grupo de Agricultores Ecológicos Querência Antiga da Manhã – GAEQAM;
5. Grupo de Agricultores Ecológicos Terra Viva – GAETEVI;
6. Grupo de Agricultores Ecológicos Verdelândia – VERDELÂNDIA

Na época de sua constituição, participavam do processo seis grupos, 29 famílias de agricultores, o que equivalia a aproximadamente 90 pessoas.

4. SITUAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DAS FAMÍLIAS DA AGAECO

4.1. A AGAECO E SEU TRABALHO ENQUANTO ASSOCIAÇÃO

A AGAECO conta em sua composição com onze grupos de agricultores ecologistas, segundo o quadro que segue:

Quadro 6 - GRUPOS E COMUNIDADES DA AGAECO

Gr. Agr.Ec. Saudade Santa Anita - GAESSA	Saudade Santa Anita
Gr.Agr. Ec. Vida Longa - GAEVIL	Saudade Santa Anita
Gr.Agr. Ec. Verdes Campos - GAEVEC	Arvoredo
Gr.Agr.Ec. Terra Pura - GAETEP	Cachoeira dos Turcos/Arroio Fundo Neumann
Gr. Agr.Ec. Terra Viva - GAETEVI	Arroio Fundo II (Pupos)/Campina das Palmeiras
Gr. Agr.Ec. Querência Antiga da Manhã - GAECAM	São Jerônimo
Gr. Agr. Ec. Cambucica Resiste na Ecologia - GAECRE	Cambucica
Gr. Agr.Ec. Gerando Vida - GAEGEVI	Passa Quatro
Gr. Agr. Ec. Serra do Ivaí - GAESI	Ivaí – Colônia Velha
Gr. Agr. Ec. Verde Vale do Ivaí - GAEVI	Ivaí – Colônia Velha
Gr. Agr. Ec. Passo Grande - GAEPEG	Passo Grande (grupo novo)

Fonte: AGAECO - 2004

Para o referido trabalho de pesquisa foram consideradas somente as famílias de dez grupos, em virtude de que o último grupo formado, o GAEPEG foi considerado um grupo ainda em início de suas atividades.

A figura 09 que será apresentada na seqüência aponta a localização de todos os grupos de famílias ecologistas do município de Turvo.

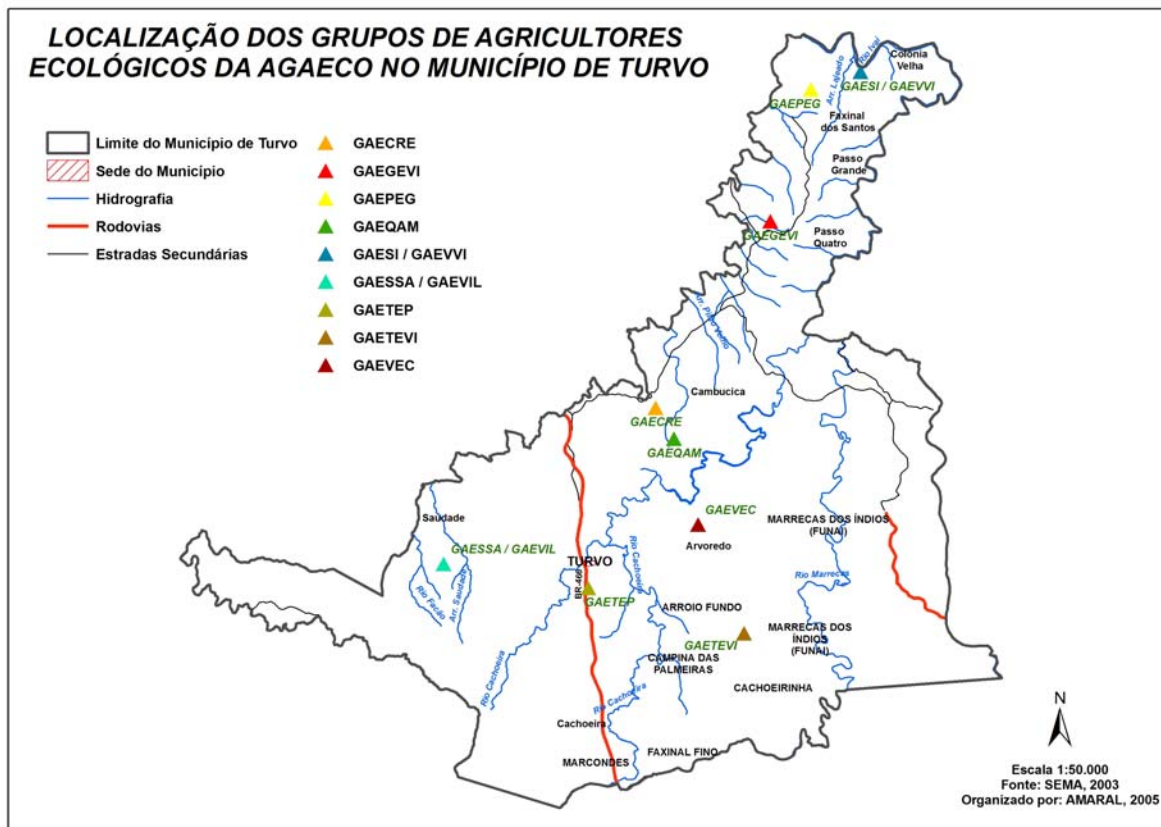


Figura 09 – Localização dos grupos de agricultores ecológicos da AGAECO no município de Turvo.

Os grupos que compõem a AGAECO têm realidades distintas em relação aos sistemas de produção. Em função de sua localização no município e das características das localidades, cada comunidade desenvolve um tipo específico de atividade. Assim pode-se dizer que a diversidade de experiências é bastante grande. Dentre elas destacam-se: a produção de hortaliças ecológicas de inverno e verão; o cultivo mínimo e o plantio direto sem herbicida (milho e feijão); a produção de leite à base de pasto em sistema de rodízio; uso de fitoterapia em animais; produção e beneficiamento de plantas medicinais; a criação ecológica de suínos ao ar livre; a produção da erva-mate em agrofloresta; e o resgate de variedades de sementes crioulas diversas; a produção de frutas e derivados de cana-de-açúcar (GHIZELINI, 2003, p.51).

Em função do processo organizativo da AGAECO gradualmente foram sendo abertos espaços para a comercialização de seus produtos. Atualmente a associação conta com o espaço da Feira do Jardim Primavera, que ocorre semanalmente no Bairro do Jardim Primavera, na periferia de Guarapuava. É mantido também um ponto fixo de vendas chamado “Recanto

Ecológico” (Foto 01) no centro do município de Turvo. A merenda escolar municipal constitui-se num outro espaço de fornecimento de alimentos ecológicos. O processo se viabilizou em função do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) que tem por objetivo garantir a comercialização da produção dos agricultores familiares garantindo o seu fornecimento para instituições assistenciais de caráter público.



Figura 10 – Agricultora ecologista na sede da AGAECO em Turvo – 2005
Foto : Julian Perez Cassarino

O trabalho coletivo é bastante valorizado pela associação sendo que diversas iniciativas comunitárias são desenvolvidas como mutirões, campos de produção de sementes, estufas comunitárias, produção conjunta de adubos ecológicos como o super-magro, o biogeo, o adubo da independência e outros insumos utilizados na produção ecológica. A compra de um veículo para o transporte dos produtos também foi viabilizada pela associação. As atividades e processos citados constituem-se em elementos da metodologia de trabalho da AGAECO no sentido de buscar o fortalecimento da organização social, política e o resgate e a valorização da identidade cultural dos agricultores. (GHIZELINI, 2003, p.52)

Cada grupo da AGAECO tem sua organização interna para que o fornecimento das demandas de todos os espaços de comercialização possam ser cumpridas. Reuniões mensais são realizadas na sede da associação para garantir o planejamento participativo de suas atividades

bem como o cumprimento da agenda de eventos programada para o ano. Na agenda destacam-se dois grandes eventos organizados pela associação em parceria com outras entidades: a Janta do Dia do Colono (Foto 02) e a Feira da Comunhão e da Partilha. Os eventos envolvem uma grande mobilização de pessoas de Turvo e de municípios vizinhos, sendo momentos de divulgação do trabalho e das conquistas da AGAECO e de troca de experiências. Toda a comida preparada nos eventos é ecológica, sendo esse um momento estratégico para que as famílias que não participam da associação, mas que são convidadas para as festas conheçam os alimentos ecológicos, façam a sua degustação e comprovem a viabilidade da produção diversificada de alimentos sem agrotóxicos. Preparações culinárias de referência regional são também usadas para valorização do modo de vida e de certas práticas de consumo tradicionais.



Figura 11 – Cartaz de Divulgação do “Dia do Colono 2004”

4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS

O estudo de caso foi em questão foi realizado com 38 famílias que compõem os grupos da AGAECO já discriminados. Contabilizando os membros das famílias estudadas alcançou-se o número de cento e setenta e duas pessoas, setenta e nove do sexo feminino e noventa e três do sexo masculino.

A origem das mesmas é bastante diversa encontrando-se representada com intensidade diferenciada por 9 grupos étnicos, que constam no quadro a seguir:

Quadro 7 - Distribuição das famílias da AGAECO segundo origem étnica:

Origem Étnica	No. de Famílias
Luso-brasileira (cabocla)	18
Polonesa	17
Alemã	17
Italiana	8
Ucraniana	6
Espanhola	4
Portuguesa	4
Russa	3
Africana	1

Fonte: Formulário de coleta de dados, 2004

* Dados múltiplos

Como é possível perceber pela análise dos dados há predomínio de caboclos (origem luso-brasileira), poloneses e descendentes de alemães no grupo. Sendo que os italianos e ucranianos, na seqüência, também encontram-se representados em pelo menos um quinto das famílias estudadas.

A naturalidade da maior parte dos membros mais jovens das famílias é de Turvo. Os pais nasceram em municípios vizinhos (Pitanga, Prudentópolis, Cândido Abreu) ou da região (Guarapuava, Irati) ou em Turvo mesmo. Parte dos idosos do grupo é filha de imigrantes europeus, que chegaram ao Brasil no início do século XX, alguns vindo diretamente para se instalar na região.

A distribuição dos membros das famílias segundo a faixa etária apresenta-se no quadro seguinte:

Quadro 8 - Distribuição dos membros das famílias da AGAECO segundo faixa etária:

Faixa Etária	Número absoluto:	Percentual (%)
Menores de 5	17	9,88
5 a 10	16	9,30
10 a 20	44	25,58
20 a 60	91	52,91
Maiores que 60	4	2,33
Total	172	100,00

Fonte: Formulário de coleta de dados, 2004/2005

Constata-se, pelos dados coletados que a faixa etária com maior contingente está concentrada entre os vinte e os sessenta anos, com 53% dos membros das famílias; no entanto os jovens e adolescentes também encontram-se em número considerável, constituindo 25% do grupo estudado. Como minoria temos os idosos, com idade acima de sessenta e na seqüência os escolares e pré-escolares, perfazendo um total de 21,5%. Esse último grupo encontra-se em uma faixa etária considerada dependente de outros grupos em termos de realização de trabalho, contribuindo, porém nas atividades que auxiliam a manutenção da vida da família.

No quadro a seguir apresenta-se a escolaridade das famílias da AGAECO:

Quadro 9 - Distribuição dos membros das famílias da AGAECO por faixa etária segundo a escolaridade:

Grau*:	1C	1C	1 I	1 I	2 C	2C	2I	2I	3C	3C	3I	3 I	A	A	NI	NI	Tot	Total
Idade:	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	al	%
7- 19	5	8,9	33	59	2	3,5	15	27	0	0	0	0	0	0	1	1,6	56	100
20- 29	3	15	5	25	5	25	2	10	0	0	2	10	0	0	3	15	20	100
30- 40	8	25	21	66	2	6	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	32	100
> 40	9	21	27	63	0	0	0	0	0	0	0	0	3	7	4	9	43	100
Total	25	16,5	86	57	9	6	17	11,3	0	0	2	1,3	3	1,9	9	6	151	100

Fonte: Formulário de coleta de dados, 2004/2005 * Os números 1,2,3 significam os graus e as letras C, quando completo e I, quando incompleto. A letra A refere-se aos analfabetos existentes no grupo.

Como pode ser verificado pela leitura do quadro, cerca de 59% dos membros das famílias com faixa etária entre 7 e 19 anos encontra-se cursando o primeiro grau. O percentual já cai na faixa dos 20 aos 29 anos, apontando valores em torno de 25%. Um igual percentual corresponde na mesma faixa etária aos que já concluíram o segundo grau. Ainda, condensando

os dois segmentos etários mencionados encontra-se um percentual de 10% do grupo que está cursando o terceiro grau.

A partir dos 30 anos a tendência modifica-se havendo uma concentração de pessoas no grupo do primeiro grau incompleto, que provavelmente já não estão mais freqüentando a escola, havendo desistido de estudar sem concluir o primeiro grau. Somente 6% da faixa etária apresenta o segundo grau completo e não há nenhum membro das famílias a partir dessa faixa etária freqüentando um curso universitário.

Os dados mencionados expressam parte da história recente do município em relação à viabilização do acesso à educação. Para os mais velhos a perspectiva de estudar estava restrita a cursar da 1^a. à 4^a. série do primário, havendo poucas escolas no meio rural de Turvo e somente na sede uma escola que equivalia ao segundo grau. A partir da emancipação e constituição do município amplia-se o número de escolas, melhorando o acesso ao ensino. A existência de três pessoas analfabetas no grupo de faixa etária acima de 40 anos ilustra a situação anterior. Relatos dos entrevistados também acrescentaram informações em relação às concepções existentes na região, cerca de 40, 50 anos atrás, período em que as dificuldades para sobrevivência eram vencidas somente com base no trabalho “duro” e “contínuo”, não sendo o estudo considerado uma prioridade para as famílias.

As gerações que vieram na seqüência, em função da mudança de concepção e da exigência dos “novos tempos”, preocuparam-se em viabilizar o acesso dos filhos à escola, utilizando-se da estratégia de contar com algum parente ou compadre vivendo na sede do município ou em outra cidade vizinha, para receber em sua casa, os estudantes. Contam muitos dos pais das famílias da AGAECO que os filhos mais velhos, que viveram essa situação, “habituarão-se à cidade”, permanecendo nela ou retirando-se para outros municípios após a conclusão dos estudos. Os filhos mais novos, com a possibilidade de estudar em lugar relativamente próximo à casa da família, puderam permanecer um maior período de tempo com a mesma, optando depois da conclusão dos estudos em permanecer no campo.

Atualmente permanecem no meio rural do município de Turvo as escolas municipais que atendem da 1 à 4 série do primeiro grau; a partir da 5^a. série os alunos dirigem-se às escolas municipais e estaduais existentes somente na sede. Este fato gera dificuldades para as famílias do meio rural em virtude do período que seus filhos necessitam permanecer dentro dos ônibus que realizam o transporte dos mesmos (*cerca de duas horas para ir e duas horas para voltar dependendo da localidade).

Não há no município faculdades ou universidades, sendo necessário que os estudantes se desloquem para outras cidades como Guarapuava para realizarem o terceiro grau. Os jovens da AGAECO que atualmente freqüentam o terceiro grau participam de uma experiência inovadora de ensino modular denominada “Pedagogia da Terra”. O curso coordenado pelos movimentos sociais da região em parceria com universidades estaduais baseia-se em momentos de concentração, onde os alunos freqüentam as aulas e participam das atividades sob a supervisão de professores e momentos de dispersão em que os mesmos retornam para seus municípios e retomam suas atividades profissionais, realizando as tarefas repassadas pelos professores para o período e estágios. Tal processo mediado e incentivado pela AGAECO e pelo IEEP, tem por objetivo viabilizar uma melhor formação para seus membros e contribuir para multiplicação e aplicação dos conhecimentos adquiridos nos projetos futuros das duas entidades na região.

Condições de vida

As famílias da AGAECO vivem no meio rural do município de Turvo. Dedicam-se à agricultura e algumas realizam atividades externas ao estabelecimento rural em sua comunidade ou na sede do município como forma de complementação de renda.

As habitações são em sua maioria de material (cerca de 60%), sendo que os 40% restantes são residências de madeira ou mistas.

Todas as famílias contam com água disponível na casa, sendo que 29 famílias, 76% do grupo garante a sua obtenção de fontes existentes no próprio terreno ou de vizinhos. Cerca de 6 famílias retiram água de poço e duas famílias contam com poço artesiano. Segundo dados do município de Turvo, cerca de 40,3% da população do município encontra-se conectada à rede pública de abastecimento de água.

Quadro 10 – Procedência da água utilizada pelas famílias da AGAECO:

Procedência da Água	Nº Famílias	% Famílias
Fonte	29	76,4
Poço	6	15,7
Poço Artesiano	2	5,3
Outro	1	2,6
Total	38	100,0

Fonte: Formulário de coleta de dados, 2004 /2005.

O destino da água utilizada nos banheiros dos domicílios (esgoto) por 55% das famílias é a fosse séptica. Cerca de 44,8% das residências apresentam o banheiro afastado da residência e contam com fossa seca. Os dados do município de Turvo apontam a inexistência de esgoto, sendo a forma mais freqüente de destino de dejetos as fossas rudimentares, referidas em 76,1% dos domicílios.

Quadro 11 - Destino de dejetos nos domicílios das famílias da AGAECO

Esgoto	No. Famílias	%
Fossa séptica	21	55,2
Fossa seca	17	44,8
Total	38	100,0

Fonte: Formulário de coleta de dados, 2004/2005.

Em relação à presença de energia elétrica, 35 famílias dispõem do acesso ao serviço. No entanto 3 famílias não usufruem ainda dos benefícios desse serviço, utilizando luz de velas ou querosene para iluminação da casa, apesar de já haverem solicitado o mesmo e estarem no aguardo da instalação.

Quadro 12 – Presença de energia elétrica nos domicílios das famílias da AGAECO

Presença de Energia	No. Famílias	% Famílias
Sim	35	92,1
Não	3	7,9
Total	38	100,0

Fonte: Formulário de coleta de dados, 2004 /2005

O destino do lixo orgânico para 36 famílias é a reciclagem, sendo o mesmo utilizado como adubo. Cerca de 6 famílias queimam o lixo e duas famílias afirmaram contar com a coleta pública. O lixo inorgânico é queimado por 28 famílias; 7 famílias procuram reciclar, duas famílias enterram o mesmo no terreno e uma família afirmou contar com a coleta pública. O sistema de coleta existente no município atende a 34,3% dos domicílios, o restante da população queima ou enterra o lixo (PARANACIDADE,2004). Os quadros a seguir apresentam os dados:

Quadro 13 – Destino do lixo das famílias da AGAECO

Lixo Orgânico	No. Famílias
Recicla	36
Queima	6
Joga no terreno	4
Enterra	3
Coleta pública	2

Fonte: Formulário de coleta de dados, 2004/2005

*As famílias assinalaram mais de uma opção

Quadro 14 – Destino do lixo inorgânico das famílias da AGAECO

Lixo Inorgânico	No. Famílias
Queima	28
Recicla	7
Joga no terreno	0
Enterra	2
Coleta pública	1
Outro	2

Fonte: Formulário de coleta de dados, 2004/2005.

*As famílias assinalaram mais de uma opção

Em relação aos equipamentos utilizados pelas famílias no domicílio, destaca-se a presença de fogão à lenha em todas as residências, seguido do fogão a gás e da geladeira, em 33 dos domicílios. Na seqüência, o aparelho de televisão encontra-se presente em 31 casas. Registra-se, porém com menor freqüência e em seqüência decrescente a existência de rádio, de batedeira ou liquidificador, aparelho de som e freezer, este último presente somente em 12 domicílios. Os dados apresentados encontram-se no quadro a seguir:

Quadro 15 - Equipamentos existentes nos domicílios em relação ao número de famílias da AGAECO:

Equipamento	Fogão/lenha	Fogão/ gás	Geladeira	Televisão	Rádio	Bated./ Liquid..	Ap. Som	Freezer
No. Famílias	38	37	33	31	29	18	14	12
% Famílias	100	97,3	86,8	81,57	76,3	47,3	36,8	31,5

Fonte: Formulário de coleta de dados, 2004 *As famílias assinalaram mais de uma opção



Figura 12 – Estabelecimento rural de agricultor ecológico da AGAECO
Foto: Silvia Rigon



Figura 13 – Moradia de família da AGAECO
Foto: Silvia Rigon

Além das condições de vida relacionadas ao ambiente da casa e ao entorno da moradia das famílias, deve ser comentada a questão do transporte público e acesso a outras comunidades do meio rural de Turvo e à sede do município. Trata-se de um ponto fundamental uma vez que

muitas das atividades e possibilidades relacionadas à perspectiva de vida das famílias encontram-se relacionadas à capacidade de acessar equipamentos e serviços públicos, bem como de garantir o processo de socialização.

Apesar dos muitos progressos consolidados após a emancipação do município em 1982, sobretudo no que se refere à melhoria das estradas vicinais e a disponibilização de transporte público, avalia-se que ainda há uma situação muito precária relativa às possibilidades de locomoção na região, sobretudo para a grande maioria da população rural que não dispõe de veículo próprio. Praticamente inexistente um transporte diário com o qual as famílias possam contar, o mesmo ocorre dia sim dia não, não estando disponível nos finais de semana e sendo terceirizado. Somente nas localidades mais próximas à rodovia, como a Cachoeira dos Turcos, um serviço de lotação particular faz a linha até a sede, diariamente. Também deve ser registrada a queixa das famílias em relação ao valor das passagens que é considerado elevado, inibindo e restringindo o uso de um serviço considerado de utilidade pública.

Em função das dificuldades de transporte já citadas e históricas há uma tendência das comunidades contarem com uma estrutura mínima de serviços necessários e nuclearem as atividades do mundo da vida em sua própria localidade. Praticamente todas as comunidades onde vivem as famílias da AGAECO, apresentam um lugar onde estão situadas a escola (atualmente desativadas em sua maioria e utilizadas para atividades comunitárias), a unidade básica de saúde (“o postinho”), o telefone público quando disponível, um pequeno mercado e a igreja de referência da comunidade. Estes núcleos é que em geral sediam as principais atividades das comunidades como os eventos religiosos (missas, encontros de grupos de jovens, grupos de oração), e de lazer como as principais festas do ano e os torneios e jogos de futebol. O acesso a informações por parte dos membros das famílias da AGAECO ocorre de diferentes maneiras, segundo o que mostra o quadro a seguir:

Quadro 16 – Fontes de informação acessadas pelas famílias da AGAECO

Fonte de informação	Número de Famílias	% de Famílias
Televisão	24	63
Rádio	18	47
Igreja	10	26,3
Jornal	01	2,6
Outros	10	26,3

Fonte: Formulário de coleta de dados, 2004. *As famílias assinalaram mais de uma opção

É interessante comentar que várias famílias que assinalaram a alternativa referente a “outros”, citaram a AGAECO como uma fonte importante de informações.

Considerando o acesso à saúde, 27 famílias (71% do grupo) afirmaram procurar a unidade básica de saúde existente em sua comunidade quando há alguma demanda na área da saúde e havendo uma situação mais preocupante se dirigem ao Posto de Saúde na sede do município. Cerca de 18,4% do grupo, o equivalente a 7 famílias procura utilizar remédios caseiros ou comprados quando há necessidade; 3 famílias (7,8% do grupo) procuram as orientações da benzedeira da comunidade, uma família relatou utilizar a bioenergia para a cura de doenças e 9 famílias (23,6% do grupo) informaram que procuram o médico de referência conforme a demanda.

É importante comentar que algumas das agricultoras da AGAECO são líderes da Pastoral da Criança, realizando atividades na área de saúde, alimentação e nutrição com as crianças de baixo peso de famílias que vivem em suas comunidades. Também ressaltar que uma das agricultoras da AGAECO realizou cursos na área de Bioenergia e de plantas medicinais, realizando consultas e orientações de forma gratuita na sede do sindicato rural de Turvo.

Finalmente cabe mencionar que a religião predominante entre as famílias é a católica, havendo algumas famílias no grupo que freqüentam a Igreja Presbiteriana.

Situação sócio-econômica

A determinação das condições materiais de vida do grupo estudado encontram-se vinculadas diretamente à disponibilidade dos meios de produção e portanto, de geração da renda monetária e não monetária para viabilização da reprodução social, biológica e material

das famílias. A terra portanto, destaca-se como o elemento fundamental para a manutenção da vida do agricultor e de sua família.

Na seqüência, no quadro apresenta-se a quantidade de terra em hectares pertencentes às famílias da AGAECO:

Quadro 17 - Distribuição das Famílias da AGAECO segundo a área dos estabelecimentos rurais:

Grupo de área (ha)	Estabelecimentos	
	Nº	%
Menos de 5	7	19,0
De 5 a menos de 15	14	38,0
De 15 a menos de 25	7	19,0
De 25 a menos de 35	2	5,4
De 35 a menos de 45	2	5,4
De 45 a menos de 55	1	2,6
De 55 a menos de 65	1	2,6
De 65 a menos de 75	1	2,6
De 75 a menos de 85	0	0
De 85 a menos de 95	0	0
De 95 a menos de 120	2	5,4
Total de Declarantes	37	100,0

Fonte: Formulário de coleta de dados, 2004/2005

Cerca de 38% dos estabelecimentos das famílias da AGAECO que declararam a quantidade de terra que possuem apresentam de 5 até 15 hectares. O segundo maior percentual repete-se em dois grupos. O grupo das propriedades com os estabelecimentos de menor área, ou seja, menos de 5 hectares, representa 19% das famílias e o grupo com a faixa de 15 até 24 hectares conta com o mesmo percentual. Na seqüência ascendente em termos de tamanho do estabelecimento, a distribuição torna-se menos concentrada e mais desigual, sendo que as duas maiores propriedades em extensão apresentam respectivamente 100,8 ha e 116,0 ha, correspondendo a 5,4% do grupo de famílias. Considerando-se a somatória de todas as áreas dos estabelecimentos rurais das famílias da AGAECO, chega-se ao valor de 812,6 ha e a uma média de 21,9 ha por família. A média verificada coincide com o perfil da maioria dos estabelecimentos rurais familiares de Turvo, conforme apresentado anteriormente.

Do total de 38 famílias, 34 (ou seja 90% do grupo) afirmaram serem proprietárias da terra, sendo que 32 famílias (84,2%) disseram apresentar algum tipo de documento de posse (registro ou escritura, contrato de compra, recibo ou procuração); 6 famílias (15,7%) confirmaram ter a posse, mas sem contar com nenhum tipo de documento. Parte desses casos, encontra-se relacionado à situação de famílias que estão vivendo em uma área de parentes mais próximos (pais, tios), de quem receberão por herança os terrenos em que vivem atualmente. Cerca de 9 das famílias (23,7% do grupo) computadas no grupo, arrendam ou cedem terra para arrendamento a familiares ou terceiros.

A quantidade de terra inferior a 15 ha para 56,7% das famílias da AGAECO e abaixo de 25 ha para 75,6% do grupo, aponta a questão da disponibilidade de terra por família como um aspecto limitante da produção e da reprodução familiar, sobretudo nas famílias com um número maior de descendentes, sinalizando problemas futuros de sucessão e continuidade na atividade agrícola.

As famílias da AGAECO refletem um perfil similar ao de outros estabelecimentos da agricultura familiar existentes no município, que são a maioria. Do total de área existente no município de Turvo, 37% encontra-se nos estabelecimentos da agricultura familiar, que correspondem a 87% do número total de estabelecimentos existentes no município. Enquanto que o restante de terra, os outros 63%, são de posse dos estabelecimentos patronais (40%) e de entidades públicas (23%).

Relatos de entrevistados apresentam informações sobre a dinâmica de ocupação da região, desde os tempos da chegada dos pioneiros, coincidindo com o processo descrito por SOUZA (2001). Mencionam a situação fundiária encontrada no início do processo de colonização, época em que com o requerimento de posse da terra, as famílias chegadas em Turvo, provenientes de diversas localidades vizinhas, acessavam quantidades de terra bastante elevadas. No entanto à medida que a ocupação da área vai se dando, com a chegada inclusive de novas famílias brasileiras e de imigrantes, começa a ocorrer uma redução da terra disponível. Dessa forma, com as sucessivas partilhas de herança e vendas de terras para vizinhos, poucas são as famílias que conseguiram fazer a manutenção ou aumento do patrimônio, havendo uma tendência contrária, ou seja a redução do tamanho de terra disponível a cada geração.

Esse tipo de pressão, que teve diferentes repercussões sobre o modo de vida das famílias, obrigou o uso mais intensivo da terra, antigamente manejada pelo sistema de pousio. A modificação do manejo, passou a determinar por sua vez um declínio da fertilidade e a

dificuldade para a garantia da produção de alimentos e manutenção das famílias. Soma-se a essa situação as características do solo da região, com uma topografia bastante irregular e dobrada e de baixa fertilidade.

A necessidade da busca de outras fontes de renda para a reprodução das famílias da região, obrigou as mesmas à realização de atividades externas à propriedade rural, como a venda de força de trabalho pelo assalariamento ou pelo trabalho como diarista. Nas décadas anteriores esse processo ocorreu havendo a absorção de mão-de-obra pelas madeireiras e serrarias presentes em Turvo e municípios vizinhos, segundo SOUZA (2001). Posteriormente, com a redução drástica das florestas e matas a serem exploradas, as mesmas retiram-se da região, avançando em direção a novas fronteiras.

Além das atividades externas vinculadas a agricultura ou agropecuária, muitos membros de famílias passaram a depender de trabalho na cidade ou nas localidades vizinhas na área de serviços gerais, comércio, trabalho assalariado nas indústrias locais e/ou atividades compatíveis com a possibilidade de continuar vivendo no campo.

As famílias da AGAECO não são uma exceção nesse contexto; a própria existência dessa situação serviu como motivação para a busca de alternativas visando a garantia da reprodução das famílias e a viabilização da permanência no campo.

Na seqüência apresentam-se as fontes de rendimento monetário do grupo no momento atual:

Quadro 18 - Distribuição do número de famílias da AGAECO segundo fontes de obtenção de renda

Fonte de Renda	Agropecuária		Atividades Externas		Aposentadoria		Programas Sociais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0 até 10 %	4	10,5	1	10,0	0	0	5	41,6
10 até 20 %	3	7,8	1	10,0	2	18,2	6	50,0
20 até 30 %	3	7,8	3	30,0	1	9,1	1	8,4
30 até 40 %	2	5,3	0	0	0	0	0	0
40 até 50 %	5	13,2	0	0	1	9,1	0	0
50 até 60 %	1	2,7	1	10,0	3	27,3	0	0
60 até 70 %	0	0	0	0	4	36,3	0	0
70 até 80 %	0	0	3	30,0	0	0	0	0
80 até 90 %	5	13,2	2	0	0	0	0	0
90 a 100 %	15	39,5	1	10,0	0	0	0	0
Total de Declarantes	38	100	10	100	11	100	12	100

Fonte: Formulário de coleta de dados, 2004/2005

Como pode ser deduzido pela análise dos dados, o grupo caracteriza-se por ter como principal fonte de rendimento a atividade agropecuária realizada no próprio estabelecimento familiar. Cerca de 39,5% das famílias conta com valores de 90 a 100% da renda total da família, provenientes da atividade agropecuária e 55,2% do grupo recebe rendimentos que correspondem a mais de 50% do total da renda da família.

A força de trabalho presente nos estabelecimentos rurais do estudo é predominantemente familiar. As 38 famílias (100% do grupo) responderam ter na mão-de-obra familiar a sua base para a realização da produção agrícola e manutenção do estabelecimento. Somente 7 famílias (18,42% do grupo), afirmaram contar também com a contratação de trabalhadores, mas somente em regime temporário e não permanente.

Já dos que realizam atividades externas ao estabelecimento rural, cerca de 50% do segmento recebe dessas atividades menos de 30% do total de renda do domicílio e 50% conta com valores que correspondem a mais de 50% do rendimento total da família. Para 63% das famílias que contam com a aposentadoria como fonte de renda, a mesma representa 50% ou mais do total da renda familiar e para 36,3% a mesma chega a 60 ou até 70% do total de renda do domicílio.

A complementação da renda mediante o acesso a programas governamentais (Bolsa Família, Bolsa Escola, Vale Gás, Auxílio-doença), representa menos de 30% do total de renda declarada pelas famílias da AGAECO.

Tal situação econômica pode ser avaliada de uma forma mais clara quando converte-se a renda monetária declarada pelas famílias estudadas, em salários-mínimos per capita:

Quadro 19 - Distribuição das famílias da AGAECO segundo rendimento mensal declarado

SM	0 até 1SM	1 até 2 SM	2 até 4 SM	4 até 5 SM	5 até 10 SM	10 até 20 SM	Total de Declarantes:
Nº de famílias	6	9	13	0	3	0	31
% de famílias	19,3	29	42	0	9,7	0	100

Fonte: Formulário de coleta de dados, 2004/2005

Cerca de 48% das famílias declarantes conta com uma renda monetária de 0 até 2 salários-mínimos per capita. Do grupo analisado 42% recebe de 2 a 4 salários-mínimos per capita, percentual que somado ao anterior perfaz um total de 90%; ou seja 28 famílias encontram-se na faixa de renda referida, do total das 31 famílias do grupo estudado que declararam a sua renda mensal. Segundo dados fornecidos pelo município de Turvo, dos 5619 habitantes que declararam contar com uma renda, cerca de 76% recebe no máximo dois salários mínimos (PARANACIDADE,2004).

Utilizando-se como critério para o ponto de corte o valor de R\$100,00 per capita, estipulado pelo Programa Bolsa-Família do governo federal (MDS, 2002) como indicador de situação de pobreza no domicílio, vislumbra-se o seguinte quadro:

Quadro 20 - Distribuição das famílias da AGAECO segundo renda mensal per capita (em reais):

Renda em reais percapita	de 0 até 100,00	de 100,00 até 200,00	de 200,00 até 300,00	de 300,00 até 400,00	Total de Declarantes
Nº de famílias	13	9	7	2	31
% de famílias	42	29	22,5	6,5	100

Fonte: Formulário de coleta de dados, 2004/2005

Segundo os dados apresentados cerca de 42% das famílias da AGAECO que declararam a sua renda monetária mensal contam com valores per capita inferiores à R\$ 100,00, ponto de corte já referido considerado como indicador de pobreza. No entanto 51% do grupo de declarantes apresenta uma renda que vai de R\$ 100,00 a 300,00 per capita. Somente duas famílias, ou seja 6,5% das famílias dispõem de uma renda monetária com valor a partir de R\$ 300,00 per capita.

Quadro 21 - Distribuição das famílias da AGAECO segundo renda anual declarada (em reais):

Renda em reais :	0 até 3000	3000 até 8000	8000 até 15000	15.000 até 27500	mais de 27500	Total de Declarantes
Nº de famílias	6	9	13	0	3	31
% de famílias	19,3	29	42	0	9,7	100

Fonte: Formulário de coleta de dados, 2004/2005

No quadro anterior apresentam-se os valores da renda anual obtida pelas famílias. Cerca de 19% do grupo encontra-se na faixa de 0 a 3000 mil reais/ano. No entanto a maior parte das famílias, cerca de 42% apresentou rendimentos anuais na faixa de 8.000 até 15000 mil reais.

A administração da renda disponível, sobretudo pelas famílias com menores rendimentos, obedece a uma lógica e a uma prioridade definida internamente. Como questão fundamental a alimentação da família constitui-se numa das prioridades.

Na seqüência apresenta-se o percentual da renda mensal gasta com a compra de alimentos pelas famílias da AGAECO:

Quadro 22 - Distribuição das famílias da AGAECO segundo percentual da renda mensal gasta com a compra de alimentos:

Faixa de percentual de renda:	Número de Famílias:	% de Famílias:
0 – 9	6	21,4
10 – 19	6	21,4
20 – 29	4	14,3
30 – 39	2	7,2
40 – 49	5	17,8
50 – 59	3	10,7
60 – 69	2	7,2
70 – 79	0	0
80 – 89	0	0
90 - 100	0	0
Total de declarantes:	28	100

Fonte: Formulário de coleta de dados, 2004/2005

As informações apresentadas apontam que 57% do grupo, que corresponde a 16 famílias das declarantes, utiliza uma faixa de renda que vai de 20% até 69% do total de rendimentos recebidos no mês para a compra mensal de alimentos. Para duas famílias declarantes a compra de alimentos chega a praticamente 70% da renda disponível.

É nesse contexto que a importância da renda não monetária, garantida pela produção de alimentos para o consumo assume uma importância essencial para a garantia da reprodução material, biológica e social das famílias da AGAECO.

As famílias da AGAECO dedicam-se à prática da agricultura ecológica visando a produção de alimentos para o consumo e a venda de excedentes. No entanto quando contabilizam-se os rendimentos obtidos pelas famílias da atividade agropecuária tem-se o seguinte quadro que revela a existência de famílias no grupo que ainda se dedicam à produção de cultivos convencionais:

Quadro 23 - Distribuição das famílias da AGAECO segundo percentual da fonte de rendimento proveniente da atividade agropecuária:

%	0 até 20		20 até 40		40 até 60		60 até 80		80 a 100		Total de declarantes	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Fonte de Rendimento:												
Agricultura Ecológica	4	11,1	7	22,2	3	8,4	1	2,8	21	55,5	36	100
Agricultura Convencional	1	8,4	2	16,6	1	8,4	6	50,0	5	16,6	15	100

Fonte: Formulário de coleta de dados, 2004/2005

Praticamente 100% das famílias da AGAECO que declararam sua renda, obtêm algum valor de rendimento proveniente da agricultura ecológica. Duas famílias no momento não dispõem de rendimento, uma encontra-se no processo de implantação da atividade produtiva e a outra em função de demandas familiares não encontra-se no momento produzindo e vendendo alimentos ecológicos, somente realiza a produção para o autoconsumo.

Cerca de 69% das famílias obtêm um rendimento na faixa de 40 até 100% da renda total da família proveniente da agricultura ecológica. Praticamente 55 % do grupo conta com um rendimento que corresponde de 80 a 100% do total de renda obtida na agricultura. No entanto 15 famílias do grupo que declarou seus rendimentos, ou seja 41,6% ainda depende da renda proveniente da agricultura convencional.

Determinados aspectos são determinantes da situação descrita, sendo necessário realizar um processo de resgate dos motivos que levaram essas famílias de agricultores a iniciarem o trabalho com a agricultura ecológica.

As razões, os motivos, encontram-se já mencionados no início do capítulo e conjugam pontos críticos que têm historicamente interferido na vida material e social do camponês da região, ameaçando a sustentabilidade do modelo de referência para as famílias, mas ao mesmo tempo gerando a busca de alternativas para a manutenção de um modo de vida.

4.3 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA O CONSUMO E SITUAÇÃO ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS ECOLOGISTAS

4.3.1 A produção para o consumo como reflexo da relação do ser humano com a natureza

Na composição dos sistemas agrícolas ao longo da história, os grupos humanos tiveram que conciliar suas necessidades nutricionais com as possibilidades e limitações do ambiente em que viviam. Para tanto lançaram mão inicialmente de recursos que podiam ser obtidos por caça e coleta.

Para Cândido (1977, p.176) o equilíbrio ecológico e social do homem em seu meio se estabelecia quando as condições primitivas do meio permitiam: terra virgem de fácil cultivo, abundância de caça, pesca e coleta, fraca densidade demográfica, limitando a concorrência vital. Quando apesar disto, um determinado meio se exauria, a situação se corrigia pela mobilidade, que permitia que fossem encontradas as condições desejadas anteriormente perdidas, garantindo-se desse modo o equilíbrio.

Segundo Khatounian (2001, p.251) onde e quando tais recursos se mostraram insuficientes, utilizava-se dos recursos edafoclimáticos e genéticos disponíveis na criação de sistemas agrícolas. O ponto de convergência era a obtenção de alimentos; a dieta era organizada de forma a conter um núcleo de alimentos que fornecessem energia, um adendo protéico e complementos de produtos frescos, para fornecimento de vitaminas e sais minerais.

Quando no entanto, as alterações do ambiente circundante não podem ser compensadas, surgem as condições de desequilíbrio e crise. As mudanças na estrutura econômica e social trouxeram repercussões para quem vive no campo. Na atualidade a mobilidade é limitada pelo sistema de propriedade e pela densidade demográfica. A dependência passa a ser crescente em relação ao mercado, conduzindo o agricultor a outras esferas de influência. Em lugar do meio contínuo e íntegro, base da subsistência, surgem meios desarticulados e em certa medida autônomos, definindo um dilaceramento na atividade do homem rústico, do camponês, concentrado agora na preservação do mínimo ecológico por meio da agricultura comercializada. (CÂNDIDO, 1977, p.76)

Esta pluralidade de meios significa a formação de um meio novo, amplo, caracterizado pela reintegração dos atuais. No entanto, desta vez a integração terá que dar-se em outra esfera, à vida da região e do Estado, extrapolando o nível da subsistência e em cujo âmbito se situam os novos focos de interesse.

É portanto nessa intensificação das relações econômicas e sociais pautadas na lógica capitalista, tanto no campo como na cidade, que vários fatores passam a interferir no equilíbrio dos sistemas alimentares tradicionais.

As famílias da AGAECO no período anterior ao ingresso na associação encontravam-se inseridas nesse tipo de situação. Mesmo as famílias com menor recurso e não integradas ao mercado, sofreram modificações no padrão de produção e consumo de alimentos.

A tradição da prática de autoconsumo sempre esteve muito presente na vida do camponês, praticamente direcionando a organização do sistema de produção doméstico, constituindo-se na atividade central da agricultura camponesa. É um aspecto que tem se mostrado tão essencial e tradicional que pôde ser verificado em vários dos depoimentos realizados com membros das famílias da AGAECO ao serem entrevistados:

“Quem tem 5 ou 6 alqueires para viver tem que saber com o que trabalhar... se trabalhar com milho e feijão, não consegue viver... As minhas filhas não souberam ter luxo pra viver...margarina, calçado, sandalhinha, pra ir pra escola, pra igreja... não tinham... não souberam o que era mordomia que tem hoje! (...)... sempre toda vida, por mais que não vendesse, a gente tinha pro gasto, por mais que não vendesse... Hoje trabalham, mas sempre estudaram... nunca reprovaram... sempre toda vida, plantava, por mais que não vendesse... tinha as coisa pro gasto... na horta, a[esposa] trabalhava... a gente plantava alface, rabanete, cenoura, beterraba, tudo tinha na horta...” (Sr.L)

O comentário do agricultor destaca a importância dada para a produção de alimentos para o consumo como questão central, garantida mesmo que a quantidade de terra seja considerada insuficiente para o atendimento de todas as necessidades materiais da família. Aponta também a satisfação dos pais em poder garantir uma alimentação diversificada e de qualidade, destacando a importância do consumo das hortaliças, relacionando inclusive o bom desempenho das filhas na escola ao padrão alimentar oferecido às crianças.

Os próximos dois relatos apontam o destaque dado pelas entrevistadas ao fato de poder plantar tudo o que era consumido pela família, garantindo a variedade de alimentos e dependendo muito pouco das compras no mercado. Uma das agricultoras ressalta que a valorização desta prática é uma tradição familiar, aprendida com a mãe e reproduzida por ela, que apesar de ter temporariamente buscado outra atividade profissional faz a opção pelo trabalho na agricultura:

“Sempre vivi ligada à agricultura, de todos os lados. Eu nunca desisti de ajudar em casa a minha mãe; tudo que a mãe plantava, eu aprendia... A mãe ajudava em casa e na roça; sempre gostou de plantar tudo o que consumia; a gente tinha quase tudo em casa, comprava muito pouco. Tinha uma horta bem variada...Isto vem de berço... Eu fui professora, mas depois voltei a trabalhar na roça...” (Sra. J.)

“A gente tinha tudo da horta, verdura sempre tinha... era o hábito da mãe... o porquinho, a banha tinha que ter... era o nosso costume...” (Sra.P.)

A próxima fala também aponta a valorização da produção para o consumo familiar em primeiro lugar; considerando a comercialização de excedentes em segundo plano. O agricultor destaca a figura do avô, considerado por ele uma pessoa “muito inteligente”, como o responsável pela gestão do sistema alimentar doméstico, destacando a variedade de produtos obtidos, apesar da família não “lidar com lavoura grande”:

“Meu avô procurava produzir todo tipo de coisa: horta, pomar, uma diversidade de produtos mas era primeiro para a família...! Nunca fazia lavoura grande, mas para a família sempre tinha... Era uma terra próxima daqui... Eu parava com ele...Ele era um homem muito inteligente, não tinha estudo... uma memória muito boa... Se ele fizesse uma leitura da Bíblia, não esquecia... eu admirava muito ele..!” (Sr.L)

No entanto muitas famílias da AGAECO mencionam a ocorrência de mudanças nesse sistema, uma vez que a necessidade da obtenção cada vez maior da renda monetária, passou a interferir nas atividades tradicionais conferindo-lhes um caráter cada vez mais economicista e se contrapondo à lógica camponesa. Segundo Khatounian (1994, p.34) com a modernização da agricultura e a necessidade de arcar com despesas monetárias para a compra de insumos, muitos agricultores foram obrigados a buscar a maximização da geração de renda na propriedade rural e por outro lado, a minimização dos custos monetários. Contudo, tais demandas dificilmente podem ser atendidas plenamente quando a área agrícola útil e a mão-de-obra são usualmente limitadas. Tal dilema em geral é resolvido mediante uma redução do consumo alimentar em termos de quantidade, qualidade e diversidade, trazendo consequências negativas para a saúde das famílias dos agricultores. (KHATOUNIAN, 1994, p.33)

Esse processo, somado à veiculação pelos meios de comunicação dos padrões de consumo das grandes cidades, tem resultado em mudanças do perfil alimentar no campo, sobretudo caracterizadas pela redução do autoconsumo e aumento da compra de alimentos industrializados, conforme apontam os trechos das entrevistas realizadas com os agricultores:

“A gente foi criado assim... a gente se criou gostando tanto de polenta...Hoje os meus filhos já não gostam tanto, não são muito chegados...mas eu insisto... Hoje eles já perderam o costume de comer as coisas que a gente gostava...Mas eu tento...!” (Sra.C).

“O feijão, o arroz, a carne e o leite e as verduras, né?!...As variedades de fazer saladas... A gente consumia porque nós fazia horta direto... A gente plantava um tipo de repolho..pra nós dava bem... mas a gente tinha de sobra, dava pra os vizinhos e a gente consumia e tudo...Alface dava bem... de uns anos pra cá é que dificultou...” (Sr.E) .

“Naquela época, a gente fazia assim, o comerciante te vendia durante o ano e quando você vendia a lavoura pagava... Você colhia e ia tudo pra ele... A gente

não sabia se era o que a gente gastava... Até que a gente resolveu parar com aquilo..”. (Sra.P.).

“Alguns plantam, mas a maioria compram... inclusive galinha congelada eles compram... Acho que uma boa parte dos agricultores daqui está abandonando o plantio dos seus alimentos..” (Sra. P).

Enfim, a constatação de mudanças no padrão alimentar das famílias no período anterior ao início do trabalho com a agricultura ecológica se sucede nos relatos de parte das famílias do estudo. Refletem acima de tudo a existência de um processo que introduz um novo tipo de relacionamento com o meio ambiente e de uma certa forma uma desvalorização de determinadas práticas tradicionais.

4.3.2 Retomando os caminhos da produção para o consumo

O acesso à agricultura ecológica viabilizou para as famílias da AGAECO a realização de um resgate de conhecimentos antigos relacionados à produção de alimentos, mas com uma ressignificação dos mesmos, em função do acesso a novas informações. Tal processo foi referido por diferentes entrevistados:

“A gente que trabalha desde pequeno, meio que vai aprendendo por si, mas na AGAECO a gente descobriu que tem uma razão de ser para as coisas que a gente fazia... especializou mais...” (Sra.J).

“Desde o começo... a gente não tem costume de queimar tudo que é palhada que a gente faz ou de deixar a terra muito nua, limpa... Agora com as práticas da AGAECO melhorou mais ainda...” (Sra.E).

“O alimento ecológico: é tudo na vida da pessoa, é como voltasse o tempo de antigamente, de nossos avós, numa época que não tinha veneno... resgatando o passado, pegando esse passado... É um remédio na vida da pessoa...!” (Sra.E).

A incorporação de novos referenciais vinculados também à ecologia, considerando a visão da propriedade rural não como um “mecanismo,” mas sim como um organismo mantido pelo funcionamento dinâmico dos sistemas da vida, confere novos paradigmas de orientação das práticas dos agricultores e agricultoras da AGAECO. Segundo Khatounian (2001, p.158), na perspectiva de uma agricultura mais sustentável, busca-se sempre aumentar a atuação autônoma da natureza e reduzir a necessidade de interferências do homem, porque estas sempre têm implicações de diferentes tipos.

Para o autor o desafio do agricultor consiste em reconhecer esses processos utilizando-os da melhor forma possível, seja por meio da mimetização da lógica da natureza no manejo das culturas e do solo, ou o contrário conforme a situação, deixando-os funcionar por si mesmos. A ação do homem no ecossistema agrícola e numa perspectiva ecológica será voltada a melhor forma de suprir a quantidade necessária de água, luz, temperatura, ar e de nutrientes

no ambiente em questão. Para isso é necessária uma estratégia que englobe o manejo do solo, das culturas e das criações, posto que esses componentes dos sistemas de produção interagem positivamente ou negativamente uns sobre os outros, conduzindo a ganhos ou perdas de fertilidade. Esta abordagem destaca a importância da gestão do organismo agrícola pelo camponês, que tem que decidir, em cada situação, quais as práticas mais convenientes à manutenção da fertilidade da sua área. A recuperação ou manutenção da fertilidade, por sua vez configura-se como o melhor indicador da gestão ecológica da propriedade rural, pois somente a presença da mesma é que garantirá a capacidade de produção dos alimentos para a família e a venda de excedentes, com a manutenção do meio ambiente e sem a dependência do uso de substâncias agroquímicas.

A seguir o comentário de uma entrevistada sobre a agricultura ecológica, aponta a relação existente entre os aspectos citados no parágrafo anterior:

“A gente pensa assim que se for para cuidar das coisas, não usar mais esses adubos químicos! Plantar.. vai fazer ela viver de novo [referindo-se a terra] Como ia ficar... né? Para os nossos netos, para as nossas filhas mesmo... Usar o esterco para a terra voltar a produzir..!” (Sr.E).

4.3.3 Os Sistemas Tradicionais de Produção de Alimentos: referenciais para o entendimento da lógica camponesa para o autoconsumo

As mudanças na forma de produzir repercutiram também nas práticas de consumo das famílias ecologistas.

No presente capítulo são apresentados as principais informações sobre as práticas que envolvem a produção de alimentos pelas famílias da AGAECO, a alimentação cotidiana da família e as estratégias para complementação da pauta alimentar inseridas no contexto da agricultura ecológica.

Segundo Khatounian (2001, p.252)

Há um consenso generalizado entre os nutricionistas de que a dieta próxima do ideal para as necessidades nutricionais dos seres humanos seria composta por cereais integrais ou tuberosas, alguma quantidade de leguminosas, quantidades sóbrias de produtos de origem animal e quantidades liberais de frutas e hortaliças. De fato, observando as dietas historicamente evoluídas em vários ambientes, observa-se uma tendência nesse sentido.

As diversas observações e registros sobre a alimentação das sociedades tradicionais, onde se pratica a produção de alimentos para o consumo, aponta para uma composição da pauta alimentar onde há em geral um produto amiláceo (arroz, mandioca, trigo, milho, etc),

acompanhado de um produto protéico (carne, peixe, queijo, ovos, feijão, etc) e de hortaliças ou frutas. Segundo o mesmo autor as formas como essas combinações aparecem são muito variadas: arroz com hortaliças e uma carne ou peixe; porco com batatas e chucrute; pão com queijo e hortaliças; tortilhas de milho com carne e hortaliças; feijão cozido com abóbora e quiabo e farinha; cozido de peixe com farinha; arroz com feijão, bife e salada.

Havendo dificuldades na obtenção de todos os alimentos necessários há uma tendência de garantir-se em primeira instância os alimentos considerados energéticos, em virtude de sua função basal e essencial para o funcionamento do organismo. Em seguida dá-se prioridade aos alimentos protéicos e por último às vitaminas e sais minerais, cujos alimentos fonte são as frutas, verduras e legumes. O estudo da nutrição humana aponta que todos os nutrientes são essenciais para que se garanta um estado nutricional adequado ao indivíduo e portanto sua saúde. No entanto, constatou-se mediante o estudo da fisiopatologia e da bioquímica animal que em situações de carência os processos orgânicos reorganizam-se em função da ameaça da fome ou da desnutrição e que a partir daí tal seqüência de importância relativa às diferentes categorias de nutrientes passa a ser considerada também pelo corpo humano (KRAUSE, MAHAN, 1985).

Segundo Khatounian (2001, p.252) nas sociedades agrícolas tradicionais a composição dos sistemas de produção para consumo doméstico em todo o mundo tem seguido a mesma lógica. A prioridade tem sido dada para a produção de um alimento basicamente de composição energética, um cereal ou uma raiz ou tubérculo. A referência do consumo do arroz pelos asiáticos, do milho pelos latino-americanos, do trigo e do centeio pelos europeus, ilustra essa questão. Na seqüência deve ser garantido o suprimento de algum tipo de leguminosa ou a manutenção de algum tipo de criação que forneça os alimentos protéicos necessários (carne, leite e derivados, ovos). Por último busca-se garantir a presença de vitaminas e sais minerais, plantando-se ou realizando a coleta de folhosas, legumes e verduras e de frutas.

A observação e o registro do que é cultivado e o que é consumido pelas famílias ecologistas da AGAECO apontou para esta mesma direção. Há de fato uma lógica que perpassa a organização do estabelecimento rural e que tem por principal objetivo o suprimento da alimentação da família em termos de quantidade e qualidade de acordo com o referencial de cada família. A racionalidade característica do agricultor camponês que considera a produção para autoconsumo primordial encontra-se presente.

4.3.4 A organização e a dinâmica dos estabelecimentos rurais como resultado da interação com o meio

Segundo Khatounian (2001, p.250) no Brasil desenvolveram-se vários tipos de sistemas alimentares em função da tradição cultural e recursos naturais regionalmente disponíveis. No Nordeste semi-árido estruturou-se o roçado cercado, combinado com a criação solta de animais. No roçado são produzidos primariamente os milhos, fonte energética da dieta. Como culturas complementares, incluem-se tuberosas e hortaliças e vários tipos de leguminosas. Dentre as tuberosas e hortaliças, destacam-se a mandioca, a batata-doce, as abóboras, o maxixe e o quiabo. Dentre as leguminosas no semi-árido, a principal espécie é o feijão-de-corda, mas também são freqüentes as favas, o mangalô, o amendoim e o guandu. Os animais mais importantes são os ruminantes: bovinos, caprinos e ovinos. Os principais produtos de origem animal da dieta são o leite e derivados. Nesse sistema, a manutenção da fertilidade dependia, sobretudo de não sobrecarregar a área de pasto. A pequena área de roçado podia ser transferida facilmente para outros lugares, num processo rotativo.

No Centro-sul do Brasil o sistema típico doméstico inclui o arroz e o milho como principais cereais associados ao feijão. Esse é o núcleo da dieta. Os produtos de origem animal provêm das criações de porcos e galinhas, em larga medida também baseadas no milho. É comum a existência de vacas. Contudo sua presença não é obrigatória e elas não tem nesses sistemas a importância que assumem no semi-árido Nordestino. As hortaliças são produzidas em hortas cercadas e/ou em meio dos roçados. Costuma haver algumas frutíferas no sistema, especialmente nas proximidades da casa, e pequenas áreas com mandioca, batata-doce, amendoim, pipoca, etc.

Tradicionalmente a recuperação da fertilidade desse sistema dependeu de pousio arbóreo. Seu empobrecimento se acelera à medida que se reduz o tempo de descanso da área a ser novamente cultivada. Na verdade, o aumento da participação de arroz nesse sistema é uma indicação de seu empobrecimento. O arroz exige muito mais mão-de-obra que o milho por unidade produzida, e o risco de perda da lavoura é maior, mas tolera solos mais fracos.

Todos os sistemas existentes no país e apresentados por Khatounian (2001, p.251) centram-se em cultivos e/ou criações de boa adaptação em suas respectivas regiões, de baixo risco, e que, naquelas condições, produzem o máximo de alimento por unidade de trabalho aplicado. Segundo, os animais são sempre aqueles cujas necessidades nutricionais podem ser atendidas com os recursos regionalmente disponíveis, tanto da propriedade como do ambiente

circundante. Terceiro, há uma relação entre a fertilidade do terreno e os recursos genéticos que podem ser explorados. Se a fertilidade melhora, surgem novas opções, ou, visto por outro lado, dispondo-se de recursos genéticos adequados ao sistema, sua fertilidade melhora.

Segundo o Khatounian (2001) a definição dos alimentos que comporão a dieta habitual de uma localidade não ocorre somente em função da palatabilidade dos mesmos. Os povos aprenderam histórica e culturalmente a apreciar aquelas plantas e animais em cuja produção havia maiores vantagens e menos riscos, em face de seu ambiente existente. Assim é fundamental que se entenda que a impossibilidade de reprodução da alimentação de referência ocorre quando há mudanças do ambiente onde a mesma foi desenvolvida. No entanto é possível utilizar criativamente recursos genéticos e elementos de manejo desenvolvidos em outras regiões, mas que possam contribuir para estratégias de produção familiar sustentável do ponto de vista nutricional, ecológico, econômico e cultural.

4.3.5 A composição do sistema alimentar doméstico das famílias da AGAECO

Segundo Khatounian (2001, p.259) do ponto de vista físico, a composição do sistema agroalimentar inclui áreas de lavoura, áreas de cultivo mais intensivo e áreas de instalações para as criações. Normalmente há áreas que podem ser aproveitadas para coleta de alimentos silvestres, mesmo nos sistemas bastante intensivos.

De acordo com o mesmo autor há uma diferença nítida no Brasil no que se refere às concepções quanto às áreas de produção vegetal. Na tradição européia, vinda da época do Império Romano, produziam-se os grãos no *ager*, de onde veio a agricultura. As ervas, frutas, hortaliças, flores, eram produzidas ao redor da casa, no *hortus* de onde veio horticultura. O *ager* era uma área de cultivo extensivo, enquanto o *hortus* era um espaço de cultivo intensivo. Desse horto evoluiu o nosso conceito atual de horta, uma área de produção exclusiva de plantas herbáceas tenras, com uso intensivo de trabalho, fertilização e irrigação.

Na tradição cultural ameríndia e africana, toda produção vegetal é realizada numa única parcela: a roça ou roçado. Aí são produzidos grãos, tuberosas, hortaliças, ervas medicinais e mesmo frutas de ciclo curto. É uma área de produção mais extensiva em termos de trabalho, mas intensiva em termos de interações bióticas. Para os agricultores da tradição ameríndia, a horta é um contra-senso, em função do maior volume de trabalho, e a roça exclusiva é vista como um desperdício de terra.

Na seqüência apresenta-se um quadro com dados referentes à ocupação da área das propriedades ecológicas das famílias da AGAECO, segundo as informações contidas nos

inventários da produção referente ao ano de 2004, apontando informações específicas para as principais culturas verificadas:

Quadro 24 - Ocupação da área dos estabelecimentos rurais das famílias da AGAECO para plantio de alimentos ecológicos

Produto	Soma da Área ocupada (há)	Área Média de produção (ha)		% da Área Total ocupada
			DP	
Milho	34,21	1,71	1,63	6,44
Feijão	11,98	0,63	1,10	2,44
Hortaliças	6,25	0,27	0,47	1,14
Frutas	4,31	0,26	0,38	0,87
Arroz	4,03	0,36	0,50	1,24
Mandioca	3,30	0,15	0,11	0,64
Batata-doce	1,88	0,09	0,11	0,36

Fonte: Inventário de Produção - 2004

Conforme pode ser visto no quadro, com a maior área ocupada em relação à área total das propriedades destaca-se a cultura do milho. Segundo KHATOUNIAN (2002, p.261), normalmente os agricultores familiares, necessitam de 1 a 2 hectares de milho para consumo interno da propriedade; no grupo estudado a área média de produção destinada à cultura referida foi de 1,71 ha. A utilização total desta área é garantida pelos plantios intercalados de outros alimentos, conforme referido pelas famílias; o feijão foi citado como a principal cultura consorciada. O milho garante o sombreamento para o feijão, evitando a evaporação excessiva de água, enquanto que o feijão promove a fixação de nitrogênio no solo, aumentando a fertilidade da área. O depoimento de um agricultor ecologista auxilia a entender os aspectos que precisam ser considerados na gestão do espaço da propriedade rural para que se garanta a reprodução da família:

“O feijão plantamos ano passado pro gasto... nesse ano compramos dos ecológicos e o arroz compramos no bar (não sei se é ecológico...) e não plantamos... A gente não vence o serviço com tudo, a cana exige muito... Não é fácil... Temos a lavoura, a horta, tem que trazer lenha... Somos só nós dois... E ela tem problema de saúde não dá pra abusar... Ano que vem acho que vamos plantar meia quarta, que dê 2 sacos de feijão (8 litros de semente deu 5 volume; pra todos os filhos que tão na cidade e para nós...)” Sr.L

Segundo o mesmo autor as áreas de arroz e de feijão em geral apresentam dimensões bem menores em relação à área de produção do milho; com 0,1 a 0,3 ha de lavoura, o

abastecimento de uma família de tamanho médio encontra-se suprido para o ano todo. Tal aspecto também verificou-se nas áreas de produção do grupo estudado. O feijão destacou-se como a segunda cultura com área média de produção, com 0,63 ha. Na seqüência o arroz ocupou o terceiro lugar com uma área média de 0,36 ha. O arroz é considerado um cereal cujo plantio demanda um maior esforço e um manejo adequado por parte do agricultor, demandando muito trabalho na capina e o risco de perda no caso de seca. Por isso, em função de seus preços relativamente baixos, muitas famílias reduzem a área de plantio ou fazem a opção por adquirí-lo nos mercados.

Dentro ainda do grupo de alimentos que se constituem em fonte de energia, as famílias agricultoras tendem pela opção pelo plantio de mandioca e/ou batata-doce, fato também observado entre os agricultores ecologistas que declararam o dado. No caso do grupo estudado verificou-se a presença da mandioca com uma área média de produção de 0,15 ha e de batata-doce, apresentando uma área média de 0,09 ha. Segundo Khatounian (2002, p.261) nas áreas onde a mandioca se constitui na base alimentar, valores de área ocupada para produção em torno de 0,5 ha suprem as necessidades da família ao longo do ano. No caso do grupo em estudo a mesma não caracteriza-se como a base alimentar, sendo no entanto uma cultura importante, que juntamente com outras similares complementarará ou se constituirá numa fonte alternativa de energia para a alimentação da família e dos animais.

Para a produção de hortaliças e culturas mais exigentes em trabalho, irrigação ou fertilização em geral utiliza-se uma área próxima da habitação e isolada dos animais. De acordo com o autor supracitado, uma área de 0,01ha ou 100m² é suficiente para prover o consumo médio de hortaliças de uma família. Em relação ao destino da área das propriedades dos agricultores ecológicos para a produção de hortaliças verificou-se uma média de 0,27 há. A área média apresenta-se bem maior que a referência para o consumo em função da produção de hortaliças estar também sendo voltada para a comercialização. A maior parte das famílias antes da entrada na AGAECO contava com uma pequena horta voltada somente para o consumo familiar; a partir da existência dos espaços de comercialização viabilizados pela associação praticamente todas as famílias passaram a ampliar sua área de produção de hortaliças. Sobre isso fala uma das agricultoras da AGAECO:

“O pessoal tinha costume de trabalhar só com lavoura... Não há o costume... Só que a horta exige mais dedicação, mais trabalho...” (Sra.J).

É importante ressaltar que em muitos dos estabelecimentos avaliados pelo estudo a horta não encontrava-se separada da área de lavoura, prática que apresenta maior consonância

com a tradição cultural ameríndia e africana conforme já dito, onde toda produção vegetal é realizada na roça ou roçado.

A delimitação de uma área para o plantio de árvores frutíferas também não se verifica na maior parte das propriedades em estudo. Em geral alguns pés de fruta são plantados próximos à casa da família e sobretudo à cozinha, não constituindo-se num pomar propriamente dito. A exceção existente refere-se às famílias de agricultores ecológicos do GAESI e do GAEVI, grupos da AGAECO que encontram-se na localidade do Ivaí, denominada Colônia Velha. Nessa localidade verificam-se as características de clima, solo e de vegetação próprias do Vale do Rio Ivaí, delineando um ambiente propício ao desenvolvimento de árvores frutíferas. A área média destinada às árvores frutíferas do grupo apresenta-se na casa de 0,26 há, mas nas propriedades das famílias pertencentes aos dois grupos o valor eleva-se para mais que o dobro, ou seja, 0,61 há. Tal situação é responsável também pelo valor de 0,87%, que se refere ao percentual da área total das propriedades ocupada com a produção de frutíferas, superior à 0,64 % referente ao plantio de mandioca e 0,36% do plantio de batata-doce. Vale também destacar que uma propriedade do grupo GAETP está dedicando-se à expansão de seu parreiral e produção de vinho ecológico, ocupando em torno de 0,5ha.

Há ainda que se fazer uma análise da área existente em algumas propriedades que é ainda destinada ao plantio de certas culturas de forma convencional, ou seja, com uso de adubos químicos e agrotóxicos. No quadro que segue podem ser observados os tipos de culturas e a área média de produção:

Quadro 25 - Ocupação da área dos estabelecimentos rurais das famílias da AGAECO para plantio de alimentos convencionais

Alimento Convencional:	Soma da Área Ocupada (há)	Área média de produção		% da Área Total ocupada
		(há)	DP	
Feijão	16,10	5,36	6,20	28,83
Arroz	1,44	0,72	0,68	3,80
Milho	13,4	2,23	0,97	6,23
Soja	43,2	7,2	2,40	12,13

Fonte: Inventário de Produção - 2004

É interessante observar que o cultivo dessas áreas é em geral destinado ao comércio ou à alimentação animal, sobretudo no caso da soja, cultivo com a maior área média de produção.

O cultivo de soja convencional apresenta uma área média de 7,2 há e um percentual de área média ocupada em torno de 12,13 %, somente inferior ao do feijão. Chama também a atenção o caso da área convencional de feijão, onde a soma da área destinada à produção de somente 3 propriedades chega a 16,10 ha. Esse valor excede com distância o resultado da soma de área destinada ao feijão ecológico, que é de 11,98 ha. A área média de produção do feijão ecológico é de 0,63 ha, enquanto que o tamanho médio da área destinada à produção do feijão convencional é de 5,36 ha.

Tal diferença ilustra a situação crítica existente no meio rural de Turvo e na região e também entre a grande maioria dos agricultores ecologistas: a pouca área disponível nas propriedades para a produção. As famílias da AGAECO que ainda dedicam-se ao plantio de forma convencional, sobretudo de soja, pertencem ao grupo do GAESSA, da localidade de Saudade Santa Anita e são as famílias que possuem as maiores extensões de terra para cultivo dentro da associação. Mesmo para esse grupo que teoricamente deveria apresentar maiores condições de sustentabilidade, a entrada na AGAECO foi motivada pela busca de alternativas que garantissem às propriedades formas de reprodução social, econômica e biológica que não estavam sendo garantidas pela forma de produção convencional. Na sequência um comentário de um agricultor do GAESSA sobre a situação vivida:

“(...) a questão da terra ... o que nós planta é pouco! O que a gente tem é mais mato...cultivamos só 8 alqueire...é pequena a área... A gente não tinha apoio de entidade nenhuma...sem incentivo nenhum... estava desacomodado... Um dia nós estava falando com os meninos que tinha que ter uma saída...Que tal vive desse tipo?! A gente parava a semana inteira fora, de baixo de lona, longe da família...” (Sr.L).

No entanto, apesar de terem optado pela conversão para a agricultura ecológica, algumas das famílias ainda necessitam realizar o pagamento de dívidas adquiridas de financiamentos da produção convencional. Em outros estabelecimentos da mesma localidade e do GAESSA, jovens que são membros da AGAECO realizam grande parte do trabalho agrícola, mas ainda mantêm a produção convencional, em função de que a posse da terra é dos pais, que não participam da AGAECO e ainda trabalham com a agricultura convencional:

“A terra que eu uso não é minha. É do meu pai e vai passar para os filhos... Uso um alqueire e meio para a Agricultura Ecológica...Meu mesmo é 28 litros, onde eu tenho uma parte de cultura... o mais é do pai e do sogro...Meu pai está aposentado...” (Sr.L).

A organização do espaço dos estabelecimentos da agricultura familiar camponesa e ecológicos se baseia no destino de áreas necessárias à produção de alimentos de origem vegetal

e animal, co-existindo de uma maneira integrada. A produção de criações para consumo doméstico é considerada bastante simples, no entanto o aumento do número de animais visando o incremento da produção e a venda de excedentes gera algumas demandas, no sentido de que a alimentação suficiente seja garantida dentro da propriedade rural, sem a dependência de insumos externos.

Nos estabelecimentos do estudo foram observados vários sistemas envolvendo a criação animal; destaca-se entre eles o sistema “Faxinal” ainda presente em algumas comunidades, sobretudo no Faxinal Saudade Santa Anita, onde vivem os agricultores ecologistas do GAESSA. O sistema, mantido também pelos agricultores ecológicos, procura conservar as áreas de produção de alimentos cercadas, viabilizando o uso de terras comuns e das matas. Assim é garantida a alimentação dos animais de todos os vizinhos que participam do sistema, desde que a manutenção das suas cercas seja realizada, para que nenhum animal dê prejuízo a um vizinho.

Nas situações em que não há possibilidade do agricultor contar com um Faxinal e havendo interesse ou necessidade de produção de bovinos para fornecimento de esterco para adubação dos terrenos da propriedade ou produção de leite, há necessidade da formação de pasto. Segundo Khatounian (2001, p.262) ao “contrário dos porcos e galinhas, a manutenção de bovinos no sistema normalmente exige a destinação de uma área específica para pasto. Por isso as vacas tendem a ser excluídas quando há restrição de área.” De fato, as três famílias do grupo estudado que não contam com a produção de alimentos provenientes da criação de bovinos, apresentam uma disponibilidade de terra bastante restrita. No entanto contam com a criação de frangos e galinhas, em função da sua viabilidade em áreas menores.

No grupo estudado, em muitas das propriedades os agricultores ecologistas acabam por desenvolver sistemas que contam com o pasto natural, normalmente com uma composição nutricional deficiente em relação às necessidades dos bovinos para produção de leite. Esses pastos em geral são próximos às áreas de mata ou fazem parte delas. Algumas famílias interessadas no aumento da produção de leite para comercialização pela AGAECO encontram-se num processo de formação de um pasto perene de boa qualidade; enquanto não finalizam o processo, realizam o plantio de pasto de inverno (aveia, ervilhaca, etc), para atendimento das demandas alimentares imediatas do rebanho, no período em que em geral há escassez de fontes naturais de alimentação.

Na seqüência o relato de um agricultor ecologista que expõe os aspectos por ele considerados para viabilizar seu sistema de produção de alimentos ressaltando a intenção em trabalhar com bovinos e com leite:

“Eu tenho 6,5 alqueire, mas se for pra lidar com o leite, com gado..tem que fazer a diversificação, o pasto, ou adubação pra lavoura. Pra fazer a lavoura por exemplo tem que arrendar fora, do vizinho... Porque comprar não tem como... Porque no leite pra você produzir pouco ele dá o mesmo trabalho que produzir muito; tem que ter no mínimo um número de vacas, que parem de criar e outras aumentem, tinha que ter no mínimo de 10 a 15 vacas e aí... elas comem..!E aí tem que ter pasto! Estamos com leite, estamos com 6 dando leite, mas em julho vamos ter 8 vacas pra tirar...Precisa chegar a 15... Estou querendo diminuir o custeio, não pegar o custeio... porque se pega o custeio você tem compromisso com a CRESOL [referindo-se à cooperativa de microcrédito], aí dificulta para as vacas... Fazer um cantinho pra silagem, plantar um feijão e um arroz e o resto faz tudo pras vacas; e faz tudo pasto... A ecologia não pode trabalhar com veneno... A lavoura fica pra consumo, pra silagem e a gente cuidaria mais da horta...aumentaria o serviço na horta, com o compromisso da feira, da CONAB e do Recanto. Você tem que fazer um retorno ali..! Porque se você fizer muita lavoura, leite e horta, você sozinho não vence..” (Sr.E)

O agricultor demonstra a lógica utilizada enquanto gestor do seu estabelecimento rural para o seu planejamento, buscando equilibrar a produção ecológica para o consumo, para a criação e para a venda num espaço reduzido e contando com a pouca mão-de-obra familiar disponível.

Na seqüência outros agricultores apontam suas estratégias para garantir uma produção integrada e a alimentação dos animais:

“O pasto que eu plantei é o “mauricio”, é de inverno e verão; na lavoura faz aveia,azevém, milheto...também vou plantar atrás da horta, vou fazer uns piquetes com cana de açúcar e capim elefante pra fazer silagem..” (Sr.E).

“Eu tenho pasto, tenho um tanto.... No verão tem o pasto normal e no inverno eu semeio aveia e azevém...Daí dá bem, eu tenho o suficiente... Eu vendo o leite pra feira e uso para a família...Daí dá para manter as vacas de leite..”(Sr.L).

“Mas agora que é que a gente está começando com o leite... porque o meu gado era de corte, meus bozinhos eram de raça, as vacas davam bem leite, mas davam leite e depois de um mês cortavam o leite... A jérsei, tem duas novilhas, vão criar agora... de julho em diante vai melhorar...” (Sr.J).

“A minha terra não é muito porque é acidentada... se fosse plano daria... 5 alqueires dariam... para trabalhar com o leite...para durante a semana fazer o queijo, o requeijão e no final de semana vai o leite para feira... ()... O espaço para plantar o milho... é difícil porque a gente depende do plantio de adubo verde, de aveia e ervilhaca, que é um baita de um adubo, para adubar o milho para o ano que vem...” (Sr.J).

Em geral, parte dos agricultores ecologistas que dispõem de terra está se organizando para realizar a produção de leite para o consumo e para venda nos espaços de comercialização da AGAECO. A decisão justifica-se em virtude da obtenção do esterco e de seu uso como

adubo na propriedade e também em função do melhor preço que é obtido da venda de produtos de origem animal, como o leite, conforme aponta o agricultor entrevistado:

“A gente tem que trabalhar porque a gente tem que pensar na saúde da gente, dos outros...mas não que dê dinheiro.... Se tiver leite, requeijão, ainda vai, mas só verdura.... é difícil!Não é que nem os que plantam soja... Não combina com o nosso trabalho, que pensa na saúde, mas não dá dinheiro.... Nós não podemos passa veneno contra o bichinho, mas aí o bichinho vem tudo no nosso... eu tenho duas divisas e tenho dois terrenos vizinhos com soja... (Sr.J)”.

“A qualidade da terra, principalmente da horta não está boa... Porque a gente estava lutando para melhorar o terreno, mas usamos os tocos de pinus e isso não é bom, enfraquece, resseca a terra... Agora estamos apenas só botando estrume, de carneiro, de gado, palha de feijão...sempre deixamos crescer o mato...sempre tem ervilhaca... Pro pasto nós estamos muito atrasados, para começar o pasto...mas não tem jeito... vai pra cá, vai pra lá... comecei agora a colher o milho... e não chove, para eu poder plantar o pasto... estou lidando com o capim elefante, e aquela grama missioneira, se deixa assim e dá para cortar... diz que é muito bom!... Até o mato, uns pedaços de brizantão eu tenho.... Silagem eu não tenho, porque minha terra é muito pouco... deu vontade de parar de plantar milho... Só plantar o feijão, o arroz, o pasto e comprar o milho...(Sr.J.P)”.

No entanto mesmo os valores obtidos pela venda de leite e derivados, mais elevados em relação aos obtidos da venda dos produtos de origem vegetal, ainda são considerados baixos em função das muitas demandas existentes. Na avaliação de alguns a melhor opção em relação ao produto final proveniente da criação de bovinos na propriedade rural é o gado de corte e não o leiteiro. No entanto a agricultora entrevistada que aponta essa opção, tem essa possibilidade em função de possuir áreas maiores conforme ela mesma avalia:

“Nós temos 19 alqueires... Dá bastante trabalho... Estamos formando pasto... Gado de corte é uma coisa que dá retorno...não leite...o gado não dá tanto serviço, e a recompensa chega logo; o gado que tem é a cerca..” (Sr.J).

No quadro a seguir é apresentada a área média de pasto existente nas propriedades ecológicas que disponibilizaram o dado, apresentando um valor de 12,18 ha. Comparando-se o dado com as tabelas anteriores é possível perceber como os valores de área destinada à pastagem necessitam ser muito maiores para garantirem a nutrição adequada dos animais que as áreas destinadas à produção de leguminosas, cereais e hortaliças. A produção de alimentos de origem animal, sobretudo aqueles que provêm dos bovinos, demandam a utilização de extensões maiores de área.

Quadro 26 - Ocupação da área dos estabelecimentos rurais das famílias da AGAECO para plantio de pasto

Área:	Soma da Área ocupada (há)	Área média de pasto/mata (ha)		% da Área Total ocupada
		DP		
Pasto/Mata	243,64	12,18	18,48	44,52

Fonte: Inventário de Produção - 2004

Finalmente, na seqüência o quadro apresentará a distribuição da área das propriedades das famílias da AGAECO em relação às principais atividades que envolvem a produção de alimentos:

Quadro 27 - Distribuição das famílias da AGAECO segundo % de área destinada à produção de alimentos:

Percentual de área destinada:	Agricul. Ecológ.	%	Agricultura Convencional	%	Mata/Pasto.	%
0 até 10	6	15,7	1	4,7	1	3,0
10 até 20	7	18,5	5	23,8	2	6,0
20 até 30	4	10,5	4	19,0	6	18,2
30 até 40 %	4	10,5	4	19,0	1	3,0
40 até 50 %	7	18,5	2	9,6	0	0
50 até 60 %	7	18,5	2	9,6	10	30,4
60 até 70 %	0	0	2	9,6	4	12,2
70 até 80 %	1	2,6	1	4,7	1	3,0
80 até 90 %	0	0	0	0	7	21,2
90 a 100 %	2	5,2	0	0	1	3,0
Total de Declarantes	38	100	21	100	33	100

Fonte: Formulário de coleta de dados – 2004/2005

As informações que constam no quadro foram ordenadas em três categorias: percentuais de área destinadas à agricultura ecológica, à agricultura convencional e ao pasto/mata pelas famílias da AGAECO.

Cerca de 17 famílias, quase 50% do grupo de famílias da AGAECO dedicam de 40 até 100% de suas áreas à agricultura ecológica, no entanto somente duas famílias encontram-se na

faixa de percentuais que correspondem de 90 a 100% da área. A metade das famílias do grupo que apresenta áreas com agricultura convencional ocupa no máximo 30% da sua área com esse tipo de prática.

Aproximadamente 70% do grupo das famílias que apresentam extensões com mata e pasto em seus estabelecimentos rurais ocupa áreas que correspondem de 50 até 100% da área total de suas propriedades. Tal situação não é uma constante no município; muitos dos antigos faxinais “caíram”, deixaram de existir com a venda dos terrenos e o corte da madeira. A fala de uma agricultora ilustra o acontecido, apontando a situação atual no antigo Faxinal dos Rodrigues, chamado antigamente de o Grande Faxinal:

“Aqui era o antigo Faxinal dos Rodrigues...Sobrou pinheiro,erva-mate, guaviroveira... imbuia tem, mas muito pouco.....” (Sra.I).

“È Faxinal onde a gente vive... Tudo aqui era Faxinal,onde nós moramos do Buriti até a Saudade... mas hoje só sobrou poucos pedaços...” (Sr.L.)

No entanto, conforme pode ser constatado 9 % do grupo apresentou percentuais inferiores a 20% da área total ocupada com mata, limite mínimo estipulado pela lei. Do grupo são as famílias que possuem uma menor quantidade de terra em relação à maioria, apresentando dificuldades para garantir a manutenção da área em função das demandas de produção.

A preservação da mata propicia a manutenção de áreas com intensa biodiversidade dentro das propriedades, favorecendo o crescimento espontâneo de muitas plantas e árvores que podem inclusive ser utilizadas na alimentação da família mediante simples coleta. Khatounian cita como exemplos a serralha, o dente-de-leão, o mastruço, as pimentas, o caruru, vários almeirões, etc. Na região e nas propriedades dos agricultores ecologistas foram observadas espécies vegetais já citadas e arvoredos que fornecem alimentos silvestres que são utilizados pelas famílias em sua alimentação e na alimentação de seus animais, podendo ser citado como um exemplo a guabirova, obtida nos bosques e florestas da região.

A presença de pássaros, de insetos e de outros animais passa a ser garantida e visualizada nessas áreas conforme os relatos:

“Eu percebi a diferença... Tem bicho lá, aquele que judia da gente tem...o gato do mato, mas os outros como o veado,que tinha que zelar, já não tem muitos e ainda matam...Conheço um vizinho que ainda vai atrás, regaceando...mas não dá para entregar...Tem jacu, tudo mais mansinho, mas fica mais fácil pra matar...Por isso não tem muito...O passarinho dá prejuízo hoje... até na horta mesmo... volta e meio tão incomodando...e a gente tem que deixar eles, porque eles não tem o que comer...antigamente tinha mais hoje não tem... O homem não precisava destruir tudo..!!” (Sr.L).

“Os bichinhos do mato aumentou bastante... Não é seguido... vem aquele bando de garças branca.... tem um outro, corvo do mato, preto, que vem 6 horas da manhã e da tarde e faz um grito tão bonito... Tem bastante!! Curucaca... Imbu a

gente vê em seguida por aí...Pra nós aqui eu acho que melhorou, uns tempos atrás estava bem difícil de ver por aqui...Vê passarinho por aí.. Veado em seguida tem gente vendo pela estrada...graxaim..."(Sra.E).

No entanto a preservação da mata sempre consiste num esforço, quando a extensão de terra disponível para a produção não é suficiente. Os comentários reproduzidos na seqüência assinalam a visão dos agricultores ecologistas sobre a questão:

"Talvez se a gente não tivesse o grupo, essa consciência que nós temos hoje... A gente não vai fazer isso..! A gente talvez precisasse abrir mais área... mas por enquanto não.." (Sr.L).

"Na mata não estamos precisando mexer, estamos mantendo... estamos conseguindo manter..." (Sr.L).

"Só rarear a mata pra vir mais pasto...se começar a tirar diminui a água... porque se tira, diminui a água....aí tem mais vento, tempestade... ou tem que plantar mais mata.."(Sra.I).

Pode ser utilizado o comentário do agricultor ecologista na seqüência para ilustrar os múltiplos aspectos que são considerados pelos agricultores no seu cotidiano para garantia da subsistência e o conflito de muitos desses aspectos com questões legais determinadas com base em referências que muitas vezes não consideram a situação de vida de quem vive no meio rural:

"O meu terreno é dobrado... E agora me vieram dizer que uns homens que são do governo, vieram marcar e vão delimitar o meu terreno... Eu sempre respeitei as sanguinha na beira do rio...os outros tem tudo limpo perto do rio... e eu tenho um bracingal, que eu deixei pra lenha e eles disseram que eu não vou poder usar... mas imagine, eu morar no interior e ter que usar gás?! Tem um sujeito que tá de olho nas minhas terras, eu não sei se não está mal intencionado e querendo me tirar.." (Sr.L)

4.3.6 A produção de alimentos pelas famílias da AGAECO

A produção de alimentos pelas famílias da AGAECO segue a lógica que em geral norteia as decisões dos agricultores familiares camponeses, ou seja, uma racionalidade que conjuga os recursos existentes e potenciais considerando sobretudo a extensão de terra disponível, o número de pessoas da família que constituem força de trabalho e "o número de bocas a serem alimentadas" (MENDRAS, 1978). Todos esses aspectos têm sua influência, bem como a incorporação de novos elementos trazidos pela prática da agricultura ecológica e as demandas de comercialização da AGAECO.

De acordo com o dados registrados pelas famílias da AGAECO que responderam os inventários sobre a produção do ano de 2004, a produção das seguintes culturas está sendo considerada prioritárias para as famílias declarantes:

Quadro 28 - Produção e destino dos alimentos ecológicos obtidos pelas famílias da AGAECO no ano de 2004:

Produto	Produção	Consumo	%	Criação	%	Armazenagem	%	Venda	%	Total %
Milho	42700	25110	58,8	17300	40,5	100	0,2	190	0,45	100
Mandioca	17760	5155	29,0	2865	16,1	2805	15,7	6935	39,2	100
Frutas	11820	2940	24,5	30	1,0	0	0	8850	74,5	100
Abóbora	11430	1462	12,7	8010	70,0	50	0,6	1908	16,7	100
Feijão	6415	2130	33,2	0	0	475	7,4	3810	59,4	100
Hortaliças	6366	1705	26,7	660	10,4	0	0	4001	62,9	100
Batata-doce	5200	2475	48,1	20	0,2	190	3,5	2515	48,2	100
Arroz	4230	2930	69,2	0	0	270	6,3	1030	24,5	100
Amendoim	1625	635	39,3	0	0	23	1,8	967	58,9	100
Batata salsa	720	115	16,0	0	0	0	0	605	84,0	100

Fonte: Inventário de Produção – 2004 *Foram consideradas nesta análise somente a produção das famílias que responderam o Inventário de Produção (23 famílias – 60% do grupo)

Quadro 29 – Distribuição de famílias* da AGAECO com produção de alimentos ecológicos

Alimento	No. de famílias com produção ecológica	%
Hortaliças	23	100
Mandioca	22	95
Milho	21	91
Bat. doce	20	87
Feijão	19	83
Frutas	18	78
Abóbora	17	74
Amendoim	16	70
Arroz	11	48
Bat. salsa	05	22

Fonte: Inventário de Produção – 2004

*Foram consideradas nesta análise somente as famílias que responderam o Inventário de Produção (23 famílias – 60% do grupo).

A partir do estudo dos dados apresentados no quadro e dos referenciais teóricos consultados será realizada uma análise da produção de alimentos considerando a função que os mesmos desempenham no sistema alimentar das famílias de agricultores ecológicos da AGAECO. Para tanto foi utilizada a classificação sugerida por Khatounian (2001, p.262) bem como as considerações teóricas do autor para discussão do quadro verificado: culturas energéticas, culturas protéicas, hortaliças, frutas e criações domésticas.

Culturas energéticas:

As culturas energéticas que predominam nos sistemas agroalimentares brasileiros são o milho, o arroz e a mandioca. Cereais como o centeio, o trigo, a cevada e o sorgo foram introduzidos posteriormente, sobretudo com a vinda dos imigrantes europeus para o sul e sudeste do país. O trigo, de difícil adaptação ao clima brasileiro, foi introduzido de forma massiva no país na década de 1960, a partir de políticas internacionais de ajuda alimentar (BLEIL, 1998). Apesar do Brasil ainda não ter alcançado a auto-suficiência na sua produção necessitando fazer importações quando necessário, atualmente ocupa um importante lugar na alimentação das famílias brasileiras, sob a forma de produtos alimentícios preparados com a sua farinha.

Segundo Cândido (1977, p.49), o plantio de alimentos nos caminhos do sertão foi um recurso utilizado pelas autoridades brasileiras no período de início do tropeirismo, para garantir aos viajantes a alimentação necessária, ou seja o “mínimo vital”. Ao ordenar o plantio de milho, feijão e mandioca nas beiras das estradas, os administradores públicos da época estabeleceram uma medida oportuna e de grande alcance. Dessa forma, segundo as palavras do autor “a autoridade como que definia a própria dieta mínima do caipira, fundando-se exclusivamente em produtos autóctones e que não apenas eram básicos, como ainda os de cultivo mais fácil e de raízes mais fundas no passado ameríndio”.

Segundo Khatounian (2001, p.262) o zoneamento das culturas energéticas no Brasil obedeceu inicialmente ao critério climático. Nas áreas com período chuvoso e quente com mais de seis meses, a mandioca se estabeleceu como cultura principal. Por unidade de trabalho é a cultura que mais energia alimentar produz dentre as três. Nas regiões em que o período quente e úmido não era longo o bastante para produções abundantes de mandioca estabeleceu-se o milho. O arroz embora presente desde o início da colonização, apenas irá assumir sua importância na alimentação do brasileiro a partir do início do século XX. Em termos absolutos

produz menos energia alimentar que o milho e menos ainda em termos de rendimento do trabalho, podendo, no entanto ser cultivado em solos empobrecidos, onde o milho nada produziria. Dessa forma, segundo o autor, o crescimento do cultivo do arroz encontra-se ligado à degradação da fertilidade dos solos ao longo dos tempos.

Dentre as culturas energéticas produzidas pelas famílias da AGAECO constata-se pelos dados expostos no quadro anterior, que os maiores volumes de produção foram do milho. Cerca de 58,8% da quantidade produzida pelas famílias que declararam o dado foi destinada ao consumo doméstico, na forma de derivados. É necessário esclarecer no entanto que muitos agricultores informaram que registraram nesse tópico em conjunto com o consumo doméstico a quantidade de milho destinada à criação, que extrapola em muitas vezes o consumo familiar. Um valor de 0,2% fica em armazenamento para consumo durante o ano e 40,5 % da produção é destinada à alimentação animal. Tal aspecto pode ser justificado em função de que, segundo Khatounian (2001, p.263), o milho é o tipo de cultivo energético de produção mais fácil e de utilização prática, o que resulta em melhor desempenho na alimentação animal. Aproximadamente 91% das famílias do grupo dedica-se ao cultivo do milho.

Na seqüência das culturas energéticas mais produzidas, encontra-se a mandioca. De acordo com o autor, dentre o referido grupo é a cultura que mais resiste na produção para consumo doméstico. Este fato se deve a “sua pequena exigência em trabalho e ao fato de produzir bem mesmo em solos muito empobrecidos, considerados ácidos”. Nas regiões onde se constitui no principal alimento da dieta passa a ser consumida sob a forma processada, como farinha, processamento que se constitui também numa forma de armazenamento seguro. A mandioca apresenta-se sob a forma de diferentes variedades, como bravas ou amargas e mansas ou doces. A classificação se dá em função da quantidade de ácido cianídrico que liberam durante seu processamento, substância tóxica para o homem e para os animais. As variedades mais amargas com maior concentração de ácido são em geral transformadas em farinha ou goma. As variedades doces (aipim e macaxeira) são mais comuns na produção para consumo doméstico onde a mandioca é cultura complementar.

Dentre as famílias da AGAECO que informaram o dado, 95% mantêm o plantio de mandioca em seu estabelecimento rural.

Cerca de 29% da mandioca produzida pelo grupo é consumida pelas famílias e o maior percentual da produção, que corresponde a 39,20%, é comercializado nos espaços vinculados a AGAECO. Um valor próximo a 15,7% é destinado ao armazenamento e 16,1% é repassado à criação. Segundo Khatounian (2001, p.264) “o risco de perda de lavouras de mandioca é muito

mais baixo que para o milho, de modo que é comum manter-se uma área de mandioca mansa como reserva para alimento das criações”. No entanto, o autor ressalta que o desempenho de animais alimentados apenas com mandioca é precário em função dos baixos teores de proteína apresentados pelo tubérculo, que apresenta um caráter exclusivamente amiláceo.

Em relação ao consumo humano, a mandioca mansa é um alimento pronto para consumo quando comparada ao milho e ao arroz. O milho seco necessita ser transformado em fubá ou em farinha para ser consumido e o arroz necessita ser descascado em pilão ou máquina. Tais aspectos explicam os valores consideráveis da produção das famílias da AGAECO sendo destinada ao consumo da família.

Na terceira colocação dentre as culturas energéticas aparece a batata-doce seguida pelo arroz. A batata-doce apresenta-se com uma função similar à da mandioca em relação ao fornecimento de energia na alimentação das famílias. Khatounian (1994, p.94) ressalta que o cultivo da mesma é disseminado em todo o Brasil e o fato se deve, além de seu bom valor nutricional, à capacidade de produção em solos fracos, à relativa inexistência de pragas ou doenças limitantes e a baixa exigência de trabalho, sendo uma planta obrigatória nas pequenas e médias explorações agrícolas. A quantidade de batata doce produzida pelas famílias da AGAECO que repassaram essa informação foi superior à produção de arroz. Cerca de 48,1 % do obtido com a produção foi consumido, 0,2% foi destinado à alimentação animal, 3,5% foi armazenado e 48,2% do valor total foi comercializado. Do total de famílias declarantes, 87% produz em seu terreno esse tubérculo.

Segundo dados apresentados no quadro, somente 48% das famílias da AGAECO produziram arroz no ano de 2004.

A produção de arroz sequeiro pelos agricultores da AGAECO que declararam a informação é pequena em relação aos outros tipos de cultivo. O número reduzido de famílias da AGAECO que produzem arroz, explica-se por uma série de aspectos. Para Khatounian (2001, p.264) são dois os pontos problemáticos que atualmente envolvem essa cultura: o risco de perda por seca e a pouca competitividade com plantas invasoras.

Em geral procura-se reduzir o risco de perda por seca localizando a lavoura em baixadas. A região centro do Paraná, foi atingida pela seca nos dois últimos anos; os agricultores de Turvo, e também os ecológicos foram prejudicados, perdendo grande parte da produção. O relato de um agricultor ecologista ilustra o fato:

“O arroz eu sempre tinha...que quase encontrava com o outro, eu é que sempre tinha pra Agaeco... no ano passado com a seca me estrepei e tenho que compra

hoje um que eu acredito que ecológico não é... O de hoje não vai dá por causa da seca, não vai dar pro gasto.. eu tinha plantado um alqueire... Vai dar menos da metade que era para dar..." (Sr.J)

O segundo fator encontra-se relacionado à fraca competitividade com plantas invasoras traduz-se numa elevada demanda de mão-de-obra para capina e o aspecto da pouca disponibilidade de mão-de-obra de boa parte das famílias da AGAECO para todas as atividades que necessitam ser realizadas por elas, faz com que haja critérios para definir o que será priorizado.

Outros pontos ainda citados pelo autor e que também foram observados pelo estudo ajudam a explicar a opção. Após a sua colheita e secagem o arroz com casca é pouco atacado por insetos, mas apreciado por roedores, sendo armazenado em grandes caixas de madeira, que excluem esses animais. No entanto, para poder ser consumido, o cereal deve ser descascado, o que se constitui em mais um complicador, uma vez que o método tradicional de descascar em pilão encontra-se em desuso. Há então a demanda do mesmo ser levado a uma máquina existente na região para ser descascado, sendo cobrado determinado valor pelo serviço. Assim, dependendo do preço do arroz, que tem sido considerado baixo, muitos agricultores preferem comprá-lo nos mercados em função dos pontos levantados.

Apesar dos valores não elevados de produção de arroz, 24,5% do produzido foi destinado à venda nos espaços de comercialização da AGAECO, cerca de 69,2% do produto foi utilizado para o consumo doméstico e 6,3% foi mantido na armazenagem.

Culturas Protéicas

As principais culturas protéicas utilizadas na produção para autoconsumo no Brasil são as leguminosas. Dois motivos são apontados por Khatounian (1994, p.121) para explicar a sólida incorporação desse grupo de plantas à vida cotidiana de tantos povos: seu alto valor protéico e a fixação de nitrogênio atmosférico.

O valor protéico das leguminosas contribui para uma melhoria da qualidade nutricional da dieta alimentar. O teor de proteínas da maioria das leguminosas encontra-se entre 20 e 25%, enquanto que o dos cereais apresenta valores próximos aos 10%. A composição química das proteínas da maioria das leguminosas é complementar à das proteínas dos cereais. Dessa forma, a mistura de cereais com leguminosas, tendo-se como exemplo o feijão com o arroz, apresenta uma qualidade biológica superior quando comparada a dos elementos separadamente.

Segundo o mesmo autor a capacidade de fixar nitrogênio atmosférico através da associação com bactérias nas raízes permite às leguminosas se desenvolverem em terrenos impróprios para outras culturas. Assim, após a colheita da leguminosa, o terreno fica enriquecido pelo nitrogênio residual, que beneficiará a cultura seguinte.

Nos estabelecimentos rurais com poucos recursos financeiros e com recursos naturais de baixa qualidade, onde se encontra a população rural mais pobre, a única leguminosa de expressão é o feijão. Posto que o feijão é pouco eficiente na fixação, sua contribuição para o fornecimento de nitrogênio a essas propriedades é pequena. A deficiência generalizada de nitrogênio nos sistemas dos pequenos agricultores resulta em uma baixa produtividade biológica geral, que se traduz numa dieta deficiente.

Para Khatounian (2001, p.266), as duas espécies mais importantes de leguminosas consumidas no Brasil são o feijão comum (*Phaseolus vulgaris*) e o feijão-de-corda (*Vigna unguiculata*), também denominado de feijão macássar, feijão-de-apanha, feijão-de-praia, feijão-da-colônia. Para o autor, apesar de serem ligeiramente diferentes na sua composição, sua contribuição é aproximadamente a mesma no contexto das dietas predominantes no Brasil.

Os dois tipos podem ser produzidos em consórcio com o milho, mas diferem em suas necessidades de clima e de solo. O feijão comum é originário dos contrafortes úmidos e amenos das cordilheiras do centro de origem das Cordilheiras Americanas. Já o feijão-de-corda é considerada uma cultura tropical do “velho mundo”, melhor adaptado ao calor, à seca e a pobreza química dos solos tropicais. Em função dessas características, o feijão comum predomina nas terras altas e frescas da região Centro-Sul do país, enquanto o feijão-de-corda é encontrado nas terras quentes da Amazônia e do Nordeste.

Cerca de 83% das famílias da AGAECO que declararam o dado realizam o plantio do feijão em suas áreas.

As famílias ecológicas da AGAECO contam com o feijão comum como a principal fonte de proteína vegetal de sua dieta. Algumas famílias que ainda possuem áreas com produção convencional, produzem soja, mas o destino do produto em sua totalidade é a venda.

No quadro apresentado verifica-se que da produção obtida no ano de 2004, cerca de 33,2% do total obtido foi utilizado para o consumo doméstico, 7,4% foi armazenado e 59,4% foi vendido nos espaços de comercialização da AGAECO.

É importante comentar que o autor destaca a existência de pragas que atacam o feijão armazenado sendo necessário o uso de determinadas técnicas para a conservação do alimento. As famílias da AGAECO utilizam para tal da reciclagem de garrafas plásticas de refrigerante

do tipo “pet”, dentro das quais armazenam o feijão, sobretudo aquele que utilizarão como semente para o próximo plantio.

Sobre as questões comentadas acima fala uma das agricultoras ecologistas em um trecho de sua entrevista:

“O feijão é mais apurado quando chega você tem que largar tudo pra colher, senão perde... Colher, mair no trator e secar...O milho é mais tranquilo... O feijão a gente guarda pro resto do ano; colheu, secou, tem que vender porque caruncha... agora que estamos vendendo pra escola, estamos armazenado nas garrafas “pet”... O arroz, nós colhemos e levamos na máquina...” (Sra.J)

O amendoim foi referido como outra cultura protéica produzida pelas famílias da AGAECO, embora em quantidades menores que o feijão. Aproximadamente 70% das famílias ecologistas fazem o plantio de amendoim. Do total produzido, 39,3% foram consumidos pelas famílias, 1,8% foram armazenados e 58,9% do amendoim colhido foram comercializados.

Hortaliças

Segundo Khatounian (1994, p.41), a possibilidade de entendimento da lógica utilizada pelos agricultores na definição das formas de gestão do seu estabelecimento rural somente ocorrerá a partir do conhecimento de certas concepções que fazem parte de seu universo cultural, especialmente no que se refere ao modo de condução de seus cultivos. Conforme já foi colocado anteriormente torna-se necessário resgatar algumas questões referentes aos conceitos de “horta” e de “roça”.

O autor refere que na cultura cabocla, conservou-se o conceito de roça, de origem indígena, que é a área onde efetiva-se a produção vegetal aparentemente extensiva. Na roça são cultivadas diversas espécies com finalidades distintas (graníferas, tuberosas, hortaliças, condimentos) em geral de maneira associada. As espécies cultivadas na roça compartilham uma exigência relativamente baixa de trabalho, fertilização e irrigação e tendem a complementar-se na utilização da água, luz e nutrientes. Por essa razão, embora relativamente extensiva no uso de mão-de-obra a roça é uma área de produção intensiva pela complementação biológica das espécies cultivadas.

Já o conceito de horta, introduzido por colonos europeus, como área de cultivo intensivo de hortaliças, ervas medicinais e condimentos, opõe-se à idéia de campo, mais extensivo e para produção de grãos. A horta, intensiva em trabalho, fertilização e irrigação, apresenta elevado rendimento biológico, embora a um custo mais elevado em relação ao da

roça. Contudo sua produção se distribui ao longo do ano, o que contribui para um fornecimento mais constante de alimentos frescos, garantindo o fornecimento de micronutrientes como vitaminas e sais minerais na alimentação da família, ao contrário da roça, cuja colheita se concentra no verão e outono.

O mesmo autor esclarece que a implementação do sistema campo-horta ou roça-horta resulta da impossibilidade de fertilização do terreno quando não se criam animais fechados, condição para a disponibilidade de esterco enquanto adubo. No entanto, animais soltos representam risco de consumo de áreas de cultivo intensivo próximas à habitação.

O termo “hortaliças” pode ser atribuído a cultivares utilizados na alimentação humana e animal, que podem ser divididos em dois grandes grupos, segundo Khatounian (1994 p.51): folhosas e frutos.

A sazonalidade na produção das hortaliças folhosas convencionais resulta de sua origem mediterrânica ou temperada. Por sua intolerância ao verão tropical, apenas podem ser cultivadas com facilidade durante o inverno. Segundo o autor são relativamente abundantes e baratas nos meses mais frescos e escasseiam sensivelmente durante os mais quentes. A agricultora ecologista da AGAECO comenta essa questão:

“Na horta a gente tem que experimentar as hortaliças que saírem bem no inverno... se chove, e fica normal, elas vem melhor que no verão... Até agosto, setembro, vai fácil, depois começa a complicar... E paras pastagens de inverno pro leite é melhor também... fazendo rodízio de piquetiamiento, fica melhor...para o gado fica melhor também..” (Sra.J)

A couve e o almeirão são os dois tipos de folhosas mais consumidos no país. Além desses dois tipos cultivados nos planaltos frescos do país é muito freqüente o consumo de hortaliças folhosas obtidas por coleta como a serralha (*Sonchus oleraceus*), o dente-de-leão (*Taraxacum officinale*), o mastruço (*Lepidium spp*), o almeirão roxo (*Lactuca virosa*), etc. Culturas consideradas “modernas” por terem sido introduzidas pela Revolução Verde no país, como o repolho, o alface entre outras e que dão uma colheita única e concentrada não são as mais produzidas para o autoconsumo. No entanto quando a finalidade é também a comercialização há um incremento da sua produção.

Segundo Khatounian (2001, p. 272), as hortaliças que se constituem em frutos mais importantes para o consumo doméstico no Brasil são as cucurbitáceas, fabáceas e solanáceas.

Dentre as cucurbitáceas, as abóboras se constituem no grupo mais disseminado, representado em sua grande maioria pelas variedades *Cucúrbita máxima* e *C. moschata*.,

espécies de clima quente. A abobrinha italiana e algumas variedades para uso forrageiro são cultivadas no sul do Brasil, onde as temperaturas são mais amenas.

As famílias de agricultores da AGAECO produziram quantidades elevadas de abóbora em relação a outros tipos de alimento obtidos. Cerca de 70% do total produzido foi utilizado para alimentação animal; no entanto 12,7% foram consumidos nos domicílios, 16,7% foram destinados à venda e 0,6 % foi armazenado.

O terceiro tipo de cucurbitácea muito freqüente na produção para o consumo é o chuchu. Uma parreira de chuchu com duas ou três plantas pode produzir por mais de um ano. Segundo o autor, sob o ponto de vista nutricional o chuchu verde é equivalente a outras hortaliças fruto como o pepino, o tomate e a abobrinha; no entanto o chuchu maduro, por ser mais amiláceo, apresenta um maior conteúdo energético.

Segundo o autor as fabáceas se constituem em culturas protéicas, que em geral são cultivadas nos espaços destinados às hortícolas, sendo representadas pelo feijão-de-metro ou pela vagem-de-metro, cultivadas mais no nordeste do país. No sudeste, certas espécies podem ser consumidas na forma de vagens tenras na maior parte do ano. Na primavera o feijão comum; no verão a vagem-de-metro; no outono a orelha-de-padre e no inverno a ervilha-torta.

Exemplos de solanáceas hortícolas mais produzidas no país são os tomates e as pimentas. As pimentas de diferentes variedades são encontradas nas propriedades rurais de todo o país, sendo muito utilizadas como tempero em função de seus sabores característicos.

Segundo Khatounian (2001, p.274) o tomate é uma planta proveniente das cordilheiras secas e frescas, sendo difícil sua adaptação ao trópico úmido. Adicionada a essa fragilidade somam-se os problemas provenientes pelo processo de seleção de tipos com frutos cada vez maiores. Por essa razão, os tomates com um perfil mais comercial raramente estão presentes nos cultivos para o consumo. Ao contrário, os tomates de frutos pequenos são muito comuns. São plantas semi-silvestres, poupadas da enxada na hora da capina. Outros alimentos são encontrados no presente grupo como o jiló e a berinjela, sendo cultivados de forma predominante na região Sudeste e Centro-Oeste.

As hortaliças se constituíram no único tipo de alimento que foi produzido por todas as famílias da AGAECO que declararam o dado. Em termos de volume de produção obteve o sexto lugar. Do total produzido 26,7% foram usados para o consumo, 10,4% foram destinados para a criação e 62,9% foram encaminhados para comercialização nos espaços da AGAECO.

É importante ressaltar que o processo de ampliação da área de cultivo de hortaliças pelos agricultores da AGAECO foi comentada por várias famílias em suas entrevistas. As

demandas da associação é que motivaram uma reordenação de espaços e de serviços dentro da propriedade e a definição de novas prioridades pelas famílias. No entanto alguns aspectos necessitam ser equacionados para viabilização do processo. A irrigação foi bastante citada por alguns grupos de agricultores, sobretudo nas comunidades onde a disponibilidade de água é mais precária. A seca que ocorreu nos anos de 2004 e 2005 também é motivo para preocupação e em função do fato as famílias buscam alternativas para garantir o suprimento adequado de água que permita o trabalho com as hortícolas.

Frutas

No Brasil há na maioria das propriedades um componente arbóreo, visando sobretudo o abastecimento doméstico de frutas. Tais “pomares”, segundo o autor já citado, geralmente estão próximos das moradias. Em geral o agricultor procura selecionar e plantar os tipos de árvores de acordo com períodos distintos de florescimento e frutificação e de sazonalidade, garantindo o fornecimento de frutas em diferentes períodos do ano. O chão de tais pomares também é utilizado como área de perambulação de animais domésticos, sobretudo de galinhas, processo que garante também algum tipo de fertilização na área.

Tradicionalmente as frutas utilizadas na dieta dos brasileiros estão associadas à sobremesa, seja na forma de doces de frutas ou em sua forma natural. São consideradas fontes de vitaminas e sais minerais.

Cerca de 78% das famílias da AGAECO que declararam o dado contam com árvores frutíferas em suas propriedades.

As mesmas apresentam um sistema de produção de frutas conforme o mencionado acima por Khatounian, com exceção de um grupo já citado de agricultores ecológicos do GAESI e do GAEVI, grupos da AGAECO que encontram-se na localidade do Ivaí, denominada Colônia Velha e que contam com uma produção de frutas em maior quantidade.

Do total de frutas produzido pelas famílias da AGAECO, 24,5% foram consumidos pelas próprias famílias, 1% foi repassado às criações e 74,5% foram comercializados.

Criações

Na seqüência são apresentados dois quadros com dados sobre a criação e o consumo de animais ecológicos nas propriedades das famílias da AGAECO que serão discutidos posteriormente no momento da análise específica de cada grupo:

Quadro 30 – Distribuição de famílias da AGAECO com animais criados com manejo ecológico

Animais com manejo ecológico:	Nº de famílias	% de famílias declarantes
Galinhas/Frangos	23	100
Vacas/Bois	16	69,5
Suínos	15	65,2

Fonte: Inventário de Produção – 2004 *Foram consideradas nesta análise somente as famílias que responderam o Inventário de Produção (23 famílias – 60% do grupo)

Quadro 31 – Distribuição e consumo de animais nos estabelecimentos rurais das famílias da AGAECO com manejo ecológico referente ao ano de 2004

Animais Ecológicos	No Total existente	No. de animais consumidos	% de animais consumidos	No. de animais vendidos	% de animais vendidos	No. atual Total de animais	
						%	%
Galinhas/Frangos	1510	733	48,5	207	13,7	570	37,8 100
Vacas/Bois	200	20	10,0	8	4,0	172	86,0 100
Suínos	310	106	34,1	82	26,4	122	39,5 100

Fonte: Inventário de Produção – 2004 *Foram consideradas nesta análise somente as famílias que responderam o Inventário de Produção (23 famílias – 60% do grupo)

Suínos

A criação doméstica de suínos é a principal fonte de gordura das famílias de agricultores. Em relação a outras fontes de gordura para uso, a banha se destaca pela facilidade de sua obtenção, que exige somente equipamentos usuais da cozinha. (KHATOUNIAN,1994)

O padrão tradicional de criação consistia em manter porcos soltos durante o crescimento, confinando-os apenas para engorda.

Segundo Khatounian (1994, p.40) com o declínio da fertilidade dos solos e, conseqüentemente, da produtividade biológica dos sistemas agrícolas, reduziram-se as possibilidades de complementação da dieta do suíno por pastejo. A redução das áreas com vegetação nativa, outrora exploradas pelos porcos contribuiu para a situação referida. Assim, a dieta fornecida aos porcos, tendo como principal alimento o milho, com complementação de abóboras, raízes e ramas de mandioca, batata doce e eventualmente, outros produtos, não é

mais suficiente, não permitindo aos animais desenvolver ao máximo seu tecido muscular. Como consequência, a criação dos suínos tem tido por principal objetivo o fornecimento de banha para uso doméstico. O consumo da carne passou a ser esporádico, restringindo-se aos dias subseqüentes ao abate do animal. Em geral, outro animal será abatido apenas quando acabar a banha anterior.

O número de animais consumidos por ano depende do tamanho da família, dos seus hábitos alimentares e do tamanho e do tipo dos animais. A referência segundo o autor, para uma família de 4 a 5 pessoas é consumo de dois a três porcos por ano. Se os mesmos forem animais pequenos e tipo “banha”, abatidos com 40 a 60kg, fornecerão pouca carne. Se forem grandes tipo “carne”, abatidos com cerca de 100 kg, poderão fornecer a maior parte da carne consumida no ano.

Aproximadamente 65% das famílias do estudo apresentam criação de suínos em sua propriedade. Sobre a questão mencionada acima segue o comentário de um agricultor ecologista:

“O porco nós sempre compramos e tratamos fechados, carneamos e enlata, ele. Fazemos só pra ter banha...Trata ele até dar banha... Quando for pra carne, quando tiver no porte, abate... De 60 a 80 kg por aí pra carne... o porco tipo banha tem que de 80,100,120 kg... mais é gordura...” (Sr.E).

As informações declaradas pelas famílias da AGAECO e que constam no quadro apontam um número médio de 20 suínos para cada família, valor obtido sem o desconto daqueles que foram consumidos e dos que foram vendidos no ano de 2004. Cerca de 34,1% dos animais foram consumidos e somente 26,4 % foram comercializados. Os valores possibilitam a realização de uma média que aponta que cada família utilizou para o seu consumo anual cerca de 7 animais. Após o consumo e a venda de porcos o número médio de animais por família passou para 8 unidades.

Galinhas e frangos

A criação de galinhas caipiras é parte fundamental da produção para consumo doméstico. Nas propriedades que produzem algum tipo de grão, normalmente o milho, a alimentação básica encontra-se garantida, se houver área suficiente para a perambulação e complementação da dieta do animal.

Por serem animais de tamanho muito menor que o do porco, o consumo individual de alimento passa a ser atendido mais facilmente. Segundo Khatounian (2002, p.278) com a

quantidade de milho consumido por um suíno adulto, pode-se manter de 10 a 30 galinhas, dependendo do tamanho do suíno.

Nesse tipo de sistema de criação um plantel de 15 a 20 galinhas e um galo produz ovos e frangos suficientes para uma família de consumo e tamanho médios, segundo o autor já referido.

Todas as famílias da AGAECO contam com a criação de galinhas e frangos caipira em suas propriedades.

Além da questão alimentar que precisa ser sempre considerada os agricultores enfrentam dificuldades relacionadas ao meio em que vivem. É comum que percam suas aves em função do ataque de animais como o gato do mato, fato que influencia nas práticas de criação:

“O frango, não podemos ter muito, porque ninguém vai perseguir o gato do mato... Geralmente a gente comprava o frango na “Do Solo” [referindo-se a uma loja], aquele que era caipira... mas resolvi parar e criar em casa porque eu tinha prejuízo, pagava caro lá... Mando mais ovo, não o frango.... muitas vezes para o almoço tenho que ter dois frangos, sempre tenho visita, ou tem porco ou o frango.... A gente não pega frango do terreno...Para limpar...dou quixerinha, verdura... As vezes eu fecho meio novo e termino de criar...É o que a gente usa e é o que vai pra feira... pra feira a gente nunca pegou ave do terreiro... Porque o bicho é porco... pega uma cobra... pega...e come...!” (Sr.J).

“Ovos, galinha... Só que daí o bicho incomoda um pouco... Eu tenho umas 100 galinhas ... com pintinho, tudo... Só que agora que tem bastante, tem bicho que caça galinha.... É gato de mato...Tem que estar atento, nós estava cuidando de uns galos pra comer quando estava fazendo silagem e aí sumiu, encontramos só as penas...Aí quando vê de já dá mais carne, mais pesado... os mais gordos a gente leva pra feira...” (Sr.E).

A análise das informações declaradas pelas famílias da AGAECO e apresentadas no quadro apontaram um número médio de 65 aves para cada família, valor obtido sem o desconto daqueles que foram consumidos e dos que foram vendidos no ano de 2004. Cerca de 48,5 % dos animais foram consumidos e somente 13,7 % foram vendidos. Os valores apontam que cada família utilizou para o seu consumo anual médio cerca de 32 aves. Após o consumo e a venda de animais o número médio de galinhas e frangos por família passou para 24 unidades.

Bovinos

Segundo Khatounian (2001) os animais que produzem leite são de fundamental importância nas regiões onde os recursos naturais não permitem a agricultura intensiva. Já nas áreas de agricultura intensiva a manutenção de vacas implica a mobilização de áreas para pasto, desencadeando uma concorrência com as culturas comerciais. Por isso, segundo do autor

referido, nessas regiões é freqüente que os bovinos apenas estejam presentes quando há terrenos pouco férteis, acidentados, impróprios para o cultivo. Nessas situações, os bovinos se constituem mais em uma forma de aproveitamento da área do que opção preferencial., assumindo um papel de “reserva de valor” para o agricultor.

O autor considerado como referência para estas análises, avalia que por esses motivos a produção de leite para consumo doméstico não parece ser na maioria das regiões do Brasil uma prioridade. Em muitas situações o leite é um sub-produto da criação de bovinos, que é imposta pelas limitações do meio. No Sul do país segundo ele, observa-se uma atitude diferente sendo comum nas propriedades a manutenção de algumas vacas “para o leite das crianças”.

Segundo a avaliação do autor, em geral nas propriedades onde os bovinos são mantidos não realiza-se a criação de suínos, pois dificilmente haverá excedente de cereais para a alimentação de ambos. Nas propriedades onde uma ou duas vacas de leite são mantidas é pequeno o excedente para a fabricação de derivados como o queijo e portanto haverá pouco soro para os porcos. Contudo não há impedimento em manter-se os dois tipos de criações desde que seja contempladas estratégias que garantam a alimentação dos animais.

A produção de leite para o abastecimento doméstico contínuo necessita da manutenção de pelo menos duas vacas, alternando seus períodos secos.

Cerca de 70% das famílias da AGAECO que declararam a informação contam com a manutenção de bovinos em seus estabelecimentos rurais.

Considerando-se os dados relacionados ao número de famílias da AGAECO que possuem bovinos obtém-se o número médio de 12 animais por família, valor obtido sem o desconto daqueles que foram consumidos e dos que foram vendidos no ano de 2004. Cerca de 10% dos animais foram abatidos e consumidos pelas famílias e somente 4% foram vendidos. Os valores apontam que cada família utilizou para o seu consumo anual em média uma cabeça de gado. Após o consumo e a venda de animais o número médio de bovinos por família passou para 10 unidades.

Além da demanda da alimentação animal os agricultores necessitam cuidar da saúde animal, mas sem a utilização de drogas veterinárias. Uma diversidade de técnicas alternativas são empregadas, conforme relatado por um entrevistado:

“A criação... na criação tem que usar alguma alternativa que não contamine... Vacina, Ivomec... tem que saber as manha, saber o que passar na criação para tirar os bernes... cuidar de mastite... usamos própolis na teta da vaca e sarou! Mas ainda a gente não faz tudo que poderia fazer... eu até perdi abacaxi por causa de

broca; não passei a calda bordalesa... tem que ter cabeça pra trabalhar...Dei 600 kg de abacaxi, mas aproveitamos só 400kg por causa da broca!” (Sr.L).
 “Pasto nós estamos plantando porque ainda é pouco...Esse ano deu para controlar os carrapatos, berne, vermes, pondo no sal... e é para tudo..!” (Sra.E).

4.3.7 Desafios enfrentados pelas famílias da AGAECO no seu cotidiano para realizar a produção de alimentos ecológicos

Conjugar todos os aspectos necessários para a manutenção de uma propriedade ecológica e a reprodução biológica, econômica e social da família torna-se um desafio que necessita ser enfrentado diariamente e/ou periodicamente pelos agricultores e agricultoras ecologistas. Os ciclos da natureza, as estações, a necessidade de replantar reorganizando o espaço e de garantir o abastecimento da família exigem um trabalho contínuo e ininterrupto. As agricultoras ecologistas expressam muito bem esse processo contínuo pro meio de suas falas:

“Agora é época de se preocupar com o pasto para o inverno para criação, plantar cebola e alho, ir colhendo o que já está secou, para não perder com a geada... em maio tem que guardar a rama de mandioca....no inverno precisa proteger as verduras da geada... estufa, planta tomate... há maior dificuldade de plantar a verdura e manter no calor..” (Sra.J).

“Na nossa região é a época forte para a gente estar lutando com a horta (de março até setembro)... A gente acostumou a fazer isso depois que entrou na AGAECO.... Já terminei a colheita... Agora tem que ir semeando, preparando... Depois no verão não se consegue muita coisa.... Maio e junho é a colheita do milho e novembro e dezembro, a colheita do feijão... No verão sempre tem mais serviço, é bem mais apurado... No inverno é mais tranquilo, com planta miúda, lidar com pasto...” (Sra.P).

O primeiro tipo de desafio sempre presente para a maior parte dos agricultores da AGAECO é a realização da produção de alimentos em extensões de terra consideradas limitadas e gerar um excedente para venda. Esse ponto já foi abordado no tópico anterior no qual foram discutidos os aspectos relacionados com a dimensão e ordenamento dos terrenos, não necessitando ser explorado mais uma vez. No entanto a título de ilustração segue mais um comentário de uma agricultora ecologista em relação aos desafios gerados pelo tamanho da sua terra:

“Não! É pouco o que eu tenho..!É pouco que nem tem para pastagem, o que eu tenho é tudo na beira do rio e quando enche, a água leva tudo que está plantado...se eu plantar pasto também vai embora... Eu só tenho pasto nativo no verão; no inverno a gente planta aveia... a gente usa papuã, cana, napiê, o que achar...no inverno é que é mais difícil...” (Sra.C)

Outro desafio para os agricultores é vencer a demanda de trabalho muitas vezes gerada pela prática da agricultura ecológica. O uso de um herbicida, por exemplo, reduz a mão-de-obra que seria necessária para a capina do mato. Considerando o contexto da agricultura familiar

camponesa, onde a família é responsável por praticamente todas as atividades do estabelecimento rural podendo haver uma sobrecarga, o aumento de atividades pode aumentar a penosidade, sendo este um desafio que necessita ser sempre considerado no planejamento do que é possível ser feito. Na seqüência os depoimentos de dois agricultores e duas agricultoras ecologistas sobre essa questão:

“Nunca contratamos ninguém pra trabalhar... às vezes contrata por um dia, quando aperta...para cortar cana...Só nós dois trabalhamos na nossa terra..” (Sr.L.).

“É sempre dividido... a [esposa] cuida da horta, a filha está ajudando... eu mais na lavoura...Sempre é difícil, porque é muita coisa... Na verdade toda a vida foi um trabalho duro... Nisso não mudou.. Antes não se usava veneno era na base da enxada, do cavalo, do arado...” (Sr.L).

“Tem dias assim que você não consegue e tem que deixar alguma coisa sem fazer ... a gente não está conseguindo usar é o esterco... a gente não consegue levar pra horta; as meninas arrumam a terra para plantar.... está faltando esterco, porque não tem que tire, enquanto está enxuto, porque se chover molha e aí tem que esperar secar um pouco...E a minha filha é bastante envolvida com o trabalho da Agaeco, tem uma quantia que eu faço...Para o marido é mais complicado sair, por conta do serviço e agora a outra filha, que voltou no começo do ano, está ajudando nós... vai fazer a bolacha (70 kg por mês)...” (Sra.E).

“Dá mais trabalho sim!Tem hora que dá vontade de por uma maquininha nas costas e passar veneno e a gente não vence...o mate invade, ao lado da casa vira uma bagunça, mas aí quando o mato toma conta, invade o terreno da casa, a gente olha e diz: “Bom...É ecológico!!!! (risadas)” (Sra.C)

Diferentes estratégias necessitam ser concebidas para enfrentamento do desafio de conjugar os recursos existentes, sobretudo a terra, com a força de trabalho disponível, para prover a reprodução da família.

O arrendamento constitui-se numa das estratégias realizadas pelos agricultores que têm essa possibilidade.

Conforme já foi visto em capítulo anterior, das 38 famílias participantes do estudo cerca de 23,7 % realiza o arrendamento, ou seja 9 famílias, sendo que uma delas arrenda para terceiros e arrenda de terceiros. O quadro a seguir apresenta a situação:

Quadro 32 - Percentual de famílias da AGAECO que arrendam seus terrenos para terceiros e que arrendam de terceiros

Área de Arrendam. (ha)	No.fam. Arrendam Convenc. Para	% fam	No.fam Arrendam Convenc. De	% fam	No.fam. Arrendam Ecológico Para	% fam	No.fam Arrendam Ecológico De	% fam	N0.	%
0 até 1,99	1	10	1	10					2	20
2 até 2,99			2	20			1	10	3	30
3 até 3,99									0	0
4 até 4,99	1	10			1	10			2	20
5 até 5,99									0	0
6 até 6,99									0	0
7 até 7,99					2	20			2	20
8 até 8,99									0	0
9 até 9,99	1	10							1	10
Total	3	30	3	30	3	30	1	10	10	100

Fonte: Formulário de pesquisa – 2004/2005

Três (3) famílias arrendam suas terras para familiares ou terceiros para uso na agricultura convencional e o mesmo número de famílias arrendam suas terras de outros para trabalhar com a agricultura convencional. Por outro lado três outras famílias da AGAECO arrendam para outras famílias produzirem por meio da agroecologia e uma família arrendam de outros para trabalhar com a agricultura ecológica. Em relação à situação geral de arrendamento pode-se constatar que 4 famílias necessitam de mais terra para realizar sua produção e que 5 famílias cedem sua terra para outros poderem produzir e recebem a renda, sendo que uma mesma família arrendam para terceiros e arrendam de terceiros. No entanto das 5 que arrendam para outros, somente duas famílias arrendam para o plantio com a agricultura ecológica e o restante, três famílias arrendam para realização do plantio convencional.

O arrendamento constitui-se em uma alternativa não ideal para o problema do limite de terra. No caso em que as famílias arrendam terras para a prática da agricultura ecológica, o problema maior é o investimento que a família faz no presente e a incerteza de não poder contar com o terreno futuramente, além da questão de ter que certificar-se quanto ao manejo da terra utilizada antes do período do arrendamento. A situação inversa é mais problemática; ou seja, o arrendamento da terra para terceiros, envolve risco de contaminação da mesma e a impossibilidade de uso para produção ecológica para em um futuro próximo, além de questões

que se referem ao valor recebido. Na seqüência um agricultor fala sobre sua posição em relação a um arrendamento já realizado:

“Tenho um alqueire arrendado...Eu já pedi pra me entregarem o terreno arrendado... Quando vencer eu não vou arrendar... agora com o leite a gente tem que aumentar...um alqueire... Com o que entra do arrendamento de um ano, você tira com um, dois meses com as vacas...” (Sr.E)

A seguir o quadro que demonstra quantidade e o destino dos cultivos convencionais realizados pelos agricultores ecologistas em transição, parte deles utilizando-se de áreas de arrendamento:

Quadro 33 – Produção e Destino de alimentos convencionais produzidos pelas famílias da AGAECO

Produto Convenc.	Produção (ha)	Consumo (ha)	%	Criação (ha)	%	Armazenamento	%	Venda (ha)	%	Total %
Feijão	10660	490	4,6	0	0	600	5,7	9570	89,7	100
Arroz	430	380	88,0	0	0	50	13,0	0	0	100
Milho	25050	9950	39,8	4800	19,1	0	0	10300	41,1	100
Abóbora	1000	0	0	1000	100	0	0	0	0	100
Soja	105.750	0	0	0	0	0	0	105.750	100	100

Fonte: Inventário de Produção – 2004

Quadro 34 – Distribuição de famílias da AGAECO com produção de alimentos convencionais

Alimento convencional:	Nº de famílias	% de famílias
Milho	6	26
Soja	6	26
Feijão	3	13
Arroz	2	8,7

Fonte: Inventário de Produção – 2004 *(respondido por 23 famílias da AGAECO)

Cabe aqui uma análise sucinta dos resultados e do processo para avaliação da situação. Cerca de 90% do feijão convencional produzido foi destinado à venda, sendo que 4,6% foi usado para consumo e 5,7% destinado à armazenagem. Já o arroz convencional foi praticamente consumido todo pelas famílias produtoras, cerca de 88%. O milho foi destinado para o consumo na propriedade, cerca de 59% e o restante, 41% foi vendido. A abóbora foi destinada totalmente para a criação e o soja foi vendido em 100%. Algumas famílias

necessitando tomar decisões em relação à produção, optaram por consumir um alimento com o uso de insumos, mas não repassá-lo ao consumidor. Outras fazem a escolha contrária, optando por começar pela alimentação da família, para posteriormente viabilizar a conversão de toda a produção.

O porquê de algumas famílias ainda estarem em processo de conversão é uma questão complexa que para ser entendida depende do conhecimento da situação de cada família em particular, considerando sua história de vida. Algumas informações que envolvem o grupo GAESSA já foram apresentadas e discutidas em tópico anterior. As questões que envolvem o mesmo grupo e outras famílias, se referem em geral a necessidade de uma entrada de renda monetária que viabilize a finalização do processo de conversão ou a aquisição de terra. A inexistência de financiamento para apoio do agricultor no processo de conversão até pouco tempo atrás se caracterizava como um limitante. A fala do agricultor ecologista em conversão expressa literalmente a intenção em finalizar o processo:

“Faz cinco anos que estamos na AGAECO... É o segundo grupo mais antigo! O processo de conversão vai se dando lento..Quanto mais você produz quer converter mais... Eu fico contente quando piso naquele chão e sei que estamos convertendo... eu me sinto bem... A gente tem ainda uma área pequena convencional, mas a gente tá mudando...A gente não tem tudo ecológico, porque no início, participar do grupo, das reuniões dava mais despesa... a medida que a gente foi vendo que dava pra vender, a gente foi mudando... A partir desse ano, 2005, a gente pretende ter tudo ecológico..” (Sra. J).
 “A idéia é passar tudo para a agricultura ecológica, fazer a conversão dessas áreas... Eu tenho 3 alqueires, quero converter nesse próximo ano, na safra, os outros dois que são convencionais...” (Sr.E).

Na seqüência um agricultor faz um depoimento sobre sua situação em relação à posse de terra, o que auxilia no entendimento das dificuldades existentes relacionadas ao assunto e à própria conversão:

“A terra que eu uso não é minha. É do meu pai e vai passar para os filhos... Uso um alqueire e meio para a Agricultura Ecológica...Meu mesmo é 28 litros, onde eu tenho uma parte de cultura... o mais é do pai e do sogro...” (Sr.L).

A questão da fertilidade precária dos solos da região em muitas situações encontra-se relacionada às dificuldades para a realização da conversão do total da área, com o abandono do uso de adubos químicos e agrotóxicos e mudança do seu manejo, conforme pode ser visto pela fala de uma agricultora ecologista entrevistada:

“O milho que foi plantado agora foi posto adubo químico, porque o que tá plantado não é suficiente pra todas as vacas...ele é complicado para por, não passa fácil pela plantadora...aí foi pago para o trator ... Aí tem uns pedaços aqui por perto em que foi colocado esterco...mas daí essas terras mais fracas, não dão o suficiente para a alimentação de todas...” (Sra.E).

A busca constante por estratégias que garantam o aumento da fertilidade da área consiste em outro grande desafio enfrentado pelos agricultores ecologistas no seu cotidiano. Conforme já foi mencionado, as terras da região de Turvo, em função de seu processo histórico de ocupação e de exploração sofreram uma intensificação do problema da baixa fertilidade, uma característica de seus solos. Na seqüência a impressão de um agricultor ecologista sobre os resultados da adubação verde, técnica utilizada para melhorar a fertilidade de terrenos desgastados, seguida por outros comentários de pessoas do grupo sobre questões referentes também ao manejo do solo:

“A gente nota diferença por causa do mato, da adubação verde, há 20 anos usamos... mas tem vários tipos... Aquele cipó, o mucuna, feijão de porco, tem um jeito de fazer leira e plantar e arrancar...e plantar em cima... Não tem coisa melhor..!!” (S.L).

“Acho que tem partes que tá mais fértil, mas não todas ... já melhorou, mas a gente tem um pedaço que era potreiro das vacas, era pasto nativo, fraco...estava plantando milho ali...A gente está fazendo ali um piquetinho; de noite as vacas ficam ali e o esterco já ajuda e dá pra fazer toda noite em outro lugar... assim vai melhorando a terra... Adubação verde foi feita em pedaços...O “adubo da independência” ajuda muito, as caldas, o supermagro, dá uma diferença... não tem custo praticamente e não prejudica, então tem que usar mesmo..!” (Sra.E).

“A conservação de solo precisa melhorar... sempre tem que estar melhorando alguma coisa..”(Sra.L).

“Ela [referindo-se à terra] não está 100%, mas já tá bem melhor do que estava...Esse ano já conseguimos jogar calcáreo...A gente mói cana de milho,dá uma gradeada, o trator mói e põe aveia...E está produzindo, um milho de qualidade bem boa..!” (Sr.E).

“Depois que começamos a usar o adubo orgânico... melhorou: adubo de carneiro.... adubo da independência...Nos pastos não tenho feito, preciso fazer...pra produzir leite tem que ter um bom pasto; por isso eu tenho que formar mais pasto lá.. Tenho que plantar aveia, que já está comprada, para o inverno; vou ter que tirar o milho, pra semear a aveia...” (Sra.I).

“Eu acho que a terra está boa... porque desde que surgiu o calcário assim ... de pagar por ano... a gente foi comprando e a gente foi corrigindo e a gente foi fazendo análise porque o Banco exigiu... Fez análise para fósforo e calcário... A CRESOL [referindo-se a cooperativa de microcrédito] exigiu, pra fazer custeio ... Estou com financiamento, pro investimento teve que fazer a análise da terra para ver quanto precisava de calcário e fósforo.. Investimento eu fiz de um alqueire para o pasto 10 toneladas/alqueire de calcário e de 700 a 1000kg/alqueire de fósforo... Tem umas áreas que tem que por mais fósforo...Tá com muito calcário e pouco fósforo... Uso esterco e adubo orgânico... Ainda não fiz composto...Coletou o esterco da mangueira e levo pra roça... não espero curtir...” (Sr.E).

Outro desafio que se coloca para os agricultores ecologistas é a questão do crédito historicamente de difícil obtenção. Atualmente há o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF, do Governo Federal, instituído no ano de 1994 e as iniciativas de crédito popular como é o caso do sistema CRESOL, existente em todo o Sul do Brasil é acessado também pelos agricultores da AGAECO.

Situações relacionadas ao meio ambiente, que dependem da gestão local, mas que também estão relacionados com questões do macro-ambiente, também interferem no trabalho dos agricultores ecologistas. Um dos pontos mais comentados e que parece estar suscitando uma grande preocupação por parte dos agricultores é a questão da seca e da diminuição da disponibilidade da água na região. A produção de hortaliças requer uma quantidade de água mais elevada, de irrigação, sendo as mesmas uma das principais demandas dos espaços de comercialização da AGAECO. Apesar de vários agricultores comentarem que realizam práticas para conservação da mata que existe ao redor das fontes, córregos e rios, há também presente a concepção de que abusos cometidos por outros estão interferindo negativamente na regulação da umidade, manutenção dos lençóis freáticos, etc; conforme os comentários que seguem:

“A gente tem que ter mais um pouco de recurso, principalmente para uma irrigação... Por causa do problema da seca...é a segunda vez que nós temos problemas... Eu tenho no terreno, mas se fosse irrigar mesmo o terreno, tenho pouca que vem por gravidade; precisa de recurso pra trazer a água de baixo, precisa puxar (de bomba)..” (Sr.E).

“Até certo tempo a gente não percebia isso, por serem só proprietários pequenos... agora que temos também fazendeiros, em uma área maior de terra, já começamos a perceber a devastação... A gente nota que as águas diminuíram bastante...antigamente era mais forte... agora essa estiagem.... Acho que são os grandes... O pequeno sabe que quando tem uma área pequena e que precisa cuidar, não maltrata a natureza; na beira do rio, cuida pra não desmatar... Na fazenda não há essa preocupação, o pasto vai até a beira do rio..” (Sra. J).

“Pois olha até que o pessoal tem água, mas eu noto que diminuiu muito, o Rio Arroio Fundo, quando eu era mais nova a quantia de água, a quantia que enchia, era bem maior... Todo mundo comenta isso aqui!” (Sra.E).

“Nós temos água pra nós, a mãe usa água nossa, não chegou a faltar...mas está diminuindo... Mas estamos cuidando pra não faltar, porque era tudo potreiro...A gente plantava na beirada e as vaca comiam, os cavalos comiam o que a gente plantava.... agora pensamos em plantar xaxim, as criações não comem... As fontes tem que tentar plantar mais, cercar e tentar proteger...” (Sra.C).

“No nosso terreno não tem água... a gente pega do vizinho.... O açude, foi desviado água do rio, feita uma barragem... Mas está ficando fraca a água... No Passa Quatro tem água de posso artesiano, daí distribui para as famílias... Ano passado perdemos tudo, só colhemos 1 saco de arroz; o que é que faz com um saco, que vai para máquina e fica meio..?” (Sra.P).

“ Onde eu moro tem as cabeceiras de água, tudo dentro do faxinal... só que estamos sentindo que está diminuindo, com a seca... Faz mais de um ano que não chove direito...” (Sr.L).

“Aqui é meio escasso de água, não dá pra ter muita verdura plantada porque é meio fraco... a fonte é de perto do portão... esse ano não secou, mas nos anos anteriores chegou a seca e eu não tinha para molhar as verduras... Aqui na região o pessoal sentiu muito com a seca...Por tudo chegou a ser uns 40% de prejuízo...só quem plantou no cedo (setembro) é que conseguiu mais, quem plantou no tarde (outubro) levou mais prejuízo..” (Sra.I).

“A gente tem duas fontes, nunca tinha faltado... era suficiente para a criação, manutenção da água... Mas esse ano faltou... Eu acho que foi o desmatamento... Se tem uma preservação ali, fica mais úmido, não falta água...” (Sra.I).

“A gente tem um poço lá em cima, depois descendo... só faltou depois de 5 meses de seca...toda vida tem água... O poço tem 7 metros e sempre conserva 2 metros

de água... Depois de fazer a pinga soltamos a água... e usamos o dia todo a água.” (Sr.L).

Outra preocupação referida pelos entrevistados é em relação ao uso dos agrotóxicos por vizinhos, questão que acaba por interferir no trabalho em função da contaminação química que pode vir a ocorrer:

“O alimento ecológico é o alimento sagrado, saudável, nada químico... não é o 100%, por causa dos venenos nas divisas, nas águas, mas acredito que uns 80% eu acho que é!” (Sr.J).

“É difícil lidar com ela, por causa dos bichinhos, às vezes chove, põe o preparo e você passa e cai, pela chuva... Os que passam veneno, não se incomodam... Até caçoam de nós... dizem: “Vão se arrastar... porque nós passamos veneno no nosso e vai tudo no deles...” Dizem que nós estamos atrasados, só fazemos reunião... e que não aparece nada... Ainda tem muito daqueles que gozam, se reúnem entre eles e comentam e a gente sabe... Uma vizinha já me disse que queria mudar pro ecológico, fazer uma horta... tentou uma vez, mas desistiu... quando soube que precisava participar de reunião, se preparar por um ano, desistiu...” (Sr.J).

“Tem muito a questão do tempo... Época que tá seco não vai direito... Porque produzimos repolho, antes do grupo... uma 300 até 400 cabeças e não tinha pra quem vender... Tem época que dá e épocas que não dá... Fazendo a mesma coisa... esses dias a gente estava conversando, que o que é que acontece, que parece que está mais difícil produzir hoje...! A gente nota... eu acho que influi muito na horta os venenos dos vizinhos, por roda da gente, parece que tem planta que não vai.. a gente nota que mesmos no mato, onde tem guavirova, que não está produzindo... Uns vizinhos fizeram um manguerão pra porco, contanto com as guarirovas do mato, mas não deu mais... Falam nesse 2,4-D..[referindo-se a um tipo de agrotóxico] chega a ser 3 kg pra cada lado... 6 no total... Arvoredo também não dá... Aqui como é Faxinal, estamos um pouco mais protegidos... estamos conseguindo, mas as vezes não dá nem pro gasto...” (Sr.D).

“Na nossa região tem muita soja... A sorte que nosso terreno está na beira da estrada... Os que tão no meio, precisam fazer barreira... Os da Cambucica... E ele vem de longe, o veneno... Aquele 2,4-D é usado por eles... Lá em casa estava tudo morrendo, morto... matou minhas melancias, minhas batatas salsa, apareceu tudo morto... E daí fica na horta da gente, como é que a gente faz?... Mas dizem que ele fica no ar e quando chove, ele cai...e mata tudo! Lá na outra minha vizinha aconteceu a mesma coisa...” (Sra.P).

“A conservação de solo precisa melhorar... sempre tem que estar melhorando alguma coisa... Já tinha os açudes... tem o mato na beira do rio, a horta tá bem isolada... Muitos tem a propriedade no meio da área de plantio com veneno...” (Sra.P).

A questão do planejamento necessário para garantir o manejo e a realização das práticas adequadas à produção dos alimentos, considerando todos os desafios levantados e muitos outros é uma prática que tem sido introduzida pela AGAECO, mas que ainda se constitui numa dificuldade real para os agricultores, assim como a participação das reuniões em grupo e das demais atividades da Associação:

“Tem que fazer um planejamento para o ano todo... direto! Como trabalhamos com a feira, não pode faltar o alimento... Daqui pra frente até setembro a gente produz, depois com o calor fica mais difícil... A gente tem que acostumar a

planejar...Tantos anos na lavoura e só agora que a gente vê a importância! Que nem o alambique... se tiver problema a gente não fica na mão...fiz financiamento pra isso.. Que nem agora com essa seca, vai ter problema por aí... Tem que prolongar a conta! A gente não deve pensar que é dono do mundo... tem que ter humildade...Que ninguém pensa que é dono do mundo! Pensar que é mais importante por que tem um carro, um calçado!!...

A medida que o tempo passa, a gente se organiza... tem que participar da organização... Quem perde tempo hoje, vai se lascar mais pra frente... Mas muita gente não entende... Gente com pouca terra e cabeça de grande...Para fazer o investimento a gente precisa dos outros, do grupo... um, dois não faz..." (Sr.L).

"Planejamento a gente tenta, mas tem ano que dá certo os planos da gente, tem ano que dá bem, tem ano não dá... Ano passado eu tinha plantado batata pra mandar, esse ano plantei o dobro de área e não deu... em compensação mandioca deu super bem...Tem que plantar mais..Mesmo verdura... semeiei um canteiro ali....mas às vezes não dá!" (Sra.C).

A agricultora entrevistada expressa com as suas palavras a dificuldade do trabalho com os sistemas biológicos totalmente dependentes das condições do meio, que por sua vez, vem sofrendo alterações constantes, que podem ou não viabilizar a produção de alimentos.

"Plantando bem acho que dá...Aqui só planto mandioca e verdura... eu entrego leite direto na feira, eu não tenho vaca com leite agora... e vendia bem... o queijo, dá pra fazer, que também sai bem...a gente tem que ir vendo o que dá melhor... tenho que ver que produto dá melhor!" (Sra.I)

Acima pode ser verificada a preocupação por parte da agricultora entrevistada em identificar os produtos que podem ser obtidos por ela considerando a dinâmica da sua propriedade. É necessário avaliar quais deles tem melhor saída nos espaços de comercialização da AGAECO e quais obtêm um bom preço; a agricultora citada faz seu comentário considerando os alimentos de origem animal, leite e derivados, a sua melhor opção. Enfim todos esses aspectos necessitam ser considerados pelos agricultores no seu planejamento interno o que de fato pode ser considerado um desafio.

4.3.8 A transformação dos alimentos pelas famílias da AGAECO

A participação na AGAECO e a organização das famílias contribuiu para que o processamento de certos alimentos produzidos na propriedade e transformados no próprio domicílio passem a ser realizados visando também a comercialização de excedentes.

No quadro que segue apresentam-se as informações repassadas sobre os produtos consumidos pelas famílias e comercializados pelas mesmas por meio da AGAECO em 2004:

Quadro 35 – Destino dos alimentos de processamento caseiro transformados pelas famílias da AGAECO no ano de 2004

Produto:	Produção	Consumo	%	Venda	%	Total %
Suco (l)	1000	969	96,9	31	3,1	100
Leite (l)	40880	7360	18,1	33520	81,9	100
Manteiga (kg)	162	56	34,5	106	65,5	100
Nata (kg)	163	46	28,3	117	71,7	100
Queijo/Req.(kg)	808	394	48,7	414	51,3	100
Ovos (dz)	453	269	59,4	184	40,6	100
Doce Fruta (kg)	235	162	68,9	73	31,1	100
Doce leite (kg)	240	120	50,0	120	50,0	100
Bolacha (kg)	2155	305	14,2	1850	85,8	100
Pão (kg)	2120	1035	48,9	1085	51,1	100
Macarrão (kg)	190	90	47,4	100	52,6	100
Conserva (kg)	425	275	64,7	150	35,3	100
Cerveja (l)	600	380	63,4	220	36,6	100
Aguardente (l)	3500	80	2,3	3420	97,7	100
Vinho (l)	200	150	75,0	50	25,0	100
Banha (kg)	1666	951	57,0	715	43,0	100
Der. Milho (kg)	1370	1210	88,3	160	11,7	100
Mel (kg)	810	367	45,3	443	54,7	100
Doc.abóbora (kg)	10	0	0	10	100	100
Rapadura	50	20	40,0	30	60,0	100
Melado	200	30	15,0	170	85,0	100

Fonte: Inventário de Produção – 2004 *Foram consideradas nesta análise somente as famílias que responderam o Inventário de Produção (23 famílias – 60% do grupo)

Os produtos derivados das hortaliças e das frutas estão representados pelos sucos, doces de fruta, doce de abóbora, mel, melado, rapadura e as bebidas fermentadas como o vinho e as destiladas como a aguardente. Dentre estes os sucos são consumidos praticamente pelas famílias envolvidas. Mais da metade da quantidade de doce produzido e das conservas foi consumida pelas famílias e o restante foi vendido. Cerca de 75% do vinho obtido visou o consumo e 25% a comercialização. Já a aguardente, em função do elevado número de litros confeccionados teve 97,7% de sua produção voltada para a venda. A rapadura e o melado tiveram seus maiores percentuais destinados à venda.

Os derivados de cereais, como os produtos feitos à base de farinha de trigo, também foram confeccionados, sendo consumidos e comercializados na forma de pães, bolachas e de macarrão. A maior parte da bolacha, em torno de 85,8% foi comercializada. Já o pão e o macarrão tiveram sua produção consumida em 50% pelas famílias sendo o restante vendido.

Os alimentos de origem animal consumidos e comercializados são: o leite de vaca, a manteiga, a nata, o queijo/requeijão, os ovos e a banha. Em função do volume produzido de leite, cerca de 82% foi destinado à comercialização nos espaços da AGAECO, sendo a menor parte, 18,1% consumida pelas famílias. Mais da metade da quantidade produzida de derivados do leite, a manteiga, a nata e o queijo/requeijão foi comercializada e o restante utilizado pelas famílias produtoras. O consumo de ovos, na casa dos 59% é ainda superior ao volume comercializado que é de 40,6%. A banha é utilizada mais para o autoconsumo, chegando a 57% do obtido a quantidade consumida pelas famílias, sendo os 43% restantes vendidos.

4.3.9 A relação entre a produção e o consumo de alimentos

A análise sobre a relação existente entre o que é produzido e o que é consumido pelas famílias da AGAECO apresenta aspectos interessantes, que expressam a interdependência do grupo em relação ao ambiente natural em que se encontra inserido. Para análise da lógica que define a relação entre o que pode ser produzido e a então disponibilidade dos alimentos que serão consumidos, utilizar-se-á o agrupamento das alimentos segundo a classificação de Khatounian (2001) já empregada na discussão em relação à produção de alimentos.

Culturas Energéticas e Alimentos Energéticos

Na seqüência serão apresentados os primeiros quadros onde constam os principais grupos de alimentos consumidos pelas famílias da AGAECO, considerados pela área de nutrição e também pelo autor de referência para esta análise, Khatounian (2001), como as principais fontes responsáveis pelo provimento da energia necessária para o funcionamento do organismo humano, oriunda da dieta:

Quadro 36 - Consumo, produção e compra de alimentos energéticos (raízes e tubérculos) pelas famílias da AGAECO:

Alimento	Famílias consumidoras		Famílias consumidoras que produzem		Famílias consumidoras que compram	
	N.	%	N.	%	N.	%
Mandioca	37	97	35	92	2	5
Far.mandioca	17	45	7	18	11	29
Bat. doce	36	95	34	90	2	5
Batata	35	92	25	66	13	34
Bat.salsa	15	40	14	37	0	0
Cará	5	13	16	42	0	0
Inhame	7	18,5	14	37	0	0

Fonte: Formulário de coleta de dados – 2004 * Respostas múltiplas

O primeiro quadro se refere às raízes e aos tubérculos, que pelas famílias da AGAECO em geral são considerados chamados de “miudezas” pelos agricultores. A mandioca é um alimento consumido por 97% das famílias do grupo; cerca de 92% dos agricultores produz a mandioca que consome e 5% realiza a compra do tubérculo. Apresenta os maiores percentuais de consumo e de famílias consumidoras que produzem sua própria mandioca. Na sequência tem-se a batata-doce, com percentuais um pouco menores, constituindo-se num alimento que é consumido por 95% das famílias e produzido por 90% das mesmas.

A batata inglesa ocupa o terceiro lugar da classificação. Pode-se perceber pelos dados apresentados algumas questões curiosas. O percentual de famílias consumidoras é um pouco menor que o dos outros dois alimentos já citados, mas mesmo assim pode ser considerado elevado; ou seja, 92% das famílias consomem o tubérculo. No entanto, dentre todos os representantes deste grupo de alimentos que são mais consumidos pelas famílias é o único que apresenta um elevado percentual de famílias consumidoras que não realizam a produção, necessitando adquiri-lo por meio da compra. Este fenômeno reflete uma série de aspectos interessantes. O primeiro se refere ao hábito alimentar relacionado ao consumo da batata inglesa pela população brasileira em geral. Apesar da batata inglesa não constar como um alimento tradicional que remonta ao Brasil colônia ou até mesmo ao período de interiorização e ocupação do território, constitui-se num alimento introduzido e cujo consumo foi incentivado no Brasil sobretudo a partir da década de 1950. Constitui-se portanto em mais um dos componentes do grupo dos alimentos de origem vegetal que passam a ser produzidos e consumidos pela população brasileira por influência de políticas agrícolas assumidas pelo governo brasileiro, no contexto da Revolução Verde e início da modernização da agricultura

(BLEIL, 1998). Em função desse mesmo aspecto, será um alimento cujo processo de propagação vegetativa encontra-se vinculado ao uso de sementes híbridas de pouca ou nenhuma rusticidade, dependentes do uso de adubação química e de agrotóxicos, sobretudo de fungicidas. Considerando essas questões torna-se mais evidente o entendimento dos percentuais encontrados em relação ao número de famílias que consomem o alimento, mas não produzem o mesmo, cerca de 34% do grupo. Esse número não apresentou-se mais elevado, em função de que as famílias ecologistas sabem da existência do problema da contaminação química da batata por agrotóxicos e assim evitam consumir a de procedência da agricultura convencional. Como a produção da batata ecológica não é viável em todas as comunidades e grupos da AGAECO, restringe-se então o consumo, buscando realizar a substituição do alimento por outro, como por exemplo a mandioca. Como exemplo pode ser citado o fato de que diversas famílias da AGAECO ao serem entrevistadas comentaram que confeccionam o prato tradicional de domingo, a maionese, com a mandioca e não com a batata inglesa.

Finalmente os três últimos alimentos dessa categoria consumidos pelas famílias são em seqüência decrescente a batata-salsa, o cará e o inhame. A batata-salsa teve sua produção registrada no tópico anterior, por tratar-se de valores em um montante mais elevado, destinado não só ao consumo, mas também à venda nos espaços de comercialização da AGAECO. O cará e o inhame são consumidos somente por aquelas famílias que realizam a produção no estabelecimento rural, as demais não dispõem de esforço e não realizam gasto monetário na sua aquisição, o que aponta não serem os mesmos, alimentos de amplo consumo pela população do estudo, não apresentando *status* que influencie ou determine a sua compra para consumo.

Na seqüência tem-se o próximo quadro onde constam alimentos energéticos representados pelos cereais e derivados e pelas gorduras de origem animal e vegetal.

Quadro 37 - Consumo, produção e compra de alimentos energéticos pelas famílias da AGAECO:

Alimento	Famílias Consumidoras		Famílias consumidoras que produzem		Famílias consumidoras que compram	
	N.	%	N.	%	N.	%
Cereais e derivados						
Arroz	38	100	19	50	21	55
Far.trigo	38	100	0	0	38	100
Macarrão	38	100	18	47	29	76
Pão	36	95	36	95	2	5
Biscoito	34	90	29	76	11	29
Fubá	33	87	7	18	28	74
Milho	32	84	34	89	4	10
Pinhão	31	82	31	82	2	5
Pipoca	30	79	25	66	4	11
Maisena	14	37	0	0	21	55
Trigo	8	20	4	10	5	12
Gordura Animal:						
	N.	%	N.	%	N.	%
Banha	36	95	25	66	12	32
Nata	28	74	27	71	2	5
Manteiga	24	63	19	50	3	8
Gordura vegetal:						
Óleo vegetal	33	87	0	0	32	84
Margarina	32	84	0	0	32	84
Açúcares						
Açúcar Br.	38	100	0	0	38	100
Mel	20	53	9	24	10	26
Rapadura	10	26	1	3	8	21
Melado	8	21	2	5	5	13
Ac. Mascavo	7	18	0	0	17	45

Fonte: Formulário de coleta de dados 2004/2005

Os cereais, além das raízes e tubérculos, são os alimentos que de uma maneira geral constituem-se em principais fornecedores de energia da dieta. O amido, considerado um polissacarídeo, uma estrutura química que armazena a energia formada nos vegetais através da fotossíntese, e que se encontra presente nas sementes, raízes, tubérculos, frutos, caules e folhas dos vegetais se constitui no principal elemento característico do grupo.

O quadro compõe-se pelos seguintes cereais consumidos pelas famílias da AGAECO: arroz, trigo, milho e por seus principais derivados.

No Brasil subtropical, a araucária se constitui em uma importante árvore produtora de amido com seus pinhões, obtidos originalmente pela coleta feita pelos índios caingangues. O consumo desse alimento característico da região pelas famílias da AGAECO foi também registrado, sendo ingerido e produzido por 82% das mesmas. Cerca de 6% das famílias necessitam fazer a sua aquisição, além da quantidade produzida. No entanto o consumo do pinhão encontra-se limitado pela sazonalidade. (junho/julho).

O consumo de arroz foi verificado em 100% das famílias da AGAECO. É importante recordar no entanto que 50% das famílias declarantes produziram em 2004 o arroz que consumiram, provavelmente em função dos motivos expostos no texto anterior. No entanto por se tratar de um cereal de referência cultural para o brasileiro, sobretudo em função de ser um dos componentes da tradicional mistura feijão-com-arroz, é adquirido sobretudo por meio da compra.

O trigo em grão foi citado por um pequeno número de famílias; somente 20% das mesmas utilizam o cereal desta forma. O maior consumo do trigo ocorre na forma de farinha, ou seja, 100% das famílias fazem uso do cereal enquanto derivado. Com a farinha as famílias preparam o pão (consumido por 95% do grupo) e o macarrão (presente em 100% dos registros) e misturas consumidas juntamente com a alimentação cotidiana das famílias ou preparações doces como bolos, tortas e biscoitos (utilizados por 90% das famílias). Cabe aqui ressaltar um aspecto já colocado anteriormente que se refere à introdução do trigo na dieta dos brasileiros, fenômeno que ocorreu de maneira mais intensa nos últimos 50 anos. Os dados apresentados pelas famílias da AGAECO ilustram também o fato do cereal ter sido incorporado à alimentação de grande parte da população, passando o milho para uma posição secundária. Outro aspecto a ser comentado se refere ao fato da produção de trigo não ter sido realizada pelos agricultores ecologistas em 2004, por uma série de dificuldades que vão de aspectos climáticos até questões operacionais e organizativas. Há uma previsão que para o ano de 2005 e 2006 seja viabilizado o plantio do mesmo em algumas propriedades, garantindo o atendimento das demandas de todas as famílias da AGAECO para consumo e confecção dos produtos e também possibilitando a comercialização do excedente. O comentário do agricultor ecologista retrata a intenção referida:

“Só que eu disse pra mulher que nós estamos fazendo errado, não estamos comendo o trigo ecológico e temos que usar... Mas precisa fazer o pedido certo para não faltar, deu muito problema...começou há pouco tempo... Enquanto não alinha e seja feito o pedido certo.... Nós já estamos atrasados por causa do trigo....com a produção de bolacha, macarrão..” (Sr.J).

O milho foi consumido por 84% das famílias, sobretudo na época da colheita, na forma de “milho verde”. Em outros períodos do ano é consumido na forma de derivados, sobretudo o fubá, que é utilizado por 87% das famílias. Os elevados percentuais de milho registrados nos dados de produção das famílias da AGAECO tem o seu destino voltado ao consumo animal.

Em relação aos alimentos energéticos consumidos pelas famílias da AGAECO que constituem o grupo de gordura de origem animal verificou-se que a banha ocupa o primeiro lugar. No entanto, apesar de ser um dos alimentos consumido por 95% das famílias da AGAECO, sua produção ocorre somente por 66% das mesmas. As famílias que não produzem banha, não o fazem por não realizarem em seu estabelecimento a criação de suínos, necessitando comprar o produto. A não criação de suínos por todas as famílias encontra-se relacionada a aspectos de gestão do estabelecimento rural, sobretudo à dificuldade da manutenção de diferentes tipos de criação em determinados espaços limitados e com pouca comida disponível, sendo que o agricultor acaba por ter que realizar uma opção. Outro fato interferente já citado na apresentação dos dados sobre a história da agricultura camponesa no município de Turvo consiste nas políticas públicas da década de 1970 que conferiram total apoio às agroindústrias que processavam produtos derivados do porco e o total desencorajamento à criação doméstica. Tal processo determinou conseqüências que se fazem presentes no momento atual. Apesar do número médio de suínos por família da AGAECO apresentar-se relativamente elevado conforme já apresentado é preciso esclarecer que existe um pequeno número de agricultores da associação com um número mais elevado de suínos em oposição a um número não pequeno de agricultores que não conta com nenhum animal em seu estabelecimento rural. Cerca de 65,2% das famílias não faz a criação de porcos em seus terrenos, conforme os dados já apresentados. No entanto, chama a atenção o esforço realizado para aquisição do produto por parte das famílias que não dispõe do mesmo em seu estabelecimento rural, aspecto verificado em 32% do grupo. Em geral o consumo de óleo vegetal veio a substituir o consumo de banha. No caso das famílias da AGAECO ocorre o uso de óleo vegetal, mas em um número de famílias inferior ao número das que consomem banha. Esse fenômeno provavelmente encontra-se ligado a questões que se referem à preferência que os agricultores ecologistas procuram dar

ao consumo de alimentos não industrializados, aos produtos “crioulos”, aspecto que será melhor explicado no próximo capítulo.

Nos estabelecimentos com criação de bovinos, que em geral não possuem suínos, o consumo de gordura animal encontra-se vinculado ao uso de nata e manteiga. Cerca de 71% das famílias produzem e 74% consomem nata; cerca 50% das famílias produz manteiga em casa e 63% realizam o seu consumo; no entanto algumas famílias que não produzem esses alimentos fazem a sua aquisição; 6% das famílias compram nata e 8% compram manteiga, o que denota a apreciação existente em relação aos dois produtos.

Os alimentos fonte de gorduras vegetais utilizados pelas famílias estudadas são os óleos vegetais e a margarina consumidos respectivamente por 87% e 84% das famílias. Como são alimentos produzidos pelas agroindústrias necessitam de renda para a sua aquisição nos supermercados e armazéns.

O tipo de açúcar simples preferido pelas famílias da AGAECO é o açúcar branco, consumido por 100% das famílias entrevistadas. Parte das famílias entrevistadas comentou dar preferência ao açúcar cristal, por considerarem um produto com um número menor de aditivos químicos e menos processado, mantendo parte de seu valor nutricional original. O mel é consumido por 53% das famílias, no entanto somente 24% das mesmas conta com a produção em seu estabelecimento, sendo que o restante necessita comprá-lo. O açúcar mascavo é adquirido por 45% das famílias da AGAECO; no entanto somente 18% das mesmas consomem o produto, o restante utiliza-se do açúcar mascavo para confecção dos produtos processados que serão vendidos nos espaços de comercialização da AGAECO.

O melado é consumido por 21% das famílias, sendo que 5% das famílias realizam a sua produção e o restante necessita adquiri-lo. A rapadura é consumida por 26% das famílias da AGAECO e produzida por 21% das mesmas.

Quadro 38 - Culturas protéicas e produtos de origem animal

Alimento	Famílias Consumidoras		Famílias consumidoras que produzem		Famílias consumidoras que compram	
	N.	%	N.	%	N.	%
Leguminosas						
Feijão	38	100	35	92	3	8
Amendoim	26	68	25	66	4	11
Soja	0	0	8	21	1	3
Carnes:						
Carne suína	37	97	25	66	11	29
Carne ave	36	95	33	87	7	18
Carne bovina	35	92	17	45	20	53
Embutidos	26	68	6	16	19	50
Peixe	24	63	17	45	2	5
Vísceras	20	53	19	50	0	0
Leite e derivados						
Leite	38	100	30	79	8	21
Queijo	24	63	19	50	5	13
Requeijão	18	47	17	44	1	3
Ovos:						
Ovos	36	95	33	87	4	11

Fonte: Formulário de Coleta de Dados – 2004/2005

Os alimentos fonte de proteína consumidos pelas famílias da AGAECO representados pelo grupo das leguminosas são o feijão e o amendoim. O feijão é consumido por 100% das famílias e produzido por 92% das mesmas. O soja, apesar de ser produzido por 21% das famílias, não é consumido por nenhuma delas. Cerca de 3% das famílias realiza a compra destinando-a ao consumo animal.

Em relação às carnes mais consumidas pelas famílias apresenta-se em primeiro lugar a carne suína, que é produzida por 66% do grupo, mas consumida por 97%; ou seja 29% das famílias realizam a sua compra, o que aponta a preferência pelo produto. Em segundo lugar, tem-se a carne de galinha consumida por 92% das famílias e produzida por 87% das mesmas. A carne bovina é consumida por 92% do grupo e produzida por 53%, sendo que 45% fazem a compra do produto. O peixe é consumido por 62% das famílias, sendo que 45% contam com produção em seu estabelecimento rural.

O consumo de embutidos e de vísceras também ocorre no grupo. Cerca de 68% das famílias realizam o seu consumo, sendo que 50% das mesmas não produzem o produto necessitando adquirí-lo no comércio. As vísceras são consumidas por 53% das famílias

entrevistadas, sendo que a procedência das mesmas é o próprio estabelecimento rural, uma vez que 50% das mesmas não precisam realizar a compra do alimento.

O leite figura como o alimento protéico de maior consumo, sendo utilizado por 100% das famílias. Cerca de 79% do grupo são as famílias que produzem o leite na propriedade e 21% faz a compra do mesmo. Os derivados como queijo e requeijão são apreciados, sendo consumidos por 63% e 47% das famílias respectivamente.

Os ovos de galinha são consumidos por 95% das famílias e produzidos por 87%, sendo que somente 11% do grupo entrevistado faz a sua aquisição por meio da compra.

Hortaliças e frutas

Na seqüência segue o quadro 39 com a apresentação das hortaliças consumidas e produzidas pelas famílias da AGAECO

O quadro apresenta informações que apontam claramente a existência de uma tendência de que as hortaliças consumidas sejam aquelas que de fato são produzidas. Existem poucas exceções em relação a esse aspecto e se referem a alimentos que são temperos considerados básicos como o alho, a cebola e a pimenta e que são consumidos pela grande maioria das famílias, mas não são produzidos por todas, necessitando serem adquiridos.

As hortaliças que são consumidas por 100% das famílias da AGAECO são o alface, a abobrinha e o alho. Na seqüência de maior freqüência de consumo tem-se a cenoura, a couve e o cheiro-verde consumidos por 97% do grupo, a cebola consumida por 95% e a beterraba utilizada por 92% das famílias. Os percentuais de famílias que produzem são iguais ou superiores ao número de famílias consumidoras. Isso se explica em função de que as demandas de comercialização da AGAECO já estão determinando uma produção maior do que o consumo doméstico. Algumas famílias já estão produzindo hortaliças que não consumiam anteriormente em função da nova demanda, processo que a médio e longo prazo poderá influenciar na aquisição de novos hábitos de consumo pelas famílias, já que em geral há o hábito de aproveitar-se na alimentação da família tudo o que é produzido. A seguir, o comentário de um agricultor entrevistado sobre os aspectos já mencionados:

“Sempre tem a couve, o repolho não é sempre, não que é muito demorado... o alface... Antes, couve nunca faltou, alface sempre tinha, mas brócolis veio depois e eu não sabia o que era... eu nunca tinha lidado com elas antes da AGAECO..”
(Sr.J).

Três alimentos já citados é que se destacam em função dos altos percentuais de consumo, mas também pelos valores elevados de famílias que necessitam comprá-los. Cerca de 18% das famílias necessitam comprar alho e cebola e 10% do grupo compra pimenta.

Certos alimentos considerados hortaliças modernas, como o couve-flor, a rúcula, o espinafre, o brócolis estão sendo lentamente incorporados nos itens produzidos pelas famílias para a venda, sendo o consumo considerado ainda secundário, apesar das famílias mencionarem o seu aumento.

Quadro 39 - Consumo, produção e compra de alimentos reguladores (verduras e legumes) pelas famílias da AGAECO:

Alimento	Famílias Consumidoras		Famílias consumidoras que produzem		Famílias consumidoras que compram	
	N.	%	N.	%	N.	%
Alface	38	100	35	92	0	0
Abobrinha	38	100	37	97	0	0
Alho	38	100	29	76	7	18
Cenoura	37	97	37	97	0	0
Couve	37	97	38	100	0	0
Ch.verde	37	97	38	100	1	3
Abóbora	36	95	34	90	1	3
Cebola	36	95	32	84	7	18
Beterraba	35	92	37	97	1	3
Tomate	32	85	31	82	3	8
Vagem	32	85	32	85	0	0
Pepino	32	84	35	92	1	3
Rabanete	32	84	32	84	0	0
Berinjela	30	79	4	10	0	0
Pimentão	29	76	20	53	1	3
Repolho	29	76	29	76	3	8
Almeirão	29	74	33	87	0	0
Chuchu	29	74	30	79	0	0
Pimenta	21	55	22	58	4	10
Couv.flor	16	42	18	47	2	5
Rúcula	21	55	23	60	0	0
Espinafre	15	39	20	52	0	0
Quiabo	13	34	16	42	1	3
Chicória	14	37	14	37	0	0

Fonte: Formulário de coleta de dados – 2004/2005

Na seqüência segue o quadro 40 que apresenta dados sobre o consumo de frutas pelas famílias da AGAECO:

Quadro 40 - Consumo, produção e compra de alimentos reguladores (frutas) pelas famílias:

Alimento	Famílias Consumidoras		Famílias consumidoras que produzem		Famílias consumidoras que compram	
	N.	%	N.	%	N.	%
Pêssego	36	95	34	89	2	5
Limão	35	92	30	79	3	8
Laranja	35	92	20	53	14	38
Abacaxi	30	79	12	31	4	10
Melancia	27	71	25	66	8	21
Abacate	10	27	7	18	15	39
Mexerica	28	74	24	62	6	16
Banana	23	60	15	40	24	63
Manga	22	58	2	5	16	42
Caqui	22	58	14	37	3	8
Maçã	21	55	3	8	20	53
Mamão	21	55	7	18	16	42
Jabuticaba	21	55	16	42	2	5
Uva	21	55	14	37	5	13
Pera	20	53	14	37	3	8
Melão	19	52	23	62	1	3
Ameixa	17	45	12	32	4	11
Morango	16	42	18	47	0	0
Pitanga	16	42	20	53	0	0
Guabirova	12	32	11	29	0	0
Araça	10	27	12	32	2	5
Amora	10	27	12	32	0	0
Goiaba	10	27	7	18	2	5
Maracujá	9	24	7	18	3	8
Figo	8	21	11	29	0	0
Nectarina	4	10	4	10	0	0

Fonte: Formulário de Coleta de Dados 2004 - 2005

O quadro que se refere ao consumo e à produção de frutas é um pouco distinto do quadro de consumo de hortaliças. A tendência que se verifica não é exatamente a mesma. Não foi observado o consumo de nenhuma fruta por 100% das famílias. Na realidade todas frutas mais consumidas não serão as mesmas que são produzidas pela maioria das famílias; em função das dificuldades de produção das diferentes variedades de frutas na região existem aquelas que necessitam ser compradas.

O pêssego foi a fruta cujo consumo foi registrado pelo maior número de famílias, ou seja 95% do grupo. No entanto somente 89% das famílias que consomem o fruto podem

produzido. Na seqüência tem-se as frutas cítricas, o limão e a laranja, consumidos por 92% das famílias. Já a produção de limão é feita somente por 79% das famílias consumidoras e a da laranja restringe-se a 53% do grupo. Cerca de 37% das famílias realiza a compra de laranjas para o consumo.

O abacaxi encontra-se na quarta posição entre as frutas mais consumidas; cerca de 79% das famílias da AGAECO faz uso desse alimento; no entanto somente 18% do grupo é que além de consumir também produz o abacaxi. São as famílias do GAEVI e GAESI, do Vale do Ivaí, localidade onde os aspectos climáticos garantem a produção. Apesar de metade do grupo produzir o abacaxi, cerca de 50% das famílias consumidoras ainda necessitam realizar a compra do alimento.

Frutas consideradas tradicionais e com o consumo bastante generalizado no Brasil, como a banana, o mamão e a maçã, não são produzidas com facilidade e nem pela maioria das famílias da AGAECO, mas destacam-se os percentuais elevados de famílias que garantem o consumo por meio da compra. Cerca de 63% das famílias compram banana, 42% do grupo compra o mamão e a manga que consomem e 53% das famílias fazem a aquisição monetária de maçã. Interessante observar que o melão é consumido por 52% das famílias e que o mesmo é produzido por 62% do grupo, sendo parte da produção destinada ao comércio ou à criação.

O caqui é consumido por 58% das famílias, sendo produzido por 37% das mesmas e adquirido por 8%.

A jabuticaba e a uva são consumidas por 55% das famílias; no entanto somente 42% das famílias que consomem jabuticaba produzem a fruta e 37% do grupo que consome uvas realiza a produção das mesmas.

O restante das frutas com menores percentuais de produção e de consumo tem diferentes destinos. A guabirova, o araçá e a pitanga são frutas nativas que em geral além de serem consumidas por algumas famílias são utilizadas em grande parte para complementar a alimentação animal.

4.3.10 Aspectos que determinam ou interferem no consumo das famílias da AGAECO

A dinâmica do processo que aponta a dependência do consumo de alimentos à sua produção pelas famílias da AGAECO fica evidente na análise dos dados apresentados. As famílias da AGAECO tendem a consumir o que conseguem produzir dentro de seu estabelecimento rural. Todos os tipos de alimentos produzidos são utilizados de uma forma ou

de outra pelas famílias seja para o consumo doméstico, seja para a alimentação dos animais. A opção pela compra de qualquer alimento seguirá determinados critérios.

Tal comportamento tem suas bases na raiz da racionalidade camponesa. O dispêndio da renda monetária obtida com esforço e sacrifício necessita ser feito de uma maneira também racional. Por que gastar-se-ia naquilo que pode ser produzido pela própria família? Assim como pôde ser verificado a tradição da agricultura camponesa baseia-se na produção para o autoconsumo, fazendo parte da lógica e da racionalidade do agricultor planejar e realizar com a sua família todos os processos necessários para garantir a produção de alimentos e o seu consumo. A seguir os comentários de agricultores entrevistados ilustram os aspectos abordados acima:

“Isso de produzir para o consumo ou pra vender...para o consumo é melhor... porque a gente colhe lá e pode guardar numa caixa dentro do paiol, na casa e não precisa se preocupar com o mercado, lá compra só o principal... A gente colhe bastante feijão, guarda lá e o que sobra vende; quando quer usar arroz, é só descascar...Ano passado ainda produzi, sofremos um pouco mas... Eu tenho ainda esse ano pro gasto... é só não vender “ (Sr. E.).

“Eu acho que é o fato de não conseguir produzir, aí a gente é obrigado a comprar...só por isso... Compramos mas não muito; compramos o suco quando não tem fruta em casa; o refrigerante é poucas vezes que a gente compra; quando tem uma visita de longe... A gente não tem o costume..”(Sra.J).

“Primeiro a gente tem que pensar no teu consumo e depois pensar em comercializar fora..”(Sra. P).

A seguir mais dois comentários nos quais os agricultores ecologistas apresentam parte de sua pauta alimentar, apontando a diversidade de produtos existente e as estratégias para contar com os alimentos desejados ou com substitutos, assinalando também a incorporação de novos alimentos após a entrada na AGAECO:

“O que a gente planta hoje é suficiente... o arroz eu sempre tinha...que quase encontrava com o outro, eu é que sempre tinha pra Agaeco... no ano passado com a seca me estrepei e tenho que comprar hoje um que eu acredito que ecológico não é... O de hoje não vai dar por causa da seca, não vai dar para o gasto.. eu tinha plantado um alqueire... Vai dar menos da metade que era para dar... Feijão eu tenho, milho vai ter...e as verduras... e a carne, o porco, a galinha ... Batata-doce sempre tem mas não tem para o ano todo, a mandioca ... batatinha, mas geralmente é pouco, não tem como guardar... Mandioca tem meio direto, batatinha pro gasto...quando tem come, se não tem... O macarrão sempre é caseiro...(.) Sempre tem a couve, o repolho não é sempre, não que é muito demorado... o alface... Antes, couve nunca faltou, alface sempre tinha, mas brócolis veio depois e eu não sabia o que era... eu nunca tinha lidado com elas, depois na AGAECO..”(Sr.J).

“O feijão, o arroz, a carne e o leite e as verduras, né?!...As variedades de fazer saladas... A gente consumia porque nós fazia horta direto... A gente plantava um tipo de repolho..pra nós dava bem... mas a gente tinha de sobra, dava pra os vizinhos e a gente consumia e tudo...Alface dava bem... de uns anos pra cá é que dificultou... O repolho é mais difícil hoje de alinhar.... Daí produz também fruta, laranja, limão, eu tenho banana, a gente produz bem... Só para o consumo, mas

não pra vender... Pinhão... agora tá dando pinhão lá... Faz 5 anos que estamos comendo pinhão.. criou... antes não tinha !Ovos, galinha...” (Sr.E).

Os motivos que levam os agricultores à preferência pelo autoconsumo se iniciam pela questão da disponibilidade do produto existente no sítio, pela diversidade e pela qualidade do mesmo que segundo a visão dos agricultores é garantida pela agricultura ecológica:

“Diversidade de produtos você tem na propriedade e também na saúde a gente vê uma diferença danada... Eu, graças a Deus, doente não fico... Uma alimentação bem sadia é tudo! Se você não se atenta pra isso, pode ter problemas...” (Sr.L).

“Pois pra gente é uma grandeza... pra não acontece como aquele que vai lá e quer um quilinho disso, daquilo, não sabe o que está comendo...um feijão que às vezes cozinha, às vezes não, que tá carunchado... Aqui a gente sabe o que está comendo, varia a comida....um dia, faz uma canjica no pilão, eu tenho lá... tem que carcar com água e uma cinza e sai todo o farelho, sai limpinha.... usa um pedacinho de pano limpo e com cinza, vai vê como a canjica em grossa.... senão fica uma sopinha bem lavada... se eu estou sozinho, já penso vou comer uma canjica... gostoso!...Aí, penso vou comer uma batata-doce com milho... tem variedade... lá não, a turma da cidade, comem bem, mas...! Come aquele feijãozinho branco... para mim tem que ser preto...a gente sabe que o que está comendo... tem toda essa vantagem... é ecológico, tem variedade...!!” (Sr.J).

O comentário do agricultor fala da diversidade e de como considera positivo ter o conhecimento da qualidade do que é consumido e da “grandeza” que é a pessoa poder contar e ter em casa um alimento de qualidade como o ecológico. Ele compara a fartura que há no campo, a tranqüilidade de quem não necessita da renda monetária para comprar seus alimentos, com o que ocorre na cidade onde o consumidor faz a compra “de um quilinho disso e daquilo, mas não sabe o que está sendo consumido”. A palavra “quilinho”, diminutivo de “quilo” é utilizado pelo agricultor com um caráter pejorativo, apontando assim a superioridade de uma prática que só pode ser realizada no campo, onde os alimentos são produzidos.

No entanto o principal ponto considerado pelas famílias da AGAECO em seus comentários sobre a questão se refere à origem do alimento, conhecida pela família e considerada como saudável em virtude da não utilização de produtos que possam comprometer a saúde humana, como adubos químicos e agrotóxicos:

“O alimento ecológico é aquele em que você não usa veneno, nem adubo químico... Sabe de onde vem... Um trigo de mercado a gente não sabe da onde vem...” (S.J).

“Significa bastante... desde a saúde!... E você não vai mexer com veneno...!A gente vê como a saúde do grupo melhora ... Pois é um alimento sem veneno... Até eu me intoxiquei com veneno e até hoje eu não tenho uma boa saúde em função disso...Nós usamos... Cheguei a sentir uns sintomas esquisitos, mas não cheguei a ser internado...” (S.L).

Analisando as tabelas e quadros anteriores pode-se verificar que as famílias da AGAECO contam a produção de grande parte dos alimentos que consomem atualmente. Se não

é possível contar com a produção de todos os principais representantes de cada grupo de alimentos, sempre há a presença de substitutos que poderão cumprir com um papel similar em termos de garantia da nutrição humana.

A presença de alimentos que não são produzidos pelas famílias também ocorre, conforme evidenciado anteriormente. É interessante observar a visão dos próprios agricultores e agricultoras sobre a compra de alimentos e os critérios adotados para tal:

“Eu compro só o que é mais necessário... Esse negócio de enlatado, ervilha, essas coisas, pra mim não... Suco em pacote, refrigerante, é difícil... Às vezes alguém que vem visitar traz... A gente faz ... suco... abóbora, limão...” (Sra. P).

“Fazer o quê! Se a gente não tem crioulo, a gente tem que comprar!..... A maioria mesmo é o arroz, o trigo, açúcar, o café, também que não dá... A gente não tem muita gente para poder mexer com muita coisa...” (Sr.J)

A agricultora entrevistada afirma comprar o que considera prioritário, necessário para a família, citando como exemplo de alimentos não priorizados e até evitados pela família determinados produtos industrializados como os enlatados, suco em pacote e refrigerantes.

Outro elemento determinante é a economia garantida pela produção doméstica, que tem um custo inferior ao da compra de alimentos, sobretudo na agricultura ecológica, onde o uso de insumos é bastante reduzido em relação à agricultura convencional. Uma agricultora ecologista faz essa avaliação comparando o custo da alimentação realizada na cidade em relação à que é obtida diretamente da produção doméstica:

“Dá uma diferença... eu vejo com as minhas irmãs que moram na cidade... A gente nem faz idéia de quanto aquilo custou... Mas na cidade é tudo aquilo contadinho... A minha cunhada, de Guarapuava, perguntou se quando eu recebi as visitas do Rio Grande não me apertei com tanta gente... Eu quero um porquinho tem... Quer matar uma galinha também tem...” (Sra. P).

A questão da economia garantida pelo autoconsumo sempre foi uma das principais justificativas para a importância dada à produção doméstica pelos próprios agricultores, em virtude do peso que a compra de alimentos tem no orçamento familiar. No quadro apresentado a seguir pode ser verificado o percentual de renda monetária ainda gasta pelas famílias da AGAECO na compra mensal de alimentos. As informações já apresentadas apontaram que 57% do grupo, que corresponde a 16 famílias das declarantes, utiliza uma faixa de renda que vai de 20% até 69% do total de rendimentos recebidos no mês. Para duas famílias declarantes a compra de alimentos chega a praticamente 70% da renda monetária declarada.

A análise dos dados aponta a importância que a produção para o autoconsumo tem para as famílias da AGAECO, sobretudo no contexto de baixa renda monetária apresentado pela maior parte das famílias.

É importante considerar aqui para o entendimento desse ponto a resposta a um questionamento realizado no momento das entrevistas com as famílias da AGAECO que se referia à quantidade suficiente de alimentos existente na casa para a alimentação da família no ano. As famílias responderam a questão assinalando uma alternativa, sendo o resultado apresentado no quadro a seguir:

Quadro 41 – Disponibilidade de alimentos em quantidade suficiente nos domicílios das famílias da AGAECO durante o ano

Qtde de Alimento:	Sempre Suficiente	%	Às vezes insuficiente	%	Sempre insuficiente	%	Não Informado	%	Total No.	Total %
No. Famílias	30	79	1	2,6	1	2,6	6	15,8	38	100

Fonte: Formulário de coleta de dados – 2004/2005

Pelas respostas pode ser visto que 79% dos declarantes afirmaram contar com uma quantidade suficiente de alimentos na casa para a alimentação da família no ano. Uma família respondeu que às vezes a alimentação é insuficiente em função de que “acaba o dinheiro para a compra”. Outra família respondeu que a quantidade de alimentos é sempre insuficiente colocando que em geral isto ocorre porque há problemas na produção dos alimentos, “não havendo boa colheita”. Cerca de 15,8% do grupo não informou sobre a questão. As informações obtidas apesar de se referirem a uma minoria revelam as dificuldades existentes por parte de algumas famílias para garantir a sua segurança alimentar, em função de problemas em relação à produção ou em relação à falta de renda monetária para a aquisição da quantidade suficiente dos alimentos que não produzem.

No quadro a seguir apresenta-se a frequência de respostas fornecidas pelos agricultores ecologistas quando lhes foi questionado se teria havido um aumento na renda da família após o início da prática da agricultura ecológica e entrada na AGAECO:

Quadro 42 – Registro de aumento de renda familiar em função da prática da agricultura ecológica pelas famílias da AGAECO

Situação de renda	Aumento na renda	%	Diminuição na renda	%	Nenhuma Mudança	%	Não Informou	%	Total No.	%
No.Famílias	31	81,6	3	7,8	0	0	4	10,6	38	100

Fonte: Formulário de coleta de dados - 2004

Conforme pode ser avaliado cerca de 82% do grupo respondeu que houve um aumento na renda da família e 8% das famílias responderam que houve uma diminuição. No entanto as que referiram diminuição da renda informaram que no período que coincidiu com o início das atividades ecológicas, ocorreram dificuldades em relação à disponibilidade de mão-de-obra na família; pelo menos em duas das três situações registradas, houve redução do trabalho da mulher na propriedade em virtude de gravidez e nascimento de filhos.

Nenhuma das famílias referiu não ter havido mudanças em relação ao aumento ou diminuição da renda após o ingresso na AGAECO, no entanto 10% do grupo não informou sobre a questão.

Em relação às referências de aumento da renda segue quadro apresentando os percentuais informados pelas 31 famílias declarantes:

Quadro 43 – Percentual de aumento de renda declarado pelas famílias da AGAECO em função da prática da agricultura ecológica

Percentual de aumento de renda	Número de Famílias Declarantes	%	Número de Famílias que não informaram	%	Total No.	Total %
0 – 19,9	3	9,6	0	0	3	15
20 – 39,9	1	3,2	0	0	5	5
40 – 59,9	10	32,2	0	0	10	50
60 – 79,9	1	3,2	0	0	1	5
80 – 100,0	5	16,1	0	0	5	25
Total	20	64,5	11	35,5	31	100

Fonte: Formulário de coleta de dados – 2004

Como pode ser visto nos dados apresentados cerca de 32% do grupo que declarou a informação observou um aumento de 40 a 59 % na renda familiar. Cerca de 16% das famílias registraram um aumento de 80 até 100% da renda após o início das atividades vinculadas à agricultura ecológica; 9% do grupo informou um incremento na renda de até 19% e 3% das famílias registraram um aumento dos rendimentos de 20 até 39%. Do total das 31 famílias que afirmaram ter a renda aumentada, 11 das mesmas, 35% do grupo não informaram o percentual que correspondeu a este aumento.

No entanto apesar da importância do autoconsumo para o grupo, a interferência de aspectos externos à vida do agricultor familiar camponês contribuíram para a incorporação de certas práticas alimentares diferentes das tradicionais. O quadro anterior apresenta os percentuais de renda monetária gasta com a compra de alimentos pelas famílias da AGAECO,

apontando indícios de baixa renda monetária para a maior parte do grupo ou de pouca produção demandando a compra. É importante também para esta análise resgatar que os tópicos anteriores demonstraram que a maior parte dos alimentos consumidos pelas famílias da AGAECO são produzidos pelas mesmas. No entanto algumas famílias de baixa renda referiram a existência do costume adquirido de comprar no mercado aquilo que antes era produzido na propriedade. O relato que segue ilustra a questão:

“Verdura não comprava.... Mas coisa de cozinha, tinha aquela mania de comprar, compra, compra: tomate, batatinha...o que tivesse... “Ah! Mais tá barato! Então eu vou levar macarrão..” Pegava coisa que na casa podia ter, trazia tudo o que encontrava: suco, chá, batatinha... . Coisa que toda vida eu comprava”!.Sra.C.

Considerando ainda a questão da baixa renda monetária das famílias e o peso da compra dos alimentos no orçamento familiar é que torna-se compreensível o entendimento de certos paradoxos observados nas práticas alimentares das famílias. Na seqüência a fala de um agricultor entrevistado expressando sua opinião sobre o consumo de trigo convencional pela família:

“Só que eu disse pra mulher que nós estamos fazendo errado, não estamos comendo o trigo ecológico e temos que usar..”(Sr.J)

Apesar de afirmarem que o alimento ecológico é melhor para a saúde por ser produzido de forma ecológica, quando há necessidade da compra de um alimento fora do estabelecimento rural e a preços mais elevados que os apresentados pelo produto convencional ainda há resistência à compra. O fato deve-se sobretudo ao valor a ser dispendido e o seu peso no orçamento doméstico e pelas dificuldades enfrentadas para viabilizar o acesso ao mesmo, apesar da estrutura oferecida pela AGAECO para tal:

“É porque ele tem mais mão-de-obra, mais dedicação, e tem o preço alto... Que nem em casa, o trigo ecológico... O preço, a dificuldade do transporte, a demora em chegar e a forma de preparar... é mais difícil...Vamos deixar o trigo pra merenda [referindo-se ao uso do trigo ecológico somente para confecção dos produtos ecológicos destinados à merenda escolar do município de Turvo]..” (Sra.J).

Outro tipo de situação observada foi o uso de farinha trigo convencional para confecção dos alimentos consumidos pela família e compra de farinha de trigo ecológica para o preparo dos produtos vendidos nos espaços de comercialização da AGAECO. Aspecto que confirma a hipótese apresentada no parágrafo anterior, de que o preço pago pelo trigo ecológico é considerado elevado para as famílias utilizarem no consumo doméstico. Alguns agricultores

estão planejando produzir o trigo ecológico para suprimento da AGAECO no período 2005/2206 o que em parte facilitará o consumo por parte das famílias.

Na seqüência a fala de outra agricultora ecologista sobre a questão de alguns agricultores da AGAECO ainda manterem o consumo de alimentos convencionais:

“Existem famílias que não valorizam o lado do consumo do alimento ecológico pela família; às vezes uma pessoa da família é que faz parte...A gente nota que os grupos mais novos entram na AGAECO mais por causa da comercialização e não está bem interada da importância do produto ecológico para si... Vende tudo e vai comprar no supermercado os alimentos, os mesmos que produziram e venderam... Ainda não há aquela seriedade para consumir tudo ecológico..” (Sra.J).

Na seqüência o depoimento de uma agricultora entrevistada com a sua avaliação sobre o processo do autoconsumo, a prática da agricultura ecológica, e a busca do consumo de uma alimentação ecológica:

“Vou no mercado e compro arroz, trigo, açúcar, café, é uma coisa que a gente não fica sem também, né?...E miudezas, negócio de limpeza ... Macarrão eu faço..Salada eu tenho, se não tenho, faço uma maionese com mandioca...às vezes eu faço um queijo.. Antes a gente deixava R\$300 reais no mercado....pegava tudo o que tinha: chocolate, tudo... agora fazemos com R\$150 reais...Agora eu vejo que não tem necessidade, eu posso fazer na casa, por que vou pegar lá?...Eu estou com uns pacotes de suco aí, faz uns 3 meses que estão aí.... Eles também tão entendendo..[referindo-se aos filhos]...Eles também não gostavam de abóbora, batata, mandioca....Agora já gostam, comem na escola.[referindo-se à merenda escolar ecológica fornecida pela AGAECO]. Por que em casa não gostam de comer abóbora, mas lá comem, ele diz porque em casa não fica tão bom como na escola! Eu digo que lá tão com fome e comem... Aqui era só: feijão com arroz; feijão com arroz.. agora já pedem outra coisa.!” (Sra. C.)

No depoimento acima é ressaltada uma pauta diferenciando os alimentos que ainda necessitam ser comprados para o consumo, por não serem produzidos no estabelecimento camponês e alguns exemplos de preparações culinárias do cotidiano cujo alimento base é produzido pela família. Também é realizada uma análise do valor utilizado na compra de alimentos no presente em relação ao período anterior à adesão à agricultura ecológica, quando praticamente despendia-se o dobro na compra de gêneros. Essa afirmação indicaria a existência de mudanças em relação ao aumento da produção para o autoconsumo incrementada posteriormente ao ingresso na AGAECO. A agricultora ecologista se refere também à mudanças no hábito alimentar da família, no sentido do resgate não só da produção de mais gêneros e da sua diversificação, mas também no sentido de procurar preparar a comida na casa, deixando de depender das compras em mercados. Menciona também a contribuição da merenda escolar ecológica, viabilizada pela AGAECO como uma prática estimuladora do consumo de alimentos locais pelos alunos e em consequência por suas famílias.

É importante comentar que apesar do autoconsumo estar sendo priorizado pelas famílias, a abertura de espaços de comercialização pela AGAECO e a geração de maiores demandas da produção estão estabelecendo novas dinâmicas no processo produtivo.

A avaliação da produção e da venda dos principais gêneros alimentícios pelas famílias da AGAECO expressa esse novo processo. O percentual da venda de determinados alimentos ultrapassa o percentual de consumo doméstico, voltado para a alimentação da família e para a alimentação animal. É o caso do feijão, das hortaliças, frutas, amendoim e da batata-salsa. Isto no entanto não significa que esteja ocorrendo a falta desses produtos para consumo das famílias; houve na verdade um aumento de produção em função da demanda. Em contrapartida o percentual de consumo do milho, da mandioca, da abóbora e da batata-doce foi superior ao percentual da comercialização. Na realidade o objetivo do plantio destes alimentos encontra-se mais voltado ao autoconsumo do que à comercialização, ou existem ainda dificuldades para o incremento da produção por parte de algumas famílias. O caso da produção de arroz é singular, pois a quantidade produzida não consegue atender ao consumo de metade das famílias da AGAECO e a produção de trigo praticamente inexistente até o momento.

Dos produtos processados apresentaram um maior percentual de consumo em relação à venda: os sucos, doce de frutas, conservas, os derivados de milho, cerveja, vinho, banha e os ovos. Já o leite, a manteiga, a nata, as bolachas, doce de abóbora, rapadura, melado, mel e a aguardente tiveram os percentuais de venda superiores aos percentuais de consumo.

Finalmente, a produção de galinhas e frangos, de suínos e de bovinos apresentaram percentuais de consumo bem superiores aos percentuais de venda, expressando também que a manutenção das criações nas propriedades das famílias da AGAECO apresenta-se mais voltada ao autoconsumo. Há uma intenção por parte das famílias da associação em aumentar o pasto e assim aumentar a criação sobretudo de bovinos, mas as condições existentes dificultam o processo conforme já foi relatado anteriormente. A produção de leite e derivados, a produção da cana e de seus sub-produtos são alternativas que estão sendo buscadas pelos agricultores por serem produtos que permitem a agregação de valor, incrementando assim a renda das famílias.

Cabe ainda algumas palavras sobre os processos que incrementaram o autoconsumo e a diversificação de alimentos nas propriedades das famílias da AGAECO.

A prática da agricultura ecológica e a abertura de espaços de comercialização pela AGAECO trouxe novas possibilidades de geração de renda para as famílias agricultoras. A seguir o comentário de um agricultor ecologista sobre a renda monetária adquirida depois do ingresso na AGAECO:

“Hoje, na verdade, se a gente tivesse mais era bom, mas dá pra sobreviver... Estamos fazendo pastagem, a tendência é melhorar, pra vender leite... tem os produtos pra feira... Com a agroindústria, vai melhorar... Já estamos entregando leite na associação, está dando um salário... No dia de feira a gente também leva...”(Sr.E)

A seguir comentários dos agricultores sobre o processo de venda dos produtos:

“Não está bem como a gente queria... gostaria...Está fraca a produção, mas tem que melhorar... Mas hoje já tem o mercado..... Tem que produzir pra conquistar o consumidor... Como que uma associação de ecológicos vai falar do alimento ecológico e não tem produção... Mas a gente hoje tem ter o produto, tem que aumentar a produção...” (Sr.E)

O espaço de comercialização foi responsável pelo aumento sobretudo da produção de hortaliças e da valorização de outros produtos caseiros já produzidos no estabelecimento mas sem a valorização necessária, inclusive por parte dos próprios agricultores. A existência do comércio estimulou também o consumo, conforme avalia o agricultor:

“A gente tendo comercialização incentiva a gente a produzir pra vender e aí da uma renda pra família e aí aumenta o consumo e assim a gente consome... antes era difícil... se saísse na cidade pra vende, não conseguia...tinha que dar ou deixar pra alguém... Ìa na casa de uma família pra vender, não acha a pessoa... Assim com a feira a gente tem compromisso, sabe que tem comércio...” (Sr.E.)

Pelo comentário é possível perceber como a abertura de um espaço de comercialização teve um efeito gerador da produção. Na seqüência outros comentários de agricultoras sobre as mudanças potencializadas pela venda de alimentos e pela interação com os consumidores. É possível perceber como as compras institucionais, como é o caso da merenda escolar ecológica, contribuem também para estimular a produção quando há a segurança do espaço de venda garantido:

“A produção é junto, no mesmo canteiro do que a gente consome e vende... O que a gente vendia mais era milho, arroz e feijão... planta miúda nunca... A gente vendia antes para o cerealista...Nunca ouvia o consumidor sobre consumir um produto que é seu... Hoje a gente vende direto pro consumidor, por isso a gente é mais valorizado... Que nem na escola, a merenda... A responsabilidade aumenta quando as pessoas sabem da onde vem o produto, quem produz é a gente, tem que cuidar mais...” (Sr.E).

“Acho que não é só a gente que fica feliz! As professoras dizem que os alunos gostam, que eles comem o lanche, a merenda com vontade; porque é uma coisa que eles não tem; a do governo, do Estado, ela é enjoativa, tem um cheiro...Imagine comer aquilo todo dia, o ano todo; agora recebe fruta, batata, mandioca ... As crianças parecem que chegam com vontade de estudar, porque estão se alimentando melhor...E a gente fica feliz de saber que é um produto da gente..” (Sra.C).

O último comentário novamente reforça a importância de políticas públicas na área de Segurança Alimentar e Nutricional, com uma dimensão que contemple a relação campo-cidade

e com foco na valorização do trabalho do agricultor, da agricultura ecológica e da importância da alimentação escolar como uma estratégia de importante impacto também no estado nutricional dos escolares e na formação de hábitos alimentares mais saudáveis e de referência cultural regional.

Finalmente, referências sobre a contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), intermediado no Estado do Paraná pela CONAB, ao trabalho da AGAECO :

“A CONAB fez o pessoal se animar para produzir e diversificar. Comemos tudo e o que sobra também... Se não tivesse a CONAB não teríamos um estímulo para plantar algo diferente”. (Sr. W).

“Tem gente que reclama com a demora... do grupo... Mas tem que ter paciência... Tem gente que reclama... Tem que ter paciência, não é do dia pra noite...Estamos com 5 anos de grupo e agora que está retornando um pouquinho... tá certo que é pouquinho, mas tem que ter esperança...Depende da organização, aos poucos vai dando...A [esposa] fez o cálculo com o que deu da venda da CONAB, só salada... almeirão, alface deu quase R\$600,00 reais...”(S.L).

“A CONAB salvou nós... Muita gente teria ido embora para a cidade se não fosse o programa..”. (Sr.W).

Pelos comentários fica evidente a contribuição do PAA para melhoria da renda das famílias e segurança de comercialização dos alimentos, o que aponta novamente a importância e o potencial das políticas públicas destinadas à agricultura familiar com foco na área de Segurança Alimentar e Nutricional. Também é possível perceber pelos comentários acima que o processo desencadeado pelo PAA também foi um dos responsáveis pelo aumento da diversificação da produção e do aumento do autoconsumo.

Na finalização desta parte do capítulo torna-se essencial retomar alguns pontos já discutidos ao longo do texto, mas essenciais para compreensão da dinâmica do processo que envolve a relação entre produção e consumo de alimentos pelas famílias ecologistas.

A primeira questão se refere ao entendimento de que há uma lógica ancestral que rege a organização dos sistemas tradicionais de produção para o consumo doméstico. Os referenciais teóricos apontam para isto demonstrando a presença da lógica camponesa na definição das culturas a serem trabalhadas para alimentar a família e possibilitar um excedente para a venda, as áreas destinadas aos cultivos, a melhor dinâmica de rotação entre elas, a alternância mais adequada dos ciclos de produção, enfim um conjunto de questões que se definem pelo conhecimento e experiência individual e coletiva que advém da relação histórica dos agricultores com a natureza do lugar. E ainda, que essa racionalidade que move as ações dos homens na organização desse sistema tendo como base a sua integração com a natureza, segue por sua vez uma lógica nutricional. A definição dos processos e dos alimentos a serem obtidos deve atender em termos de quantidade e qualidade as necessidades nutricionais das famílias

camponesas, garantido-lhes o necessário para sua reprodução biológica. O que foi constatado pelo trabalho de campo é que a presença dessa lógica confirmou-se em relação às famílias da AGAECO. A mesma lógica permeia a tomada de decisões por parte dos agricultores ecologistas, considerando mais dois aspectos presentes na realidade do grupo de referência: a disponibilidade de quantidades pequenas de terra para a produção e a mão-de-obra, que é familiar, reduzida em muitas situações.

A interação com a natureza no processo de produção, que é a sua base, já existia antes da entrada dos agricultores na AGAECO, no entanto os mesmos afirmam que a incorporação de alguns elementos novos possibilitou um ganho em relação ao processo de produção de alimentos como um todo. A questão básica da fertilidade da terra passou a ser encarada de uma outra forma, contando com várias alternativas para a sua implementação.

Houve se fato uma melhora da fertilidade do solo em muitos dos estabelecimentos, mas este aspecto ainda consiste num desafio a ser constantemente vencido, uma vez que a fertilidade constitui-se no “resultado” da interação de diferentes fatores e processos a serem manejados ecologicamente pelos agricultores.

As dificuldades ainda existentes para a conversão integral à agricultura ecológica por parte dos estabelecimentos rurais das famílias da AGAECO são ainda uma realidade, apesar dos diferentes esforços empreendidos e da proposição de metas de conversão total pelos agricultores. A pouca disponibilidade de terra e de mão-de-obra, a baixa fertilidade dos solos, a necessidade da manutenção das matas, a dificuldade na obtenção de financiamentos para o período de conversão constituem-se em dificuldades concretas que vão sendo superadas a base de estratégias concebidas pelas próprias famílias e coletivamente pela associação. A baixa disponibilidade de renda monetária e os riscos de perda de certas culturas no período de transição acaba por dificultar a conversão de uma maneira mais acelerada.

Aspectos externos às propriedades rurais também consistem em pontos interferentes no processo ecológico de cada propriedade demonstrando a importância de que cada vez mais famílias vizinhas às famílias da AGAECO irem se incorporando à prática da agricultura ecológica. O uso de agrotóxicos pelas propriedades vizinhas dos agricultores ecologistas contribui para a existência de risco de contaminação dos produtos ecológicos. A ocorrência de uma seca mais intensa no estado do Paraná e na região, nos dois últimos anos, causada por uma série de fatores como o desflorestamento, preocupa e dificulta a produção de alimentos, sobretudo de olerícolas.

A produção de alimentos dos três grupos (construtores, energéticos e reguladores) está ocorrendo em todos os estabelecimentos rurais das famílias da AGAECO. O consumo se define basicamente em função do que é produzido; somente os alimentos com produção considerada inviável pelos agricultores é que são adquiridos por meio da compra. Essa lógica já era existente anteriormente à criação da AGAECO, mas que acabou por ser revalorizada pela filosofia da agricultura ecológica. A compra de frutas constitui-se num caso a parte em função dos motivos já expostos.

Apesar das dificuldades o incremento da produção é uma realidade referida pela maioria. A questão primordial é sempre a produção para autoconsumo, mas a existência dos espaços de comercialização e a demanda das políticas públicas como o PAA e da Merenda Escolar Ecológica consistem num estímulo essencial ao incremento da produção e à sua diversificação o que repercutiu nas práticas alimentares das famílias que incorporaram outros gêneros à sua pauta alimentar. No entanto, conforme pôde ser verificado o percentual de venda de vários alimentos suplanta o do consumo, apontando a importância do espaço de comercialização para a dinamização da proposta ecológica.

O aumento da renda referido por 82% do grupo de declarantes em função da venda de alimentos possibilita o atendimento das necessidades domésticas, repercutindo também na qualidade alimentar e/ou é reinvestida no próprio estabelecimento rural. Ocorre por um lado uma economia maior em função do aumento do autoconsumo e por outro lado há o aumento no ingresso de renda monetária, o que é bastante importante considerando que 57% do grupo, utilizam uma faixa de renda mensal que vai de 20% até 69% na compra de alimentos.

A transformação doméstica dos alimentos também obteve uma valorização, sendo que boa parte dos produtos processados artesanalmente está sendo comercializada nos espaços da AGAECO. Muitas das agricultoras já realizavam este trabalho, mas para o consumo da família; o interesse e a procura dos produtos pelos consumidores urbanos motivou as mesmas a ampliarem e a diversificarem a produção.

Apesar da interferência do processo de modernização da agricultura na história de vida da maior parte das famílias da AGAECO o acesso à agricultura ecológica e a viabilização da comercialização dos produtos em função da prática associativista possibilitaram às famílias a reincorporação e a valorização de aspectos característicos do modo de vida camponês .

4.4 AS PRÁTICAS ALIMENTARES E SUA RELAÇÃO COM A NUTRIÇÃO E SAÚDE DAS FAMÍLIAS DA AGAECO

4.4.1 Questões de referência para interpretação de estudos sobre a alimentação e a nutrição de comunidades

Segundo Azevedo (2004) o conhecimento produzido pela ciência da nutrição tem contribuído para a preconização de recomendações nutricionais e sugestão de modelos de dieta que reduzem a complexidade da relação: alimentação e nutrição.

Aspectos históricos auxiliam na compreensão desse processo conforme relata a mesma autora:

A ciência desenvolvida a partir do século XIX também influenciou o sistema agroalimentar e os conceitos de qualidade alimentar. Pesquisas nos campos da física e da química se intensificaram a partir de 1840, com cientistas e fisiologistas como Lavoisier, Claude Bernard, Liebig e Magendie. O metabolismo dos nutrientes e seu valor energético e nutritivo foram relacionados ao processo de respiração e de produção de energia. A caloria foi escolhida como unidade termodinâmica e passou-se à análise quantitativa dos nutrientes utilizando-se a balança e a bomba calorífica. O conhecimento da função dos nutrientes direcionou as primeiras pesquisas de desenvolvimento de adubos químicos. As dietas definidas pelo perfil geográfico e cultural, bem como as teorias sobre qualidade alimentar abrigadas em livros sagrados, foram sendo gradativamente substituídas por orientações nutricionais baseadas em estudos calórico-quantitativos. (AZEVEDO, 2004, p.34)

Se por um lado tais conhecimentos se constituem num avanço do conhecimento das características intrínsecas dos alimentos e sua relação com a saúde humana, por outro contribuíram para que outros fatores igualmente importantes na determinação do estado nutricional dos indivíduos fossem relegados a um segundo plano.

Josué de Castro, influenciado pela escola da medicina social, será um dos principais atores da história brasileira e do cenário mundial que na primeira metade do século XX procurará aliar os modernos conhecimentos da ciência da Nutrição apontando as necessidades nutricionais dos indivíduos ao estudo dos determinantes econômicos, sociais e ambientais da situação alimentar e nutricional das coletividades.

Segundo Vasconcelos (1995, p.19), o conceito eminentemente biológico de estado nutricional considera a “condição de saúde de um indivíduo, influenciada pelo consumo e utilização de nutrientes, identificada pela correlação de informações obtidas de estudos físicos, bioquímicos, clínicos e dietéticos.”

Atualmente, entende-se que o conceito deve, além da dimensão biológica, expressar também sua dimensão social, uma vez que a “nutrição é parte integrante da totalidade do

processo social de produção” sendo portanto “efeito nítido e até típico do posicionamento do indivíduo e de seu agrupamento, na estrutura social” (VASCONCELOS, 1995, p.21).

Por isso estudos sobre a alimentação e nutrição de comunidades se constituem num grande desafio uma vez que necessitam da definição de metodologias para coleta de dados e de referenciais teóricos para a sua análise que permitam uma avaliação contextualizada das informações obtidas.

Entre os aspectos mais objetivos a serem pesquisados, destaca-se os relativos à disponibilidade e à quantidade de alimentos – o que é plantado, em que quantidade e como as pessoas têm acesso físico e econômico aos mesmos. Incluem-se aqui também os aspectos relativos à qualidade – presença ou não de contaminação biológica e/ou química que venha causar problemas de saúde – e culturais, que definem o que é aceito como comestível nas diferentes culturas. Os aspectos subjetivos que necessitam ser identificados incluem o gosto, o prazer, os valores, as questões simbólicas, as emoções e as relações sociais – os indivíduos e grupos de convívio, como a família ou a comunidade, que afetam direta ou indiretamente as escolhas alimentares dos seres humanos.

Por fim devem ser obtidas algumas informações que possibilitem conhecer pelo menos parcialmente as repercussões que o padrão alimentar estudado tem sobre a nutrição e a saúde humana.

Como no presente capítulo são apresentadas as informações sobre o perfil de alimentação e nutrição das famílias da AGAECO, considera-se fundamental informar o leitor em relação a alguns aspectos que envolvem as discussões da área de Nutrição para que seja possível a compreensão das bases consideradas para a análise dessa categoria de dados.

Não pretende-se aqui aprofundar questões específicas dessa ciência, que tem suas bases na área da Biologia e da Saúde, sobretudo em função do presente trabalho tratar-se de uma pesquisa na área social inserida no mestrado de Geografia. No entanto é necessário resgatar que este trabalho se baseia na consideração de que a alimentação se constitui numa expressão da relação estabelecida entre os grupos sociais e a natureza. A nutrição do corpo constitui-se por sua vez também na expressão de uma relação; para Vasconcelos (1995, p.19), o estado nutricional “é o produto ou manifestação biológica do conjunto de processos que se operam sobre o “corpo social”, é a síntese orgânica das relações entre homens-natureza-alimento que se estabelecem no interior de uma determinada sociedade.” Dessa forma pode-se entender que os aspectos sociais ligados à alimentação precisam ser sempre considerados na realização de

estudos sobre o tema, mas que as bases biológicas sobre as quais a nutrição do corpo acontece não podem ser desconsideradas.

Segundo Khatounian (2001, p.94) o mundo em que vivemos encontra-se imerso na biosfera. A biosfera compreende componentes bióticos (todos os seres vivos e suas interações) e abióticos (todos os elementos desprovidos de vida). Dentro do meio biótico, existem organismos que podem produzir seus próprios alimentos (as plantas verdes, a partir da luz solar), ditos autotróficos e os que dependem de outros para se alimentar (animais e plantas não clorofiladas), ditos heterótrofos.

Assim, o fato do ser humano constituir-se num heterótrofo faz com que ele dependa completamente da natureza e dos processos da vida para garantir sua alimentação, sua nutrição e assim conseqüentemente seu estado de saúde.

4.4.2 Os grupos de alimentos e sua contribuição para uma alimentação saudável

Define-se alimento como “substâncias que provêm da natureza dotadas de certas qualidades sensoriais (sabor, aroma, cor, consistência), que excitam o apetite dos seres humanos, que têm para os mesmos significado social e cultural e que contêm uma variedade de substâncias químicas necessárias ao corpo humano”. (KRAUSE e MAHAN, 1985)

Tais substâncias químicas são denominadas de nutrientes. Segundo ESCUDERO (1934) “nutriente é toda substância que, introduzida em nosso organismo, vai exercer uma função de nutrição”.

A nutrição humana é a combinação de processos através dos quais, o corpo humano recebe e utiliza os alimentos necessários para obtenção de energia, para manutenção de suas funções e para a formação e regeneração de seus tecidos. Compreende três fases:

- a) A alimentação: que compreende o momento em que ocorre a seleção do alimento e o seu consumo, sendo o mesmo então incorporado e digerido.
- b) O metabolismo: que se inicia a partir da absorção dos nutrientes e ocorre na medida que o organismo os utiliza como fonte de energia, reconstituição das células ou deposição dos mesmos como reserva.
- c) A excreção: que se refere a eliminação de parte do material ingerido que não é utilizado pelo organismo.

De acordo com a predominância de determinados tipos de nutrientes presentes nos alimentos, os mesmos são classificados segundo a sua função no corpo humano:

1. Alimentos energéticos: ricos em nutrientes energéticos que dividem-se em dois grupos: carboidratos e lipídios. A função dos dois grupos é o fornecimento de energia para a realização das funções orgânicas e produção de calor. (WHO,1990)

Os carboidratos são encontrados nos vegetais, armazenados na forma de amido ou na forma de estruturas químicas mais simples, como os açúcares. Os principais alimentos fonte desse nutriente são os cereais e derivados, féculas, raízes e tubérculos, frutas, açúcar de mesa, etc. A celulose é um tipo de carboidrato não absorvido pelo organismo, mas que tem a função essencial de estimular os movimentos do intestino para exoneração de substâncias não aproveitáveis pelo corpo humano. Encontra-se presente nos grãos dos cereais integrais e não refinados, nas sementes, nas cascas de frutas e hortaliças, etc.

Os lipídios são as fontes mais concentradas de energia. Os mesmos são encontrados nas gorduras de origem animal (manteiga, banha, tocinho, carnes gordas, queijos, etc) e de origem vegetal (óleos de sementes, cereais e oleaginosas como o coco, e também produtos derivados como a margarina). Têm a função importante de veicular para o interior do organismo as vitaminas lipossolúveis (vitaminas A, D, E e K). Também fornecem os ácidos graxos essenciais, substâncias necessárias para a formação das células e funcionamento do metabolismo.

A necessidade de energia que deve ser ingerida diariamente pelo indivíduo é determinada por uma série de fatores como: fase do ciclo de vida (idade) e/ou estado fisiológico, atividade física e estrutura orgânica (peso em relação à estatura). Quando há uma ingestão de alimentos energéticos superior à quantidade de energia que é utilizada pelo organismo ocorre em geral a sua transformação em depósitos de gordura. Caso o processo se prolongue, havendo uma acumulação de reservas na forma de tecido adiposo no interior do corpo, poderá ocorrer o aparecimento do sobrepeso e da obesidade, fatores de risco para o aparecimento de uma série de doenças, como por exemplo a diabetes. É importante no entanto ressaltar que a causalidade da obesidade é multifatorial; diferentes aspectos contribuem para a sua manifestação, sendo o consumo alimentar um deles. (WHO, 1990)

O processo contrário também pode causar problemas de saúde. Quando a ingestão de energia é inferior a que é consumida pelo organismo, há um desgaste orgânico e o emagrecimento. Caso o mesmo se prolongue em função do peso adequado não ter sido recuperado, poderão advir patologias, como por exemplo a desnutrição.

O consumo de gorduras acima do recomendado para cada indivíduo, além de levar ao sobrepeso e à obesidade, pode contribuir para o aparecimento de problemas cardíacos e alguns tipos de câncer. Estudos realizados na década de 1970 referidos em capítulo anterior apontaram a possível relação entre a ingestão de alguns tipos de gorduras em determinada quantidade, aumento nos níveis de colesterol sanguíneo e aparecimento de cardiopatias coronarianas. Por outro lado o consumo insuficiente de lipídios pode levar ao aparecimento também de distúrbios como por exemplo alguns tipos de carências vitamínicas (WHO, 1990)

2. Alimentos construtores: são aqueles ricos em nutrientes construtores, que por sua vez têm o papel de formação de todos os tecidos do corpo e de reposição dos mesmos. Como exemplos dessa categoria de nutrientes podem ser citados: as proteínas, certos minerais que compõem os ossos e os dentes e a água, constituinte de todos os tecidos do organismo.

As proteínas são desdobradas no interior do corpo humano pelo processo da digestão, fornecendo os aminoácidos essenciais. Tais aminoácidos se constituirão na matéria-prima básica para que o organismo realize a síntese de suas próprias proteínas, participando da formação de hormônios, enzimas, anticorpos e de outras substâncias essenciais à manutenção da vida. Para que seja garantida a quantidade necessária de aminoácidos essenciais recomenda-se que pelo menos metade das proteínas consumidas na alimentação diária seja de origem animal. (WHO, 1990)

Os principais alimentos fonte de proteína animal são: as carnes em geral (bovina, suína, pescados, aves); vísceras, ovos, leite e derivados, etc. As proteínas vegetais são fornecidas pelas leguminosas (feijão, ervilha, lentilha, soja, grão-de-bico, etc) e pelos cereais integrais. A combinação no momento do consumo de leguminosas e cereais contribui para melhoria da qualidade biológica da proteína vegetal; é o caso do tradicional prato de feijão com arroz.

Tanto a falta como o excesso de proteínas pode causar problemas de saúde. O consumo excessivo pode levar à sobrecarga dos rins e do fígado e ao desenvolvimento de patologias como a gota ou a hiperuricemia. O consumo insuficiente pode determinar situações de doenças carenciais, déficit de crescimento em crianças, deficiências imunológicas, etc.

3. Alimentos reguladores: são os alimentos com uma maior proporção de nutrientes reguladores como as vitaminas e os sais minerais. São substâncias que estão presentes nos alimentos em pequenas quantidades, mas que apresentam funções de extrema importância na regulação dos processos bioquímicos que fazem parte do metabolismo em geral. Como representantes dos minerais podem ser citados o cálcio, fósforo, ferro, iodo, cloro e sódio, potássio, flúor, enxofre

e magnésio. Os mesmos são encontrados nos seguintes alimentos fonte: leite e derivados, carnes, pescados e vísceras, gema de ovo, verduras de cor verde escuro, leguminosas, etc.

As vitaminas são representadas principalmente pela vitamina A, vit. D, vit. E, vit.K, vitaminas do complexo B, vitamina C, entre outras. Seus principais alimentos fonte são as frutas, as hortaliças e certos alimentos de origem animal.

Assim, considerando as informações já apresentadas pode-se concluir que alguns aspectos devem estar presentes para que a alimentação possa garantir a nutrição e a saúde dos indivíduos que dela dependem (WHO, 1990):

- a) possuir o valor calórico suficiente para as demandas do corpo físico e atividades diárias realizadas contando com as quantidades adequadas de carboidratos e lipídios;
- b) incluir proteínas em um teor adequado para que o suprimento de aminoácidos essenciais seja atingido;
- c) incluir em teor conveniente minerais, vitaminas e água
- d) ser de fácil digestão, possuir capacidade saciante e de exoneração de resíduos
- e) ter como base a seleção de alimentos que fazem parte da cultura alimentar regional

Com base no conhecimento do papel de cada grupo de alimentos é possível compreender que o alcance de uma alimentação que corresponda às necessidades nutricionais do indivíduo, de acordo com a fase do ciclo de vida em que se encontra, atividade física realizada e compleição física, deve atender alguns princípios (KRAUSE e MAHAN, 1985):

1. a quantidade de alimentos deve ser suficiente para cobrir as necessidade energéticas e manter em equilíbrio o seu balanço;
2. a alimentação deve ser completa em sua composição para oferecer ao organismo - que é uma unidade indivisível – todas as substâncias que o integram;
3. as quantidades dos diversos nutrientes que integram a alimentação, devem guardar uma relação de proporção entre si. Para atender esta demanda são utilizados referenciais teóricos que recomendam que do total das calorias fornecidas pela alimentação diária cerca de 50 a 60% provenha dos carboidratos, 25 a 30% seja fornecido pelos lipídios e que as proteínas forneçam de 10 a 15% do valor energético total consumido.(OPAS,1991)
4. a finalidade da alimentação está subordinada à sua adequação ao organismo.

Finalmente, segundo publicação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2004) uma alimentação para ser considerada saudável em seu sentido mais amplo, enquanto prática de promoção da saúde, necessita contemplar os seguintes atributos:

- i. Variada: com diferentes tipos de alimentos, para que forneça o conjunto de nutrientes necessários ao organismo;
- ii. Colorida: como uma forma de garantir a variedade, principalmente em termos de garantia da presença de vitaminas e sais minerais e também de apresentação atrativa das refeições;
- iii. Moderada: no sentido de que atenda às necessidades do organismo – nem mais nem menos;
- iv. Segura: não apresentando riscos de contaminação físico-química, biológica ou de inadequação em função da composição nutricional;
- v. Prazerosa: que atenda e considere a dimensão do convívio social, com todos os seus aspectos simbólicos.

4.4.3 A composição da alimentação cotidiana das famílias da AGAECO, a frequência de consumo dos alimentos consumidos e o seu impacto na situação de nutrição e saúde

Para a área de nutrição torna-se fundamental o conhecimento mais detalhado das práticas alimentares dos indivíduos e coletividades, pois não basta somente saber que os mesmos consomem ou não determinado grupo de alimentos com um tipo específico de nutrientes, há que se ter a noção de com que frequência isso ocorre para poder ser feita uma avaliação do impacto dessa prática sobre a saúde humana.

Na seqüência apresentam-se os dados sobre os principais alimentos consumidos pelas famílias da AGAECO, segundo a classificação já citada, mas na forma da frequência de consumo, sendo apresentados os percentuais de famílias que consomem os alimentos referidos diariamente, semanalmente, mensalmente e .daquelas que não consomem os mesmos.

Quadro 44 - Freqüência de Consumo de alimentos energéticos (raízes e tubérculos) pelas famílias da AGAECO:

Alimento	Famílias que consomem diariamente		Famílias que consomem semanalmente		Famílias que consomem mensalmente		Famílias que não consomem	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Mandioca	12	32	21	55	4	10	1	3
Bat. doce	7	18	24	63	3	8	4	11
Batata	4	10	24	63	5	13	5	14
Bat.salsa	1	3	10	26	4	10	23	61
Cará	0	0	5	13	2	5	31	82
Inhame	0	0	2	5	5	13	31	82

Fonte: Formulário de coleta de dados – 2004/2005

A análise inicia-se pelo grupo dos alimentos energéticos. A seqüência dos alimentos do grupo consumidos por um maior número de famílias foi mantida na confecção do quadro acima. Nesse caso ela coincide com a seqüência estabelecida após o levantamento do alimento com maior número de famílias com o consumo diário do mesmo, apontando uma relação entre as duas informações. A mandioca foi o alimento do grupo das raízes e tubérculos mais consumido pelas famílias da AGAECO; esse número pode mostrar-se elevado em função dos percentuais de famílias que produzem esse alimento, processo que facilita o acesso ao mesmo. O quadro acima revela que os fatores apontados provavelmente têm relação com o fato da mesma ser consumida diariamente pelas famílias. Do grupo 32% realiza o consumo do tubérculo todos os dias; 55% realiza semanalmente, 10% faz o consumo de forma mais esporádica no mês e 3% das famílias não consomem a mandioca. Na seqüência apresenta-se a batata-doce com um número menor de famílias com consumo diário, cerca de 18%; destaca-se como o valor mais elevado o uso semanal do alimento pelas famílias, em torno de 63%.

As questões relacionadas à produção da batata-inglesa já foram discutidas anteriormente e influenciam diretamente o processo de consumo; é provável que pelos mesmos motivos as famílias da AGAECO evitem o seu consumo diário, ficando o mesmo restrito a 10% do grupo. Muitas das famílias referiram não produzir a batata, mas também não fazer o consumo se a mesma tiver procedência da agricultura convencional. Algumas famílias utilizam o caso como exemplo de opção pelo não consumo, em função do conhecimento generalizado de que a batata é um dos alimentos com maior utilização de agrotóxicos no processo de produção. A seguir os comentários de alguns dos entrevistados sobre a questão:

“E hoje, nossa eu falo, digo mesmo, de verdade, hoje eu tenho um receio de pegar uma coisa no mercado e comer, esses dias mesmo eu ganhei uma batatas, do

plantador de batatas mas ficou, ficou ali...não é gostosa, você não come com vontade, sabe que ali tem veneno..” (Sra.C.).

Dos outros três alimentos do grupo dos tubérculos, somente a batata-salsa foi citada como o alimento consumido diariamente por uma família, o que corresponde a 3% do grupo. O cará e o inhame são consumidos por 13% e 5% das famílias da AGAECO respectivamente, informação que consta no quadro 44 e explica em parte o fato de constar no quadro acima que o consumo de ambos se verifica somente semanalmente ou mensalmente.

Já a análise da maior frequência de consumo do grupo dos cereais e derivados (quadro 45) encontra-se delineada não em função dos alimentos que são mais consumidos porque são produzidos pelas famílias, mas porque outros aspectos sócio-históricos são interferentes nesse perfil de consumo. A mudança da referência de consumo básico da população brasileira do milho para o trigo, ocorrida nos últimos 50 anos e já comentada é um fator que contribui para explicar porque o pão confeccionado com a farinha de trigo é o alimento consumido diariamente pelo maior número de famílias, 95% do grupo. Esta posição é seguida pelo consumo diário da farinha de trigo por 87% das famílias. Aspecto interessante e diferenciado das tendências anteriores em virtude da maior parte do trigo ser comprada e não produzida pelas famílias. Este fator a princípio seria restritivo em relação ao seu consumo pelo grupo, sobretudo em função da limitação da renda monetária disponível para a maior parte das famílias.

Na seqüência dos alimentos que são mais consumidos diariamente pelo grupo em estudo tem-se o arroz que é utilizado diariamente por 92% das famílias da AGAECO. O restante das famílias faz o seu consumo semanalmente.

O consumo diário do pinhão foi apontado por 47% das famílias do grupo, no entanto é necessário destacar que o mesmo não ocorre o ano todo, mas restringe-se à estação na qual ocorre a maior produção, ou seja no inverno. O registro do seu consumo é importante porque além do pinhão ser considerado um alimento nutritivo, no sentido de que além do fornecimento de energia contém também outros elementos importantes para a nutrição humana, o ato da sua coleta, preparo sob a cocção ou na chapa do fogão à lenha, encontra-se impregnado de aspectos de referência cultural. Turvo é conhecido como um dos municípios do Estado com maior número de pinheiros, sendo que o consumo do fruto é uma prática muito antiga herdada dos índios caingangues.

O milho e seus derivados são consumidos diariamente por um número menor de famílias. Somente 26% delas realiza o mesmo, ocorrendo em maior proporção o consumo semanal por 39% das famílias. Com os derivados a mesma tendência é observada; o fubá é consumido no mês por 45% das famílias e na semana somente por 39% do grupo. A maisena comprada por todas as famílias que fazem o consumo é utilizada mensalmente por 37% das famílias e por 26% das mesmas semanalmente.

A banha é a gordura de origem animal utilizada pela maior parte das famílias da AGAECO diariamente; cerca de 79% do grupo faz o consumo nessa frequência. O restante das famílias realiza o consumo semanalmente. Na seqüência a nata apresenta-se como o tipo de gordura animal de consumo diário, cerca de 42% das famílias a utilizam, mas esse percentual é superior ao número de famílias que informou realizar o consumo semanal, ou seja 24% das famílias; 8% do grupo usa a nata todo o mês e um percentual relativamente elevado de famílias, 26% não consome esse alimento. Na seqüência apresenta-se a manteiga, seguindo de perto as mesmas tendências de frequência de consumo com exceção do número de famílias não consumidoras, 38%, bem superior ao percentual referente à nata.

Como principal representante dos alimentos com gordura vegetal consumidos pelas famílias destacou-se o óleo vegetal, utilizado diariamente por 71% das famílias, semanalmente por 10%, mensalmente por 5% e não consumido por 14% do grupo. A margarina é utilizada todos os dias na alimentação de 54% das famílias; 17% não consomem o produto.

Em relação aos açúcares, o grupo informou que 100% das famílias utiliza diariamente o açúcar branco ou cristal. O mel é consumido diariamente por 13% do grupo, sendo mais alto o número de famílias que consomem o alimento semanalmente, 24% e maior ainda o percentual de famílias não consumidoras, 47%.

O açúcar mascavo é consumido diariamente somente por 5% do grupo, 3% consome semanalmente e 10% mensalmente, sendo elevado o percentual de não consumidores, 82%.

Quadro 45 - Frequência de Consumo de alimentos energéticos pelas famílias da AGAECO:

Alimento	Famílias que consomem diariamente		Famílias que consomem semanalmente		Famílias que consomem mensalmente		Famílias que não consomem	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Cereais e derivados								
Pão	36	95	2	5	0	0	0	0
Arroz	35	92	3	8	0	0	0	0
Far.trigo	33	87	5	13	0	0	0	0
Pinhão	18	47	12	32	1	3	7	18
Milho	10	26	15	39	7	18	6	17
Biscoito	8	21	13	34	12	32	5	13
Macarrão	6	16	28	74	4	10	0	0
Far.mandioca	2	5	3	8	8	21	25	66
Fubá	1	3	15	39	17	45	5	13
Pipoca	1	3	15	39	14	37	8	21
Maisena	1	3	10	26	14	37	13	34
Trigo	0	0	4	10	0	0	30	90
Polvilho	0	0	11	29	11	29	16	42
Gordura Animal:								
Banha	30	79	6	16	0	0	2	5
Nata	16	42	9	24	3	8	10	26
Manteiga	5	13	10	26	9	23	14	38
Gordura vegetal:								
Óleo vegetal	27	71	4	10	2	5	5	14
Margarina	20	54	6	16	5	13	7	17
Açúcares								
Açúcar Br.	38	100	0		0		0	
Mel	5	13	6	16	9	24	18	47
Rapadura	0	0	1	3	9	23	28	74
Melado	0	0	1	3	7	18	30	79
Açúcar Mascavo	2	5	1	3	4	10	31	82

Fonte: Formulário de coleta de dados – 2004/2005

Na seqüência tem-se o quadro da frequência de consumo dos alimentos classificados como construtores. Dentre os mesmos os alimentos fonte de proteína vegetal consumidos pelas famílias da AGAECO são o feijão e o amendoim; o soja foi citado mas não é consumido por nenhuma família, sendo dada a preferência para a alimentação animal.

O feijão é a leguminosa consumida por 97% das famílias diariamente; juntamente com o arroz, constituem o principal prato diário de referência dos brasileiros: feijão-com-arroz.

Quadro 46 – Frequência de Consumo de Alimentos Construtores pelas famílias da AGAECO

Alimento	Famílias que consomem diariamente		Famílias que consomem semanalmente		Famílias que consomem mensalmente		Famílias que não consomem	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Leguminosas								
Feijão	37	97	1	3	0	0	0	0
Amendoim	1	3	14	37	8	21	15	39
Soja	0		0		0		38	100
Carnes:								
Carne suína	14	37	16	42	7	18	1	3
Carne bovina	5	13	17	45	13	35	3	7
Carne de galinha	3	8	28	74	5	13	7	8
Peixe	0	0	9	23	14	37	15	40
Visceras	0	0	10	26	10	26	18	48
Embutidos	0	0	3	8	23	60	12	32
Leite e derivados								
Leite	28	76	7	18	3	6	0	0
Queijo	4	10	12	31	7	18	15	41
Ovos:								
Ovos	9	23	24	63	3	8	2	6

Fonte: Formulário de coleta de dados – 2004/2005

O consumo do amendoim ocorre com uma frequência semanal para 37% das famílias, sendo o maior valor encontrado, seguido pelo percentual das famílias que não consomem o alimento, cerca de 39%.

O tipo de carne que é consumido diariamente pelo maior percentual de famílias é a carne de porco, 37%; no entanto o maior percentual do grupo corresponde ao consumo semanal, 42%; um percentual de 18% das famílias utiliza a carne mensalmente e somente 3% não consome esse alimento.

A carne bovina é utilizada diariamente por um pequeno percentual de famílias, cerca de 13%. Como acontece com a carne suína, os maiores valores referem-se ao consumo semanal, cerca de 45% das famílias. O consumo mensal de carne bovina também é considerável, em torno de 35% das famílias; e finalmente, 7% do grupo não realiza o consumo. O comentário de uma agricultora aponta aspectos de praticidade do consumo da carne de porco que não podem ser atribuídos à carne bovina, o que explica em parte os percentuais de consumo mais baixo apresentado pela mesma:

“Que nem a carne bovina, a gente tem a carne que é mais saudável, mas não tem como guardar, aí tem que consumir outra; é diferente do porco, que a gente frita e

guarda na lata...A gente já pensou em trocar a carne...emprestar... mais não tem como guardar...” (Sra.J).

A carne de galinha apresentou os maiores percentuais de consumo semanal, 74% do grupo analisado e somente 8% das famílias com consumo diário.

O peixe é consumido toda semana por 23% das famílias e todo mês por 37% do grupo. É alto por outro lado o percentual das famílias não consumidoras,40%.

Tanto as vísceras quanto os embutidos são consumidos mais esporadicamente, apresentando o maior percentual de famílias com utilização mensal, conforme verifica-se no quadro, sendo elevado também o percentual de famílias não consumidoras.

O leite é consumido diariamente por 76% das famílias, semanalmente por 18% do grupo, mensalmente por 6% e um percentual considerável das famílias, 37% não consome esse alimento. Já o queijo tem a maior frequência de consumo semanal, com 31% do grupo, seguida por 18% das famílias com consumo mensal e 10% com consumo diário. O não consumo ocorre para 37% das famílias. Este percentual coincide com o do leite, apontando provavelmente que esse número deve estar relacionado às famílias que não contam com bovinos na propriedade rural.

Completando o grupo de alimentos construtores tem-se o consumo diário de ovos de galinha por 23% das famílias. Os maiores percentuais se referem ao consumo semanal correspondendo à 63% do grupo. O consumo mensal é baixo, 8% assim como também o percentual de famílias que não consomem ovos, ou seja, 6%.

Na seqüência serão apresentadas as frequências de consumo dos alimentos reguladores. No primeiro quadro constam as hortaliças consumidas pelo grupo. Propositalmente foi mantida no quadro a seqüência dos alimentos segundo os que são consumidos pelo maior número das famílias da AGAECO. Pelos números apresentados pode ser verificado que as listas não são coincidentes. Os alimentos que são consumidos pelo maior número de famílias não são os que são consumidos diariamente pelo maior número de famílias. No entanto é possível perceber que três foram os alimentos que não deixam de ser consumidos por nenhuma das famílias da AGAECO: o alface, a abobrinha e o alho.

Quadro 47- Frequência de Consumo de alimentos reguladores (hortaliças) pelas famílias da AGAECO:

Alimento	Famílias que consomem diariamente		Famílias que consomem semanalmente		Famílias que consomem mensalmente		Famílias que não consomem	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Alface	20	53	16	42	2	5	0	0
Abobrinha	8	21	26	68	4	11	0	0
Alho	31	82	5	13	2	5	0	0
Cenoura	6	16	27	71	5	13	0	0
Couve	1	3	28	74	8	21	1	2
Ch.verde	27	71	10	26	0	0	1	3
Cebola	22	58	12	32	2	5	2	5
Beterraba	5	13	25	66	5	13	3	8
Abóbora	7	18	22	58	4	10	5	14
Tomate	16	42	15	39	1	3	6	16
Pepino	13	34	18	47	1	3	6	16
Rabanete	5	13	21	55	8	21	4	11
Berinjela	1	3	1	3	1	3	35	91
Pimentão	2	5	9	24	3	8	24	63
Repolho	5	13	24	62	1	3	8	22
Almeirão	1	3	22	58	5	13	10	26
Chuchu	1	3	23	60	4	10	10	27
Pimenta	4	11	13	34	4	11	17	44
Couv.flor	0	0	10	26	6	16	22	58
Rúcula	3	8	14	37	4	10	17	45
Espinafre	0	0	10	26	5	13	23	61
Quiabo	1	3	9	24	1	3	37	70
Chicória	1	3	11	29	2	5	24	63

Fonte: Formulário de coleta de dados – 2004/2005

O alho figura como o alimento consumido diariamente pelo maior percentual de famílias consumidoras: 82% do grupo. O número de famílias com consumo semanal é pequeno, cerca de 13% e consumo mensal é menor ainda com 5% do grupo. Não houve registro de nenhuma família que não consumisse o alho.

O segundo alimento com maior percentual de consumo diário pelas famílias da AGAECO é o cheiro-verde, utilizado por 71% do grupo. Cerca de 26% das famílias realiza o consumo semanal e somente 3% das famílias não utiliza o tempero.

A cebola é o alimento que encontra-se no terceiro lugar da lista em relação ao maior consumo diário. Do grupo em estudo 58% das famílias consomem esse alimento todos os dias. Em torno de 32% do grupo utiliza o tempero semanalmente e 5% realiza o consumo mensal do mesmo. Somente 6% das famílias não consome o alimento referido.

Seguindo a seqüência de maior consumo tem-se o alface consumido diariamente por 53% das famílias da AGAECO e sendo 42% o percentual de famílias com consumo semanal. Somente 5% utiliza o alface algumas vezes no mês. O tomate foi referido na seqüência por 42% das famílias como um alimento consumido todos os dias; 39% do grupo usa o fruto semanalmente e somente 3% faz o uso esporádico no mês. Cerca de 16% não consome o alimento, percentual que pode ser parcialmente explicado em função do tomate não ser cultivado facilmente por todos os grupos da AGAECO e por não apresentar-se disponível o ano todo para o consumo, fazendo com que muitas famílias optem pelo não consumo do tomate convencional, considerado um dos alimentos com maior grau de contaminação por agrotóxicos.

O pepino é consumido diariamente por 34% do grupo, mas a grande maioria realizada o consumo semanal, 47% das famílias. A abobrinha que nas primeiras tabelas constituiu-se na segunda hortaliça consumida por um número maior de famílias da AGAECO, encontra-se na sétima posição em relação ao percentual de famílias que realiza seu consumo diariamente, 21% do grupo.

O restante dos alimentos expostos no quadro tende a ser consumido com maior freqüência semanalmente. À medida que a listagem finaliza há também um aumento do percentual de famílias que não consomem os alimentos discriminados.

É importante mencionar aqui que todas as hortaliças listadas estão sujeitas à questão da sazonalidade. Mesmo que as famílias afirmem realizar o consumo da mesma diariamente, semanalmente ou mensalmente é necessário entender que essa freqüência de consumo estará se dando na estação do ano apropriada para tal.

Já na listagem da freqüência de consumo das frutas (quadro 48) verificou-se que os três alimentos com maior percentual de consumo diário coincidiram com as três frutas consumidas pelo maior número de famílias da AGAECO, só que não na mesma ordem.

O limão dentre as frutas foi a que destacou-se como a de maior freqüência de consumo diário, correspondendo a 68% do grupo, seguido por um percentual de consumo semanal de 24%.

O pêssego apresentou um percentual de consumo diário elevado, sendo utilizado por 55% das famílias todos os dias e por 26% das famílias semanalmente.

A laranja encontra-se no terceiro lugar em relação aos maiores percentuais de famílias com consumo diário, cerca de 47%, seguido por um percentual do grupo com um consumo semanal de 32%.

As três frutas de maior consumo diário, são também aquelas mais consumidas pelas famílias da AGAECO e são também as que apresentam percentuais elevados de famílias consumidoras que realizam a produção doméstica, sendo provavelmente este o motivo que justifica a tendência observada.

A mexerica, o melão, a melancia na seqüência apresentaram percentuais de consumo diário mais elevados que o consumo semanal.

A banana apresentou percentuais de famílias com o consumo semanal superiores ao consumo diário, cerca de 50% do grupo. O abacaxi apresentou um consumo mensal elevado e também superior ao consumo diário, cerca de 50% do grupo.

No entanto outras frutas apresentaram o consumo semanal e mensal elevado, provavelmente em função de não serem produzidas pela maioria das famílias da AGAECO.

Conforme já foi esclarecido anteriormente em função de dificuldades relacionadas ao clima e característica dos micro-ambientes, a produção de frutas na região restringe-se a algumas localidades, aspecto que interferirá diretamente no acesso às mesmas. O relato que segue ilustra a questão:

“A gente compra sempre...Tem os que passam por aí para vender também...Difícil é comprar a maçã, quase não compro....Pego mais banana... Abacaxi, a filha me trouxe do Ivaí...aquele lá eu posso comer...!” (Sra.E).

É o caso de frutas como o mamão e a maçã, que são consumidas pelo grupo, mas de forma esporádica apresentando os percentuais mais elevados referentes ao consumo mensal, 32% e 39% respectivamente. Percentuais altos de famílias que não realizam o consumo foram também encontrados, 45% do grupo em relação ao mamão e também à maçã. A maçã foi uma das poucas frutas que não apresentou consumo diário por nenhuma família. O consumo esporádico pode estar relacionado não só ao fato da não produção, mas também à tendência das frutas convencionais apresentarem algum tipo de contaminação por agrotóxicos, tendo o seu consumo evitado pela maioria das famílias da AGAECO.

Chama também a atenção o percentual de famílias que consome morangos diariamente na estação, 21% do grupo. Por outro lado o percentual de famílias que não consome essa fruta foi bastante elevado, 58% das famílias, o que pode sugerir dificuldades encontradas para a sua produção e a opção feita por muitas das famílias por não consumir um morango proveniente da agricultura convencional.

Finalmente é importante ressaltar que a questão da disponibilidade sazonal que já foi comentada em relação às hortaliças cabe também aqui em relação às frutas. Toda a informação

que se refere ao consumo diário, semanal e mensal está relacionada à estação do ano em que a fruta encontra-se disponível na região.

Quadro 48 -Frequência de Consumo de alimentos reguladores (frutas) pelas famílias:

Alimento	Famílias que consomem diariamente		Famílias que consomem semanalmente		Famílias que consomem mensalmente		Famílias que não consomem	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Pêssego	21	55	10	26	4	10	3	9
Limão	26	68	9	24	0	0	3	8
Laranja	18	47	12	32	4	10	4	11
Abacaxi	7	18	3	8	19	50	9	24
Melancia	11	29	6	16	10	26	11	29
Abacate	4	10	7	18	16	42	11	30
Mexerica	15	39	10	26	3	8	10	27
Banana	10	26	19	50	9	24	0	0
Manga	2	5	4	10	16	42	16	42
Caqui	7	18	12	32	3	8	16	42
Maçã	0	0	6	16	15	39	17	45
Mamão	4	10	5	13	12	32	17	45
Melão	13	35	5	13	0	0	20	52
Uva	3	7	7	18	7	18	21	57
Ameixa	2	5	11	29	4	10	21	56
Morango	8	21	6	16	2	5	22	58
Pitanga	7	18	5	13	4	10	22	59
Araça	2	5	4	10	4	10	28	75
Pera	10	26	6	16	3	8	19	50
Amora	3	8	3	8	4	10	28	74
Jabuticaba	10	26	7	18	4	10	17	46
Figo	4	10	1	3	3	8	30	79
Goiaba	2	5	5	13	3	8	28	74
Maracujá	0	0	4	10	5	13	29	77
Guarirova	3	8	7	18	2	5	26	69
Nectarina	0	0	4	10	0	0	34	90

Fonte: Formulário de coleta de dados - 2004/2005

Análise geral da frequência de consumo

Considerando as frequências de consumo apresentadas em relação ao consumo de alimentos energéticos, construtores e reguladores serão enumerados os alimentos com maiores percentuais de consumo diário, semanal e mensal dentro de cada grupo. Tal informação possibilita uma aproximação maior do perfil da alimentação cotidiana das famílias

da AGAECO, assunto explorado no próximo tópico. No quadro a seguir constam os alimentos energéticos com os maiores percentuais de consumo pelas famílias da AGAECO, segundo consumo diário, semanal e mensal:

Consumo Diário	Consumo Semanal	Consumo Mensal
Açúcar branco (100%)	Macarrão (74%)	Fubá (45%)
Pão (95%)	Batata-doce; batata (63%)	Pipoca; maisena (37%)
Arroz (92%)	Milho; pipoca (39%)	Biscoito (32%)
Prep. farinha de trigo (87%)	Pinhão (32%)	Polvilho (29%)
Banha (79%)	Manteiga (26%)	Farinha de mandioca (21%)
Óleo Vegetal (71%)		
Margarina (54%)		
Mandioca (32%)		

Fonte: Formulário de coleta de dados – 2004-2005

Na seqüência o quadro com os alimentos do grupo dos construtores que apresentaram os maiores percentuais de consumo diário, semanal e mensal:

Consumo Diário	Consumo Semanal	Consumo Mensal
Feijão (97%)	Carne de galinha (74%)	Peixe (39%)
Leite (76%)	Ovos (63%)	
Carne suína (37%)	Carne bovina (45%)	
	Carne suína (42%)	
	Amendoim (37%)	
	Queijo (31%)	

Fonte: Formulário de coleta de dados – 2004-2005

Quadro com os alimentos do grupo dos reguladores que apresentaram os maiores percentuais de consumo diário, semanal e mensal. Em relação ao consumo de hortaliças:

Consumo Diário	Consumo Semanal	Consumo Mensal
Alho (82%)	Couve (74%)	Couve (21%)
Cheiro-verde (71%)	Cenoura (71%)	Rabanete (21%)
Cebola (58%)	Abobrinha (68%)	Cenoura (13%)
Alface (53%)	Beterraba (66%)	Almeirão (13%)
Tomate (42%)	Repolho (62%)	Espinafre (13%)
	Chuchu (60%)	Couve-flor (16%)
	Almeirão;Abóbora(58%)()	
	Rabanete (55%)	

Quadro com os alimentos do grupo dos reguladores que apresentaram os maiores percentuais de consumo diário, semanal e mensal. Em relação ao consumo de frutas:

Consumo Diário	Consumo Semanal	Consumo Mensal	Não Consumo
Limão (68%)	Banana (50%)	Abacaxi (50%)	Nectarina (90%)
Pêssego, uva (55%)	Caqui (32%) (O/I)	Abacate;manga (42%)	Figo (79%)
Laranja (47%)	Ameixa (29%)	Maçã (39%) (O/I)	Maracujá (76%)
Mexerica (39%)		Mamão (34%)	Goiaba;amora (74%)
Melão (35%)		Melancia (26%)	Guarirova (68%)

Fonte: Formulário de coleta de dados – 2004-2005

O cotidiano alimentar das famílias da AGAECO

Na seqüência será apresentado o cardápio do cotidiano das famílias entrevistadas segundo as preparações referidas pelas famílias:

Quadro 49 – Preparações consumidas no cotidiano alimentar das Famílias da AGAECO

Desjejum		Lanche manhã		Almoço		Lanche tarde		Jantar	
Alimento	Frequência de referência	Alimento	Frequência de referência	Alimento	Frequência de referência	Alimento	Frequência de referência	Alimento	Frequência de referência
pão	36	pão	6	carnes	32	pão	20	arroz	24
doce	27	bolacha	4	arroz	29	doce	7	feijão	23
virado	13	frutas	3	feijão	29	frutas	5	salada	18
margarina	10	leite	2	salada	29	margarina	5	sopa	16
banha	8	margarina	1	macarrão	17	manteiga	2	carne	10
nata	8	nata	1	verduras	16	nata	2	macarrão	8
bolo	8	manteiga	1	mandioca	13	requeijão	2	verduras	7
café preto	9			bat.doce	6	leite	2	porco	6
leite	8							virado	5
chás	8							galinha	4
café/leite	7							pão	2
ovo	1							ovo	2
Mandioca	1							polenta	2
Farofa	1							mandioca	2
Torresmo	1							batata	1
polenta	1							bat.doce	1
								torresmo	1

Fonte: Formulário de coleta de dados – 2004/2005 * Alimentos energéticos * Alimentos construtores * Alimentos reguladores

A análise da alimentação cotidiana das famílias da AGAECO aponta uma prevalência da presença de alimentos energéticos. Em praticamente todas as refeições ocorre a presença de vários representantes do grupo.

No desjejum o pão foi o alimento de maior frequência referida, sendo que o mesmo é consumido com um tipo de doce caseiro de frutas, onde há em geral também açúcar adicionado e/ou mel; ocorre também o consumo de pão com algum tipo de gordura, a margarina / banha/nata, também elementos do grupo energético. As famílias referiram que pode ser servido também na refeição algum tipo de bolo doce, ou um salgado ou ainda bolinhos fritos preparados com farinha de trigo, preparações de base energética. Um número menor de famílias comentaram que muito frequentemente realizam a refeição da manhã consumindo um tipo de virado, que pode ser feito com farinha de milho ou de mandioca, feijão e banha de porco. Algumas referiram consumir polenta, mandioca frita, torresmo, milho cozido, outras ainda farofa com ovo.

Em relação aos alimentos construtores registrou-se a presença do leite consumido puro, com café ou com um achocolatado, em geral adoçado com açúcar. Como acompanhamento do

pão foram citados também o queijo e o requeijão. O consumo de carne e de ovos no desjejum também foi informado, conforme pode ser verificado:

“Eu de manhã como virado, um arroz com salsinha... frito um ovo... com café preto! Nós usamos café com leite, mas é mais o preto...” (Sr.E).

“Café da manhã é às 7:30 h...Eu tomo uma xícara de café e como pão... O marido e os meninos já consomem um ovo, virado... eles precisam de mais... Na hora do almoço, uma mandioca, arroz uma carne se houver... na janta é o que sobra do almoço... O chimarrão não pode faltar...Toma bem cedo, antes do almoço e de noite...” (Sra.P) .

É importante chamar a atenção em relação ao comentário da agricultora sobre o que foi consumido no desjejum da família pelo marido e o filho. Ela toma café e come pão e eles, os homens, por realizarem o trabalho mais pesado, comem “um ovo, virado”, porque “eles precisam mais”. Aqui novamente a racionalidade camponesa influencia e dirige as ações, mantendo um padrão alimentar “masculino” que ainda não foi substituído pelo padrão do café com pão, mais frequente no meio urbano.

As frutas, representantes do grupo dos alimentos reguladores, foram citadas mas por um pequeno número de famílias.

Segue um esquema das preparações referidas pelo grupo consumidas no desjejum:

Pão + doce/mel

Pão + margarina/banha/nata/manteiga/requeijão/queijo

Bolo/Biscoito/Bolinho/Pipoca

Milho cozido/Virado/ Mandioca Frita/ Farofa de Ovo/ Polenta

Molho de Carne/Carne/ Torresmo /Ovos

Café com leite/ leite com achocolatado/ Chá

Frutas

Os outros lanches realizados pela maioria das famílias no meio da manhã, no meio da tarde e antes de dormir (consumido por uma minoria) contam com a presença do pão com doce ou com margarina/nata/manteiga/banha/requeijão e/ou bolachas. Como bebidas são consumidos sucos ou leite puro ou com café, com açúcar. O consumo de frutas foi citado por somente algumas famílias.

Na hora do almoço as principais preparações consumidas pelas famílias são o feijão com o arroz, a salada em geral preparada com mais de um tipo de hortaliça. Também algum tipo de verdura ou legume cozido ou refogado e mais algum tipo de tubérculo, cozido ou frito:

a mandioca, a batata-doce ou outra variedade. O macarrão, em geral caseiro, é consumido quase que diariamente por muitas das famílias.

A carne é consumida se não todo o dia, pelo menos em dias intercalados e em pouca quantidade. É mais freqüente o consumo de carne de porco, de galinha e um pouco menos freqüente é o uso da carne bovina. A utilização de vísceras, embutidos e de peixe pode ocorrer ao longo do mês. Um suco de frutas sempre acompanha as refeições, principalmente o suco de limão adoçado com açúcar branco. Algumas famílias no entanto utilizam suco artificial. O consumo de refrigerantes é bem esporádico e se restringe aos dias de festa ou quando há visitas.

Abaixo a apresentação das principais preparações consumidas no almoço das famílias da AGAECO:

Salada

Feijão e arroz

Verdura/legume cozido ou refogado

Mandioca ou batata-doce ou outro tubérculo

Carne: suína/galinha/bovina

Macarrão

Suco de frutas (limão)

O jantar para muitas famílias é similar ao almoço do dia, com alguma pequena variação, no sentido da refeição não apresentar-se “tão pesada”, segundo as palavras dos entrevistados. No entanto algumas famílias fazem uma sopa ou um “sopão” como foi referido para acompanhar outras preparações, como um virado. O lanche substituindo o jantar é pouco freqüente. Quando há o jantar o suco de frutas é o líquido mais consumido; se for realizado um lanche é servido o café, chá ou café com leite. O café preto é muito consumido por algumas famílias e em horários diversos ao longo do dia. Outras tem o costume de consumir diariamente chá e café somente aos Domingos.

A pauta alimentar das duas principais refeições aponta a presença de vários tipos de representantes do grupo dos alimentos energéticos: arroz, macarrão, mandioca ou outro tubérculo, algum tipo de preparação a base de farinha de milho (bolinho, salgado), banha ou óleo vegetal. O comentário do agricultor destaca a importância dada para os alimentos que têm uma predominância de amido, ressaltando algumas preparações:

“Não pode falta o arroz, o feijão, as mandiocas, as verduras, a carne se não tiver a gente passa... Não pode faltar pão, se não tiver tem que fazer um bolinho...”
(S.L).

“O que não pode faltar é o pão, geralmente de manhã, o feijão, o arroz... A carne geralmente não tem, até passa né?! Mas sem o feijão e o arroz não dá...!” (S.W).

Para a maior parte das famílias a banha de porco constitui-se na principal gordura usada em todas as preparações; ela é utilizada para refogar os temperos, para preparar o arroz, nas frituras com legumes e tubérculos, na preparação de bolinhos fritos, no feijão. No preparo do pão e de biscoitos a banha é utilizada por muitas famílias. Somente algumas famílias que não têm criação de suínos e que por algum motivo encontrem dificuldades para a compra de banha utilizam o óleo vegetal. A seguir um comentário sobre a questão, ilustra em que base se dá o consumo das gorduras, também alimentos do grupo dos energéticos:

“Consumimos óleo, margarina, mas é muito pouco, mais é banha de porco..”(S.P).

“A [esposa] compra o óleo, compra uma lata, lá... Contra o meu gosto, porque eu prefiro a banha, eu prefiro sempre a criola..” (S.J).

Como representantes do grupo dos alimentos construtores, além do feijão, o principal representante da proteína vegetal, são consumidas as carnes de diferentes tipos (suína, de galinha, bovina e peixe). No entanto a importância dada ao feijão é ressaltada pelos agricultores, conforme pode ser verificado pela fala da agricultora ecologista:

“Feijão, eu acho que não pode faltar um dia! Feijão, leite, ovos, essas coisas...Nunca aconteceu, seria muito triste dizer que hoje não tem.... Se tivesse que comprar...se fosse comprar, imagine? Primeira coisa que a gente pensa em plantar é o feijão, o milho...” (Sra.C).

A agricultora exprime o significado de não ter o feijão para o consumo, alimento essencial, aquele que é o primeiro a ser plantado, e junto com o milho, que é o alimento essencial para os animais. O comentário chama a atenção pelo sentimento referido caso não haja o feijão para consumir, a tristeza e também a vergonha que é para um agricultor ter que comprar o feijão!

A carne é vista como um alimento de importância, que para alguns não pode faltar no diário, mas que no entanto é mencionada somente após a alusão ao feijão e ao arroz, considerados básicos:

“O principal é o feijão e o arroz, mas uma carne não pode faltar... A de porco...A de gado é mais difícil carnear...E comprar assim a gente não compra... A de frango sempre tem também...A gente mata uns frangos..” (S.E).

“Não pode faltar o feijão, o arroz, não pode faltar ainda a carne que é o mais necessário, a companheira dos dois... a carne sempre nós temos..a gente compra por aí uns terneiros...” (S.L).

O leite é outro representante importante do grupo dos alimentos construtores e que também é consumido diariamente pela maioria das famílias, no desjejum e nos lanches com

café ou puro. O requeijão e o queijo, preparados pela própria família, também do grupo dos alimentos construtores são utilizados, mas com menor frequência que o leite.

Do grupo de alimentos reguladores foram registrados as diferentes saladas preparadas com frutos, folhosas e raízes e as verduras usadas de forma cozida, refogada, frita ou presentes nas preparações como bolinhos, tortas salgadas, etc. Um agricultor em sua fala sobre a pauta alimentar destaca o consumo das verduras, conforme segue:

“ Por nós, nós consumimos mandioca, arroz, carne de gado.e de galinha....Salada, salada tem que ter... Se não o almoço não vai...Almeirão, alface..” (S.E).

As frutas são utilizadas na forma de sucos e consumidas em momentos não formais: consumo ao pé da árvore, antes das refeições, à noite após o jantar. Também é muito frequente e muito apreciada a confecção de doces de frutas de diferentes formas, conforme o relato de duas agricultoras:

“Eu faço doce de pêssego, doce de abóbora...que dá por uma porção de tempo... Eu tenho pêssego seco e com ele eu faço a sopa de pêssego...põe o pêssego seco na água de molho... eu descasco ele e deixo em cima da mesa no sol, uns 4 ou 5 dias pra secar bem.” (Sra.I.).

“Eu não sei fica sem frutas, de fazer uma conserva, de pêssego, figo, laranja, caqui... Nos dois últimos anos pêssego deu mais fraco, porque a geada pegou na época de dar a flor... Laranja tem pouco, está formando... Pêra e laranja demora mais... Uva tem e deu bem... Não foi para a feira porque deu um tipo de doença, o grão ficou mais pequeno... mas estava bem gostosa!!” (Sra.E).

Os principais temperos de origem vegetal utilizados são o alho, a cebola e a pimenta. O cozimento lento, realizado no fogão à lenha possibilita que a essência dos mesmos seja assimilada pela comida. O sal é também utilizado para ressaltar o sabor das preparações. O toicinho, o torresmo e pedaços de carne salgada ou defumada sobre o fogão podem ser utilizados durante a semana.

As refeições são preparadas em geral pela mulher da casa ou pelas filhas conforme relata um agricultor ecologista:

“È mais a [esposa] e as [filhas] que assumem... eu ajudo muito pouco...Se eu falasse que cozinho, estaria mentindo...Eu levanto, faço fogo.. Acordamos às 6 horas e faço o café... Eu não preparo o chimarrão... O café com pão, doce, uma nata, às vezes um bolo... comida salgada é pouco... aí vou pro serviço e venho para o almoço, sempre eu estou na hora do almoço em casa... O jantar era igual..” (Sr.L).

No entanto houve relatos de filhos e maridos que preparam as refeições na ausência das mulheres da casa. Como as atividades da AGAECO são bastante intensas é comum que a mulher da casa participe das reuniões necessitando sair cedo e retornar somente no final da

tarde com o transporte coletivo, havendo necessidade que alguém da família assuma o preparo da comida daquele dia, conforme refere a agricultora:

“Tanto um cozinha, como outro... O filho teve que fazer o almoço, porque eu estava trabalhando com as mulheres... Ele viu o macarrão que a gente estava fazendo e disse que então queria fazer o macarrão... Falei pra ele pesar e fazer então...” (Sra.P).

O preparo de praticamente toda a refeição realiza-se no fogão à lenha. O fogão a gás é utilizado quando é preciso cozinhar mais rapidamente porque há algum compromisso ou algum imprevisto relacionado ao trabalho fora da casa. A agricultora em geral trabalha parte da manhã no entorno da moradia, na horta ou cuidando da criação ou fazendo alguma atividade mais próxima do núcleo doméstico. Mais próximo do final da manhã dirige-se para dentro da casa para o preparo do almoço.

Na seqüência um relato de um agricultor ecologista sobre a composição da alimentação do cotidiano da família, sobre o ciclo diário de eventos vinculados à alimentação e relacionados com as atividades de produção e de transformação dos alimentos:

“De manhã nos levantamos 6:30, 7 horas..No café tem pão com doce... uma carne...as crianças gostam... um virado (feijão, a banha e a farinha de milho). Café com leite... No almoço: feijão, arroz, carne, macarrão caseiro (as meninas fazem...), verdura ... faz salada do que tiver na horta... Carne de frango, às vezes, carne de porco... Carne de gado sempre compramos ...daí a gente compra no açougue, no mercado a carne moída... O porco nós sempre compramos e tratamos fechado, carneamos e enlatamos. Fazemos só pra ter banha...Trata ele até dar banha... Quando for para carne, quando tiver no porte, abate... De 60 a 80 kg por aí pra carne... o porco tipo banha tem que ter de 80,100,120 kg... mais é gordura... De tarde, quando está trabalhando faz um lanche: pão com doce, um bolo doce, um salgadinho, uma rosquinha.. um biscoitinho... O jantar é um pouco diferente do almoço... um pouco mais leve... Chimarrão 3 vezes no dia e as vezes às 3 horas também...! É mais a [esposa]com as meninas [filhas] que ficam na cozinha e eu tenho o meu trabalho para fora...” (Sr.E).

É possível perceber como o preparo da comida e a realização das refeições marcam o ritmo do dia dos agricultores e agricultoras que é bastante dinâmico, sendo também os momentos que justificam o recolhimento para o interior da casa, a realização de atividades menos estafantes e também ocasião de reunião da família. O tradicional chimarrão ainda bastante consumido pelas famílias e sobretudo pelos mais velhos, também contribui para a demarcação dos momentos que são de pausa e de “prosa”. No comentário uma alusão do agricultor aos papéis e à divisão de trabalho; a mulher e as filhas mais ligadas ao trabalho da casa, da cozinha, da horta e ele, o marido, o homem com o restante, sobretudo a lavoura. O próximo depoimento também é marcado por características similares:

“O [marido] levanta 5:30, faz o chimarrão cedo e aí eu levanto pra tomar junto... Vai quase um litro de água... Nosso costume é três por dia (cedo, meio-dia, noite) à noite as crianças não dispersam, ficam perto da gente, fora os que já foram pra aula... O café é 6:30h, o pão, o chá, o café, a margarina e o café com leite...No Domingo (...) levanta mais tarde, capricha mais no almoço, porque tem mais tempo... O almoço, sou eu que faço; o marido ajuda também, por que temos que sair depois do almoço... O feijão, o arroz, a carne um ovo, torresmo de porco... Depois do almoço, a gente tira uma soneca... Quando levanta, tomamos o chimarrão, e as crianças comem um lanche (15hs); as meninas quando chegam da aula dormem...As que estudam não conseguem comer direito na hora do almoço... por causa da merenda... A noite faz um virado, uma sopa...Termina de jantar e vai pra cama, porque nem televisão a gente tem (vamos às 8 horas; nos dias mais cumpridos ficamos até às 9, 10 horas...) A gente não tem carro... é a pé ou a cavalo...” (Sra.J)

A alimentação do Domingo apresenta algumas diferenças daquela preparada durante a semana, sobretudo pelo almoço, considerado especial. A presença dos familiares e de amigos é sempre referida junto com os comentários sobre a comida especial, destacando que o prazer à mesa encontra-se muito vinculado ao sentimento e a alegria de compartilhar o “pão”:

“No Domingo é o único dia que a gente tem tempo de cozinhar...é o único dia que a gente tem folga... Já dá pra assar uma carne... Juntamos as panelas com a mãe.... Domingo fizemos um risoto lá... e fomos almoçar lá de novo agora... E é gostoso comer na casa do vizinho, junto, é gostoso mesmo...nós já estamos vendo qual é o próximo aniversário pra festejar junto...!” (Sr.C).

“A comida de Domingo... às vezes saí uma maionese, feita de mandioca...de batatinha criola se tiver ... um suco de laranja, de limão...um arroz, uma carne... Um dia almoçamos com a mãe, no outro nós fazemos, vem os irmãos, fazemos um almoço...A mãe sabe fazer cerveja caseira, a esposa também faz... E a mãe faz doce, faz o que quiser!!.. Ela é alemã..... Quando tem bastante leite, sempre queijo, quando tem...(SrE)”

A maionese é uma preparação tradicional e de referência para o Domingo; como os agricultores ecológicos às vezes não dispõem de batata inglesa ecológica, utilizam como substituto a mandioca. Em geral ocorre o consumo de algum tipo de bebida além dos sucos, como a cerveja caseira. A carne é sempre citada como um alimento que não pode faltar. A valorização da carne enquanto iguaria de difícil acesso e que por isso deve constar em momentos especiais, de festa, pode ser comprovada na fala seguinte de uma agricultora:

“No dia de festa faz churrasco, salada..Bebem muito também. Primeira coisa que pensam é na carne...Já é uma tradição, se não tem carne não é festa... Depende da comunidade, às vezes carneiam um boi, um porco... A gente vê pela gente mesmo, quando fica uns dias sem comer carne, sente falta...” (Sra.I)

Conclusões sobre o consumo alimentar

Conforme o esperado considerando os alimentos produzidos, o maior número dos que são consumidos diariamente refere-se ao grupo dos alimentos energéticos; o consumo de carboidratos deve garantir mais da metade das demandas calóricas da alimentação diária, ou seja de 50 a 60% das calorias consumidas diariamente. Além dos alimentos considerados básicos para as famílias por fornecerem energia e por isso consumidos diariamente - o arroz, os tubérculos como a mandioca e as preparações com farinha de trigo, destacando-se entre elas o pão - ocorre o consumo diário de quantidades elevadas de açúcar, para adoçar os sucos e outras preparações. Como o dispêndio energético no meio rural é maior que no meio urbano, em geral há uma tendência maior de consumo tanto dos carboidratos como dos lipídios nas refeições diárias.

A metodologia que pode indicar se a quantidade de energia consumida está sendo excessiva, adequada ou insuficiente para as pessoas que a consomem é a avaliação da relação existente entre o peso e a estatura desses indivíduos.

Os resultados de uma avaliação do estado nutricional de 68 dos membros das famílias que fazem parte da AGAECO, 40% do grupo total, realizada no decorrer do período do estudo, apontou o seguinte perfil:

Quadro 50 - Avaliação do Estado Nutricional de crianças menores de cinco anos de famílias da AGAECO

Idade	Baixo Peso		Risco Nutricional		Eutrofia		Risco de Obesidade	
	N.	%	N	%	N.	%	N	%
Menores de 5 anos	0	0	0	0	5	100	0	0
Total	0	0	0	0	5	100	0	0

Fonte: Registro de avaliação antropométrica – 2005

O estado nutricional de crianças menores de cinco anos é considerado um indicador das condições de vida do grupo social do qual as mesmas fazem parte. No grupo de membros das famílias da AGAECO que participaram da avaliação do estado nutricional havia cinco crianças. As mesmas foram avaliadas e apresentaram uma situação de eutrofia, ou seja, o peso

adequado para a idade segundo parâmetros⁵¹ de avaliação utilizados pelo Ministério da Saúde (MS, 2004).

Dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) gerados no município de Turvo, apontaram que no ano de 2004, dentre as crianças menores de cinco anos avaliadas pelo sistema local de saúde cerca de 4,7% apresentaram-se com baixo peso para a idade, valor que excede o esperado que é de 3%. Em relação à situação de presença de risco à desnutrição no mesmo grupo os valores mostraram-se em torno de 12,8%, quando o esperado é de no máximo 10%. Os dados produzidos pelo SISVAN em relação ao perfil das crianças menores de cinco anos avaliadas pela rede básica de saúde de todo o Estado do Paraná no mesmo ano apontaram significativa prevalência de casos de baixo peso para a idade, taxas entre 5,1 a 7,9%, sobretudo na faixa dos 6 aos 47 meses. A situação observada em Turvo demanda atenção em termos da necessidade de intervenção no quadro observado, assim como a situação verificada em relação ao Estado.

Quadro 51 - Classificação do Índice de Massa Corporal (IMC) de membros de famílias da AGAECO

Idade	Baixo Peso		Eutrofia		Pré-Obesidade		Obesidade I		Obesidade II		Total	
	N.	%	N.	%	N	%	N	%	N.	%	N.	%
5 a 18 anos	2	3,2	23	36,5	0	0	0	0	0	0	25	39,7
18 a 40 anos	1	1,6	21	33,3	4	6,3	0	0	0	0	26	41,2
40 a 60 anos	0	0	0	0	8	12,7	2	3,2	0	0	10	15,9
> 60 anos	0	0	0	0	0	0	1	1,6	1	1,6	02	3,2
Total	3	4,8	44	69,8	12	19,0	3	4,8	1	1,6	63	100

Fonte: Registro da antropometria - 2005

A avaliação do grupo a partir dos cinco anos de idade deu-se mediante o cálculo do Índice da Massa Corporal⁵² (IMC) e de sua comparação com curvas de normalidade (até 18 anos) e da sua classificação⁵³

⁵¹ Para avaliação do estado nutricional de crianças menores de 5 anos utilizou-se como referência os pontos de corte do Cartão da Criança (MS, 2005): valores de peso para a idade abaixo do percentil 3, indicam baixo peso; abaixo do percentil 10, situação de risco ao baixo peso; entre os percentis 10 e 97, normalidade; valores acima do percentil 97, risco de sobrepeso.

⁵² A verificação da adequação do peso para a estatura em meninos e meninas de 5 a 18 anos foi realizada com base em curvas de normalidade construídas segundo padrões de referência da OMS (2000) e da International Obesity Task Force (IOTF, 1997), segundo classificação percentilar proposta por Cole e colaboradores. Valores de IMC abaixo do percentil 5

mediante o uso de pontos de corte para o grupo acima dos vinte anos. Na faixa etária que compreende os membros da AGAECO entre 5 e 18 anos, foram registradas duas pessoas com baixo peso para a estatura apresentada, equivalendo a um percentual de 3,2 % do total do grupo e o restante do mesmo grupo em situação de eutrofia, com um peso adequado para a estatura. Na faixa de 18 a 40 anos também foi registrado um caso de baixo peso. Observou-se também nessa faixa etária a presença de pré-obesidade em 6,3 % do total do grupo. Na faixa de 40 a 60 anos, cerca de 12,7% apresentaram o peso elevado para a estatura, encontrando-se também em uma situação de pré-obesidade. Em relação ao grupo como um todo as pessoas em situação de pré-obesidade correspondem a 19% dos avaliados, percentual considerado elevado. Verificaram-se também 4 pessoas em situação de obesidade, cerca de 6,4 % do grupo todo, sendo que duas delas encontraram-se na faixa etária de 40 a 60 anos e as outras duas no grupo com idade acima dos 60 anos.

O quadro registrado chama a atenção para a situação de sobrepeso e obesidade, apontando que é possível que a quantidade de alimentos energéticos consumida diariamente possa estar superando o gasto de energia nas atividades diárias.

É possível que o provável percentual elevado de alimentos energéticos consumidos se deva em parte ao consumo de gorduras. As recomendações do percentual de calorias que devem provir das gorduras refere-se a valores que vão de 25 até 30%. As famílias em geral utilizam das gorduras diariamente, em diferentes pratos, em todas as refeições e mais de um tipo de alimento fonte; a soma das mesmas aos alimentos ricos em carboidratos também consumidos diariamente pode estar determinando um excesso de energia. Nas faixas etárias de menor idade, mais jovens, a situação não se evidencia; a atividade física e o metabolismo correspondente à idade atuam como fatores protetores. No entanto à medida que a idade avança e que passa a ocorrer uma redução da atividade física e uma adequação do metabolismo à fase do ciclo de vida, podem surgir as situações de sobrepeso e de obesidade.

A inferência em relação ao consumo elevado de gordura se deve ao que foi apontado pelas famílias nas entrevistas e observado nas visitas nos domicílios para realização do estudo e também aos valores de colesterol sérico encontrados no exame de punção digital realizado paralelamente ao trabalho.

indicam baixo peso e acima do percentil 85 sobrepeso. Em relação ao grupo dos indivíduos de 20 até 59 anos utilizou-se como pontos de corte para classificação do IMC: valores inferiores a 18,50, situação de desnutrição (WHO, 1995). Normalidade nos valores de 18,5 até 24,9.

⁵³Situação de pré-obesidade: 25,0 até 29,9. Obesidade grau I: 30,0 até 34,9. Obesidade grau II. Obesidade grave: igual ou acima de 40. (WHO, 1998). Para pessoas com 60 anos ou mais, baixo peso é considerado IMC abaixo de 22 e sobrepeso/obesidade IMC acima de 27.

Do grupo com 68 pessoas que participaram da avaliação do estado nutricional, 63 realizaram o exame de punção digital para verificação de níveis séricos de colesterol total. Para melhor visualização dos dados e também em função dos resultados encontrados optou-se por dividir os participantes do estudo em dois grupos segundo a faixa etária. No quadro abaixo são apresentados os dados referentes aos maiores de 18 anos:

Quadro 52 - Níveis de Colesterol em adultos da AGAECO:

Idade	Desejável		Limite		Elevado		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Acima de 60 anos	1	2,6	0	0	1	2,6	2	5,3
Entre 18 – 60 anos	31	81,5	4	10,5	1	2,6	36	94,7
Total	32	84,21	4	10,5	2	5,26	38	100

Fonte: Registro de avaliação bioquímica - 2005

Os dados indicaram que 5,3% do grupo na faixa etária referida apresentou valores elevados de colesterol⁵⁴ total e que 10,5% dos avaliados encontra-se com valores considerados limítrofes. No restante que corresponde a 84,21% do grupo o colesterol apresentou-se com valores em níveis desejáveis e que não oferecem riscos à saúde.

Quadro 53 - Níveis de Colesterol em escolares e adolescentes da AGAECO

Idade	Desejável		H. leve		H.moderado		H.grave		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
De 5 até 14 anos	15	60	3	12,0	2	8,0	0	0	20	80
De 14 a 18 anos	05	20	-	-	-	-	-	-	05	20
Total	20	80	3	12,0	2	8,0	0	0	25	100

Formulário: Registro de avaliação bioquímica – 2005

Entre os escolares e adolescentes cerca de 80 % do grupo registrou valores de colesterol considerados desejáveis⁵⁵. No entanto 20% do grupo, que encontra-se na faixa etária de 5 até 14 anos apresentou níveis mais elevados do que o esperado, constituindo uma situação de

⁵⁴ Nível desejável: colesterol abaixo de 200 mg/dl Limite: colesterol entre 200 e 239mg/dl Elevado: colesterol acima de 240 mg/dl Fonte: Diretrizes Brasileiras para o tratamento de dislipidemias e prevenção da aterosclerose - SBC 2001.

⁵⁵ Para escolares e adolescentes valores de colesterol sérico acima de 170 mg/dl já indicam a necessidade de monitoramento e reavaliação de algumas práticas alimentares. (Estratégia Global de Alimentação Saudável, Atividade Física e contra o Tabagismo, OMS, 2004) Nível desejado: colesterol menor que 150 mg/dl H. leve: colesterol entre 170 e 185 mg/dl H. moderada: colesterol entre 185 e 200 mg/dl. H. grave: colesterol acima de 200 mg/dl

hipercolesterolemia. Cerca de 12% do grupo apresentou resultados que denotam uma hipercolesterolemia considerada leve e 8% registrou valores que apontam para uma hipercolesterolemia moderada. Situações de hipercolesterolemia grave entre os jovens não foram observadas, mas o quadro demanda a necessidade de monitoramento da situação no sentido de prevenir-se futuros problemas de saúde.

Há que se considerar que tal quadro verificado pode indicar que de fato o consumo de gordura encontra-se acima das necessidades nutricionais, demandando atenção e talvez a reavaliação de algumas práticas alimentares das famílias.

A avaliação da glicemia (quantidade de açúcar circulante no sangue) foi realizada juntamente com a de colesterol. Somente uma das pessoas avaliadas apresentou um valor de glicemia considerado alterado, sendo confirmado posteriormente o diagnóstico de diabetes.

Esses dados adquirem importância na medida em que são considerados dentro de um contexto. Considerando as causas das internações hospitalares que ocorreram no município de Turvo em 2003, as doenças do aparelho circulatório apresentaram-se em quarto lugar. No entanto, avaliando-se a mortalidade proporcional considerada por grupo de causas apresentada pelo município, em 2002, as neoplasias (tumores) apresentam os percentuais maiores, 23,9%, seguidas pelas doenças do aparelho circulatório, 22,4 % e pela mortalidade por causas externas, que é de 17,9%. O perfil de mortalidade em adultos da mesorregião Centro-Sul acompanha, de certa forma, a média do Estado, registrando, em 2000, quase 57% de óbitos associados a apenas três grupos de causas: doenças do aparelho circulatório (29,2%), neoplasias (13,9%) e causas externas (13,6%). O quadro de mortalidade, no Paraná, em 2000, registrou 55,9 mil óbitos, destacando-se, como principais grupos de causas, as doenças do aparelho circulatório (33,3%), as neoplasias, (14,9%) e as causas externas (12,1%).(IPARDES, 2004)

Certas doenças do aparelho circulatório encontram-se relacionadas ao padrão alimentar. A hipertensão é considerada um tipo de agravo à saúde que pode estar relacionada à presença de aterosclerose (placas de gordura no interior dos vasos sanguíneos), que por sua vez encontra-se relacionada com o padrão alimentar e ao modo de vida, sobretudo à ingestão de determinados tipos de gordura. A avaliação do colesterol total é um dos componentes utilizados para verificar a existência de situações que podem desencadear a aterosclerose. A prevenção do problema pode ser feita mantendo-se o perfil lipídico dos indivíduos com valores que não apresentem risco à saúde. O perfil de colesterol apresentado pelos adultos da AGAECO avaliados demanda cuidado, pois quase 15% do grupo apresentou percentuais considerados

límites e elevados. No entanto o que chamou mais a atenção foi o quadro apresentado pelos escolares e adolescentes conforme já comentado.

Em relação ao consumo de alimentos do grupo construtor pelas famílias da AGAECO, que segundo as recomendações deve corresponder de 10 até 15% do total de calorias ingeridas diariamente, pode-se registrar que as famílias em sua maioria contam com um consumo diário ou semanal de diferentes alimentos fonte e em uma quantidade que parece atender as necessidades nutricionais. O feijão é a principal proteína de origem vegetal consumida diariamente por 97% das famílias; como a sua associação à proteína presente no arroz determina uma potencialização da qualidade biológica de ambos os alimentos, a preparação constitui-se numa importante fonte proteica da alimentação cotidiana das mesmas. O leite, consumido diariamente por 76% das famílias consiste em outra fonte importante, bem como seus derivados, utilizados todos os dias por um número menor de famílias. O consumo semanal, em dias alternados de carne de diferentes tipos, em quantidades moderadas contribui para o suprimento dos percentuais de proteína de maior valor biológico. Os ovos consumidos na semana em dias intercalados também auxiliam na complementação das quantidades necessárias.

O consumo de alimentos reguladores, predominantemente representados pelas hortaliças e pelas frutas foi registrado diariamente. Há uma variedade de hortaliças consumidas todos os dias e em dias alternados da semana em pelos menos duas refeições realizadas pelas famílias que participaram do estudo. O consumo de frutas conta com uma variedade menor disponível, não sendo realizado diariamente por todas as famílias. No entanto a presença dos sucos naturais de frutas cítricas, sobretudo o de limão, consumido diariamente por grande parte das famílias constitui-se também numa importante prática alimentar verificada. A princípio pelo que foi registrado pela frequência de consumo e observado no cotidiano alimentar, ou referida pelos entrevistados não há indícios de nenhum tipo de deficiência vitamínica e/ou mineral. No entanto outros fatores relacionados às condições de vida, sobretudo ambientais podem determinar o aparecimento de determinados problemas de saúde, que poderão influenciar no estado de nutrição de pessoas mais vulneráveis, causando algum tipo de expropriação, como ocorre, por exemplo nas situações de parasitoses.

O registro de um aumento do consumo de hortaliças pelas famílias agricultoras após o início da produção ecológica de alimentos e entrada na AGAECO pode ser responsável pela situação verificada, sobretudo porque a produção e o consumo de verduras e de frutas não é

uma prática generalizada entre as famílias de agricultores que vivem em Turvo, segundo informantes locais.

A percepção dos agricultores ecológicos da AGAECO sobre o consumo do alimento ecológico e a identificação dos aspectos motivadores

O aspecto que mais se destaca nas diferentes falas dos agricultores e agricultoras da AGAECO são comentários referentes à relação que os mesmos fazem entre o consumo dos alimentos ecológicos e a saúde humana.

Para os agricultores o consumo de um alimento produzido pela agricultura convencional, com a utilização de adubos químicos e agrotóxicos oferece um sério risco à saúde:

“Porque diz que as pesquisas dos médicos dizem que hoje o câncer vem daí, do veneno, porque está em todas as coisas... A gente faz anos que não compra tomate, repolho, maçã (faz 10 anos que não compro) e batatinha, só de vez em quando... porque comeu, comeu veneno!” (Sr.L).

“Os próprios médicos sabem que são os venenos que tão dando todas essas doenças(...)” (S.J).

“(...) sem veneno já não dava, com o veneno ainda é pior... porque mata os nutrientes da terra... eu estudei até a 4 série, mas eu sei !... Se tiver um coró na terra... ele não sobrevive...e ele é bom é tipo de larva..” (Sr.L).

O receio explicitado de consumir um alimento com veneno deve-se sobretudo ao conhecimento e à vivência de situações de contaminação envolvendo as famílias e/ou vizinhos, conforme os dois relatos que seguem:

“Há um ano estávamos tomando água intoxicada com veneno por causa dos vizinhos... Meus filhos ficavam doentes por causa da água...” (Sra.N).

“Eu plantei arroz com Aldrin...Eu também já usei veneno... Plantei porque tinha uns bichos... As duas meninas estavam lá, a gente achou que ela passaram mal por causa de uma sopa de galinha... mas não era, as duas passaram mal, comeram umas folhas... Tiveram vômito, estavam pretas com falta de ar... Foi a folha do feijão, estava com 45 dias e as meninas ficaram três dias internadas em Guarapuava... Depois nunca mais... só enxada..!” (Sr.L).

Na seqüência constam informações que identificam quantas das famílias da AGAECO, antes de ingressarem na associação, apresentaram problemas de saúde relacionados com a intoxicação por agrotóxicos em algum membro da família:

Quadro 54 - Presença de situação de intoxicação por agrotóxicos em membros das famílias da AGAECO anterior à prática da agricultura ecológica.

	Sim		Não		Não Informado		Total:	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ocorrência de Intoxicação por Agrotóxicos na Família:	13	34,2	24	63,1	1	2,7	38	100

Fonte: Formulário de coleta de dados –2004/2005

Como pode ser constatado um número não pequeno de famílias, cerca de 34% do total do grupo informou a ocorrência de situações de intoxicação por agrotóxicos.

Também encontra-se presente entre as famílias da AGAECO o conceito de que o alimento industrializado, por ter sido processado e conter diferentes tipos de aditivos químicos sintéticos, deve ser também evitado pelos mesmos motivos. Na seqüência o comentário de um agricultor sobre a questão:

“A [esposa] compra o óleo, compra uma lata, lá... Contra o meu gosto, porque eu prefiro a banha, eu prefiro sempre a crioula...” (Sr.J).

A preferência pelo alimento “crioulo”, termo utilizado no sentido de produto da “terra”, “do lugar”, “alimento natural, sem químico” é bastante comentada nos discursos dos agricultores e agricultoras ecologistas.

Existe portanto um esforço que permeia as estratégias diárias de reprodução das famílias dos agricultores ecologistas em realizar a produção de alimentos sem o uso de agroquímicos e a transformação dos alimentos de forma artesanal, sem o uso de aditivos. A seguir a fala de uma agricultora dando preferência à compra do açúcar cristal ilustra a ressalva que muitas das famílias tem em relação ao consumo de alimentos industrializados:

“Açúcar só compro o cristal...Um naturalista que me tratava...disse para eu não comprar [referindo-se ao refinado], porque tinha muita química... Faz uns 15 anos, nunca mais cheguei perto de um pacote de refinado...” (Sra.E).

É possível que outros fatores tenham motivado a conversão das propriedades para a agricultura ecológica conforme já pôde ser visto; no entanto a primeira referência de motivação citada pela grande maioria das famílias aponta para o “bem que o alimento ecológico faz para a saúde dos membros da família e do consumidor que vive na cidade.” Nos comentários que seguem essa concepção torna-se mais evidente:

“A agricultura ecológica, pois para gente, para a família é uma alimentação mais saudável, para as crianças ... Hoje esses alimentos do mercado podem dar muito problema para os filhos, para a família... E é a forma de produzir para o urbano

um alimento mais saudável...É um alimento que tem mais vitamina, mais saudável... no meu entender...” (Sra.C).

“Eu vejo na agricultura ecológica a economia que a gente tem em termos de remédio, farmácia... Por causa do produto ecológico e das plantas medicinais...” (Sra.C).

No relato a seguir novamente surge a menção à garantia do consumo de um alimento de qualidade, em função da forma como é produzido, ou seja de acordo com os princípios ecológicos e sem a utilização de agrotóxicos:

“Porque a gente tem certeza que ali [referindo-se ao alimento ecológico produzido] só tem qualidade pra saúde da gente, pra uma criança comer...!! Um produto que você pega e dá... que você sabe que não tem perigo, você não está dando uma gotinha de veneno para o teu filho..a gente tem prazer de mandar aquilo e saber que é um alimento sagrado, que não está matando vida...! Para a população na feira, para a gente mesmo, pouca coisa a gente compra já no mercado ... porque tem coisa que a gente ainda tem que comprar....que nem arroz, trigo, óleo, porque não criamos porco também... quando dá certo de pegar banha dos outros grupos senão a gente se obriga a pegar óleo..mas pra que a gente precise cada vez menos...!” (Sra.C.T).

A agricultora em sua fala afirma que procura fazer um consumo restrito de alimentos industrializados comprados no mercado; afirma que esse tipo de consumo somente acontece em relação aos alimentos que não podem ser produzidos pelos próprios agricultores camponeses, como por exemplo o óleo vegetal, que passa a ser utilizado somente na impossibilidade da obtenção da banha que tradicionalmente provém da criação doméstica do porco.

Apesar do que constou em muitas das entrevistas dos agricultores ecologistas em relação à preferência pelo consumo do alimento mais natural e ecológico, dificuldades para a garantia desse consumo e as contradições sempre existem fazendo parte do processo; em determinados momentos as mesmas foram explicitadas pelos entrevistados:

“O açúcar eu compro sempre separado, o ecológico... se não tem eu compro o cristal... É a minha visão... (...)... A gente tem que se conscientizar... Quando a gente vai na feira [referindo-se à Feira Ecológica do Jardim Primavera], deve levar o produto ecológico... Tem gente do grupo que vai no mercado comprar um salgadinho em pacote, deixa o dinheiro lá... A gente tem que se cuidar, se conscientizar... Se alguém vê pode questionar a gente...Vocês só vendem ou vocês consomem também?” (Sra.P).

Tais aspectos comentados revelam que algumas das famílias que produzem alimentos ecológicos e que faz a sua comercialização tem a motivação para participar da iniciativa baseada no aspecto da venda do produto e da geração de renda, sendo a questão do consumo do próprio alimento que produzem ainda secundária.

Alguns elementos diferentes dos já comentados foram também percebidos nos falas dos atores entrevistados; os agricultores dão preferência ao alimento ecológico em virtude do

mesmo não apresentar agrotóxicos, mas também atribuem a ele um valor nutricional superior ao convencional. Quando é feita a menção ao fato de ser um alimento “que tem mais vitamina” o agricultor revela ser esse um atributo essencial, considerando o alimento ecológico mais saudável também por conta dessa questão.

A fala da agricultora aponta para a mesma avaliação, considerando a importância do uso dos alimentos em sua forma natural em função da manutenção do seu valor nutricional, citando como exemplo a presença da “vitamina C” no suco de limão e realizando uma comparação com os riscos do consumo de um suco artificial:

“É muito importante...A gente foi criado assim... a gente se criou gostando tanto de polenta...Hoje os meus já não gostam tanto, não são muito chegados...mas eu insisto... Hoje eles já perderam o costume de comer as coisas que a gente gostava...Mas eu tento...! Na Pastoral da Criança, quanta mãe ficou de boca aberta quando eu falei da importância do limão, da vitamina C, e do que fazia esse suco artificial... o chá natural, deixar de fazer um chá que cura a gripe de uma criança pra comprar chocolate?” (Sra.C.T)

O comentário acima destaca a opinião da entrevistada sobre a superioridade e o poder dos alimentos naturais na cura das doenças, fazendo uma avaliação das opções de consumo que em geral são feitas hoje, descartando as boas escolhas segundo ela e dando preferência às artificiais.

O depoimento que vem a seguir aponta com diferentes exemplos a visão do agricultor ecologista entrevistado sobre questões que o mesmo vincula à promoção da saúde e observadas por ele, relacionando a longevidade de seus parentes a uma alimentação produzida sem o uso de venenos:

“No meio dia, feijão, arroz, carne de gado, mas carne de gado não é tanto...Tem gente que é estudada, mas não sabe... A gente por causa da organização, já sabe... Se faz numa refeição a carne, não faz na outra... Porque não dá... A de porco leva 48 horas para digerir...O lanche é o jantar: feijão, arroz, macarrão... O macarrão a gente consome; mas o caseiro... e estamos tentando usar o ecológico:já encomendamos... eu digo, se a gente faz para os outros, mas a gente tem que consumir também... Tem que começar a ver o que consumir...Porque a gente pode consumir o que quiser... mas e depois? Eu nunca fiquei doente... Só duas vezes na vida fui ao posto de saúde... O pessoal de antigamente, viveu bastante, mas se criou sem veneno... Meu pai viveu até 80 anos...Morreu de derrame..”(Sr.L)

O agricultor destaca a importância que ele dá à necessidade de que as pessoas entendam que a qualidade e quantidade do alimento que as mesmas consomem hoje está relacionada com a manutenção da saúde no presente e no futuro, quando utiliza a frase: “Tem que começar a ver o que consumir... Porque a gente pode consumir o que quiser..mas e depois?”. Na seqüência do mesmo comentário o interlocutor afirma “Eu nunca fiquei doente... Só duas vezes na vida fui

ao posto de saúde... O pessoal de antigamente, viveu bastante, mas se criou sem veneno...” fazendo a relação entre a qualidade de alimento produzido sem veneno com o atual.

Outras qualidades terapêuticas e/ou nutracêuticas vão sendo atribuídas ao alimento ecológico pelas famílias. A seguir um agricultor ecologista aponta em sua entrevista o valor do alimento ecológico no sentido do mesmo ser utilizado por sua mãe, que apresenta no momento altas taxas de colesterol sanguíneo, como uma forma de sanar ou de atenuar o problema de saúde:

A minha mãe, cozinha e também costura...E ela também está vendo o trabalho da ecologia, a questão do mercado... o que o médico está proibindo para ela...porque ela tem colesterol ... ela tem que fazer regime de comida e aí ela está comprando os produtos ecológicos... Ela tem colesterol alto! Ela nunca mexeu com veneno, só com a enxada...

O processo despertado pela prática da produção ecológica motivou muitas famílias a se interessarem por questões da área de nutrição e saúde, conforme pôde ser evidenciado em várias entrevistas. O comentário de uma agricultora ecologista expressa a intenção por parte dela em garantir uma alimentação adequada para atender as necessidades nutricionais do organismo:

“Entrava pra dentro e era só fazer correndo qualquer coisa, um pão, um ovo.... Aí eu pensei, eu nunca tive dor de cabeça, o que é que ta acontecendo? Sabe o que é? Eu não to comendo direito...É bem isso! Trabalho demais e não estou comendo direito!A gente precisa de uma alimentação completa, o corpo precisa...! Tinha uns abacates e eu fiz um almoço com bastante coisa, bem à vontade...A gente acha que dá pra fazer qualquer coisinha...qualquer coisinha!! A filha faz uma variedade de comida...bastante coisa!! Eu gosto de fazer comida, com bastante tempero...Faço cada uma que eu nem sei o que eu faço... Eu invento! De tarde misturo tudo, faço uma sopa... Faço bolo, vai tudo.... Aprendi um salgado, em que vai tudo o que você tem: folha de beterraba, couve, sobra da comida, macarrão, mistura tudo e assa!... Eu gosto de mexer com panela também!...” (Sra.C).

“... Nossas meninas nunca reprovaram enquanto a gente vê as outras reprovando...Não passam... Tudo quanto é alimento faz parte da memória, da cabeça da pessoa.. Se tiver beterraba, cenoura,...Se come só feijão e arroz, como é que faz? A [esposa] tava com problema de olho, falei pra ela comer cenoura e melhorou...está enxergando bem melhor!” (Sr.L).

Os comentários realizados apontam o interesse das famílias em garantir uma alimentação que consideram adequada em casa, porque relacionam uma alimentação saudável à boa nutrição e à saúde. A seguir a fala de outro agricultor demonstra como esses conceitos relacionados à alimentação e nutrição passaram a ser incorporados por algumas famílias em função do trabalho com a agricultura ecológica, estimulando mudanças na pauta de alimentos a serem produzidos:

“O feijão em primeiro lugar, o arroz, as hortaliças que não dá pra dispensar... a mandioca, a batata-doce e a banha que a gente tem o costume de usar... Feijão é o básico, não tem quem não goste... Eu já tinha o costume de comer verdura, mas não com essa variedade... era a couve,... a gente se acostumou a produzir mais e variar mais depois da AGAECO...” (Sr.L)

O agricultor registra que após o ingresso na AGAECO e com a prática da agricultura ecológica uma valorização maior foi dada à produção e ao consumo de hortaliças. Conforme ele menciona, apesar de já haver o costume de comer verduras, o aumento da produção e da variedade interferiu positivamente no aumento do consumo. Muitos são os comentários sobre a questão que surgem nas entrevistas. E muitos deles relacionam o fato de estar consumindo mais hortaliças à uma melhora das condições de saúde:

“Achamos que está melhor porque ocorreram mudanças na nossa alimentação por conta da participação no grupo... Acho que mudou muito (eu tinha problemas de inchaço nos olhos; manchas na pele ...) A [esposa] diz que há um ano vem percebendo diferenças e acha que está melhor agora”.(Sr.A).

A seguir a apresentação de um quadro onde estão contidas as respostas para um questionamento do instrumento de pesquisa utilizado sobre a observação de mudanças na saúde da família nos últimos anos:

Quadro 55 – Observações de mudanças na saúde da família pelos agricultores ecologistas

	SIM		NÃO		Não Informado		Total:	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Observação de mudanças na saúde da família:	28	73,6	9	23,7	1	2,7	38	100

Fonte: Formulário de coleta de dados 2004 - 2005

Cerca de 73% do grupo entrevistado respondeu afirmativamente e 24% disseram não terem percebido mudanças na saúde da família nos últimos anos. Para as respostas positivas foi realizado o questionamento sobre que tipo de mudança foi observada e a opinião do entrevistado sobre as causas da mudança. A seguir constam algumas das respostas que apontaram mudanças positivas relacionadas aos comentários realizados pelo agricultor no parágrafo anterior:

“A saúde da família melhorou. Antes a gente sempre tinha problema de dor de barriga, diarreia, gripe... Eu (a agricultora) consegui baixa a minha pressão que vivia alta e deixei de tomar remédios, que tomava antes, os contra a depressão. O [marido] tinha problemas de estômago; hoje ele se sente bem se come qualquer tipo de salada verde, como o alface. Por isso hoje ele se interessa em saber mais

sobre os alimentos e a cura de doenças; sempre que um programa de televisão trata disso, ele assiste, presta bem a atenção... “(Sr. E).

“Está mais saudável; depois do grupo melhorou...Acho que antes a gente variava menos na alimentação; a gente se interessava menos pela horta”. (Sra.C).

“Acho que estamos mais saudios.. Tomando água tratada e comendo mais verdura”.(Sr.D).

“Achamos que melhorou... Um dos filhos tinha problema de estômago e não tem mais..”.(Sr.E).

“Hoje comemos tudo das plantas e antes não... Comemos tudo e o sabor dos alimentos é diferente”. (Sr.W).

“Não temos mais problemas como tínhamos antes. Antes era problema de estômago, dor de cabeça e as crianças viviam doentes (tinham dor de barriga, gripe, pneumonia...)” (Sra.E).

“Aumentou a resistência contra as doenças. Nós vivíamos com problemas de saúde”. (Sr.T).

“Eu penso que melhorou, depois que começamos na ecologia...A alimentação de hoje é diferente. Mudou o jeito de fazer, de valorizar...”(Sr.L).

“Comemos mais verdura (beterraba, cenoura...) Estamos consumindo mais salada... antes eu comprava no mercado com agrotóxicos...”(Sr.Z)

Outro questionamento que constava no instrumento de pesquisa relativo à saúde das famílias da AGAECO, se referia à ocorrência de problemas de saúde na família nos últimos 3 meses. Os resultados constam no quadro apresentado a seguir:

Quadro 56 – Referência à ocorrência de problemas de saúde em membros de famílias da AGAECO nos três meses anteriores à entrevista

	SIM		NÃO		Não Informado		Total:	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ocorrência de problemas de saúde nos 3 últimos meses:	23	60,5	14	36,8	1	2,6	38	100

Fonte: Formulário de coleta de dados – 2004/2005

Dentre as famílias que responderam ao questionamento, 60,5% afirmaram a ocorrência de algum tipo de problema de saúde na família nos último três meses anteriores à data da entrevista e 36,8% dos entrevistados não referiram nenhum tipo de problema. Algumas famílias registraram o tipo de problema apresentado: problema de nervos, dor de cabeça, gripe, problemas de hormônios, ferimento no pé, diarreia/ infecção pelo consumo de água contaminada, problemas de pele.

A presença de doenças crônicas foram informadas por algumas famílias em pessoas mais idosas: diabetes, pressão alta, problemas na cabeça, derrame, Mal de Parkinson, câncer de pele.

Dados do município de Turvo apontando as internações por grupo de causas revelaram os principais agravos registrados no ano de 2003 :

Quadro 57 - Internações hospitalares no município de Turvo segundo grupos de causas

Doenças por grupos de causas:	Percentuais:
Doenças do aparelho respiratório	29,2 %
Doenças infecciosas e parasitárias	10,2 %
Doenças do aparelho circulatório	9,4 %
Transtornos mentais e comportamentais	3,9 %

Fonte: SIH/SUS – 2003

O perfil de causas de internamentos hospitalares contribui para que se tenha uma idéia dos problemas de saúde mais frequentes no município e na região. Conforme o que pode ser visto há uma ocorrência de agravos que ainda são determinados por condições de vida mais precárias, relacionadas por exemplo com a qualidade da água e com o saneamento básico, como é o caso das doenças infecciosas e parasitárias. A gravidade da questão do saneamento é mais intensa no meio rural, impondo, com premência cada vez maior, a grande necessidade de extensão a essas áreas dos serviços de água, lixo e esgoto. As conseqüências do padrão atual de uso da terra sobre a qualidade das águas tendem a ser agravadas por condições inadequadas de esgotamento doméstico, com riscos crescentes para as condições de saúde da população. Quando se considera o indicador de esgotamento sanitário no meio rural (6,5%), a mesorregião Centro-Sul ocupa posição comparativamente desfavorável, muito abaixo da média estadual, já extremamente baixa (13,6%). Isto significa que mais de 90% dos domicílios rurais da região contam com sistemas de esgotamento sanitário extremamente precários, como fossa rudimentar, ou despejos em valas, lagos ou rios.(IPARDES, 2004)

Por outro lado foram registrados os problemas de saúde relacionados com o aparecimento de doenças crônicas, relacionadas a um modo de vida associado ao padrão de países industrializados, como é o caso das neoplasias (câncer) e das doenças do aparelho circulatório. Retomando os dados sobre a mortalidade proporcional considerada por grupo de

causas apresentada pelo município, em 2002, as neoplasias (tumores) apresentaram os percentuais maiores, cerca de 23,9%, seguidas pelas doenças do aparelho circulatório, 22,4 % e pela mortalidade por causas externas, que é de 17,9%. O perfil de mortalidade em adultos do município é similar ao da mesorregião Centro-Sul que acompanha, de certa forma, a média do Estado, registrando, em 2000, quase 57% de óbitos associados a apenas três grupos de causas: doenças do aparelho circulatório (29,2%), neoplasias (13,9%) e causas externas (13,6%). Em relação ao quadro de mortalidade, o Paraná em 2000 registrou 55,9 mil óbitos, destacando-se, como principais grupos de causas, as doenças do aparelho circulatório (33,3%), as neoplasias, (14,9%) e as causas externas (12,1%) (IPARDES, 2004).

Considerando essa situação que por sua vez indica as condições de vida de grande parte da população paranaense e dessa forma aponta a demanda de políticas públicas em diferentes setores é possível entender a busca e a importância das estratégias locais que contribuam direta ou indiretamente para a melhoria da situação. A questão alimentar apresenta-se como um dos principais determinantes de grande parte dos problemas de saúde registrados e constitui-se por outro lado, na solução para boa parte dos mesmos.

Comentários finais

A análise da frequência de consumo dos alimentos energéticos, construtores e reguladores referente às famílias da AGAECO aponta interessantes questões. Revela que a produção para o autoconsumo tem um papel essencial na garantia do padrão alimentar apresentado. É a disponibilidade de alimentos dentro da propriedade e a variedade que advém do sistema de produção existente que garante uma diversificação importante da pauta alimentar em relação aos três grupos de alimentos e o seu consumo na frequência diária e/ou semanal.

É importante esclarecer que as características do cotidiano alimentar das famílias da AGAECO tem sua referência nas bases tradicionais da agricultura camponesa. A preferência pelo consumo do feijão, do arroz, do milho, da mandioca e da carne é típica da região Centro-Sul. Os alimentos predominantemente consumidos tem sua origem no processo sócio-histórico da região, construído e influenciado pelas características do meio e pela cultura cabocla mesclada com a introdução de certos costumes alimentares trazidos pelos imigrantes. O pequeno consumo de hortaliças na região é uma característica antiga, que foi em parte modificada com a chegada dos europeus, que tinham o hábito de produzir e de consumir as mesmas com uma frequência maior.

Os aspectos que foram revelados e analisados em relação à situação alimentar das famílias da AGAECO mostram-se mais vinculados à cultura alimentar regional e ao processo produtivo. No entanto nesse contexto a incorporação de novas práticas alimentares relacionadas com a agricultura ecológica necessita ser considerada uma vez que as mesmas passam a fazer parte da cultura alimentar das famílias da associação.

Segundo Fischler (1995, p.23) o “homem se nutre também do imaginário; os alimentos não só nutrem, mas também significam.” O autor discute o que significa o processo denominado por ele de “incorporação” e que constitui-se no momento em que o alimento ultrapassa a fronteira entre o mundo e o corpo, sendo ingerido, interiorizado. Incorporar um alimento é tanto no plano real quanto no imaginário incorporar o novo, que poderá tornar o consumidor diferente do que ele é ou assegurar que o mesmo continue a ser o que sempre foi. Nesse momento o homem é submetido a uma dupla coação entre o que é familiar e o desconhecido; entre a monotonia e a alternância; entre a segurança e a variedade. O autor utiliza a conhecida expressão alemã “somos o que comemos” para ilustrar exatamente o significado do processo para os seres humanos.

Segundo o autor ao absorver uma comida o comensal se incorpora num sistema culinário e, portanto no grupo que a consome. Um sistema culinário corresponde a uma visão de mundo, uma cosmologia. Assim as classificações, as práticas e as representações que caracterizam a culinária, quando assimiladas pelo indivíduo o incorporam ao grupo que as tem como referência. Fischler aponta que o processo tem uma dimensão fundamental e propriamente religiosa no sentido etimológico do termo, no sentido do re-ligare. Desse processo participam as representações que os homens tem do laço fundamental que vincula o “eu” e o “mundo”, o indivíduo e a sociedade, o microcosmos e o macrocosmos. Assim os sistemas culinários contribuem para dar um sentido ao homem e ao universo, situando um em relação ao outro em uma continuidade e uma contigüidade globais.

No entanto o ato da incorporação responde a desafios vitais e simbólicos porque dentro dessa concepção a vida e a saúde do comensal estão em jogo quando é tomada a decisão de quais alimentos serão incorporados. O autor faz referência a ser este um dos fantasmas que traz tantos temores aos consumidores de hoje, em função do desconhecimento de como muitos alimentos são produzidos e processados. Segundo Fischler o trabalho culinário tinha a finalidade de transformar o alimento, consistia num processo da “civilização,” no sentido de evitar que algum perigo relacionado à sua procedência da natureza, pudesse vir a prejudicar o comensal. Com a substituição da cozinha pela indústria o processo de preparo dos alimentos

deixa de cumprir com essa função. No entanto segundo o autor o consumo de alimentos feito fora do ambiente doméstico somente passa a ser visto como positivo quando o seu preparo é realizado por pessoas conhecidas e de referência, em condições adequadas e realizado com base numa relação “purificada pelo amor e pelo rito.”(FISCHLER, 1995, p.209) Nesse sentido o autor aponta a expressão “a comida não precisa só ser boa para comer, mas também boa de se pensar” novamente retomando a importância dos significados das práticas alimentares. A incorporação portanto de um alimento produzido com o uso de agrotóxicos e transformado pela indústria significa para os agricultores da AGAECO a incorporação e a materialização dessas substâncias, desses processos e das ideologias que os fundamentam em seu próprio corpo. Por isso a firme negação da sua produção e do seu consumo.

O processo da alimentação e nutrição de cada uma das famílias da AGAECO envolve a produção e o consumo do alimento ecológico. Pelas falas dos agricultores sobre o consumo do alimento ecológico e sua relação com a saúde humana é possível perceber a valorização conferida a essa categoria. É possível afirmar que o alimento ecológico constitui-se num ícone que representa para os agricultores diferentes questões; aspectos novos que embasam uma filosofia que está sendo incorporada e que encontra-se em sintonia com seu modo de vida e o resgate de antigos valores considerados como essenciais. Considerando as reflexões de Fischler é possível perceber que os novos elementos incorporados passam a integrar o antigo sistema culinário, porque estão em sintonia com ele, contribuindo para o processo “de dar um sentido ao homem e ao universo, situando um em relação ao outro em uma continuidade e uma contigüidade globais”. A produção e o consumo do alimento ecológico registrados em cada família garante a pertença da mesma a um grupo maior, com as mesmas convicções e com os mesmos valores, mas com um poder maior que é a AGAECO.

O processo de modernização da agricultura e de desvalorização da prática do autoconsumo determinaram por sua vez mudanças que incidiram negativamente em algumas das práticas alimentares das famílias. No entanto a opção pela agricultura ecológica com toda a sua filosofia e a sua assimilação pela maior parte das famílias irá desencadear uma série de questionamentos sobre a alimentação e a produção de alimentos baseados no padrão técnico moderno.

A preocupação com a produção e o consumo dos alimentos ecológicos, com um teor consideravelmente menor de substâncias químicas contaminantes e com uma composição nutricional mais próxima à original, bem como o esforço em tentar garantir a compra de

produtos ecológicos quando estes não podem ser produzidos no estabelecimento rural, são aspectos positivos que repercutem na qualidade da alimentação consumida.

A opção pela confecção caseira de alimentos evitando a compra de alimentos industrializados, resgatando formas antigas de preparação também consiste numa prática interessante. Além do consumo de alimentos de uma qualidade diferenciada, há uma repercussão relevante em termos de economia para o orçamento doméstico.

É importante comentar que diferentes autores da área das ciências biológicas apontam riscos relacionados ao consumo de substâncias químicas presentes na água e nos alimentos, conforme já referido nos capítulos anteriores; confirmaram a interferência negativa de substâncias químicas sintéticas no sistema endócrino dos seres humanos e dos animais, causando problemas de fertilidade, situações de infertilidade e certos tipos de câncer. Por outro lado estudos realizados na década de 1970, 1980 e 1990 também já citados, comprovaram que a utilização de adubos químicos modifica o valor nutricional original dos alimentos, reduzindo o teor de nutrientes desejáveis e aumentando a presença de substâncias indesejáveis que podem trazer risco à saúde. Portanto os cuidados observados pelos agricultores ecologistas na produção e no consumo de alimentos não se constituem em um exagero, como questão a ser considerada de senso comum, mas estão em consonância com evidências científicas que apontam a necessidade de mudanças no atual padrão alimentar das sociedades ocidentais, ignoradas por muitos e para as quais ainda tem sido dada pouca importância.

Apesar disso, conforme pôde ser percebido, há uma supervalorização de determinados aspectos. O alimento ecológico adquiriu um significado extremamente importante para os agricultores porque na verdade, conforme já foi dito, constitui-se num símbolo, num signo de uma série de valores considerados de referência para eles. Daí provém uma motivação para revalorização de determinados aspectos já abandonados e esquecidos por grande parte da sociedade e para realização de transformações em algumas de suas práticas alimentares que poderão vir a ter impacto positivo sobre a saúde.

Talvez o que se destaque como questão de maior relevância no processo estudado é a motivação que a prática da agricultura ecológica gerou nas famílias ecologistas em relação ao interesse pela saúde e pela nutrição. Interesse e motivação que podem ter sido gerados por alguns resultados positivos observados no dia a dia das famílias e que por sua vez repercutem em práticas voltadas à produção e ao consumo. Não pode ser ignorado o número de famílias que afirmaram terem ocorrido mudanças positivas na saúde da família nos últimos anos

relacionadas à prática da agricultura ecológica e ao autoconsumo, sobretudo num contexto de perfil epidemiológico como o da região.

Considerando o perfil nutricional apresentado pelo grupo avaliado, que apontou tendência para a existência de sobrepeso e obesidade em adultos e idosos das famílias estudadas e a presença de níveis de colesterol elevados em adultos e escolares do grupo, o aumento do consumo diário de hortaliças, registrado por boa parte das famílias da AGAECO constitui-se numa importante prática de promoção à saúde. Atualmente o consumo de hortaliças e frutas é apontado como uma prática recomendada em função da composição nutricional apresentada pelos dois grupos de alimentos; a profusão de diferentes tipos de vitaminas e minerais presentes nesses alimentos, sobretudo quando o consumo é bastante diversificado e nas quantidades necessárias, garante ao organismo um suprimento de fitoquímicos, elementos que protegem o corpo de doenças crônicas e degenerativas e que retardam o envelhecimento. Outra questão importante é a quantidade de celulose ou de fibra presente nesses alimentos, que contribui para o processo de exoneração de resíduos e desintoxicação orgânica. De um modo geral as fibras atuam na prevenção e/ou no tratamento de várias afecções como diabetes mellitus, obesidade, dislipidemias, diverticulites e câncer de cólon. (BURKITT, WLAKER, PAINTER, 1974; JENKINS et al., 1979)

Em relação ao consumo de frutas seria importante buscar estratégias no âmbito da AGAECO para promoção e ampliação do plantio de árvores frutíferas nas propriedades, sobretudo nas comunidades em que a produção torna-se mais viável, para garantia do abastecimento regular de frutas para todas as famílias.

Alguns aspectos que envolvem a vida cotidiana das famílias e que foram verificados devem ser também mencionados em função de que podem estar repercutindo positivamente sobre o estado nutricional e de saúde das famílias estudadas:

- a) a realização das refeições em casa, preparadas pela família;
- b) o uso do fogão à lenha que confere um melhor sabor às preparações, tornando as refeições mais prazerosas;
- c) a utilização de ervas medicinais e de fitoterápicos, importante estratégia para a prevenção e a cura das doenças, considerando principalmente o contexto de vida das famílias e as dificuldades de acesso ao serviço de saúde.
- d) a realização constante de atividades físicas;
- e) o contato com a natureza.

A valorização da estrutura culinária nativa, conforme propôs GARCIA (2001, p.28), resgatando e considerando suas peculiaridades, baseando-se também em algumas informações de relevância produzidas pela área de nutrição, pode constituir-se num caminho de valorização, construção e reconstrução de práticas mais saudáveis comprometidas com a segurança alimentar e nutricional das famílias de agricultores da AGAECO e com a cultura alimentar local. A produção para o autoconsumo e a existência dos espaços de comercialização estão motivando e garantindo que essas novas possibilidades sejam pensadas e concretizadas, contando sobretudo com a organização e o trabalho de 38 famílias.

Finalizando, na seqüência a figura 14 apresenta um esquema com fatores imediatos apontados neste capítulo que estão influenciando o atual perfil alimentar das famílias da AGAECO.



Figura 14 – Determinantes mediatos e imediatos do perfil alimentar das famílias da AGAECO

5. AS FAMÍLIAS DA AGAECO E SUA RELAÇÃO COM A NATUREZA: RESGATE DE UM MODO DE VIDA

5.1 PRODUÇÃO ECOLÓGICA DE ALIMENTOS E O CUIDADO COM A NATUREZA

Conforme já foi apontado a alimentação ilustra o caráter de seqüência ininterrupta, de continuidade que há nas relações do grupo com o meio. Ela é de certo modo um vínculo entre ambos, um dos fatores de sua solidariedade profunda, e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos da natureza, é o seu primeiro e mais constante mediador. Sendo condição da vida, ela é pressuposto de toda vida social, que já tem sido interpretada como decorrência direta da satisfação de necessidades, dentre as quais ela se destaca. (CÂNDIDO, 1977, p. 74)

No entanto à medida que as fontes de abastecimento alimentar vão-se modificando ou ampliando – como ocorre em todo processo civilizatório, as transformações na relação mencionada vão se estabelecendo. O que era básico torna-se acessório, o acessório se torna básico, dando lugar a novos elementos. Do ponto de vista social a alimentação só se torna intelegível como necessidade na medida em que está ligada a uma organização para obtê-la e distribuí-la como observou Goodfellow citado por Cândido (1977, p.28).

A prática tradicional da agricultura passou a ser transformada pela técnica e por novas formas de abastecimento. A modernização da agricultura modificou a maneira de produzir os alimentos introduzindo nos sistemas alimentares uma lógica externa, desvinculada da racionalidade camponesa e voltada ao atendimento das demandas dos complexos agroindustriais. Tal processo, utilizando de forma descontextualizada os conhecimentos científicos disponíveis, mediante à extensão rural, contribuiu para a desestruturação de sistemas alimentares tradicionais e modificou a forma de produzir e consumir os alimentos no campo e na cidade, inibindo inclusive a prática ancestral de autoconsumo.

A concepção da agricultura ecológica tem por base uma outra lógica. Resgatando o comentário de Brandenburg (2002, p.23) citado anteriormente, pode-se considerar que a mesma

Expressa uma forma de relação homem-natureza mediada por uma representação que não exclui a natureza do homem. Natureza e homem permanecem ligados por elementos comuns, à medida que neles se expressa subjetividade e racionalidade. Desta forma a natureza é racionalmente cultivada e preservada, e passa a ser vista não como instrumento, como recurso, mas como elemento de preservação e

recriação da vida. Esse objetivo comum, do homem e das demais espécies vivas, reforça no homem sua dimensão natural e com ela se identifica.

Assim o contato com outros princípios, outra lógica, outros referenciais vinculados à filosofia da agricultura ecológica, que se contrapõem à visão hegemônica sobre produção e consumo, e que também pautam-se no direito humano à uma alimentação adequada, contribuiu para que os próprios agricultores e agricultoras da AGAECO - jovens, adultos e idosos - passassem a reconsiderar determinados aspectos do processo referido realizando uma leitura crítica sobre a questão e reelaborando as formas de trabalho e de relação entre si.

Esta vivência vem determinando o resgate de aspectos tradicionais vinculados ao processo de produção, transformação e consumo de alimentos já desvalorizados bem como a incorporação de novos conceitos veiculados pela ecologia moderna com repercussão nesse mesmo campo.

Às questões que se referem à preferência pela produção e pelo consumo do alimento ecológico como uma prática promotora da saúde apontadas pelos agricultores ecologistas no capítulo anterior soma-se a necessidade do cuidado permanente com a natureza. Assim a noção de ecologia para os agricultores extrapola o campo dos sistemas biológicos, referindo-se também à ação humana, mas não só em relação à natureza. Refere-se às relações que se estabelecem entre os grupos sociais e destes para com a natureza.

Enfim para os agricultores ecologistas fazer a agricultura ecológica significa também preocupar-se com a saúde humana e ambiental, conforme consta nas entrevistas de agricultores da AGAECO. Quando foi perguntado o que significava para as famílias a agricultura ecológica e qual o motivo da conversão para a mesma a resposta dada em geral aponta para a alimentação e para a importância do consumo do alimento ecológico, sugerindo novamente que a questão alimentar, vinculada a uma preocupação com o meio ambiente, tenha sido um dos principais fatores que contribuíram para a conversão das propriedades:

“Significa em primeiro lugar a saúde; tanto da família como do próprio meio ambiente...Veio suplementar a saúde da família! Através da agricultura ecológica está protegendo a natureza; significa uma coisa extraordinária mesmo..!” (Sra. J).

“O Alimento Ecológico é sem agrotóxico... Se a gente conseguir trabalhar só com a agricultura ecológica a gente tem uma vida mais digna e está protegendo a natureza... Na família a gente já vai se acostumando que o alimento ecológico é melhor desde pequenos. As crianças já crescem entendendo isso, que o alimento ecológico é bom para a saúde!” (Sra. J).

“A gente define o ecológico e o orgânico... O ecológico, não tem veneno, o orgânico também não... só que o ecológico quanto ao comércio já pensa no social... O orgânico não se preocupa de ter essa visão de proteger uma árvore, a água... Tem outra coisa: se a pessoa que planta pra si, tem que ser o ecológico... Se usa veneno e come, não tá pensando nem em si e nem nos outros... É como se

comesse veneno, tomasse veneno... Muita gente faz isso, de forma involuntária, porque não sabe... Como a gente antes... agora a gente que já sabe e faz... O gosto do alimento já é diferente... se você come um tomate no mercado e come o que você planta, vê como é diferente..” (Sr. L).

Na fala dos agricultores verifica-se que os mesmos relacionam a agricultura ecológica para o autoconsumo e para a venda à saúde coletiva e do ambiente. Na seqüência mais um comentário de outra agricultora sobre a questão:

“Penso no futuro dos meus filhos...! Olha! Quanta coisa que a gente aprendeu! Eu fazia tudo errado, tinha mania de carpir, tinha a terra limpa, limpa e não pode, tem que ter cobertura... e o futuro deles... pois pense bem, a alimentação.....! Do jeito que a gente estava consumindo antes... cheio de perigos! A gente sabia que tinha veneno, mas como todo mundo comia, a gente não ligava... E hoje, nossa! Eu falo, digo mesmo, de verdade, hoje eu tenho um receio de pegar uma coisa no mercado e comer; esses dias mesmo eu ganhei umas batatas, do plantador de batatas, mas ficou, ficou ali... Não é gostosa, você não come com vontade, sabe que ali tem veneno...! E vai mudando a gente ...Hoje eu vejo já muita coisa que eu quero mudar, que não está sendo ecológico o que eu compro... A gente pensa em mudar pra frente... É o futuro dos filhos, amanhã ou depois ter uma saúde boa, ter uma terra e a água...!, Que é uma coisa séria que está acontecendo, se não proteger, não cuidar....!” (Sra.C).

O relato da agricultora ecologista ilustra a percepção da mesma sobre a importância do processo de produção e consumo de alimentos ecológicos e sua relação com a saúde da família, fazendo referência ao período anterior no qual o consumo de alimentos produzidos de forma convencional não parecia representar um risco à saúde. Produzir sem veneno e portanto consumir um alimento sem veneno representa para ela agora a garantia de um futuro melhor para os filhos e assim para as futuras gerações. Faz referência também a importância do manejo do solo segundo alguns princípios da agricultura ecológica, desconhecidos anteriormente por ela. No depoimento fica expresso novamente a relação que os agricultores estabelecem entre agricultura convencional: veneno – risco para a saúde da família, dos filhos (no passado e no presente) e a prática da agricultura ecológica: alimento ecológico – promoção da saúde e manutenção do meio ambiente (no presente e no futuro).

Para Azevedo (2001, p.32) o conceito de ecologia e saúde ambiental cada vez mais se imbricam. Segundo a Organização Mundial da Saúde a saúde ambiental é “a parte da saúde pública que se ocupa das formas de vida, das substâncias e das condições em torno do homem que podem exercer alguma influência sob a sua saúde e bem-estar”.

A seguir o comentário de um agricultor da AGAECO ilustra essa questão; o mesmo faz uma avaliação sobre a prática da produção de alimentos com agrotóxicos como um risco à saúde do consumidor:

“Podiam ser mais honesto, pensar na pessoa que vai comer este produto... Ele não pensa em ficar no lugar dessa pessoa... A gente tem que por a pessoa que manda um produto ruim no lugar de quem vai consumir!” (Sr.L)

“Se for fazer a conta, por preço, o ecologista trabalha com mais baixo preço...O que trabalha com veneno, tem melhor preço... O preço é mais baixo, por respeito à humanidade...(…) Os outros não estão nem aí, o que importa é o dinheiro, não tão nem aí se as pessoas vão ficar doentes...” (SrJ).

Segundo o Estatuto da Cooperativa Ecológica Colméia, do Rio Grande do Sul, que agrega consumidores e agricultores ecológicos, a ecologia não deve apenas ser vista como a ciência que estuda as relações de interdependência dos seres vivos entre si e com o seu meio. A mesma deve ter como marco referencial a compreensão profunda da natureza como suporte de todos os sistemas da vida e como suporte essencial da vida humana; por isso o entendimento da promoção de uma forma de vida mais ecológica por parte dos seres humanos deve abranger o uso racional e cuidadoso do que a natureza oferece ao homem, envolvendo diferentes práticas que se referem a forma de atender as necessidades biológicas básicas, como a alimentação até a reciclagem do próprio lixo, entre outras de contexto e alcance mais amplo.

Para Azevedo (2001, p.33) a forma de produzir alimentos e de consumi-los apresenta-se como função básica de promoção da saúde e do equilíbrio do organismo. No entanto se a forma de produção do alimento consumido estiver contribuindo para a degradação ambiental, tal prática não poderá ser considerada como promotora da saúde mesmo que atenda às recomendações em relação à nutrição humana, pois a curto, médio e longo prazo essa forma de produção contribui para o desequilíbrio das relações de interdependência existentes na natureza, gerando uma “patologia ambiental”, que por sua vez repercutirá negativamente sobre a vida dos seres humanos e demais seres vivos.

Considerando esse tipo de noção, a visão mais sistêmica, mais holística dos processos que envolvem a gestão de um organismo agrícola acaba por ser incorporada pelos agricultores e agricultoras ecologistas, extrapolando as preocupações com a saúde humana, para o cuidado com o meio ambiente.

Conforme verifica-se nas falas de entrevistados, baseadas numa visão mais contextual, os agricultores ressaltam os desafios que necessitam ser observados pelo ecologista:

“Só eu e a mulher trabalha na terra... Não é fácil... Trabalhar ecológico é que nem um padre, um seminarista que vai fazer um curso... tem que assumir a entidade...! É um dom que tem... É quem nem quem toca gaita ... aprender a cantar, tocar na Igreja... Todo mundo trabalha na lavoura ... mas ser ecologista não é pra qualquer um...! Não é fácil...(…) Quem é ecologista, tem que ter um monte de coisas... não usar veneno, tem que cuidar do lixo... Antes eu não sabia, a água do alambique saia (...) Tem que cuidar, separar o lixo, não misturar o

plástico... Antes eu queimava... Agora separo, joga no buraco... vou jogar um calcário, pra derreter... As beira de sanga aqui está tudo preservado... Quem nem o vizinho, roçaram na beira da sanga... jogaram até pau lá... não cuidaram..só tem pedra lá! Não é fácil...Tem que cuida da natureza de tudo que é tipo”! (Sr. L)

O agricultor autor do comentário anterior ressalta que para ser agricultor ecológico são necessários vários atributos, valores, atitudes que demandam esforço, tempo, conhecimento e dedicação. Coloca como um desafio a capacidade de gestão do agricultor, de perceber tudo o que necessita ser feito e o que cabe a natureza fazer.

A preocupação com a fertilidade da terra é o primeiro aspecto a ser sempre considerado pelo agricultor, pela agricultora ecologista. A visão sobre a questão aparece em diferentes entrevistas:

“Nunca usamos veneno...Mas fomos acabando com a terra ...Antigamente a gente só tirava da terra ... depois aprendemos a cuidar mais dela, a manter ela mais fértil.” (Sra.I).

“Tenho comentado com várias pessoas que a terra é um dom de Deus... Tem gente que planta um ano, tira e planta de novo no mesmo lugar, sem dar descanso...É tem que ter descanso, né? Se a gente trabalhar o tempo todo, cansa né? O dia todo! Depois da janta voltar a trabalhar a noite toda, cansa, né? A terra se cansa também...Ela tem que fazer o dever dela... Ela se acaba porque a pessoas plantam sem descanso...Planta na terra sempre no mesmo lugar, um ano, mais um ano.. e não então não consegue colher... Eu tinha 12 anos de idade, meu pai, meu irmão e eu plantamos 3 litro de feijão e deu 4 sacos de estopa de 70 kg, por baixo... Hoje planta 50 litro de semente pra dar 15 - 20 sacos... A terra podia ser mais bem cuidada..!” (Sr.L).

“É muito bom, a gente aprende muita coisa, que é bom pra saúde!(Não sabiam antes como cuidar da terra...) Hoje a gente sabe que tem que cuidar da terra e nós podemos fazer o adubo em casa, as calda e aí saí tudo com bem menor custo, porque senão no final da colheita não sobra nada, e ainda tem que pagar o que usou, porque tudo é muito caro...” (Sr.E).

Além do sentimento de maior cuidado com a terra, os agricultores ecologistas falam da relação que procuram estabelecer com os seres do mundo natural, com os próprios animais, o que em muitos momentos torna-se um desafio em função das dificuldades encontradas:

“O homem tinha que valorizar mais... O ser humano é o mais destruidor que há no mundo! Destrói a terra, o bicho... Tem gente que caça, tem que deixar eles [referindo-se aos bichos]... A raposa nós mata... Mas é o único, porque leva a galinha...o lagarto também... Já o cachorro do mato, gato do mato... eu vou levar osso pro cachorro do mato comer lá.. Graxaim, um cachorro do mato... vi um gato do mato subindo e aí imitei um gato e ele chegou perto, mas quando me viu, carcou no mato... Tem que zelar dos bicho!... Senão criança mais tarde não vai nem conhecer... ! A gente não mata mais, dá dó..!! As galinhas tão fechada lá e os bichos tão vivendo cá...” (Sr.L)

O medo existente em relação à possibilidade da falta ou esgotamento de elementos naturais que são fundamentais para a sua sobrevivência e dos demais e causados pela ação humana são comentados pelos entrevistados.

Na seqüência o depoimento de um agricultor sobre o manejo da mata que cerca as fontes, os olhos d'água; ressalta sua apreensão em função do risco da diminuição da água disponível, reconhecendo a dependência que os seres humanos têm em relação a esse patrimônio:

“Todo mundo roça a cabeceira das sanga... E agora falta água e agora leva mais de 40 minutos pra encher um balde de água de 20 litros para lavar roupa.... Não é justo estragar o que Deus fez..! Tem que ter alimento... mas se faltar água? O que é que faz? A gente precisa da água pra tudo... Depois de trabalhar um dia inteiro, precisa tomar um banho, beber... E se falta pra beber? Vai tomar refrigerante?... É uma questão de consciência da pessoa! (Sr.L)”

A manutenção da mata é também um desafio, presente no cotidiano do agricultor ecologista da AGAECO, havendo no entanto um esforço no sentido da sua manutenção. Na seqüência a resposta de um agricultor em relação à questão, apontando a sua visão sobre a conservação da mata:

(...) Totalmente ecológica! A minha área é meio a meio: metade plantada e a outra, mato (no sujo...)! Não ligo, deixe que o mato fique lá...Prefiro ver o mato lá do que veneno..!. Porque o mato não pode prejudicar ninguém... Tem braquiária [referindo-se a um tipo de pasto] lá... O que a gente consegue carpir carpimos, o que fica, não prejudica...(Sr.L).

O entendimento da importância da prática e do melhoramento e troca de sementes rústicas na contribuição da manutenção da biodiversidade na região, faz parte dos aspectos valorizados pelos agricultores ecologistas conforme pode ser visto na fala da agricultora:

“Eu nunca na minha vida comprei semente... se a minha semente de milho tá fraca aí eu troco com o vizinho de uma outra qualidade que está melhor...Eu nem sei quantas variedades de milho que eu tenho....a gente pega outra qualidade e vai melhorando... É a coisa mais linda, por que eu vou comprar ? Agora de verdura sim, porque não produz, só a de cenoura... Mas tipo milho, feijão nunca comprei semente...” (Sra.C).

Como exemplo de uma prática tradicional, valorizada pelos princípios da agricultura ecológica por contribuir com a manutenção da biodiversidade, segue o depoimento de uma agricultora se referindo ao resgate de variedades vegetais consumidas no passado e que no presente são recuperadas através da troca de sementes crioulas realizadas nas feiras promovidas pela AGAECO:

“A alegria que dá na gente! Apareceu uma cana aqui, que parece uma vassoura, e nós se criemos chupando essa caninha que as crianças gostam tanto!Quando fomos cortar vimos que era cana, as crianças ficaram numa alegria!!..A gente se criou com ela e depois desapareceu....Semente antiga, que a gente conhecia... Quanta coisa que tem aparecido, por conta das trocas... Aí eu falei pra mãe, dá onde que veio essas?... Na feira da comunhão e da partilha [referindo-se à feira de

troca de sementes criolas promovida anualmente pela AGAECO] a gente troca e traz muita sementinha que nem sabe... Quanta coisa antiga a gente recuperou!!..”.

A consideração de um outro elemento identificado no trabalho de campo e nas entrevistas deve ser resgatado para contribuir nesta análise de como as relações dos agricultores com a natureza estão se reestabelecendo após o início da prática da agricultura ecológica. A presença da mística permeia todo o trabalho desenvolvido pela AGAECO. Foi percebido ao longo do trabalho que há um entendimento por parte das famílias participantes do processo que o agricultor camponês ecológico cumpre com um papel de “defensor da vida”, realizando seu trabalho pautado em uma ética que se mantém em consonância com os princípios do cristianismo, considerados como uma referência para as mesmas. Para ilustrar tal aspecto segue a transcrição de partes das entrevistas que foram concedidas:

“Plantar para alimentar os outros... Eu gosto desse trabalho, além de ter renda, uma renda, você está fazendo um papel de cristianismo, fazendo pro outro um alimento sadio...Eu já tinha uma noção, mas depois que eu entrei clareou....muitos não acreditam... que o caminho é por aí mesmo...(Sra.P.)”

“A gente não compreendia primeiro bem... E a gente ia virar pra o lado ruim, a gente não tinha experiência... Os que tão aí só pensam neles, no bolso deles, no dinheiro e a gente não pensa... Não pensam em fazer uma coisa de Deus, uma coisa pra saúde... A gente não tinha experiência... Sabia do IAF [organização não governamental] mas nunca tinha uma reunião... quem sabe Deus mandou o IEEP e o IAF, pra ajudar nós..”. (Sr.J.)

Os agricultores comentam que consideram o seu trabalho com a agricultura ecológica como uma prática em sintonia com diferentes princípios presentes nas religiões e crenças espirituais. Um dos entrevistados se refere ao trabalho com a agroecologia como “uma coisa de Deus, uma coisa para saúde”. De fato estes elementos permeiam muitas das falas dos agricultores e agricultoras ecologistas, conforme pode ser constatado:

“A comida sagrada é a que sempre a pessoa planta, com dedicação.... A pessoa não pode pensar só nela, tem que agradecer porque a gente não sabe como será o dia de amanhã... Porque tem que agradecer o que Deus deu.... As pessoas pensa que é pelo trabalho... Mas não é, Deus dá e Deus tira... Tem pessoa que trabalha um tempo e fica folgado... Eu vou fazer 52 anos agora... Tenho uma casa, o terreno doado pelo sogro...!

Meu plano é terminar a casa, pra sempre morar e... sempre continuar na luta! Tem gente que não acreditou no trabalho e saiu e agora que vê, quer voltar, se arrependeu! Tendo o básico está bom... Tem gente que quer trabalhar pra ficar rico, ter lucro... O ecologista não... Trabalha na organização, nesse sentido... Não tão pensando no pessoal do Jardim Primavera que trabalha de empregado... Tem que ter um preço justo, que não ofenda ninguém... A pessoa que entra nisso aqui tem que saber que não é fácil... A gente que produz ecológico é que está ajudando a pessoa!” (Sr.L)

Este tipo de relação, por estar presente no cotidiano dos agricultores, sendo extremamente forte e baseada em diferentes sentimentos irá permear também boa parte da motivação dos agricultores ecologistas em participar da AGAECO, sendo este aspecto também visualizado no cotidiano da associação. Praticamente todas as reuniões da associação se iniciam com uma “mística”. Em geral nesse momento é feito algum tipo de abertura por parte do coordenador da reunião, seguida por uma leitura da bíblia e por discussões do grupo sobre o texto lido. O fechamento é feito com uma oração, em geral “O Pai-nosso ecumênico”, porque os agricultores são de diferentes religiões, havendo predomínio dos católicos. No local da mística prepara-se um ambiente com uma vela, um copo de água, um punhado de terra e com objetos de trabalho da AGAECO (cartazes, publicações produzidas pela associação, etc) além de outros elementos da natureza: sementes, flores, frutos, , etc. Nas reuniões dos grupos, que ocorrem nas comunidades o procedimento é o mesmo, devendo a organização da mística ser feita pela família do estabelecimento rural que sediará a reunião (Foto 05).



Figura 15 – Mística de uma reunião da AGAECO
Foto: Julian Perez Cassarino

Boff (s/d, p.9) quando refere-se à mística “aponta sua presença sobretudo nos movimentos sociais, por serem eles que resistem aos processos de dominação e marginalização, como negros e camponeses, com uma articulação mínima”. Portanto o autor não entende a mística conectada necessariamente à religião institucional ou até mesmo à espiritualidade conforme esclarece:

É nesse contexto que cabe falar de mística do engajamento e da luta, sem constrangimentos ou pruridos motivados pelas ressonâncias religiosas desta palavra. Pelo contrário, cresce dia a dia o número daqueles que se entendem dentro de uma perspectiva holística e integral da pessoa humana. Identificam aí os grandes sonhos e visões de um novo mundo e de relações humanas e sociais mais benevolentes e amorosas que povoam nosso imaginário e que, de tempos em tempos, incendiam os corações. Nesse contexto, ganha sentido falar-se de espiritualidade e de Deus, não como realidades pensadas em si mesmas, mas como referências presentes nos embates, nas grandes decisões, nos avanços e recuos, enfim, no drama humano e histórico.

Brandenburg (1998, p.89) comenta - avaliando a questão da influência da religião no Sul do Paraná - que a “igreja não representa apenas o local onde se pratica a religião, mas à medida que a organização paroquial passa a congregar também as atividades recreativas e as de instrução, constitui centro de intercâmbio de lazer e de cultura.” A AGAECO, de uma certa forma cumpre em parte com este papel, de cultura, de lazer, de organização, fazendo também com que a mística esteja sempre presente, ambos constituindo-se em aspectos bastante atrativos para a agregação dos agricultores camponeses.

O autor comenta em seu artigo que “a ortodoxia da Igreja na região sul do Paraná contrasta com a atuação “progressista” da Igreja no Oeste e Sudoeste do estado. Nessas regiões as Comunidades Eclesiais de Base e mais tarde as Comissões Pastorais da Terra – CPT, ligadas à Igreja, organizarão os chamados grupos de reflexão nas diversas comunidades religiosas. A Igreja, através da leitura político-religiosa da realidade, e o Sindicato, através de sua corrente mais combativa, seriam nestas condições, a alavanca do Movimento dos Sem-Terra.” Em Turvo, região centro, há um misto desses processos ocorrendo. A atuação da CPT de Guarapuava é bastante marcante e mantém uma parceria com a AGAECO no enfrentamento das questões de interesse da agricultura familiar da região. Boa parte dos agricultores da AGAECO sempre participaram dos movimentos de organização dos trabalhadores rurais e dos sindicatos. Portanto o aspecto místico/religioso presente na associação tem um caráter mais progressista, combativo e ético e não um caráter institucional. Prova disso é a participação de famílias com diferentes religiões na associação (Foto 06).



Figura 16 – Capa de material produzido para Feira da Comunhão e da Partilha
Fonte: AGAECO – IEEP - 2004

No entanto a mística presente na AGAECO, apesar de contar com esse fator de luta pela transformação social, encontra-se bastante influenciada por aspectos vinculados à questão espiritual, havendo uma imbricação e uma retroalimentação de todos os elementos existentes. Na seqüência as falas de agricultores sobre o alimento sagrado, expressam a mescla de todos os fatores já citados, considerados na vivência do seu cotidiano, mas com uma avaliação crítica do contexto de vida vinculado à produção convencional :

Pois essa terra é um dom que Deus deu... a terra pra produzir...o alimento sagrado pra vida de cada um ... pros filhos... Ele dá a chuva, a água pra alimentar a planta... a planta precisa da terra e da água e a gente também precisa da terra e da água....

Nossos pais viviam praticamente da ecologia... Tinha doença, praga... mas... a gente aprendeu um pouco o trabalho deles... com eles...Era só no tombar a terra, era só na queimada, podia plantar milho e enche de feijão... a terra.. tinha quem carpir... usava uma semana pra carpir... a gente tinha tempo...Hoje não tem tempo... A lavoura hoje com todo o maquinário e o veneno ...o pessoal hoje não tem tempo nem de ver a família...Tenho um conhecido, parece que trabalha menos e não tem tempo de vê a família, um colega.. Dia e noite até de

madrugada...Trabalha Domingo direto ... não tem tempo nem de ir na Igreja... A gente conhece pessoas que trabalham de manhã até a noite não vão nem na igreja... e ainda produz um alimento que não é saudável ... A gente produz menos na ecologia, mas vai na igreja, visita um parente, um vizinho, não tem essa correria... Eu conheço muitos casos..Tô surrado disso... Um ano eu ajudei um vizinho no plantio de soja...Trabalhamos um Domingo inteiro, em cima daquelas máquinas, no meio do solão... Não é vida isso! Comer lá no meio, nem vir pra casa... . Um pacote que o governo deu pra falir mesmo... Você faz um montão de lavoura, mas no fim não dá nada é semente, adubo, veneno,óleo, máquina, financiamento, custeio... no fim mata o agricultor!! (Sr.E.)

“Acho que toda a comida que nós usamos é sagrada né? Não precisa ter tanta coisa assim...mas o que tem é sagrado!... É a comida de todo dia que é sagrada... Não podemos passar sem alimento...É uma benção de Deus a gente ter alimento na mesa! A gente tem muita notícia de gente que não tem o necessário, a gente tem muita pena dessas pessoas; como tem gente desempregada..com pouco recurso....a gente tem dó mesmo!Os pais da gente já lutaram para a gente ter o que comer!!! (Sra.I)”

O depoimento da agricultora ecologista aponta como esses elementos novos e antigos relacionados ao aspecto místico encontram-se imbricados e fortalecidos pela metodologia de trabalho da associação, sendo incorporados no seu discurso quando explica o que vem a ser um “alimento sagrado”:

“Acho que todo e qualquer alimento é sagrado, a terra é sagrada... a gente produz na terra, a terra cria a gente e como dizem, cria e come a gente... desde que seja sem veneno, sem droga nenhuma, é sagrado... Sempre o pai e a mãe criaram a gente assim, muito religioso, apesar de criar a gente mais largado...sem sentar na mesa... E se nós derramava comida, diziam “Isto é pecado, é pecado!” Tinha que juntar, dá pra um gato.... mais Deus o livre de pisar na comida que tivesse caído no chão... ou dizer ou falar bobagem quando tivessem com o prato de comida na mão..Tinha sempre que rezar antes de comer! “(Sra. C.)

O elemento místico foi registrado por outros autores que se dedicaram a estudar o campesinato em diferentes momentos da história. Brandenburg (1998, p.94) e outros autores se referem ao messianismo como “ uma forma do camponês se libertar da opressão e de construir um novo mundo, mesmo que inspirado num passado ideal”. Segundo o autor, entidades religiosas e messiânicas animaram movimentos sociais em nome de uma justiça, cujo caráter perpassava o plano sobrenatural e natural.

Independente da presença maior ou menor de tal fator permeando a forma de trabalho da associação, o fato é que este apresenta-se como um dos aspectos motivadores do processo. Talvez porque estabelece uma conexão com a visão cabocla de relação do homem com a terra e com a natureza, presente desde o princípio da história do município de Turvo, entendendo-a como forma de inter-relação com a Divindade. Pode-se dizer que os imigrantes vindos da Europa e que se instalaram em Turvo assimilaram parte dessa cultura estabelecendo um vínculo

forte com a terra finalmente adquirida, mas sem perder a visão dos benefícios gerados pelo seu uso comum.

Eliade (1995) citado por Gil⁵⁶ (2001, p.257) considera o espaço sagrado como poderoso e significativo e como tal é estruturado e consistente; em contrapartida o espaço não sagrado é amorfo e vazio. No entanto, segundo Gil (op cit, p258.) para algumas culturas religiosas as realidades do mundo da existência não são intrinsecamente não-sagradas, conforme ilustra a seguir:

Em muitas culturas religiosas a realidade sensível é inerentemente sagrada, na medida que faz parte do mundo da natureza. Por exemplo na cultura religiosa zoroastriana, desde do V século a. C, até sua expressão tardia na Pérsia e Índia, os elementos da natureza, a terra, a água e o fogo são inerentemente sagrados. Nas culturas religiosas africanas, como a cultura Ioruba, os elementos da natureza possuem uma sacralidade indissociável.

Considerando os esclarecimentos do autor, a agricultora entrevistada reafirma sua visão de natureza e do próprio alimento dentro da perspectiva supracitada:

“Acho que todo e qualquer alimento é sagrado, a terra é sagrada... a gente produz na terra, a terra cria a gente e como dizem, cria e come a gente... desde que seja sem veneno, sem droga nenhuma, é sagrado...” (Sra.C)

No entanto alguns elementos relacionados ao processo referido podem ser melhor entendidos quando o aspecto místico que confere sacralidade ao alimento e à terra vão sendo desvelados. BRANDÃO (1999, p.64) que realizou um estudo etnográfico sobre a vida dos homens e mulheres do campo no Bairro dos Pretos, em Joanópolis, sobre a sua relação como camponeses com a natureza, procura desvelar aspectos que aclarem a relação existente entre o aspecto místico e o trabalho com a terra:

Há um prazer fecundante que torna parceiros de uma relação amorosa o lavrador e a terra. Eu reconheço que neste enlace de afeto está o desejo de tornar “culturalmente” culto o inculto, civilizado o selvagem, socializado e útil aquilo que, dado pela natureza ao homem, somente parece completar o ciclo de seu valor quando transformado de floresta em campo, de campo em terra de lavoura, de terra de lavoura em lavoura plantada e colhida. Isto repetiram os autores de história, ingleses e franceses que me tem acompanhado até aqui, e está idéia é bastante clara em Keith Thomas. Há um visível enunciado de vocação judaico-cristã, que sugere ao homem de trabalho o próprio trabalho como complemento humano da “obra-de-criação”. Mais do que castigo imposto acreditado no campo ao inocente pecador Adão e a todas as suas gerações de homens de todos os tempos, a razão do domínio agropastoril sobre o mundo natural é ao mesmo tempo a forma mais humanamente nobre e essencial de trabalho e o espelho mais evidentemente verdadeiro da evidência que o homem toma a seu cargo e

⁵⁶ ELIADE, M.O sagrado e o profano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

completa uma domesticação do mundo iniciada pelo deus de todas as coisas, entregue a homens e mulheres.

Considerando a fala de Brandão é possível compreender que o comentário da agricultora supracitado contempla as duas concepções levantadas pelos autores. A primeira que se refere a uma sacralidade indissociável e presente nos elementos da natureza, e existente também na cosmovisão cabocla e a outra concepção que aponta uma matriz judaico-cristã que considera o trabalho do homem como o complemento humano da “obra-de-criação.” No caso da relação do homem com a natureza o aspecto de tornar útil aquilo que foi dado pela natureza ao homem ou pela própria divindade ao homem.

Dentro desse processo de relação muito próxima, outros elementos passam a ser percebidos por estarem imbricados. Brandão (1999, p.60) chama a atenção para um tipo de relação que permeia todo o restante, e que se evidencia pelo culto ao sagrado, à divindade e que necessita ser de fato considerado para que se entendam os diferentes valores que permeiam a vida do camponês:

Pois nesta empresa de tornar trabalhosamente fecundo o que é naturalmente fecundável, desde que o homem faça a sua parte, participam ele como o autor cuja ação devolve a própria terra a Deus, o mundo da natureza com todos os seus elementos e, entre todos, a água, e mais do que tudo, a própria terra, o chão da vida, o palco ou o solo do palco onde tudo e todos firmam os pés e o corpo do drama da humanização do mundo natural. Mas há um terceiro autor-ator e me espanta que ele não seja incorporado à carta de sujeitos e trocas do trabalho agropastoril, uma vez que no imaginário de seus atores humanos ele em momento algum é esquecido, seja como poder invocado, seja como força personalizada e seguidamente enunciada nas respostas a uma entrevista: a divindade. Pois a não ser em situações muito raras, a natureza é percebida como agindo por conta própria, como se as energias postas em comunicação com os humanos através do trabalho e de suas variantes, não estivessem subordinadas a uma vontade onipotente e em tudo externa a ela mesma. As faces e pessoas do deus cristão estão sempre associadas não apenas a um momento inicial de criação “de todas as coisas”, culminadas no próprio casal primevo de humanos, mas a todos os acontecimentos de atualização da ordem natural do universo reconhecido como existente e dado ao homem (BRANDÃO 1999, p.60).

O mesmo autor continua suas reflexões, justificando a necessidade de que certos sentimentos apresentados e vividos pelos camponeses sejam vislumbrados a fim de que se entenda qual é a base sobre a qual se sustenta esse tipo de relação, que a princípio pareceria estar mais voltada ao provimento das necessidades materiais da família:

Mas , ao pensar o lado de dentro dos modos de ser e imaginar um mundo de trocas através do trabalho, se a face do afeto não for levada em conta, o lado talvez menos sociologicamente reconhecível, mas o também mais socialmente vivo, poderá ficar não revelado. Como esconder que entre os velhos homens do campo a terra é amada? Como não dizer que eles dizem isto, e subordinam as respostas às perguntas mais operativamente práticas e consensuais a este estofo

interno: a esta face nunca facilmente confessável do lado interior das lógicas e das éticas do mundo rural? Somente entre os produtores já muito modernizados, já bastante separados de um contato corporal e rusticamente ritualizado entre a pessoa do produtor agropastoril e a terra, e a água, e as pedras, ventos e árvores, entre ele próprio e “os seus bichos”, uma carga de sentimentos para além da utilidade e interesse começa a ser, também ela, pragmaticamente relativizada e substituída por um sistema de valores regido por uma lógica que retira da natureza para o mercado e das trocas entre os homens e seus seres para os homens e suas coisas, a tessitura dos afetos, o poderoso mistério das lembranças e a força dos sentidos das virtudes rústicas que costumam compor a épica da cultura e a lírica do campesinato (BRANDÃO, 1999, p.65).

O entorno do ambiente é de fato vivido e representado sempre em função de suas diferentes alternativas de apropriação, transformação e utilidade, na socialização motivada do mundo natural. Mas também tudo isso passa por um sutil tecido de sentidos e de sensibilidades a que até mesmo as regras dos ganhos econômicos se subordina, pelo menos em parte. Às vezes, em uma boa parte (BRANDÃO, op cit, p.66).

Diferentes autores referem à presença de fortes sentimentos que unem os agricultores com a terra. No entanto como tais questões passam a ser consideradas secundárias na vida da sociedade moderna, dificilmente os mesmos falam sobre isso. Somente quando são questionados exprimem algo; o restante é perceptível pelos gestos e pela forma de contato que estabelecem com a terra e com os seres do mundo natural. A seguir os comentários de alguns entrevistados sobre o trabalho com a terra:

“Eu gosto... Tá bom quando estou lidando na terra, eu gosto muito mais de lidar fora, é bem melhor... lidando na terra... Dou graças quando as meninas crescem e fazem já o trabalho de casa... Sei lá... Não sei se é orgulho meu, mas quando eu sei que estou colocando na mesa um alimento que eu plantei... é muita vontade mesmo... eu gosto da minha profissão... não teria outra coisa que eu gostaria de fazer...”(Sra.J).

“Eu sinto uma energia positiva... aquele *stress*, aquela canseira, a gente descarrega as energias na terra... Tem que ir nem que um pouquinho só... tem que ir lá dar uma mexidinha... O [marido] também gosta, senão já tinha arrumado outra coisa pra fazer...”(Sra.P).

“Eu gosto de trabalhar na terra... é eu gosto de lidar com as vacas, de lidar com os cavalos... Gosto de trabalhar com a junta dos cavalos... Os cavalos... eu semeio as coisas, colho... e puxam a carroça... Gosto de plantar na mão!”(Sr.E).

“A gente se sente valorizado...É gostoso você pensar que sabe que você tira o teu sustento lá da terra...Economizando e comendo uma coisa mais saudável...”(Sra.E).

Brandenburg (1998, p.90) comenta também em seu texto a questão da ligação que o camponês estabelece com a terra:

Entre os elementos da natureza, com os quais estabelece relação, a terra é o fundamento da sua atividade: a agricultura. “A terra é ao mesmo tempo matéria-prima, instrumento do trabalho e fruto”, diria MARX (1986). As análises que tratam da relação com a terra aparecem na forma de *apego à terra*, porque é orientado por múltiplas razões, uma delas o sentimento de amor à terra.

Tuan (1980, p.107), utiliza a palavra “topofilia”, um neologismo, para definir em um sentido amplo, todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente natural. Apesar do autor explicitar que o sentimento topofilico entre os agricultores difere enormemente de acordo com seu *status* sócio-econômico, sentimentos importantes já observados, são ressaltados por ele:

O apego à terra do pequeno agricultor ou camponês é profundo. Conhecem a natureza porque ganham a vida com ela. Para o trabalhador rural a natureza forma parte dele – e a beleza, como substância e processo da natureza pode-se dizer que a personifica. Esse sentimento de fusão com a natureza não é simples metáfora. Os músculos e as cicatrizes testemunham a intimidade física de contato. A topofilia do agricultor está formada desta intimidade física, da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança. A apreciação estética está presente, mas raramente é expressada.

Sobre a relação dos homens com os animais e os demais seres vivos, Brandão (1999, p.60) revela uma conexão que ultrapassa os aspectos meramente materiais e uma ética que é de difícil compreensão para aqueles que não compartilham o mesmo espaço e a mesma cultura:

Quando os homens e as mulheres do Bairro dos Pretos pensam o que sentem ou como se vêem relacionando-se com plantas, animais, situações e cenários de seu mundo natural, eles tendem a acreditar que as razões compreensíveis desses relacionamentos – muitos deles rotineiramente cotidianos e parte da experiência corriqueira de qualquer um daqui – estão contidas neles próprios, os seres humanos. Estão contidas nos seres da natureza, sujeitos de trocas não humanamente sociais, mas culturalmente socializáveis. Estão, finalmente, no próprio acontecimento das relações, no seu todo e em cada caso, estabelecidas entre tipos de pessoas e categorias de indivíduos da natureza. Não se mata um porco na Quinta-Feira Santa e não se come a sua carne na Sexta-Feira Maior porque, de um ponto de vista da religião acreditada, esses não são os dias apropriados para isto. Não se deve poluir a água de um riacho porque ela é útil a todos em seu estado de natural pureza, e os direitos de “todos os vizinhos” devem ser por igual respeitados. Não se mata um filhote de animal selvagem (fora os peçonhentos e de maneira especial as cobras e os escorpiões) porque ele é pequeno, um pequeno ser vivo, sujeito de uma família animal que merece viver e crescer. Não se mata um sauá (saá, sagüi) porque diante do perigo iminente ele junta as mãos como em prece e parece implorar, como os humanos, pela sua vida. Nunca se mata um boi ou um porco, a não ser por precisão de transformá-lo em alimento ou mercadoria e, de modo geral, o mesmo princípio deveria ser estendido aos animais de caça. Não se abusa de um burro ou de um boi de carro porque, tanto quanto um cavalo ou um cão, eles são animais úteis aos homens e entre eles e os humanos que os utilizam devem existir afetos e éticas de trocas que transcendem a própria utilidade.

Todos os aspectos mencionados até aqui apontam para a existência de uma forte vinculação do homem com a natureza. Tal ligação e dependência do espaço em que vivem as famílias ecologistas tem sua determinação em aspectos que transcendem o plano da reprodução material das famílias. Segundo Gil (2001,p.259), considerando o conceito de que o espaço é relacional, o mesmo torna-se parte indissociável de sacralização do mundo, não se constituindo

numa cristalização do fenômeno, mas parte das possibilidades relacionais do mesmo. Sendo assim, segundo o autor, as pessoas constroem imagens do espaço e atribuem a elas as representações de sua existência. Tal proximidade em relação à natureza já era considerada uma característica tradicional entre os camponeses. No entanto pôde ser percebido pelas falas dos agricultores da AGAECO que a prática da agricultura ecológica e o próprio trabalho da associação têm despertado a atenção das famílias para elementos novos que foram sendo incorporados no cotidiano de vida das mesmas, assim como têm despertado uma valorização de concepções e práticas já existentes, porque as mesmas passam a ter um novo significado em termos de perspectiva de vida.

5.2 A ORGANIZAÇÃO PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: ESTRATÉGIA PARA SEGURANÇA ALIMENTAR

A consonância que passa a existir entre a agricultura e a ecologia perpassa a busca de uma sustentabilidade para o processo de produção dos alimentos. Segundo Brandenburg e Ferreira (2004,p.73) um modelo de desenvolvimento sustentável para a agricultura não deve restringir-se apenas em desenvolver estratégias de gestão de recursos naturais que visem não comprometer o futuro da produção. Trata-se antes, e ao mesmo tempo de restaurar um potencial ainda exaurido e de reconstruir não apenas o seu ambiente natural, mas também o social. Os autores consideram “a hipótese de que a transformação das relações homem-natureza encontra-se diretamente relacionada com a transformação das relações sociais. Análises históricas têm demonstrado que as crises sociais pelas quais passaram algumas sociedades são, ao mesmo tempo, crises de sistemas técnicos e de relação com o ambiente natural.”

Nesse sentido cabe registrar a existência de aspectos da metodologia de trabalho da AGAECO referentes ao aspecto organizativo e de comercialização e que têm repercussão sobre as práticas alimentares das famílias, mas que perpassam também uma dinamização das relações sociais, incidindo inclusive de maneira positiva em uma maior equidade em termos de gênero e de geração .

Um aspecto a ser destacado por ter sido apontado pelo trabalho de campo e pelas entrevistas é a importância que o processo de comercialização dos excedentes produzidos representou para os agricultores ecologistas em diferentes dimensões de suas vidas. A comercialização dos alimentos ocorre diretamente para a população de Turvo num ponto fixo

de vendas mantido pela associação e pela participação das famílias na Feira Ecológica do Jardim Primavera, realizada semanalmente na periferia de Guarapuava, município vizinho. Nos dois espaços a lógica para definição de preços para a venda dos alimentos ecológicos baseia-se nos princípios da economia solidária, havendo a preocupação do alcance de valores mais justos que possam ser pagos pelos consumidores urbanos de baixa renda e mantidos pelos agricultores, garantindo uma remuneração adequada pela produção.

Curiosamente o processo de comercialização, conforme o que relatam as famílias, foi um dos aspectos propulsores de mudanças positivas nas práticas alimentares dos agricultores. O fato dos consumidores solicitarem uma variedade maior de hortaliças nos espaços de comercialização da AGAECO passou a estimular a diversificação da produção, interferindo diretamente nas práticas alimentares de muitas famílias, que passaram também a consumir uma maior quantidade e uma maior diversidade de alimentos.

Os princípios da economia solidária utilizados no trabalho desenvolvido pelas famílias da AGAECO mesclam-se com o entendimento de “missão” do que cabe ao agricultor enquanto aquele que deve produzir alimentos de qualidade para a sua família, sua comunidade e para o consumidor de baixa renda que vive na cidade. Os próprios agricultores sentem-se valorizados com esse papel. Tais aspectos, vinculados ao aumento da auto-estima aparecem nas falas dos agricultores entrevistados:

“Hoje eu me sinto uma pessoa bem importante...Porque de primeiro a gente da lavoura tinha até vergonha de conta que era lavrador, que lutava na lavoura; hoje não, já sentimos orgulho de dizer que somos lavrador...”(Sra.I).

“Sobre assim que vende... a gente nota nas feiras...a gente gosta de comprar porque é saudável...é gostoso! A batatinha! A que você compra no mercado não tem gosto de nada, a que é natural... é outra vida!! E o consumidor diz que tem que cuidar da saúde...E o importante é ter a saúde, não o dinheiro!... A gente também produz para eles, não tanto pra tentar tirar do bolso dele, porque ele nem tem, mas é para o benefício deles, né ?!”(Sr.E.).

“Ela falou pra amiga: “vou te contar bem baixinho...meu pai é agricultor, mas eu tenho vergonha de contar...”. Os grandão, que consomem é o arroz, o feijão, uma mandioca... e o grande planta o mandiocal, o feijão? Ele planta soja e trigo e uma roça de milho... É lógico a gente necessita, mas não é tanto! Eu acho que o agricultor tem que dizer que é! Não ter vergonha....A[filha] já disse, o meu pai é agricultor e eu não tenho vergonha de contar... O pior é não ser nada... Quando é agricultor você está garantindo a vida de mais pessoas, né? Na CONAB, na feira...no ponto... que pode consumir as coisas... os alunos das escolas tão consumindo um produto que nunca vai fazer mal! “(Sr.L).

Interessante considerar que o que deu possibilidade à prática da economia solidária e do estabelecimento de uma relação com o outro, que é o consumidor, foi a criação dos espaços de comercialização pela AGAECO. Antes muitos agricultores trabalhavam mais voltados ao autoconsumo; atualmente além da produção para o abastecimento doméstico dedicam-se

também à comercializar os alimentos que produzem, dentro de uma ética e de uma lógica que é a da economia solidária. Shanin citado por Abramovay (1998, p.114) aponta “que dois elementos básicos estarão sempre presentes na ética camponesa: a valorização da comunidade e a partilha de um conjunto de valores não decorrentes simplesmente dos vínculos impessoais oferecidos pela objetividade das trocas mercantis”.

A possibilidade de um encontro com o consumidor, numa relação baseada em outros referenciais que não são mercadológicos passa a ser atrativa para o agricultor. Segundo Abramovay (op cit, p.117) as sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis.

Esses aspectos talvez expliquem o interesse por essa proposta de trabalho; mais uma vez a similaridade de antigos princípios presentes nas relações entre camponeses, parecem ser retomadas e ressignificadas pelas famílias da AGAECO em suas práticas de comercialização de alimentos. A fala da agricultora aponta nesse sentido:

“Significa a realização da própria pessoa em relação à família... Quando a gente começou a comercializar, viu que tinha famílias que nunca tinham tido a oportunidade de comer um alimento assim... pela falta de condição, por não saber como plantar...” (Sr.E).

Os pontos comentados pelos agricultores, que por um lado demonstram a existência de uma auto-estima decorrente do processo, por outro revelam o comportamento da sociedade em geral em relação a pouca valorização do trabalhador do campo, do camponês. Brandão realiza uma reflexão bastante procedente sobre essa situação:

O trabalhador do campo – sitiante, arrendatário, parceiro ou camarada – reconhece sempre que, mesmo relegado a um descendente lugar de pequena importância social e econômica, o seu trabalho e o da terra geram um único bem de trocas verdadeiramente indispensável. Há um *ethos* camponês cuja encruzilhada simbólica é atravessada pelo reconhecimento de um menos-valor atribuído pelos outros *versus* um inquestionável mais-valor de auto-atribuição. (BRANDÃO, 1999, p.67)

Tuan fala das características do trabalho do agricultor, apontando sua singularidade em termos da sua relevância e da relação que os mesmos estabelecem com a natureza:

Para viver, o homem deve ver algum valor em seu mundo. O agricultor não é exceção. Sua vida está atrelada aos grandes ciclos da natureza; está enraizada no nascimento, crescimento e morte das coisas vivas; apesar de dura ostenta uma seriedade que poucas outras ocupações podem igualar. De fato, pouco se sabe sobre as atitudes dos agricultores para com a natureza. O que existe é uma vasta literatura, em grande parte sentimental, sobre a vida rural, escrita por pessoas com mãos sem calosidade” (Tuan, 1980, p. 113).

5.3 AS FAMÍLIAS DA AGAECO E AS TRÊS ECOLOGIAS DE GUATTARI

Ao realizar a análise do processo que envolve a produção e o consumo de alimentos ecológicos pelas famílias da AGAECO e as múltiplas dimensões que envolvem o mesmo, julgou-se oportuno utilizar como uma das referências teóricas para a discussão da temática a proposta de Guattari (1995). Conforme já foi visto em capítulo anterior o autor propõe o desenvolvimento de três visões sobre a ecologia, três formas de relação, que ele denomina também de “ecosofia”. A primeira constitui-se na relação da pessoa humana com ela mesma, com sua psique e com seu próprio corpo; a segunda se refere a relação com os outros, existente nos grupos sociais e na sociedade como um todo; a terceira caracteriza-se pela relação com o meio ambiente. De acordo com o autor as soluções para as grandes demandas sociais e ecológicas da sociedade contemporânea somente poderiam acontecer se contemplassem na sua gênese as três categorias sugeridas por ele.

Considerando o referencial teórico do autor e a pesquisa com as famílias da AGAECO foi possível perceber que o trabalho desenvolvido pela associação baseado nos princípios da agroecologia tem provocado repercussões e consequências em relação às três ecologias propostas por Guattari.

O primeiro tipo de ecologia se refere à relação da pessoa consigo mesma, considerando a subjetividade e a relação com seu próprio corpo. Considerando a temática do trabalho e o perfil dos agricultores ecologistas da AGAECO é possível fazer algumas colocações em relação a essa primeira categoria. Foram observadas questões relevantes em relação a uma motivação à atenção à saúde, sobretudo nos aspectos de alimentação e nutrição. As práticas de saúde vinculadas à alimentação e nutrição encontram-se na dependência de escolhas alimentares que são realizadas pelo indivíduo, pela família e pelos grupos sociais. É perceptível que os princípios da agricultura ecológica e a sua prática sensibilizaram muitas das famílias da AGAECO, que consideraram alguns desses aspectos em suas práticas de vida e do cotidiano alimentar. Isto é plenamente verificável quando considera-se os esforços realizados para aumentar a diversificação de alimentos cultivados, em minimizar a dependência da compra de alimentos no mercado, substituindo o consumo dos mesmos por alimentos não industrializados; em fazer modificações de hábitos de consumo familiar visando uma melhor nutrição da família, em discutir questões relacionadas à Nutrição em grupo, entre outros aspectos.

Muitas das práticas adotadas pelos indivíduos da sociedade de consumo acabam por ter sua base no hedonismo ou num tipo de preocupação bastante individualista com a saúde. Na

área de alimentação e nutrição o mercado tem percebido as possibilidades de criação de nichos para venda de produtos “mais naturais e sem agrotóxicos”. Revistas e lojas especializadas em alimentação saudável, circuitos paralelos de distribuição ao consumidor e os próprios supermercados contam com espaços de venda de inúmeros tipos de alimentos. Novos consumidores, preocupados com a qualidade da sua alimentação, compram produtos mais saudáveis e até ecológicos sem a crítica ao modelo que produz e transforma os alimentos provenientes da agricultura convencional (ALFHANDERY, DUPON, BITON, 1998). O questionamento das conseqüências do produtivismo e da artificialização da produção agrícola para a sociedade e para a natureza acabam por ser secundários e são minorias que militam para que as formas diferenciadas de produção agrícola sejam assumidas como políticas públicas, garantindo o acesso a esses produtos para a população em geral. Por outro lado há um interesse na produção de alimentos sem agrotóxicos, fazendo com que segmentos empresariais implementem iniciativas vinculadas à agricultura orgânica e não à abordagem agroecológica.

Para Alfhandery et al (1998) tais demandas são geradas em função de que a sociedade de consumo ainda apresenta duas questões essenciais que podem indefinidamente motivar interesses mercadológicos, num contexto cada vez mais complexo que influencia o modo de vida das pessoas: a necessidade da manutenção de uma proximidade da natureza e o desejo de não adoecer, não envelhecer e morrer. Segundo Guattari, “a ecosofia mental poderá contribuir para a compreensão da relação do sujeito com o corpo, com o fantasma (o inconsciente), com o tempo que passa, com os “mistérios” da vida e da morte”, propiciando a busca de antídotos para uniformização midiática e telemática, o conformismo das modas, as manipulações da opinião pública pela publicidade’. Ou seja o autor propõe uma revolução dos valores do uso do corpo com a concepção de uma abordagem crítica e mais comprometida com a saúde coletiva.

Tais questões relacionadas à influência da mídia sobre os hábitos de consumo alimentar poderiam não ter o mesmo poder de disseminação no meio rural do que no meio urbano. No entanto a mídia tem hoje um acesso muito maior a maior parte dos segmentos da população, impondo valores, signos, imagens, representações. Muitas das famílias da AGAECO em suas entrevistas mencionaram o abandono de práticas alimentares tradicionais e o aumento do consumo de alimentos industrializados, antes de sua entrada na AGAECO. Um exemplo claro das representações e signos que os alimentos podem adquirir para o coletivo pode ser percebido na fala do agricultor entrevistado:

“As minhas filhas não souberam ter luxo pra viver...margarina, calçado, sandalhinha, pra ir pra escola pra igreja... não tinham... não souberam o que era mordomia que tem hoje..”.(Sr.L).

Quando o agricultor menciona “luxo” cita uma série de elementos; a “margarina” aparece em primeiro lugar, expressando a visão que o agricultor tem sobre a mesma. Sendo considerada “um luxo”, um alimento industrializado, passa a ser adquirida por muitas famílias porque o fato de realizar o seu uso traz embutida uma mensagem de modernidade, de luxo, de mordomia que é estendida ao seu consumidor. O capitalismo pós-industrial que é chamado por Guattari (1995, p.13) de Capitalismo Mundial Integrado (CMI) tende, cada vez mais, a descentrar seus focos de poder das estruturas de produção de bens e de serviços para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade, por intermédio, especialmente, do controle que exerce sobre a mídia, a publicidade, as sondagens, etc.

Enfim há todo um interesse mercadológico em supervalorizar o consumo de alimentos industrializados, em detrimento do consumo dos alimentos em seu estado natural ou processados dentro do domicílio.

No entanto é evidente que de forma processual as famílias da AGAECO têm adotado uma postura crítica em relação aos aspectos relacionados ao consumo de alimentos, optando por práticas alimentares que busquem a promoção da saúde. Há também uma forte preocupação com a saúde da coletividade, exposta em várias entrevistas citadas, sobretudo quando discute-se a questão do agricultor ecologista como alguém preocupado e compromissado com a saúde do consumidor, em função de suas práticas de produção e de comercialização.

Ainda essa categoria de ecologia proposta por Guattari (1995, p.18), aponta uma preocupação em relação à valorização da subjetividade, pois o mesmo destaca que este assunto é ainda abordado de forma muito restrita no meio científico e político. Segundo o autor :

(...) Tudo se passa como se um superego cientista exigisse reificar as entidades psíquicas e impusesse que só fossem apreendidas através de coordenadas extrínsecas. Em tais condições, não é de se espantar que as ciências humanas e ciências sociais tenham se condenado por si mesmas a deixar as dimensões intrinsecamente evolutivas, criativas e autoposicionantes dos processos de subjetivação. O que quer que seja, parece-me urgente desfazer-se de todas as referências e metáforas científicas para forjar novos paradigmas que serão, de preferência, de inspiração ético-estéticas.

A valorização da subjetividade é uma questão de importância na atualidade. Para o autor “em todos os lugares e em todas as épocas, a arte e a religião foram o refúgio de cartografias existenciais fundadas na assunção de certas rupturas de sentido “existencializantes”” (GUATTARI, 1995, p.30). Mas a época contemporânea, exacerbando a produção de bens materiais e imateriais em detrimento da consistência de territórios

existenciais individuais e de grupo, engendrou um imenso vazio na subjetividade que tende a se tornar cada vez mais absurda e sem recursos”. Para ele, até o momento, não foi constatada uma relação de causa e efeito entre o crescimento dos recursos técnico-científicos e o desenvolvimento dos progressos sociais e culturais, “gerando uma degradação irreversível dos operadores tradicionais de regulação social” (GUATTARI, 1995, p.30).

Segundo Guattari, as relações da humanidade com o *socius*, com a psique e com a natureza tendem, com efeito, a se deteriorar cada vez mais, não só em razão de nocividades e poluições objetivas mas também pela existência de fato de um desconhecimento e de uma passividade fatalista dos indivíduos e dos poderes em relação a essas questões consideradas em seu conjunto. Catastróficas ou não, as evoluções negativas são aceitas tais como são. Segundo as palavras do autor :

O estruturalismo – e depois o pós-modernismo – acostumou-nos a uma visão de mundo que elimina a pertinência das intervenções humanas que se encarnam em políticas e micropolíticas concretas. Explicar este perecimento das práxis pela morte das ideologias e pelo retorno aos valores universais me parece pouco satisfatório. Na realidade, o que convém incriminar, principalmente, é a inadaptação das práxis sociais e psicológicas e também a cegueira quanto ao caráter falacioso da compartimentação de alguns domínios do real. Não é justo separar a ação sobre a psique daquela sobre o *socius* e o ambiente. A recusa a olhar de frente as degradações desses três domínios, tal como é alimentado pela mídia, confina num empreendimento de infantilização da opinião e de neutralização destrutiva da democracia. (GUATTARI, 1995, p.17)

O autor revaloriza a ação humana como forma de transformação da sociedade, apontando como exemplo as políticas e micropolíticas concretas. A própria motivação para a ação humana não baseia-se somente na racionalidade, mas sim na presença de sentimentos, de subjetividades que por sua vez inspiram também o agir e o transformar. A ação realizada no nível local também é valorizada por Guattari, uma vez que o mesmo afirma que a compreensão do poder das estruturas muitas vezes desestimula o ser humano a agir quando deve, levando o mesmo à apatia e ao imobilismo. Segundo o autor :

Nessa mesma perspectiva, dever-se-à considerar os sintomas e incidentes fora das normas como índices de um trabalho potencial de subjetivação. Parece-me essencial que se organizem assim novas práticas micropolíticas e micro-sociais, novas solidariedades, uma nova suavidade juntamente com novas práticas estéticas e novas práticas analíticas das formações do inconsciente. Parece-me que esta é a única via possível para que as práticas sociais e políticas saiam dessa situação, quero dizer, para que elas trabalhem para a humanidade e não mais para o simples reequilíbrio permanente do Universo das semióticas capitalistas. Poder-se-ia objetar que as lutas em grande escala não estão necessariamente em sincronia com as práxis ecológicas e as micropolíticas do desejo. Mas aí está toda a questão: os diversos níveis de prática não só não tem de ser homogeneizados, ajustados uns aos outros sob uma tutela transcendente, mas ao contrário, convém

engajá-los em processos de heterogênese(...) Convém deixar que se desenvolvam as culturas particulares inventando-se ao mesmo tempo, outros contratos de cidadania. (GUATTARI, 1995, p.35).

A motivação dos agricultores ecologistas para sua atuação na AGAECO é um fato. Os aspectos que promovem a motivação são vários, conforme pôde ser visto no início do capítulo. A saúde da família, a saúde do consumidor, a dependência da manutenção do meio ambiente; a garantia da reprodução da família, o amor à natureza e a terra e ao seu trabalho como agricultor ecologista; a presença da mística e do sagrado permeando as ações, enfim alguns aspectos racionais e outros de caráter mais emocional são os promotores de diferentes e importantes ações realizadas cotidianamente pelas famílias, que por sua vez têm provocado significativas mudanças nas comunidades onde as famílias vivem, no município de Turvo e conseqüentemente na região. Nas entrevistas foram referidas as intenções de entrada na AGAECO por várias outras famílias de agricultores do município, que aguardam a possibilidade. Este é um aspecto que não pode ser desconsiderado e que aponta a existência de resultados concretos relacionados à viabilidade da produção, da comercialização e da própria agroecologia e da existência de uma série de outros aspectos não menos importantes, mas de não tanta visibilidade, apesar de seu poder agregador. A fala de um agricultor da AGAECO sobre o processo de trabalho da associação, demonstra a importância e o poder das iniciativas dos sujeitos e dos grupos:

“Tem gente que diz: mas só você ecologistas ... vai adiantar? Com tanta gente plantando com veneno? À medida que o pessoal for se organizando muita gente vai largar a mão e se não tiver com veneno, aí quem vai consumir com veneno? A gente tem que abrir a estrada... Só nossos netos é que vão ver... Tem bastante gente jovem, eles que tem que ir... Nós com 40 – 50 anos estamos abrindo a estrada... Mas o jovem só que saber de festa, pro baile, pro jogo, não tem tempo para nada... Os nossos fazem questão de participar... A [sobrinha] abre mão das coisas para participar do grupo...” (Sr.L)

A perspectiva de continuidade do trabalho iniciado pelos mais velhos pelas gerações mais jovens, que por sua vez encontram-se engajadas no processo, revela aspectos essenciais para a sustentabilidade e viabilidade desse projeto de vida.

A segunda categoria de ecologia proposta por Guattari, que envolve as relações aponta a necessidade de se entender que a produção da existência humana pode ser feita em novos contextos históricos. Segundo o autor, a ecosofia consistirá, portanto, no desenvolvimento de práticas específicas que tendam a modificar e a reinventar maneiras de ser no seio do casal, da família, do trabalho, do contexto urbano, etc. Para ele seria inconcebível pretender retornar a

fórmulas anteriores, “correspondentes a períodos nos quais, ao mesmo tempo, a densidade demográfica era mais fraca e a densidade das relações sociais mais forte que hoje”. A questão será literalmente reconstruir o conjunto das modalidades do ser-em-grupo. E não somente pelas intervenções comunicacionais mas também por mutações existenciais que dizem respeito à essência da subjetividade, gerando práticas efetivas de experimentação tanto nos níveis micro-sociais quanto em escalas institucionais maiores. (GUATTARI, 1995, p.16)

A modalidade do “ser-em-grupo” é considerada a metodologia para o desenvolvimento do trabalho da AGAECO. O trabalho de produção de alimentos ecológicos e comercialização de excedentes pelas famílias necessita ser desenvolvido no âmbito de um grupo, uma vez que para participar da associação, os agricultores necessitam formar um grupo em sua comunidade. Assim o mesmo constitui-se num espaço de fortalecimento de relações sociais existentes na comunidade e depois no grupo e na AGAECO. O associativismo passa a ser considerado uma estratégia de trabalho, gerando os processos que têm viabilizado as práticas de autoconsumo e venda de excedentes pelas famílias associadas.

A idéia do “ser-em-grupo” da ecologia social, considera a existência de momentos em que os grupos devem agir fixando objetivos comuns e trabalhando em conjunto fortemente. No entanto, para o autor, há necessidade de momentos de dispersão, que se constituem “momentos de ressingularização onde as subjetividades individuais e coletivas deverão ser consideradas e onde prevalecerá a expressão criadora como tal, sem nenhuma preocupação com relação às finalidades coletivas”(GUATTARI, op.cit, p.36).

Finalmente, a terceira categoria de Guattari consiste na ecologia ambiental. O autor considera que essa categoria encontra-se em sintonia com os aspectos relacionados à ecologia tal como a mesma se constitui hoje. Considera que a mesma deva ser uma “ecologia generalizada”, sistêmica, que deverá ter por finalidade descentrar radicalmente as lutas sociais e considerar os aspectos relevantes em relação à subjetividade humana.

Nesse sentido há também uma certa sintonia das concepções e das ações por parte das famílias da AGAECO em relação à prática da agricultura ecológica e a manutenção do meio ambiente, defendidos pelas concepções mais modernas da ecologia. Ainda que não sejam condutas e aspectos observados integralmente por todas as famílias da AGAECO é possível vislumbrar uma intenção e um esforço concreto nesse sentido por parte da maioria. É importante que se entenda também que a conversão das propriedades para a agricultura ecológica constitui-se num processo de mudanças de certas práticas que fazem parte do modo

de vida das famílias, e que portanto estender-se-ão ao modo de ser, de agir e de pensar de todos os membros das famílias.

Na visão de Guattari a conotação da ecologia deveria deixar de ser vinculada “ à imagem de uma pequena minoria de amantes da natureza ou de especialistas diplomados”, para constituir-se no caminho essencial e agregador para as transformações sociais, políticas e ambientais necessárias:

(...) É essa abertura práxica que constitui a essência desta arte da “eco” subsumindo todas as maneiras de domesticar os territórios existenciais, sejam eles concernentes a maneiras íntimas de ser, ao corpo, ao meio ambiente ou a grandes conjuntos contextuais relativos à etnia, à nação ou mesmo aos direitos gerais da humanidade. Assim sendo, esclareçamos que não se trata para nós de erigir regras universais a título de guia de tais práxis, mas, ao contrário, de liberar as antinomias de princípios entre os três níveis ecosófico ou, se preferirmos, entre as três visões ecológicas, as três lentes discriminantes aqui em questão.(GUATTARI, 1995p.38)

O autor considera que existem perspectivas para a efetivação dos processos apontados. Vários aspectos se configuram como elementos potenciais para as transformações sociais e ambientais que ele considera serem viáveis, contrapondo uma visão fatalista da realidade e do futuro (p.53):

- a) as bruscas tomadas de consciência das massas continuam sempre possíveis;
- b) as lutas sociais se revestem atualmente de novas práticas micro-políticas e micro-sociais, com alta capacidade transformadora dos contextos locais e regionais;
- c) a evolução tecnológica da mídia, em particular sua miniaturização, a diminuição de seu custo, sua possível utilização para fins não capitalistas
- d) a recomposição dos processos de trabalho sobre os escombros dos sistemas de produção industriais do início do século, o que reclama uma crescente produção de subjetividade “criacionista” tanto no plano individual quanto no plano coletivo.

Finalmente, pode-se dizer que as concepções de Guattari, se referem a diferentes dimensões de mudanças que precisam ser consideradas seriamente pela sociedade em vista do preocupante cenário social, econômico e ambiental que se configura na atualidade. As famílias da AGAECO encontram-se no meio de um processo de resistência que tem motivado transformações significativas em relação às três categorias de ecologia propostas pelo autor em seu contexto de vida, apontando o valor potencializador das experiências micro-sociais.

5.4 AGAECO, SUA INSERÇÃO EM REDE E O POTENCIAL MULTIPLICADO

Assim como o trabalho em redes tem sido utilizado pelas grandes corporações e transnacionais para contribuir para o fortalecimento e avanço do projeto neoliberal, os movimentos sociais se organizam em diferentes pontos do cenário mundial e se utilizam da mesma metodologia como estratégia, para garantir o seu espaço de manifestação e de atuação.

Mance (2001), propõe a estratégia de trabalho em rede como uma metodologia para enfrentamento dos processos de exclusão e de pobreza, conforme expõe a seguir:

O que vemos nas sociedades contemporâneas em geral é a negação cada vez mais acentuada das liberdades pública e privada das maiorias, em nome da expansão da liberdade privada dos que dispõem do grande capital. Os países que adotam o modelo neoliberal passam a implementar políticas que cerceiam o exercício ético da liberdade pelas maiorias. Esse totalitarismo global, esse Regime Globalitário, esvazia progressivamente as instâncias políticas da autonomia pública, transformando o Estado em refém do capital financeiro e dos mega-conglomerados.

Em contrapartida, segmentos populares da sociedade civil planetária passaram a se organizar internacionalmente na resistência a essa situação. Nas últimas décadas inúmeras práticas de solidariedade expandiram-se internacionalmente integrando-se em movimentos de rede, lutando por liberdades públicas e privadas e pelo acesso a condições reais de exercê-la. A partir delas - considerando-se o que começa a emergir em sua consistência complexa de rede - pode-se vislumbrar os primeiros sinais do nascimento de uma nova formação social que, na opinião do mesmo autor, apresenta-se em oposição à lógica capitalista de concentração de riquezas e exclusão social, de destruição dos ecossistemas e de exploração dos seres humanos, afirmando a construção de novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que, organizando-se em colaboração solidária têm o potencial de dar origem a uma nova civilização, multicultural e que deseja a liberdade de cada outro em sua valiosa diferença” (MANCE, 2001).

O conceito de rede de Mance (2001) baseia-se nos seguintes elementos:

Para que as redes se constituam há necessidade de relações - conexões e fluxos - entre sujeitos diversos para que eles possam permanecer em sua própria condição de distinção, integrados aos demais em processos de constante devir. Assim podemos dizer que uma rede somente pode existir (no sentido do emprego habitual desta palavra) quando sujeitos diferentes se apóiam reciprocamente, mantendo relações de autonomia e complementariedade. Sem a manutenção criativa dessas relações, através de diversos fluxos, não há rede. A agregação de diversas redes em redes maiores, mantendo as diversidades, engendra novos fluxos desencadeando sinergias que, ao mesmo tempo em que podem fortalecer a todos, permitem a emergência de novas qualidades coletivas que não podem ser localizadas nas partes que compõem o conjunto.

Considerando as qualidades coletivas que passam a surgir através das redes é que é possível compreender muitos dos avanços obtidos pela AGAECO e a contribuição do trabalho da mesma como elemento motivador de outras iniciativas na região. O fortalecimento dos grupos, das pessoas, das comunidades acaba por ser uma consequência do processo que passa a assegurar o resgate da cidadania, conforme o comentário do autor:

A noção de democracia que emerge nesta consistência como projeto a expandir e que já é praticado no interior de inúmeras redes é aquela que visa assegurar realmente as liberdades públicas e privadas, eticamente exercidas, ao conjunto das pessoas e sociedades. O exercício concreto dessas liberdades, todavia, supõem condições materiais, políticas, educativas informativas e éticas para realizar-se como manifestação de cidadania. Nesta luta por assegurá-las coletivamente, surgiram movimentos e organizações que, posteriormente, conformaram redes sociais que progressivamente começam a colaborar entre si (MANCINI, 2001).

A experiência vivenciada em Turvo pela AGAECO com seus diferentes pontos de comercialização baseados na economia solidária, fazem parte de uma iniciativa maior, de uma Rede de Colaboração Solidária, Agroecologia e Segurança Alimentar existente na Região.

Tanto a AGAECO como o IEEP participam da Rede de Colaboração Solidária, Agroecologia e Segurança Alimentar instituída na região centro-sul, como resultado da mobilização dos movimentos sociais. A AGAECO portanto alimenta-se e retroalimenta a referida rede.

A constituição da rede busca o desenvolvimento de alternativas de geração de renda e emprego através da produção de alimentos ecológicos e de sua comercialização solidária, como estratégia para efetivação da segurança alimentar e nutricional das famílias do campo e da cidade envolvidas com a proposta. Também considera como prioritário o incentivo e o suporte à conversão das propriedades rurais para o modelo ecológico de produção de alimentos e a geração de políticas públicas em nível local e regional de apoio à proposta. (PEREZ, 2003).

A Rede de Colaboração Solidária é composta por iniciativas existentes em dez (10) municípios da região: Irati, Fernandes Pinheiro, Inácio Martins, Rebouças, Rio Azul, São João do Triunfo, Turvo, Boa Ventura do São Roque, Guarapuava e Pitanga. Constituem a Rede:

1. Entidades que representam grupos de agricultores ecológicos (Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo - AGAECO; Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de Irati e Fernandes Pinheiro - ASSIS; Grupo de Agricultores Ecológicos de Conchas Velhas de Ponta Grossa)

2. Entidades que representam grupos de consumidores urbanos (Associação dos Moradores do Bairro Primavera de Guarapuava; Comitê de Segurança Alimentar do Bairro Pedreira e Bairro Dallegrave de Irati; Cooperativa Gasparzinho (Gás, Parceria e Vizinhança; Associação de Consumidores)
3. Organizações não governamentais: IEEP, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral Operária, Pastoral da Criança, Pastoral da Juventude, Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB) de Irati, Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (Cresol - Turvo)

O objetivo da Rede de Colaboração Solidária, Agroecologia e Segurança Alimentar é o de encontrar meios para alavancar processos de desenvolvimento local nas comunidades - tendo como princípio o resgate da autonomia de grupos sociais através de processos organizativos dirigidos as seguintes questões:

- Geração e fortalecimento de Redes de Colaboração Solidária através da articulação entre os diversos atores locais e regionais visando a promoção do desenvolvimento local sustentável.
- Garantia da segurança alimentar das comunidades rurais e urbanas de baixa renda, através da diversificação da produção e circulação de alimentos livres de contaminantes e de melhor qualidade nutricional.
- Geração de renda e emprego, pelo estabelecimento de formas auto-gestionárias de organização que possibilitem a produção e a circulação de alimentos ecológicos.
- Reversão do modelo tecnológico de produção de alimentos; visando o resgate e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis do ponto de vista ambiental, social e econômico (estratégia da rede selecionada).
- Conservação da natureza, pela abordagem sistêmica do processo produtivo, buscando reproduzir e respeitar os processos naturais, garantindo o uso sustentável dos recursos naturais e manutenção da biodiversidade.
- Potencialização e qualificação da intervenção das camadas populares organizadas nas políticas públicas junto aos poderes públicos locais.

A Rede de Colaboração Solidária, Agroecologia e Segurança Alimentar, por sua vez, encontra-se integrada à Rede Ecológica de Agroecologia, já citada neste trabalho e que compreende núcleos existentes nos três estados da Região Sul.

A inserção do trabalho da AGAECO dentro da referida rede possibilita uma transcendência de suas ações bem como a potencialização de sua atuação em termos de capacidade de incidir e interferir na vida política, econômica e social do município de Turvo e região. Quando ocorre a referência sobre a região não considera-se aqui somente a região próxima ao município, mas a região de atuação da Rede como um todo. A metodologia de trabalho da mesma baseia-se em diferentes estratégias que garantem a comunicação e a troca de experiências entre as diferentes iniciativas que compõem à rede. Os intercâmbios entre agricultores de diferentes lugares, entre agricultores e consumidores, fazendo uma aproximação dos moradores e trabalhadores do campo e da cidade, contribui para a disseminação de idéias que favorecem a reprodução das iniciativas dentro de novos contextos locais, ampliando o raio de ação da Rede e o seu poder de enfrentamento das situações de insegurança alimentar e nutricional.

Considerações finais do capítulo

Os relatos dos agricultores aqui apresentados foram permeados por comentários sobre o consumo dos alimentos ecológicos e sua relação com a saúde, apontando a existência de uma visão holística e ecológica, por parte das famílias da AGAECO da relação dos seres humanos para com a natureza. Essa relação encontra-se permeada por novos e antigos elementos que estão sendo incorporados pelas famílias e que provêm da troca de saberes proporcionada pelas atividades e metodologias de trabalho da associação e do IEEP, organização não governamental com quem a mesma trabalha em parceria e da sua participação na Rede de Colaboração Solidária, Agroecologia e Segurança Alimentar.

Os aspectos verificados ao longo deste trabalho apontam para a inferência de que a adesão à proposta da agricultura ecológica pelas famílias associadas e as implicações do processo nas práticas alimentares das famílias, têm obtido um êxito significativo em diferentes dimensões porque fortalecem aspectos essenciais que contribuem para a manutenção de um modo de vida e de um elemento que encontra-se na gênese do campesinato: a busca contínua pela autonomia.(BRANDENBURG, 1998, p.90)

Autonomia que esteve ameaçada de forma maior ou menor pelo processo da modernização da agricultura e pelo estabelecimento de mecanismos de maior dependência do mercado, com base na existência dos complexos agroindustriais, ainda que os mesmos tenham penetrado tardiamente na região.

O comentário de um dos entrevistados exemplifica como os agricultores de fato valorizam a existência de uma certa autonomia em relação ao seu trabalho e a sua produção; o agricultor compara a liberdade que tem com o trabalho da agricultura ecológica com a dependência que anteriormente apresentava em relação a uma integração com um complexo agroindustrial que trabalhava com o bicho-da-seda mantida em seu estabelecimento rural:

“Quem trabalha tipo nós tem que ser livre... Não adianta... Tem quem trabalhou Sexta-feira Maior cuidando dos bicho!... Não é justo!!... Pensa nos técnicos andando de carro!.. Os donos tão lá tranquilo no almoço de Páscoa ... e o povo trabalhando? Falei, temos que largar mão!... Que nem nós, fomos viajar na semana, e retomamos o trabalho sem perder nada (guarapa)... A gente tem responsabilidade..Ficamos fazendo a pinga, puxando esterco, estamos com tudo adubado. A gente é livre ..!Falei pra [esposa].... no dia que ela estava ruim da cabeça.: não vai carpir... fica na tua horta...A gente tem trabalho, mas tem sossego porque estamos trabalhando pra gente...” (Sr.L)

Outro entrevistado aponta claramente as diferenças consideradas por ele entre a agricultura ecológica e a convencional, destacando aspectos relativos à dependência do uso de insumos e de outras estruturas vinculadas à agricultura convencional e autonomia do agricultor ecologista em relação às mesmas questões:

“Nossos pais viviam praticamente da ecologia... Tinha doença, praga... mas... a gente aprendeu um pouco o trabalho deles... com eles...Era só no tombar a terra, era só na queimada, podia plantar milho e encher de feijão... A terra.. tinha quem carpir... usava uma semana pra carpir... a gente tinha tempo...Hoje não tem tempo... A lavoura hoje com todo o maquinário e o veneno ...o pessoal hoje não tem tempo nem de ver a família...Tenho um conhecido, parece que trabalha menos e não tem tempo de ver a família, um colega.. Dia e noite até de madrugada...Trabalha domingo direto ... não tem tempo nem de ir na igreja... A gente conhece pessoas que trabalham de manhã até a noite não vão nem na igreja... e ainda produz um alimento que não é saudável ... A gente produz menos na ecologia, mas vai na igreja, visita um parente, um vizinho, não tem essa correria... Eu conheço muitos casos..Tô surrado disso... Um ano eu ajudei um vizinho no plantio de soja...Trabalhamos um domingo inteiro, em cima daquelas máquinas, no meio do solão...! Não é vida isso! Comer lá no meio, nem vir pra casa... . Um pacote que o governo deu pra falir mesmo... Você faz um montão de lavoura, mas no fim não dá nada é semente, adubo, veneno,óleo, máquina, financiamento, custeio... no fim mata o agricultor!!” (Sr.E)

Considerando o caso da agricultura ecológica e o autoconsumo praticados pelas famílias da AGAECO, as considerações de Brandenburg (2002, p.12) sobre a “agricultura alternativa” contribuem para o entendimento do processo: “ A agricultura alternativa passa a representar uma opção de sobrevivência para a agricultura familiar e significa a reconstrução de uma relação sócio-ambiental cuja raiz tem origem na condição camponesa”.

O agrotóxico ou veneno citado em inúmeras falas dos agricultores entrevistados simboliza ou representa para os mesmos o modelo de produção baseado na Revolução Verde. O

biocida se converteu em um ícone para os agricultores daquilo que deve ser evitado, banido e que se contrapõe a um modo de vida que os mesmos querem resgatar .

O “alimento ecológico” por sua vez constitui-se num signo, num símbolo de um modo de vida valorizado e relacionado com um “tempo passado”. Este aspecto pode ser verificado pelas palavras de uma agricultora quando expõe sua opinião sobre o alimento ecológico:

“O alimento ecológico: é tudo na vida da pessoa, é como se voltasse o tempo de antigamente, de nossos avós, numa época que não tinha veneno... Resgatando o passado, pegando esse passado... É um remédio na vida da pessoa...!”(Sra.E)

Ernest Bloch citado por Alphantery (1998, p.172), denominou de não-contemporaneidade, o apêgo ao passado, e a consideração do mesmo sempre como um período melhor que o tempo presente. O sentido de não-contemporaneidade é referido por diferentes grupos sociais, dentre os quais destacam-se os camponeses. Uma das características da não-contemporaneidade está ligada ao enraizamento do camponês, à sua paixão pela terra em que trabalha, ao seu apêgo ao solo antigo. Seu individualismo, sua ligação com a propriedade rural como instrumento de sua liberdade, vincula o mesmo a formas e relações de produção pré-capitalistas. Para o autor o destino daqueles que continuam a viver na não-contemporaneidade se decide sempre em uma relação mistificada com o passado não ultrapassado. Segundo Alphantery (1998, p.80) até hoje mantém-se o questionamento sobre como é possível conferir um caráter positivo às aspirações que se exprimem do modo não-contemporâneo a ponto de torná-las contemporâneas? Como fazer da ligação com a terra e do desejo de enraizamento elementos contemporâneos? Jean-Marie Tjibaou (citado por Alphantery et al,1998, p.75) apontou a necessidade de voltar-se pra uma espécie de ambiente, de cultura onde possam se reformular grupos, associações de pessoas onde os valores verdadeiramente humanos possam ser resgatados e considerados como norteadores das ações.

Cândido (1974, p.175) afirma que a familiaridade do homem com a natureza vai tornando-se mais débil à medida que os recursos técnicos se interpõem entre ambos, e que a subsistência não depende mais exclusivamente do meio circundante. “O meio artificial, elaborado pela cultura, cumulativo por excelência, destrói as afinidades entre homem e o animal, entre homem e o vegetal. Em compensação, dá lugar à iniciativa criadora e a formas associativas mais ricas, abrindo caminho à civilização, que é humanização”.

No entanto a interferência da lógica produtivista e a visão do alimento simplesmente como “mercadoria” desqualificam e distorcem esse processo, que ao contrário de ser

humanizador torna-se gerador de um acesso desigual ao alimento e da presença de situações de insegurança alimentar na sociedade.

Um grande processo de sensibilização e de aproximação, de interconhecimento dos cidadãos do campo e da cidade, considerando a questão da alimentação como o foco integrador pode ser uma das respostas à proposição feita por Tjibaou. A alimentação como um fator de promoção do restabelecimento de uma relação mais próxima da sociedade com a natureza. Conforme foi visto, a experiência da Rede de Colaboração Solidária, Agroecologia e Segurança Alimentar existente na região, contando com diferentes células, dentre as quais destaca-se a AGAECO, tem buscado realizar esta aproximação criando um espaço de valorização da produção ecológica de alimentos realizada pelos agricultores camponeses e do seu consumo pela população urbana de baixa renda com base na prática coletiva de uma economia solidária.

Tais ações de caráter micro-social acabam por adquirir um potencial dinamizador. Usando as palavras de Mance (2001) já citadas “a agregação de diversas redes em redes maiores, mantendo as diversidades, engendra novos fluxos desencadeando sinergias que, ao mesmo tempo em que podem fortalecer a todos, permitem a emergência de novas qualidades coletivas que não podem ser localizadas nas partes que compõem o conjunto”. Tal processo portanto, dependendo de seu grau de agregação e de mobilização, pode vir a adquirir um poder transformador de contextos sociais e ecológicos regionais, contribuindo assim para os processos de construção da segurança alimentar e nutricional sustentável.

Por sua vez a AGAECO constituindo-se numa experiência micro-social de potencial multiplicado e multiplicável, aponta possibilidades transformadoras no âmbito do indivíduo, do grupo social e do meio ambiente. Sobretudo pode-se considerar que a prática da agricultura ecológica e da economia solidária adquiriu uma capacidade transformadora e motivacional porque proporcionou uma reaproximação do ser humano com a natureza além de considerar a solidariedade como forma de encontro do agricultor com outros seres humanos, que vivem no campo e na cidade em situações de vida similares a sua e que buscam o enfrentamento de seus problemas de forma coletiva.

Visando a finalização das discussões realizadas no presente capítulo será apresentada a figura 17 com o campo de possibilidades geradas pelo trabalho da AGAECO na área da Segurança Alimentar e Nutricional sustentável.

Campo de possibilidades e potencialidades gerado pela atuação da AGAECO

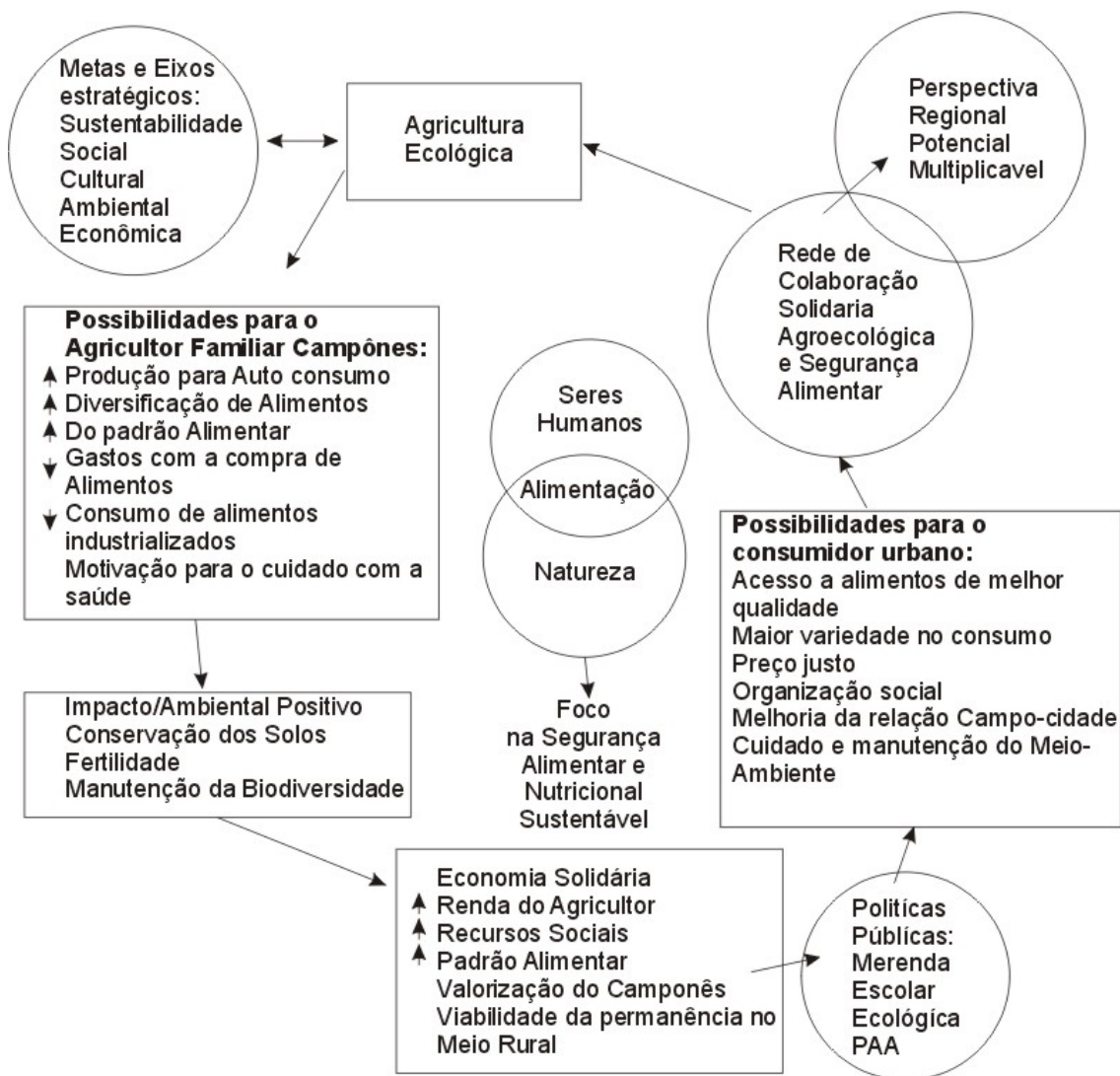


Figura 17 – Campo de possibilidades gerado pela atuação da AGAECO

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Associação dos Grupos de Agricultores Ecologistas (AGAECO), tem desenvolvido um trabalho no município de Turvo e na região procurando viabilizar o acesso dos consumidores urbanos de baixa renda aos alimentos produzidos pela agricultura ecológica praticada pelas famílias associadas.

A AGAECO após quatro anos de trabalho, conta com praticamente dez grupos de famílias atuantes, que conjugam em torno de 170 pessoas.

Uma vez que já há uma trajetória mais consolidada em termos de sua atuação, torna-se importante realizar avaliações sobre o trabalho realizado e o impacto do mesmo em relação às condições de vida das famílias vinculadas à associação. O foco de todo o trabalho da AGAECO concentra-se nas questões referentes à produção e ao consumo de alimentos ecológicos e a busca da garantia da sua acessibilidade sobretudo para a população urbana de baixa renda do município e de região vizinha.

Do ponto de vista acadêmico a atuação da AGAECO desperta interesse no sentido de que a mesma constitui-se numa iniciativa que tem apontado caminhos alternativos para a construção da segurança alimentar e nutricional em nível local, associando e potencializando ações desenvolvidas no campo e na cidade e com um foco na promoção da agricultura ecológica e da economia solidária. Tais processos somente acontecem em função da existência de uma base na articulação e na organização social, fundamentada em princípios, idéias, perspectivas motivadoras que por sua vez apontam a emergência de movimentos que buscam novas relações entre os seres humanos e a natureza.

Justamente apontando a existência de motivações que inspiram os atores a buscar novas relações é que se justifica que se obtenham maiores informações sobre o processo de produção, consumo e venda de alimentos ecológicos e sobre o que move as famílias da AGAECO a buscarem essa forma de produção. A partir dessas referências surgem os questionamentos apresentados a seguir:

Como estaria se configurando a questão da produção e consumo de alimentos ecológicos para as próprias famílias envolvidas no processo? A produção de alimentos para autoconsumo, considerando sobretudo a segurança alimentar e nutricional das famílias, estaria sendo realizada pelas famílias da AGAECO? Teriam ocorrido mudanças nas práticas alimentares das famílias após a conversão da propriedade ou início da atividade agrícola dentro

da concepção da agricultura ecológica? Quais teriam sido? Tais mudanças teriam contribuído para a melhoria da situação de segurança alimentar das famílias ecologistas ?

Quais seriam os aspectos motivadores desse processo de trabalho?

Como estariam se configurando as relações que os homens estabelecem com a natureza para garantia da sua reprodução, no contexto criado pela prática da agricultura ecológica pelas famílias da AGAECO, considerando a produção para autoconsumo e a alimentação como fatores mediadores dessa mesma relação?

A busca das respostas para tais questões motivaram a realização do presente trabalho. A hipótese levantada em relação às informações a serem obtidas pela pesquisa é a de que a proposta filosófica que embasa os princípios da agroecologia na busca da sustentabilidade social, econômica, cultural, ética e ambiental, esteja contribuindo para a melhoria da segurança alimentar e nutricional das famílias da AGAECO, bem como para o fortalecimento e/ou resgate de práticas tradicionais do modo de vida no campo, historicamente marcadas por uma forte integração do ser humano com a natureza.

Com a introdução do modelo de modernização da agricultura a partir de 1970, graves problemas relacionados à reprodução das famílias agricultoras se intensificam gerando para aquelas que não tiveram condição de absorver a tecnologia proposta, a proletarização por meio da venda da força de trabalho e o êxodo rural. Outras ainda buscaram como alternativa integrarem-se aos complexos agroindustriais. Turvo, que anteriormente pertencia à Guarapuava e constituiu-se em município em 1982, sofre as conseqüências de todo esse processo, assistindo a migração de muitas famílias para outros municípios e também para a sua sede, processo que vem a alterar a dinâmica econômica, social e demográfica local.

É nesse contexto que se referiu a todo o meio rural brasileiro, mas de forma mais intensa à região Sul do país, que surgem experiências de outros modelos de produção de alimentos, baseados em paradigmas que consideram a ecologia como referencial e que passaram por um processo de consolidação, fortalecimento e expansão nas últimas três décadas.

A criação da Associação dos Grupos de Agricultores Ecologistas (AGAECO) de Turvo, em 2001, foi um dos resultados das muitas iniciativas que proliferaram mais intensamente no Paraná a partir da década de 1990. O trabalho do Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) no município desencadeou um processo de sensibilização de famílias camponesas em relação à possibilidade da prática da agricultura ecológica. Esse processo associado à participação de várias famílias no Projeto Terra Solidária, desencadeou iniciativas de formação de grupos em duas localidades de Turvo, no Faxinal Saudade Santa

Anita e no Vale do Ivaí. O aumento do número de grupos de famílias ecologistas e o seu fortalecimento culminou com a criação da AGAECO.

A atuação da associação ganhou força e projeção a partir do momento em que as famílias associadas passaram a comercializar seus alimentos na Feira Ecológica do Jardim Primavera, bairro de baixa renda da periferia de Guarapuava. Posteriormente houve a criação do Recanto Ecológico, um ponto fixo para comercialização dos alimentos no município de Turvo e a ampliação da atuação da AGAECO no fornecimento de gêneros para a Merenda Escolar municipal, em função de financiamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Todo esse processo com múltiplas repercussões em diferentes campos foi concebido baseando-se na construção de estratégias que objetivassem a segurança alimentar e nutricional das famílias envolvidas no trabalho. A situação das famílias rurais em sua maioria absoluta de base camponesa, praticamente à margem do processo produtivo em função de sua não adesão completa ao pacote tecnológico proposto pela modernização da agricultura constituía-se numa realidade. Por outro lado havia o grupo dos consumidores urbanos, vivendo no Jardim Primavera em Guarapuava, em situação de insegurança alimentar determinada pela baixa renda, trabalho informal e desemprego. A aproximação dos dois segmentos gerou possibilidades de ajuda mútua e de efetivação da proposta de comercialização dos alimentos de forma solidária. As famílias urbanas passaram a contar com a possibilidade de melhorar a qualidade de sua alimentação contando com preços acessíveis, contribuindo na geração de toda uma dinâmica que vem gerando consequências positivas na qualidade de vida das famílias rurais. Além do aumento da renda, as famílias ecologistas passaram a diversificar os produtos que produzem em função do espaço de comercialização, o que por sua vez repercute na qualidade e variedade da alimentação produzida. Além da garantia do acesso a alimentos de melhor qualidade para ambos os segmentos, o processo vem contribuindo para a organização política dos grupos, fortalecimento da relação campo-cidade, geração de propostas de políticas públicas e repercute diretamente na questão ambiental em função do modelo de produção adotado.

No entanto para que a proposta concebida pudesse de fato ocorrer uma série de esforços foram empregados por todos os envolvidos. A produção de alimentos ecológicos para serem disponibilizados na feira do Jardim Primavera, desencadeou todo um processo que envolveu no mínimo o período de dois anos e que garantiu a efetivação da produção num volume maior que permitisse o processo de comercialização.

Atualmente a AGAECO conta com mais de 10 grupos de agricultores ecologistas envolvidos no trabalho, num total de 38 famílias. Para as famílias ecologistas envolvidas o processo gerou transformações em diferentes aspectos de suas vidas.

Os estabelecimentos das famílias ecologistas fazem parte dos 72% dos domicílios do município de Turvo situados no meio rural. Todas as famílias dedicam-se à agricultura e algumas realizam atividades externas ao estabelecimento rural em sua comunidade ou na sede do município como forma de complementação de renda. A força de trabalho presente nos estabelecimentos rurais do estudo é predominantemente familiar. As 38 famílias (100% do grupo) responderam ter na mão-de-obra familiar a sua base para a realização da produção agrícola. e manutenção do estabelecimento.

Cerca de 38% dos estabelecimentos das famílias da AGAECO que declararam a quantidade de terra que possuem apontaram uma extensão da propriedade que vai de 5 até 15 hectares. Considerando-se a somatória de todas as áreas dos estabelecimentos rurais das famílias da AGAECO, chega-se ao valor de 812,6 ha e a uma média de 21,9 ha por família. Dentre os estabelecimentos rurais de Turvo, 58,6% apresenta uma área inferior a 20 hectares; a média de terra de propriedade das famílias da AGAECO é portanto similar à média do município, refletindo a situação fundiária existente na região. A quantidade de terra inferior a 15 ha para 56,7% das famílias da AGAECO e abaixo de 25 ha para 75,6% do grupo, aponta a disponibilidade de terra por família como um ponto limitante em relação à produção de alimentos e da própria garantia da reprodução familiar, sobretudo nas famílias com um número maior de descendentes, sinalizando a perspectiva de ocorrência de problemas futuros de sucessão e de continuidade na atividade agrícola.

As dificuldades permanentes relacionadas a pouca disponibilidade de terras e a baixa fertilidade das mesmas, obrigou parte das famílias a contar com a realização de atividades externas à propriedade rural, como a venda de força de trabalho. No entanto o grupo caracteriza-se por ter como principal fonte de rendimento a atividade agropecuária realizada no próprio estabelecimento familiar. Cerca de 39,5% das famílias contam com valores de 90 a 100% da renda total da família, provenientes da atividade agropecuária e 55,2% do grupo recebe rendimentos que correspondem a mais de 50% do total da renda da família.

Considerando o total de declarantes, 51% do grupo apresenta uma renda que compreende a faixa de R\$ 100,00 a 300,00 per capita., mas 42% ainda conta com valores per capita inferiores a R\$ 100,00.

É nesse contexto que a importância da renda não monetária, garantida pela produção de alimentos para autoconsumo assume uma importância essencial para a garantia da reprodução material, biológica e social das famílias da AGAECO.

Cerca de 69% das famílias obtêm um rendimento que encontra-se na faixa de 40 até 100% da renda total da família proveniente da agricultura ecológica. No entanto 15 famílias do grupo que declarou seus rendimentos, ou seja 41,6% ainda depende da renda proveniente da agricultura convencional.

Os aspectos apresentados até aqui apontam um perfil social e econômico determinado por uma situação de quantidade restrita de terra para a maioria das famílias da AGAECO. Tal fator contribui para a existência permanente de desafios que necessitam ser transpostos para que haja a garantia da reprodução familiar. Os valores declarados de baixa renda monetária tem parte de sua determinação na mesma questão, assim como também explicam a necessidade de várias famílias buscarem a complementação da renda monetária trabalhando em atividades fora de sua propriedade rural. As famílias apontaram nas entrevistas os motivos que as levaram a optar pelo trabalho com a agricultura ecológica, sendo que poucas se referiram ao fato de buscarem um aumento nos rendimentos da família. No entanto analisando o perfil sócio-econômico apresentado e comentários realizados ao longo das entrevistas é possível inferir que a questão econômica tenha tido um peso importante para as famílias aderirem à proposta, apesar de não ser o único fator motivador. A dificuldade que muitas famílias apresentam para fazer a conversão total de sua terra no tempo adequado para a agricultura ecológica explica-se em parte por essa situação. Os desafios em desenvolver estratégias com base na ecologia que garantam a produção conciliando a pouca terra, pouco recurso, mão-de-obra limitada e solos enfraquecidos são reais.

No entanto apesar das dificuldades existentes verificou-se que as famílias ecologistas mostram-se em geral sempre dispostas e estimuladas para enfrentar os desafios que surgem em função da sua situação de vida e das demandas da AGAECO. O resgate de saberes e a racionalidade camponesa estão sempre presentes, assim como a criatividade, permeando um processo desafiador que envolve na atualidade não mais somente as relações com a natureza para obtenção do alimento para o sustento da família, mas também as relações com outros grupos e organizações sociais.

Compreendido tal perfil é possível passar às conclusões sobre a produção de alimentos para o autoconsumo e sobre as práticas alimentares das famílias do estudo.

Considerando os referenciais teóricos de Khatounian (2001) foi possível identificar a lógica ancestral que rege a organização dos sistemas tradicionais de produção para o consumo doméstico presente nas propriedades das famílias da AGAECO. A presença da lógica camponesa na definição das culturas a serem trabalhadas para alimentar a família também se verifica apontando um conjunto de questões que se definem pelo conhecimento e experiência individual e coletiva que advém da relação histórica dos agricultores com a natureza do lugar. Também pode ser verificado, conforme aponta Khatounian que essa racionalidade que move as ações dos homens na organização desse sistema tendo como base a sua integração com a natureza, segue por sua vez uma lógica nutricional. A definição dos processos e dos alimentos a serem obtidos deve atender em termos de quantidade e qualidade as necessidades nutricionais das famílias camponesas, garantido-lhes o necessário para sua reprodução biológica. O que foi constatado pelo trabalho de campo é que a presença dessa lógica confirmou-se em relação às famílias da AGAECO. A mesma lógica influencia a tomada de decisões por parte dos agricultores ecologistas, considerando mais dois aspectos presentes na realidade do grupo de referência: a disponibilidade de quantidades pequenas de terra para a produção e a mão-de-obra, que é familiar, reduzida em muitas situações. Como questão norteadora a ser considerada, a visão ecológica, que necessita permear todo o processo produtivo.

Ao serem entrevistados os agricultores afirmaram que a incorporação de elementos novos aprendidos com a agricultura ecológica possibilitou um ganho em relação ao processo de produção de alimentos como um todo. A ocorrência de uma melhora da fertilidade do solo em muitos dos estabelecimentos é uma realidade, mas consiste num desafio permanente, uma vez que a fertilidade constitui-se no “indicador” da condução de toda a gestão da propriedade de forma ecológica.

Ao considerar os avanços obtidos no processo de trabalho há que se registrar também os desafios existentes que consistem em aspectos ambientais que podem vir a interferir negativamente na produção dos alimentos ecológicos. A utilização de agrotóxicos por agricultores da mesma comunidade contribui para a existência de risco de contaminação dos produtos ecológicos e aponta a necessidade da concepção de estratégias para enfrentamento do problema. A ocorrência de uma seca mais intensa no estado do Paraná e na região Sul, nos últimos anos, causada por uma série de fatores como o desflorestamento, preocupa e dificulta a produção de alimentos pelas famílias ecologistas, sobretudo de hortaliças.

A produção de alimentos está ocorrendo em todos os estabelecimentos rurais das famílias da AGAECO. O consumo se define basicamente em função do que pode ser

produzido; somente os alimentos com produção considerada inviável pelos agricultores é que são adquiridos por meio da compra. Essa lógica já era existente anteriormente à criação da AGAECO, mas acabou por ser revalorizada pela filosofia da agricultura ecológica. A compra de frutas constitui-se numa situação frequente em função das dificuldades existentes para a sua produção sentidas pela maior parte dos grupos da associação.

Apesar das dificuldades o incremento da produção é uma realidade referida pela maioria das famílias. A questão primordial é sempre a produção para autoconsumo, mas a existência dos espaços de comercialização e a demanda das políticas públicas como o PAA e da Merenda Escolar Ecológica consistiu num estímulo essencial ao incremento da produção e à sua diversificação o que repercutiu nas práticas alimentares das famílias que incorporaram outros gêneros à sua pauta alimentar. No entanto, conforme pôde ser verificado o percentual de venda de vários alimentos suplanta o do consumo, apontando a importância do espaço de comercialização para a dinamização da proposta ecológica.

O aumento da renda referido por 82% do grupo de declarantes em função da venda de alimentos possibilita o atendimento das necessidades domésticas, repercutindo também na qualidade alimentar ou em investimento no próprio estabelecimento rural. Ocorre por um lado uma economia maior em função do aumento do autoconsumo e por outro lado há o aumento no ingresso de renda monetária, o que é bastante importante considerando que 57% do grupo, utiliza uma faixa de renda mensal que vai de 20% até 69% na compra de alimentos.

Considerando a avaliação da alimentação consumida pelas famílias e seu aspecto nutricional confirmou-se mais uma vez o papel importantíssimo que a produção para o autoconsumo adquire na garantia do padrão alimentar apresentado. É a disponibilidade de alimentos dentro da propriedade e a variedade que advém do sistema de produção existente que garante uma diversificação importante da pauta alimentar em relação aos três grupos de alimentos (energéticos, construtores e reguladores) e o seu consumo na frequência diária e/ou semanal.

É importante esclarecer que as características do cotidiano alimentar das famílias da AGAECO tem sua referência nas bases tradicionais da agricultura camponesa e no perfil alimentar regional. No entanto a prática da agricultura ecológica com toda a sua filosofia pelas famílias da AGAECO irá desencadear uma série de questionamentos sobre a alimentação e a produção de alimentos baseados no padrão técnico moderno.

A produção e o consumo dos alimentos ecológicos, o esforço em tentar garantir a compra de produtos ecológicos quando estes não podem ser produzidos no estabelecimento

rural, a redução da compra de alimentos industrializados são aspectos positivos observados que repercutem na qualidade da alimentação consumida pelas famílias da AGAECO.

Além dos aspectos verificados há que se destacar a motivação que a prática da agricultura ecológica gerou nas famílias ecologistas em relação ao interesse pela saúde e pela nutrição. Interesse e motivação que podem ter sido gerados por alguns resultados positivos observados no dia a dia das famílias e que por sua vez repercutem em práticas voltadas à produção e ao consumo. Deve ser lembrado aqui o número de famílias que afirmaram terem verificado mudanças positivas na saúde da família nos últimos anos relacionadas à prática da agricultura ecológica sobretudo num contexto de perfil epidemiológico como o da região, onde as doenças do aparelho circulatório, endócrino e as neoplasias, vinculadas em geral ao padrão alimentar apresentam incidências elevadas.

Considerando o perfil nutricional apresentado pelo grupo avaliado, que apontou tendência para a existência de sobrepeso e obesidade em adultos e idosos das famílias estudadas, e a presença de níveis de colesterol elevados em adultos e escolares do grupo, o aumento do consumo diário de hortaliças, registrado por boa parte das famílias da AGAECO constitui-se numa importante prática de promoção à saúde e de auto-cuidado.

Alguns aspectos que envolvem a vida cotidiana das famílias e que foram verificados devem ser também mencionados em função de que podem estar contribuindo positivamente sobre o estado nutricional e de saúde das famílias estudadas: o contato permanente com a natureza, a prática de atividade física diária, o preparo das refeições em casa e a realização das mesmas no âmbito familiar. Tais aspectos contribuem para que o momento da produção dos alimentos que serão consumidos pela família, bem como, o momento do seu consumo, sejam prazerosos e valorizados.

A valorização da estrutura culinária nativa, conforme propôs Garcia (2001, p.28), resgatando e considerando suas peculiaridades, baseando-se também em algumas informações de relevância produzidas pela área de nutrição, pode constituir-se num caminho de construção e reconstrução de práticas mais saudáveis comprometidas com a segurança alimentar e nutricional das famílias de agricultores da AGAECO e com a cultura alimentar local.

É importante que as pessoas sejam estimuladas a compreenderem as relações entre fatores subjetivos e objetivos envolvidos nas escolhas alimentares, bem como seus determinantes, tanto individuais como sociais, apoiando-as no seu processo de construir e reconstruir suas práticas em alimentação e saúde (CONSEA, 2004, p.65). Nesse processo é possível também construir formas coletivas de luta política para enfrentamento dos

determinantes econômicos e sociais de práticas que comprometam a nutrição e a saúde, podendo ser proposto a partir daí políticas públicas na área de alimentação e nutrição. Cabe aqui ressaltar a existência no Brasil de uma Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), instituída pelo Ministério da Saúde em 2000. Até o presente momento, apesar de iniciativas pontuais, o país pouco avançou no sentido da promoção de ações efetivas propostas pelo documento. As situações identificadas dentre os membros das famílias da AGAECO relacionadas à presença de sobrepeso, obesidade, níveis elevados de colesterol sanguíneo entre escolares e adultos e a inexistência de ações no serviço de saúde voltadas à assistência nutricional são um exemplo da ausência da previsão desse tipo de atendimento no Sistema Único de Saúde. Da mesma forma deve ser ressaltada também a ausência de políticas públicas que estimulem a formação e promoção de hábitos alimentares mais saudáveis, de referência cultural e regional. Somente no ano de 2005 é que o Brasil passou a planejar ações locais de saúde pública, referentes a um acordo internacional do qual o país é signatário, concebidas com base na Estratégia Global de Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde (OMS, 2004).

Os relatos dos agricultores aqui apresentados foram permeados por comentários sobre o consumo dos alimentos ecológicos e sua relação com a saúde. Aspecto que se mostra bastante relevante porque denota a existência de uma visão ecológica, por parte das famílias da AGAECO da conexão que o homem restabelece com a natureza. Na realidade o que foi observado em relação a todas as entrevistas realizadas consistiu na presença de um enfoque amplo de saúde que se refere a uma preocupação não só com a saúde pessoal, mas também com a saúde do consumidor e com a saúde coletiva. Também observou-se a existência de conceitos relacionando saúde e meio ambiente, o que denota mais uma vez um enfoque mais holístico sobre a questão da relação produção – alimentação – nutrição – saúde. Os conceitos existentes encontram-se permeados por novos e antigos elementos que estão sendo incorporados e reincorporados pelas famílias e que provêm da troca de saberes proporcionada pelas atividades e metodologias de trabalho da associação e do IEEP e da sua participação na Rede de Colaboração Solidária, Agroecologia e Segurança Alimentar. É importante resgatar que a principal justificativa comentada pelos agricultores para a conversão para a agricultura ecológica foi a preocupação com a saúde da família e do consumidor. É importante também recordar que cerca de 34% do total do grupo informou a ocorrência de situações de intoxicação por agrotóxicos em membros da família antes da sua conversão à prática da agricultura ecológica.

Percebeu-se também que a preocupação com a saúde do consumidor está relacionada ao conceito de “missão” assumido pelos agricultores. Há um entendimento e uma valorização do próprio agricultor do seu papel; o mesmo inclusive se autodenomina: “defensor da vida”. Esse conceito, na visão dos agricultores, encontra-se vinculado também ao compromisso que deve ser assumido pelo cristão que é atuante, o de colaborar com um projeto de promoção da vida, portanto um “projeto de Deus.” Em diferentes momentos de reunião e de discussão na AGAECO foi utilizado o termo “projeto de morte” quando o grupo queria referir-se à agricultura convencional e ao uso do agrotóxico. Deve ser lembrado aqui que muitos fatores contribuem para que esta ideologia esteja presente nos discursos dos agricultores. O acesso a diferentes informações e concepções foi proporcionado pelo trabalho em conjunto com o próprio IEEP, entidade parceira da AGAECO, bem como através do contato com as organizações locais da agricultura familiar, movimentos vinculados às alas mais progressistas das igrejas freqüentadas pelos agricultores, o que contribui para que as discussões e posições defendidas pela associação tenham sido gestadas de forma coletiva, estando imbricadas e apresentando este componente místico-pastoral.

A mística presente em diferentes momentos, e que se expressa de uma maneira mais visível na casa dos agricultores no momento da realização de uma reunião ou nos encontros que ocorrem na associação é um dos principais aspectos propulsores dos avanços da AGAECO. É ela, juntamente com a cosmovisão que permeia a cultura cabocla e camponesa da região, que conferem uma sacralidade ao processo de trabalho dos agricultores como um todo. O fato dos agricultores considerarem o alimento que produzem sem agrotóxico “sagrado” é uma evidência da presença dessa concepção.

Outra questão extremamente relevante e que permeia toda a motivação do processo de trabalho dos agricultores e agricultoras ecologistas juntamente com o conceito de “missão” é o aspecto da vinculação com a terra e com a natureza. O enfoque utilizado pela agricultura ecológica baseia-se na questão de que cada bioma apresenta uma forma de funcionamento distinto, apesar da existência de processos similares que permeiam toda a biosfera. Como a dinâmica desse complexo é considerada resolutiva e harmônica, a lógica é que o agricultor ecologista aprenda a conhecê-la, tentando utilizá-la nas frações da natureza manejadas por ele. Segundo Khatounian (2001, p.93) “de forma metafórica, a idéia é que o agricultor aprenda a sinfonia da natureza onde vive, para com a sua batuta reproduzi-la na sua propriedade. É conhecer o método com que a natureza opera. Essa é exatamente a tradução do termo japonês *shizen-noho*, utilizado por Fukuoka para descrever a agricultura ecológica”. É nesse sentido que

a prática da agricultura ecológica promove uma aproximação maior do ser humano com a natureza, pois aspectos novos passam a surgir desse trabalho integrado e de cooperação.

Considerando esse enfoque é possível compreender porque há sempre uma referência negativa nas falas dos agricultores sobre o agrotóxico. Nos relatos o “agrotóxico” é considerado um biocida, ou seja uma substância que passa a ser utilizada pelo homem para “matar a vida”, idéia completamente antagônica ao que o agricultor ecologista deseja realizar. A vontade de lidar de maneira mais próxima aos processos da vida, provém por sua vez do sentimento de apreço, de encantamento para com a natureza. O uso da terra é que irá permitir ao agricultor ecologista compartilhar dessa “teia da vida,” produzindo alimentos que em última instância constituem-se também em fonte de vida para os seres humanos. O esforço realizado pelas famílias para produzir, consumir e vender um alimento sem veneno, incorporando novas metodologias que demandam tempo, força de trabalho e formas de organização e gestão do espaço diferenciadas constitui-se num exemplo de adesão à idéias de caráter transformador. Deve ser lembrado aqui que tais concepções foram gestadas pelos agricultores mediante os trabalhos desenvolvidos em conjunto com organizações externas ao grupo, como o IEEP.

No entanto apesar da incorporação de elementos novos ao processo, que por sua vez fortalecem a aproximação do ser humano com a natureza, conclui-se que a adesão às idéias propostas pela agricultura ecológica somente ocorre porque as mesmas encontram-se em sintonia com um modo de ser do agricultor. E esse modo de ser constitui-se no modo de ser camponês. As idéias novas que foram incorporadas pelas famílias passam a ser ressignificações de princípios ancestrais que apresentam sintonia com o modo de vida camponês. A ligação com a terra e com a natureza, as práticas coletivas, a busca da autonomia, a produção para o autoconsumo fazem parte desse contexto de vida.

Todos os fatores resumidamente elencados no fechamento deste trabalho apontam para a conclusão de que a adesão à proposta da agricultura ecológica pelas famílias associadas e as implicações do processo nas práticas alimentares das famílias têm obtido um êxito significativo em diferentes dimensões porque fortalecem aspectos essenciais que contribuem para a manutenção de um modo de vida permeado pela busca contínua pela autonomia.(BRANDENBURG, 1998, p.90) No entanto o que é perceptível do processo é que a busca da autonomia nesse caso não visa o isolacionismo e não tem um caráter egocêntrico. A busca pela autonomia na situação referida constitui-se na procura por encontrar os meios de manter no contexto contemporâneo um modo de ser que considera a existência do outro e a importância da natureza. As práticas de mutirão, as relações de compadrio, os trabalhos

coletivos, a ajuda-mútua são características de uma visão de mundo que confere importância à vida de caráter comunitário. A procura pela autonomia, pela “liberdade de poder trabalhar para si”, significa a liberdade de poder decidir o próprio destino e trabalhar para realizar uma utopia permeada por esses valores. Para Bloch, anteriormente citado a realidade daqueles que continuam a viver na não-contemporaneidade se decide sempre em uma relação mistificada com o passado não ultrapassado. Fundamentalmente o sentido dessa reação não se esgota apenas na oposição ao capitalismo, ela expressa também “conteúdos intencionais de uma espécie que permanece ainda não-contemporânea”, subversiva e utópica.

No entanto segundo Boff (1999, p.189) é justamente a presença desse modo de ser é que passa a tornar-se indispensável em períodos de crise em que buscam-se as respostas e soluções para os preocupantes problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais que caracterizam o mundo contemporâneo:

O ser humano se encontra sob a regência do tempo. Este não significa um puro correr, vazio de conteúdos. O tempo é histórico, feito pela saga do universo, pela prática humana, especialmente pela luta dos oprimidos buscando sua vida e libertação. Ele se constrói passo a passo, por isso sempre concreto, concretíssimo. Mas simultaneamente o tempo implica um horizonte utópico, promessa de plenitude futura para o ser humano, para os excluídos. (...). Somente buscando o impossível consegue realizar-se o possível. (BOFF,1999, p.189)

Para o entendimento das palavras do autor e para apontar a sua correlação com o entendimento existente por parte dos agricultores ecologistas, resgatou-se a fala de um entrevistado sobre o processo de trabalho da AGAECO e sobre o futuro do trabalho na produção de alimentos:

“Tem gente que diz: mas só vocês ecologistas ... vai adiantar? Com tanta gente plantando com veneno? À medida que o pessoal for se organizando muita gente vai largar a mão e se não tiver com veneno, aí quem vai consumir com veneno? A gente tem que abrir a estrada... Só nossos netos é que vão ver... Tem bastante gente jovem, eles que tem que ir... Nós com 40 – 50 anos, estamos abrindo a estrada... Mas o jovem só quer saber de festa, pro baile, pro jogo, não tem tempo para nada... Os nossos fazem questão de participar... A [sobrinha] abre mão das coisas pra participar do grupo...” (Sr.L)

Outro comentário registrado que ilustra a discussão e que segue é a resposta dada pelo avô de um agricultor ecologista, também camponês, quando ao plantar um pé de laranja foi questionado por um vizinho da validade do seu ato uma vez que ele provavelmente não estaria vivo para ver a planta frutificar e poder consumir os seus frutos:

“É eu posso não chegar a não ver a planta crescer... Mas não esqueça que a primeira laranja que eu comi também não fui eu que plantei!” (Sr.J)

Portanto ao verificar-se a presença desse tipo de concepção questiona-se o uso do termo de “não-contemporaneidade” justamente aplicado aos valores defendidos pelo camponês. Considerando a crise social e ambiental existente tais valores tornam-se extremamente necessários e deveriam ser considerados norteadores de processos de transformação do contexto contemporâneo. Logicamente entende-se que o autor considera quando utiliza essa denominação a prevalência na atualidade dos valores vinculados ao neoliberalismo. Uma das respostas aos questionamentos feitos por Alfhandery (1998) citados no capítulo anterior sobre como tornar contemporânea a não-contemporaneidade consiste na necessidade da mudança de referenciais e de paradigmas da sociedade moderna, apontada por diferentes autores.

Aqui justifica-se o uso das palavras anteriormente citadas de Karan (2001, p.20) que apontam que em meio a essa situação “entendida por muitos como uma crise de perspectivas no campo dos sistemas ideacionais, duas ideologias ganham espaço: de um lado, o ambientalismo e, de outro, o capitalismo neoliberal.”

Da mesma forma resgata-se o comentário de Gonçalves (1993, p.43), que ao se referir ao campo do ambientalismo, aponta o *desenvolvimento sustentável* “como a única perspectiva de ideologia/utopia integrativa portadora de futuro, em meio a uma enorme fragmentação experimentada neste momento da modernidade.”

A agricultura ecológica tem considerado a busca da sustentabilidade social, econômica, cultural, ética e ambiental como eixos e metas de seu processo de trabalho. Considerando a adesão dos camponeses à agricultura ecológica do caso em estudo e a dimensão de poder multiplicador do trabalho da AGAECO, bem como de tantas outras iniciativas na área que estão ocorrendo em todo Brasil e em nível mundial há que se considerar a contemporaneidade e a validade dessas experiências no sentido de demonstrar a sua viabilidade e considerar seu potencial transformador.

Propõe-se portanto que a alimentação seja encarada como um fator de promoção do restabelecimento de uma relação mais integrada da sociedade com a natureza, uma aproximação dos cidadãos do campo e da cidade, promovida por políticas públicas e pela atuação da sociedade civil organizada, considerando a questão da alimentação como o foco integrador e potencializador de ações e de políticas sociais e ambientais. Conforme foi visto, a experiência da Rede de Colaboração Solidária, Agroecologia e Segurança Alimentar existente na região, contando com diferentes experiências de caráter micro-social, dentre as quais a da AGAECO, tem buscado concretizar esta aproximação criando um espaço de valorização da

produção ecológica de alimentos realizada pelos agricultores camponeses e do seu consumo pela população urbana de baixa renda com base na economia solidária.

A consideração desse tipo de experiência com um potencial dinamizador na proposição de políticas públicas, torna-se essencial. Tão importante quanto a mobilização e organização da sociedade consiste no compromisso que o Estado assume quando considera na gestão de suas políticas esse marco referencial.

Segundo dados divulgados em um estudo publicado pelo DESER (2004, p.3) mais da metade da população mundial tem a agricultura como atividade econômica e de subsistência. O preço dos produtos agrícolas praticados por estes agricultores apresentam queda real e agravam o empobrecimento da população mundial. Esta metade da população vive com menos de US\$ 2,00 por dia ao mesmo tempo que a renda per capita mundial apresenta valores superiores a US\$ 13,50. Tanto o modelo agrícola brasileiro de produção de alimentos (baseado na produção intensiva voltada à exportação) como o de referência internacional contribuem para este quadro de pobreza, sendo portanto insustentáveis sob o ponto de vista ambiental, social, econômico e nutricional. Considerando esta situação surge o questionamento e a necessidade de repensar o planejamento da ocupação da área de produção de alimentos tanto em termos planetários quanto em relação ao Brasil. O documento aponta a necessidade de que o mesmo seja repensado como o espaço ambiental da comunidade humana que deve ser ocupado considerando que “o ecossistema Terra é formado por várias comunidades sociais, em intercâmbios complexos e permanentes, onde cada ação individual determina reações coletivas.” (DESER, 2004, p.3)

O mesmo estudo aponta a necessidade de que a definição da matriz produtiva do cenário nacional e internacional considere prioritariamente a condição de segurança alimentar e nutricional, a soberania e a condição de cidadania da agricultura familiar camponesa dos diferentes povos. O documento enfatiza a “exigência de uma nova racionalidade para percepção do ambiente e da vida.”

Nessa perspectiva ambiental emerge portanto a necessidade da obtenção de uma forma de produção de alimentos que não agrave os sérios problemas ambientais e sociais ou que contribua para a resolução dos mesmos. Assim aponta-se a agricultura familiar camponesa com base no modelo de produção ecológico de alimentos, eixos fundamentais para qualquer projeto de ocupação da área de produção que objetive um desenvolvimento sustentável.

O texto citado considera no entanto que a agricultura familiar e a agricultura ecológica somente poderão desempenhar o papel para o qual apresentam potencial em termos de

sustentabilidade alimentar se determinados limites que exigem rupturas de estruturas de poder existentes na sociedade sejam extintos por um novo marco regulatório de desenvolvimento.

O primeiro dos limites referidos trata-se da questão do acesso negado a terra, a necessidade da realização da reforma agrária. A ruptura do segundo limite consiste na geração de mecanismos de democratização da riqueza gerada. O terceiro aspecto para a construção de uma sustentabilidade alimentar encontra-se na proibição e inviabilização do processo de privatização dos recursos naturais e da vida (biodiversidade). Assim “a construção de uma sociedade democratizada e um processo de gestão pública ampliado parece um caminho possível para a construção do novo”.(DESER, op cit, p.7-9)

Considera-se por fim que a segurança alimentar e nutricional sustentável (SANS) deva ser uma questão prioritária e norteadora das políticas públicas nacionais e internacionais, em função da essencialidade do direito humano à alimentação adequada. De acordo com o relatório final da II Conferência Nacional de SANS (II CNSANS), realizada em Olinda (março/2004), as políticas públicas de SANS deverão estar comprometidas com os seguintes princípios:

1. Adotar a ótica da promoção do direito humano à alimentação saudável, colocando a SANS como objetivo estratégico e permanente associado à soberania alimentar.
2. Assegurar o acesso universal e permanente a alimentos de qualidade, prioritariamente, por meio da geração de trabalho e renda e contemplando ações educativas.
3. Buscar a transversalidade das ações por intermédio de planos articulados intersetorialmente e com participação social.
4. Respeitar a equidade de gênero e étnica, reconhecendo a diversidade e valorizando as culturas alimentares.
5. Promover a agricultura familiar baseada na agroecologia, em conexão com o uso sustentável dos recursos naturais e com a proteção do meio ambiente.
6. Reconhecer a água como alimento essencial e patrimônio público.

É importante ressaltar que também o relatório final da I Conferência Estadual de SANS do Paraná (I CESANS), realizada em fevereiro de 2004 aponta para a mesma direção, contando com as seguintes propostas dentre outras para a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável:

- Incentivo à produção e consumo de alimentos ecológicos aliado à não liberação de produtos transgênicos, como forma de preservação do meio ambiente e soberania alimentar dos povos.
- Fortalecimento da agricultura familiar

- Transformação do sistema de produção agrícola, incentivando uma agricultura ecológica com uma prática solidária de comercialização e a implementação da Reforma Agrária.
- Desenvolvimento de estratégias participativas de educação nutricional e alimentar, que visem a discussão sobre hábitos alimentares saudáveis, contemplando a cultura alimentar local.

Portanto verifica-se que as políticas públicas necessárias para a concretização da segurança alimentar e nutricional sustentável constituem-se numa reivindicação pautada por segmentos da sociedade brasileira e paranaense.

No entanto apesar das posições coletivas já referidas, ainda existem visões que desconsideram os caminhos apontados, seguindo por outras vias. Monteiro (2002, p.389), quando faz uma previsão de como se dará a interação homem-natureza no futuro da cidade vislumbra alternativas completamente distintas das que são apontadas neste trabalho:

Se pudéssemos tornar esses 15 bilhões de seres humanos da Terra como um homem universal de uma inimaginável homogeneidade até que os exercícios futurológicos, apurados pelas perspectivas que se abrem à ciência, não seriam tão difíceis. Poderíamos imaginar um homem capacitado não só a regenerar as derivações negativas feitas na natureza mas, muito mais do que isso, conduzir - via biologia molecular, engenharia genética - maravilhosas derivações positivas. Os campos se beneficiariam de novos produtos vegetais e animais; o trabalho diminuído de tal modo que os cultivares - com novas fontes de proteínas, vitaminas (química alimentar em geral) - mais se aproximassem das indústrias do que das tradicionais lavoura e pecuária.

O autor se refere a uma transferência para as indústrias baseadas na biotecnologia do papel de produção dos alimentos, como perspectiva positiva e como forma de exaltação do poder técnico e científico, da ação humana sobre a natureza. Fala na seqüência do texto da necessidade da presença da ética e da moral regendo todo esse processo, mas admite ser este o melhor caminho para o futuro, aproximando “os homens das indústrias do que das “tradicionais lavoura e pecuária.”

Há que existir de fato uma preocupação com o futuro das cidades considerando a segurança alimentar e nutricional sustentável de seus habitantes, pois muitas lacunas se configuram no atual cenário mundial. Mas o uso da biotecnologia para a produção de alimentos não se constitui numa alternativa segura e adequada, considerando problemas de caráter ambiental, social e de saúde dos seres humanos que estão atrelados a sua utilização.

Ao contrário dessa visão propõe-se o reconhecimento da essencialidade do papel que cabe ao rural dentro das questões da segurança alimentar e nutricional sustentável, em função

do mesmo constituir-se no lócus onde os alimentos são produzidos num processo de interação dos seres humanos com a natureza. Por isso a gestão responsável do espaço rural, considerando a sua missão de alimentar a população do campo e sobretudo a das cidades, o modo de produção adotado e a valorização dos protagonistas desse processo, no caso os agricultores familiares camponeses constitui-se numa necessidade premente. O êxodo rural com suas terríveis consequências tem sido o indicador de como todas essas questões têm sido consideradas secundárias em termos da prioridade das políticas públicas.

O trabalho das famílias da AGAECO constituindo-se numa experiência micro-social de potencial multiplicado e multiplicável, aponta possibilidades transformadoras no âmbito do indivíduo, do grupo social e do meio ambiente, estando de uma certa forma em sintonia com as idéias propostas por Guattari (1995) e com a direção indicada no parágrafo anterior.

Os resultados aqui apresentados apontaram que a prática da produção para autoconsumo, considerada estratégia tradicional de reprodução social, econômica e biológica dos agricultores camponeses está sendo realizada por todas as famílias da AGAECO. O perfil do grupo, revelando-se predominantemente constituído por famílias camponesas, permite apontar que a agricultura ecológica está possibilitando o resgate e/ou manutenção de práticas sociais, culturais, econômicas e biológicas de referência para esse grupo social, contribuindo inclusive para a permanência das mesmas no espaço rural.

Tal processo de reconstrução conta com a incorporação de novos referenciais e ao mesmo tempo com a valorização de conhecimentos ancestrais, fortalecendo a identidade e o papel dos agricultores camponeses e apontando a importância do rural enquanto espaço de convivência e interdependência do social e do natural e de promoção da segurança alimentar.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY,R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: UNICAMP, 1992.
- AFSSA – AGENCE FRANÇAISE DE SECURITE SANITAIRE DES ALIMENTS. *Evaluation nutritionnelle et sanitaire des alimentis issus de lágricature biologique*. Republique Française. Juillet, 2003
- AGROW. Agrow's top twenty five. DS 141.UK: PJB Publications, 1997.
- KEIFFER, M. et al. Solving the problems of pesticides in Latin America: A model for health-sector empowerment. *New Solutions*. (S.I.). p.26-31. Winter 1997
- AGUIAR,R.C. A realidade da fome no Brasil. *Revista Brasileira de Tecnologia*.16 (4):4, 1985
- ALPHANDERY,P. BITOUN,P. DUPON,Y. *O equívoco ecológico*. São Paulo: Brasiliense, 1992
- ALMEIDA, L.A. *A dimensão sócio-espacial do rural brasileiro: os camponeses da microrregião de Cerro Azul, na Região Metropolitana de Curitiba – Pr*. Curitiba,2002.184p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Paraná.
- ALMEIDA, J. Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n.6, p.29-40, jul./dez. 2002
- ALTIERI, M.A. *Agroecologia – a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.
- ASSIS, L.; ROMEIRO, A R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambient*, Curitiba, n.6, p. 67-80, jul./dez. 2002
- ALVES, P.C.,RABELO, M.C. Repensando os estudos sobre representações e práticas em saúde/doença. In: *Antropologia da Saúde: traçando identidade e explorando fronteiras*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998
- AZEVEDO,E. *Alimentos orgânicos: ampliando os conceitos de Saúde Humana, Ambiental e Social*. Florianópolis: Insular, 2003.
- AZEVEDO, E. *As relações entre qualidade de vida e agricultura familiar orgânica: da articulação de conceitos a um estudo exploratório*. Florianópolis: UFSC, 2004. 123p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- BENFAM. Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde. *Relatório Preliminar*. Rio de Janeiro, 1997

BLEIL, S.I.O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a Mudança de hábitos no Brasil. *Cadernos de Debate*, v.VI, 1998

BRANDÃO, C.R. *Plantar, Colher, Come – um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Graal, 1981

BRANDÃO, C.R. *O afeto da terra*. Campinas, SP: UNICAMP, 1999

BRANDENBURG, A. Colonos:subserviência e autonomia. FERREIRA, A DD.; RANDENBURG, A. (Orgs.). In: *Para pensar uma outra agricultura*. Curitiba: UFPR, 1998. 71-92p.

BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: UFPR, 1999.

BRANDENBURG, A. O movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n.6, p.11-28, jul./dez. 2002

BRASIL. Ministério da Agricultura. Instrução normativa no.7 de maio de 1999. Dispõe sobre as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação da qualidade de produtos orgânicos de origem vegetal e animal. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 17 de maio de 1999 b.

BYE, P. SCHMIDT,V, SCHMIDT,W. Transferência de dispositivos de reconhecimento da agricultura orgânica e apropriação local: uma análise sobre a Rede Ecovida. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n.6, p. 81-93, jul./dez.2002

CAMARA, V.M. & COREY,G. Vigilância epidemiológica relacionada com substancias de uso proibido na agricultura. *Oficina Sanitária Panamericana*.n. 119, p. 135-139, 1995.

CÂNDIDO, A.. *Os parceiros do Rio Bonito – Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977

CASSETI,V. A natureza e o espaço geográfico. In: *Elementos da Geografia Contemporânea* . Curitiba: UFPR, 2002

CASTRO, A. M. Celebrando Josué de Castro. *Democracia Viva*.n.16;mai/jun. 2003

CASTRO, J. *Geografia da Fome*.10^a ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé, 1982. p. 196 (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil)

CASTRO, J. *Alimentação à Luz da Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Globo, 1937a

CASTRO, J. Condições de vida nas classes operárias do Recife. *Documentário do Nordeste*. Rio de Janeiro:J.Olympio, 1937b, p.75-91

CAVALLI, S.B. *Situação Alimentar da família do pequeno produtorRural: produção e consumo*. Ijuí: UNIJUÍ, 1997

CIDADE, LCF. Visões do mundo, visões da natureza e a formação dos paradigmas geográficos. *Terra Livre- AGB*. São Paulo, n. 17, 2001

CLAVAL, P. *Geografia Cultural* Florianópolis: UFSC, 1999

COLBORN, T. DUMANOSKI, D. MYERS, J.P. *O Futuro Roubado*. Porto Alegre: L&PM, 1997

CONSEA. *Diretrizes para uma política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília, 2004

CONVENIO TEM/SEFOR/CODEFAT 024/99 – CUT. *População e Agricultura Familiar na Região Sul*. Florianópolis, Fev. 2000

CONTRERAS, J. Alimentación y cultura: reflexiones desde la Antropología. *Revista Chilena de Antropología*, n. 11, 1992.

COSTA, M.B.B. Agroecologia: uma alternativa viável em áreas reformadas e a produção familiar. *Reforma Agraria*, São Paulo, p.53-69, jan./abr.1993

DESLANDES, S.F; ASSIS, S.G. Abordagens Quantitativa e Qualitativa: o diálogo das diferenças. In: MINAYO, M.C.S; DESLANDES, S.F (orgs). *Caminhos do Pensamento – Epistemologia e Método*. Rio de Janeiro: ED. FIOCRUZ, 2002 p.195-223

DAROLT, M.R. *As Dimensões da Sustentabilidade: um estudo da Agricultura Orgânica na Região Metropolitana de Curitiba*. Curitiba, 2000. 310p. Tese (Doutorado) – Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná.

DORETTO, M. et al. *Pobreza urbana e rural nos municípios paranaenses – Situação segundo Municípios e Associações de Municípios do Paraná, no ano 2000/IAPAR*. Londrina: IAPAR, 2003. (Relatório Preliminar)

ESCUADERO, P. *Alimentación*. Buenos Aires: Flores e Maño, 1934

ELIAS, D. *Usos e abusos do território*. 2003

EMATER.. *Distribuição da área territorial do município de Turvo – Pr*. Turvo: Escritório Regional da EMATER, 2004

FERREIRA, A O. *Mundo rural e Geografia – geografia agrária no Brasil: 1930-1990*. São Paulo: UNESP, 2002

FERREIRA, A DD.; BRANDENBURG, A. (Orgs.). *Para pensar uma outra agricultura*. Curitiba: UFPR, 1998.275p

FERREIRA, A.D.D.; ZANONI, M. Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade. *Para pensar Outra agricultura*. Curitiba: UFPR, 1998

FIBGE. *Estudo Nacional de Despesa Familiar*. Brasília, 1975

FISCHLER, C. *L'omnivore*. Paris: Editions Odile Jacob, 1995

FISCHLER, C. El modelo alimentario mediterráneo: mito y/o realidad. In: MEDINA, X. (Ed.) *La alimentación mediterránea - historia, cultura, nutrición*. Barcelona: Icaria Antrazyt, 1996

FRIEDMANN, H.; MCMICHAEL, P. Agriculture and State System. *Sociologia Ruralis*, v.29,n.2, p. 1989

FRIEDMANN, H. Uma Economia Mundial de Alimentos Sustentável. In: BELIK, W.; MALUF, R.S. (Orgs.) *Abastecimento e Segurança Alimentar – os limites da liberalização*. Campinas: IE/UNICAMP, 2000. P.01-21.

GALEAZZI, M.A.M. et al. *Metodologia para inquérito de consumo alimentar para Segurança Alimentar* 1996 (in press)

GARCIA, R.W.D. Dieta Mediterrânea: inconsistências ao se preconizar modelos de dieta. *Cadernos de Debate*. v.8, p.28-35, 2001.

GARCIA, R.W.D. A culinária subvertida pela ordem terapêutica: um modo de se relacionar com a comida. In: Simpósio Sul-Brasileiro de Alimentação e Nutrição: História, Ciência e Arte, 2000, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC/DNUT, 2000. 621p.

GIL, S.F. Por uma geografia do sagrado. In: *Elementos da Geografia Contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002

GHIZELINI, A A M. *ONGS, Agroecologia e Agricultura Familiar: a Construção de uma Metodologia de Assessoria (O Caso da AGAECO)*. Curitiba: UFPR, 2003. 120p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2003

GOMES, P.C.C. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000

GONÇALVES, C. W. Geografia política e desenvolvimento sustentável. *Terra Livre- AGB*. São Paulo, n.11-12, 1993

GONÇALVES, C. W. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: *Geografia e meio ambiente no Brasil* São Paulo: Hucitec: 2002. p. 309-333.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira* Campinas: UNICAMP, 1996

GUATTARI, F. *As três ecologias*. Campinas: Papyrus, 1995

GUIVANT, J. Riscos alimentares: novos desafios para a sociologia ambiental e a teoria social *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n.5, p. 89-99, jan./jun., 2002

HOBBELINK, H. *Biotechnology: muito além da Revolução Verde*. Porto Alegre: Riocell, 1990

IBGE. *Censo Agropecuário*. 1996

IBGE. *Pesquisa de Orçamento Familiar*. 2002-2003.

INAN. *Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição*. Brasília: INAN, 1989

- IPARDES. Paraná: *Diagnóstico social e econômico*. Curitiba: IPARDES, 2003
- IPARDES. *Famílias pobres no Estado do Paraná*. Curitiba: IPARDES, 2003
- IPARDES. *Leituras regionais. Mesorregiões geográficas paranaenses*. Sumário Executivo. Curitiba: IPARDES, 2004.
- IPEA. *O mapa da fome: subsídios a formulação de uma política de Segurança alimentar*. Documento de Política n.14. Brasília, 1993
- JACKSON, M.Y. Nutrition in american indian health: past, present and future. *Journal of American Dietetic Association*, v.86, n.11, 1986
- JEYARATNAM. J. Acute Pesticide Poisoning: *A Major Problem*. *World Health Stat. Quat*, (S.I.). v.5.n.43.p.139-144, 1990
- KARAM, K.F. *Agricultura Orgânica: Estratégia para uma nova Ruralidade*. Curitiba, 2001.232p. Tese (Doutorado) – Doutorado Em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná
- KHATOUNIAN,C.A. *Produção de alimentos para consumo domestico no Parana*.Londrina:IAPAR, 1994.193p.
- KHATOUNIAN,C.A.*A reconstrução ecológica da agricultura* Botucatu: Agroecológica, 2001. 348p.
- KONDER, L. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1981
- KRAUSE, M.V.;MAHAN, L.K. *Alimentos, Nutrição e Dietoterapia*.Trad. MONTAGNINI et al. 7 ed. São Paulo: Liv. Rocca, 1985.
- LACOSTE, Y. A Geografia. In: FRANÇOIS, C. (Org.) *A Filosofia das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981
- LAMARCHE, H.(org.). *A agricultura familiar – comparação Internacional – Do mito à realidade*. Campinas: UNICAMP,1998. 348p.
- LOHMAN, T.G.; ROCHE, A F.& MARTORELL, R., 1988. *Anthropometric Standardization Reference Manual*. Champaign: Human Kinetics Books
- LUZ, M. *Natural, Racional e Social*. Rio de Janeiro: Papyrus, 1988
- MAFFESOLI, M. *O conhecimento do cotidiano*. Lisboa, 1986
- MAGALHÃES, R. *Fome: uma (re) leitura de Josué de Castro*.Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997. 87p.
- MANCE, E.A. *A consistência das redes solidárias*. Curitiba, 2001.

- MAUREL, J.B. Globalização e Regionalização: o caso da Espanha. In: SANTOS, M. et al. *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996
- MEAD, M. A perspective on food patterns apud TOBIAS, L.; THOMPSON, P. (Ed.) *Issues in nutrition from the 1980s*. Monterey: Wadsworth, 1980
- MELLO, J.B.F. Geografia Humanística. In: *Revista Brasileira de Geografia* Rio de Janeiro, 52 (4) 91-115, out./dez. 1990
- MENDONÇA, F. Geografia Sócioambiental. In: *Elementos da Geografia Contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002
- MENDRAS, H. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978
- MENEZES, F. Sustentabilidade Alimentar: uma nova bandeira? In: FERREIRA, A. D.; BRANDENBURG, A. (Org.) *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: UFPR, 1998
- MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6ª.ed. São Paulo. Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1999.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição. 1989
MDA/INCRA (1999) – *Balanço da reforma Agrária e da Agricultura Familiar*. Brasília, novembro de 1999
- MONTEIRO, C.A. *Panorama da Nutrição dos Anos 90*. São Paulo: CEF/NUPENS, 1997.
- MONTEIRO, C.A. A interação homem-natureza no futuro da cidade. In: *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec: 2002. p. 371- 395
- MORAES, A.C.R. *Geografia Pequena História Crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1987
- OLIVEIRA, A U. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991
- OLIVEIRA, A U. A agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições. *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec: 2002. p.280-306
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Relatório Anual*. 2000
- ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (PPS), INSTITUTO INTERNACIONAL DE CIENCIAS DE LA VIDA (ILSI) – NORTH AMÉRICA. *Conocimientos Actuales sobre Nutrition*. 6ª.ed. Washington, D.C., OPS, 1991, 628 p. (Publicação científica no.532)
- PARANÁCIDADE. *Informações sobre municípios do Paraná*.
Disponível em: <http://www.paranacidade.org.br/municipios/urbanos.php?idmunicipios=368>. Acesso em 25/06/2005
- PEREZ, J. SOUZA, R. *Bem comum, Solidariedade e Transformação Social: A superação da pobreza e da fome, e a conquista da autonomia no enfoque das Redes de Colaboração Solidária na Região Centro-Sul do Paraná*. Irati, IEEP, 2003
- QUEIROZ, M.I.P. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1973

- RAMKRISHMAN, U; MARTORELL, R; SCHROEDER, DG; FLORES, R. Role of intergenerational effects on linear growth. *J Nutr* 1999;129:544-9S
- RAMOS, P.; STOREL JÚNIOR. O açúcar e as transformações nos regimes alimentares. *Cadernos de Debate. Revista do NEPA/UNICAMP*. Campinas, v.8, p.37-54, 2001
- RICOUER, P. *Teoria da Interpretação*. Lisboa: Edições 70, 1987
- SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993. 133p.
- SANTOS, C.R.A. *Vida Material e Vida Econômica. Coleção História do Paraná – Textos Introdutórios* Curitiba : SEED, 2001. 96p.
- SESA. *Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos*. Curitiba, 2003
- SESA/CPE/COUN. *Perfil Nutricional de crianças menores de cinco anos segundo SISVAN-Pr*. Curitiba, 2005
- SHANIN, T. *A definição de camponês: conceituações e desconstruções. O velho e o novo em uma discussão marxista*. Petrópolis, Vozes. 1980. Estudos Cebrap.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. *III Diretrizes sobre Dislipidemias e Diretriz de Prevenção da Aterosclerose*. 2001
- SOTO, W.H.G. *A produção de conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil – As contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002
- SOUZA, R.M. *Transformações econômicas e sociais e trajetória na agricultura familiar: Estudo de Caso sobre a Desconstrução da Autonomia da Agricultura Familiar no Faxinal Saudade Santa Anita, Turvo – Pr. Santa Maria*, 2001, 135 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria
- STERTZ, S.C. *Qualidade de hortícolas convencionais, orgânicas e hidropônicas da Região Metropolitana de Curitiba, Paraná*. Curitiba, 2004. 286 f. Tese (Doutorado em tecnologia de Alimentos) – Universidade Federal do Paraná.
- SUREHMA. *Poluição das águas internas do Paraná por agrotóxicos*. Curitiba, 1984
- SUERTEGARAY, D. Geografia Física (?) Geografia Ambiental (?) ou Geografia e Ambiente. In: MENDONÇA, F. & KOZEL, S. *Elementos da Geografia Contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002
- TRIVIÑIUS, A. N.S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais – A Pesquisa Qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1995
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 7. ed. São Paulo: Cortez. 108 p. 1996
- TUAN, Y. *Topofilia*. São Paulo: DIFEL, 1983
- TUBINO, J. *Comemoração do Dia Mundial da Alimentação – Reflexões*. 2001

TURVO. Departamento de educação. *História e Memória*. 2004

VALENTE, F.S(org.) *Fome e Desnutrição-Determinantes Sociais*. São Paulo: Cortez, 1986.107p

VALENTE, F.L.S. Do combate à Fome à Segurança Alimentar e Nutricional: Direito à Alimentação Adequada. *Revista de Nutrição*, PUCCAMP.Campinas10 (1): 20-36. Jan/jun, 1997

VASCONCELOS, F.AG. *Avaliação Nutricional de Comunidades*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995

WALDMAN, E.A. A transição epidemiológica: tendências e Diferenciais dos padrões de morbimortalidade em diferentes Regiões do mundo. *O Mundo da Saúde*. Ano 24 v. 24 jan./fev.2000.

WANDERLEY,M.N. Em busca da modernidade social. Uma homenagem a Alexander Chayanov. FERREIRA, A D D; BRANDENBURG, A. (orgs). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba:UFPR, 1998

WANDERLEY,M.N.B *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. Texto elaborado para o Encontro Anual da ANPOCS, 20., Caxambu, outubro de 1996.

WILLET, W. *Nutrition Epidemiology*. New York: Oxford University Press, 1990.396p.

WHO/UNEP. *Public Health Impact of Pesticides Used in Agriculture*. Geneve: The World Health Organization/ The United Nations Environment Health Program.1989

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Diet, nutrition and prevention of chronic diseases*. Geneva, 1990. (WHO Tecnical Report Series, 797)

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Physical status: The use and interpretation of anthropometry*. Report of a WHO Expert Committee. WHO Technical Report Series 854. Geneva: World Health Organization, 1995

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
INSTITUTO EQUIPE DE EDUCADORES POPULARES
Projeto de Pesquisa: Redes Locais de Abastecimento Alimentar
-Questionário de pesquisa-

1. IDENTIFICAÇÃO

Número _____ Data _____ Entrevistador _____
 Nome do entrevistado: _____
 Comunidade _____ Grupo _____

2. CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA

Lista de ocupantes da moradia (o primeiro nome da lista deve ser o do entrevistado):

N°	Nome	Idade	Parentesco (1)	Sexo (2)	Escolar. (3)			Atividade	Atividade fora da propriedade	Origem Étnica (4)
					1°	2°	3°			
01										
02										
03										
04										
05										
06										
07										
08										

Códigos: (1) 1-marido/pai; 2-esposa/mãe; 3-filho(a); 4- genro/nora; 5-Neto(a); 6-ouros

(2) M-masculino F-feminino

(3) C: completo I: incompleto (4) C-caboclo I-italiano A- alemão PO- polonês PR-português E- espanhol U- ucraniano N- negro O- outro

2 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

Água (2)	Esgoto (3)	Lixo Org. (4)	Lixo Comum (4)	Energia (5)	Equipamentos (6)	Veículos (7)	Informações gerais Principais fontes (8)

(2) 1-rede pública; 2-poço; 3-poço artesiano; 4-fonte; 5-outro

(3) 1- fossa séptica; 2-fossa seca; 3-fossa negra; 4-fossa aérea; 5- outro

(4) 1- recicla; 2-queima; 3-joga em terreno/rio; 4-enterra; 5-coleta pública; 6-outro

(5) 1- elétrica; 2-bateria; 3-querosene; 4-vela; 5-outro

(6) 1-fogão a gás; 2-fogão a lenha; 3-geladeira; 4-freezer; 5-batedeira/liquidificador; 6-televisão; 7-rádio; 8-aparelho de som; 9--telefone; 11-outros

(7) 1-carro de passeio; 2-veículo de transporte de mercadorias; 3-bicicleta; 4-carroça; 5- cavalo, 6-outros

(8) 1- rádio; 2-televisão; 3-jornal; 4-igreja ; 5-outros

3. DADOS SOBRE A PRODUÇÃO

1. Em relação a propriedade da terra o senhor é:

Proprietário ()

Arrendatário ()

Posseiro ()

Proprietário e arrendatário ()

Outros: _____

Possui o documento da propriedade?

2. Qual a área de sua propriedade? (colocar em hectare, ou alqueire)

Área total: _____ (ecológica) _____ (convencional) _____ (pasto) _____ (mata nativa)

3. Da área ecológica quais as culturas? _____

E da área convencional, quais as culturas? _____

3.1 Sobre a agricultura ecológica:

Há quanto tempo participa do grupo de agricultores ecologistas?

Por que mudou para a agricultura ecológica?

Na sua opinião, quais são as principais diferenças entre a agricultura ecológica e a convencional?

Utiliza ainda algum tipo de produto químico para plantar? Se afirmativo, qual?

4. Em relação a mão de obra:

Só trabalha com a família ()

Contrata mão de obra? Sim () Não ()

Temporária () Permanente ()

Com a família + contratada ()

5. N. de pessoas contratadas

Temporárias:

Permanentes:

4. DADOS SOBRE COMERCIALIZAÇÃO

1. A produção ecológica é comercializada (em relação ao mês)

Na feira? Sim () Não () (%) _____

Na Conab? Sim () Não () (%) _____

No Ponto fixo/ 'Recanto ecológico'? Sim () Não () (%) _____

Comercializada direto na comunidade? Sim () Não () (%) _____

Através de terceiros (atravessador)? Sim () Não () (%) _____

Associação/ Cooperativa? Sim () Não () (%) _____

Outras formas. Quais? _____ (%) _____

2. De que forma sua produção convencional é comercializada (em relação ao mês)

Na feira? Sim () Não () (%) _____

Comercializada direto na comunidade? Sim () Não () (%) _____

Através de terceiros (atravessador)? Sim () Não () (%) _____

Associação/ Cooperativa? Sim () Não () (%) _____

Outras formas. Quais? _____ (%) _____

5. DADOS SOBRE A RENDA ANUAL

1. Do total da renda obtida na família quanto é

oriunda de atividades agrícolas - R\$ _____ ou %

oriunda de outras atividades externas - R\$ _____ ou %

aposentadoria - R\$ _____ ou %

Benefícios sociais. Quais? R\$ _____ ou %

2. Desta renda quanto é

Ecológica - R\$ _____ ou % (?)

Convencional - R\$ _____ ou % (?)

3. Em relação a renda da propriedade: a renda nos últimos dois anos

Aumentou - (%)

Diminuiu - (%)

Permaneceu na mesma

Por quê?

4. Quanto é gasto com a compra dos alimentos que não são produzidos na propriedade no mês?

6. ALIMENTAÇÃO DA FAMÍLIA

6.1 Cardápio Diário da família na ocasião da pesquisa:

Refeições	Tipos de alimentos	Tipos de líquidos
Cafê da manhã Horário:		
Lanche: Horário:		
Almoço: Horário:		
Lanche: Horário: Janta: Horário:		
Lanche: Horário:		

6.2 Número de pessoas que consomem a comida preparada na casa diariamente: _____

6.3 Na sua opinião a quantidade de alimentos existente na casa para alimentação da família:

- é sempre suficiente
 às vezes insuficiente
 sempre insuficiente Por que?
 produção/produção armazenada acabou
 não havia dinheiro para a compra
 Outros:

6.4 A. Sra/Sr considera a alimentação da família variada?

SIM ___ NÃO___

6.5 Sempre foi assim? Por que e quando mudou?

6.5 Os alimentos consumidos:

- são sempre do tipo preferido
 quase sempre
 freqüentemente
 raramente do tipo preferido

6.6 Quais são os alimentos preferidos pela família? Por que?

6.7 O consumo de frutas da família é: diário semanal quinzenal mensal não consome **Por que?**

6.8 Todas as pessoas da família consomem frutas? Sim **não** **obs:**

6.9 Você comeu alguma fruta ou bebeu suco de frutas ontem Não **Sim** **Quanto:**

6.10 Quantas frutas ou copos de suco você consome por dia? nenhuma 1 2 3 4 ou +

6.11 O consumo de verduras/legumes da família é: diário semanal quinzenal mensal não consome **Por que?**

6.12 Todas as pessoas da família consomem verduras? Sim **não** **obs:**

6.13 Você comeu verduras/legumes ontem? Não **Sim** **1 a 4 c.S** **5 a 8 c.S** **9 ou mais**()

6.14 Quantas colheres de sopa de verduras/legumes você come por dia? nenhuma

7.CONDIÇÕES DE SAÚDE

7.1 Em caso de doença que serviço procuram:

7.2 Alguém da família esteve doente nos últimos 3 meses? Quem? Qual a doença?

7.3 Algum membro da família teve problemas de saúde em função do uso de produtos químicos?

7.4 A saúde da família mudou nos últimos anos? Se afirmativo, o que mudou? Por que?

ANEXO - Tabela 1 – Verduras e legumes

Alimento	Produção	Compra	Consumo D S Q M E	Consumo Mensal*
Abóbora				
Abobrinha				
Alface				
Alho				
Almeirão				
Batata				
Batata-doce				
Batata-salsa				
Berinjela				
Beterraba				
Brócolis				
Cará				
Cebola				
Cenoura				
Cheiro-verde				
Chicória				
Chuchú				
Couve				
Couve-flor				
Espinafre				
Inhame				
Mandioca				
Pepino				
Pimenta				
Pimentão				
Quiabo				
Rabanete				
Repolho				
Rúcula				
Tomate				
Vagem				

*Anotar as quantidades somente dos alimentos consumidos diariamente D: diário S: semanal Q: quinzenal E: durante a estação

Tabela 2
Grãos e derivados

Alimento	Produção	Compra	Consumo				Consumo Mensal*
			D	S	Q	E	
Açúcar							
Açúcar mascavo							
Amendoim							
Arroz							
Biscoito							
Canjica							
Doce de frutas							
Ervilha							
Farinha de mandioca							
Farinha de trigo							
Feijão							
Fubá							
grão-de-bico							
Macarrão							
Maisena							
Margarina							
Mel							
Melado							
Milho							
Óleo vegetal							
Pão							
Pinhão							
Pipoca							
Polvilho							
Rapadura							
Soja							
Trigo							

*Anotar as quantidades somente dos alimentos consumidos diariamente

D: diário S: semanal Q: quinzenal E: durante a estação

Tabela 3. Frutas

Alimento	Produção	Compra	Consumo D S Q M E	Consumo Mensal *
Abacate				
Abacaxi				
Ameixa				
Amora				
Araçá				
Banana				
Caqui				
Carambola				
Figo				
Goiaba				
Guarirova				
Jabuticaba				
Laranja				
Limão				
Maçã				
Mamão				
Manga				
Maracujá				
Melancia				
Melão				
Mexirica				
Morango				
Nectarina				
Pera				
Pêssego				
Pitanga				
Uva				

Alimento	Produção	Compra	Consumo			Consumo Mensal*
			D	S	Q M E	
Banha						
Carne bovina						
Carne de aves						
Carne de peixe						
Carne suína						
Doce-de-leite						
Embutidos						
Iogurte						
Leite						
Manteiga						
Nata						
Ovos						
Queijo						
Requeijão						
Vísceras						

- Anotar somente a quantidade de alimento consumida diariamente

ANEXO 02

INVENTÁRIO ANUAL DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS – ANO DE 2004

Nome/ Família

Grupo:

Data:

1.ÁREA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS em 2004 (colocar em hectare (hec) , ou alqueire (alq) ou litro (l) ao lado de cada item:)

Área	Produção Ecológica	Produç. Convencional	Total de área
Horta			
Roça/Lavoura			
Frutíferas			
Pasto/Mata			
Arrendada para outros			
Arrendada de outros			
Total de Área			

* A área da sua propriedade já foi ou ainda é um faxinal? () sim () não
Se acabou, há quanto tempo? _____

Desta área, no ano de 2004, quanto foi usado para produzir os principais alimentos de lavoura/roça/miudezas : (escrever em hectare (hec); ou alqueire (alq); ou litro (l))

Alimento	Área ecológica	Área convencional	Total de área
Feijão			
Arroz			
Milho			
Mandioca			
Batata-doce			
Total			

ATENÇÃO: NÃO ESQUECER DE MARCAR AO LADO DE CADA ÁREA A MEDIDA (se é em alqueire (alq), hectare (hec) ou litro (l))

2. PRODUÇÃO ANIMAL :em **quantidade consumida/vendida** marcar número de animais, quando for o caso:

ANO 2004	No.de animais Ecológicos	No. de animais Convencion.	Quantidade Consumida Ecológicos	Quantidade Consumida Convencion.	Quantidade Vendida Ecológicos	Quantidade Vendida Convencion.
Galinhas						
Frangos						
Ovos	X	X	dúzias	dúzias	dúzias	dúzias
Porcos						
Vacas/Bois						
Leite	X	X	litros	litros	litros	litros

4. Alimentos processados ou beneficiados na propriedade em 2004

Produtos	Kg/Litro de Ecológico Produzido	Kg/Litro de Convencio. Produzido	Kg/Litro de Ecológico Consumido	Kg/Litro de Convencio. Consumido	Kg/Litro de Ecológico Vendido	Kg/Litro de Convencio. Vendido
Suco						
Leite						
Manteiga						
Nata						
Queijo/req.						
Doce fruta						
Doce leite						
Bolachas						
Pão						
Macarrão						
Conserva						
Cerveja						
Aguardente						
Vinho						
Banha						
Derivados de milho						
Mel						

RENDIA OBTIDA NO ANO DE 2004:

Fonte de Entrada	Total Ecológico R\$ 2004	Total Convencional R\$ 2004	Se entrou toda semana: marcar X	Se entrou todo mês: marcar X	Se entrou Duas vezes/ano marcar X	Se entrou Uma vez/ano marcar X
Feira						
CONAB						
P. Fixo						
Comunidade						
Cerealista outros						
Total						

O VALOR DO QUE FOI OBTIDO PELA AGRICULTURA ECOLÓGICA EQUIVALE A _____ % DE TODA A RENDA DA FAMÍLIA EM 2004

ANEXO 03

ROTEIRO DE ENTREVISTA

NOME:

FAMÍLIA:

COMUNIDADE:

DATA:

1. De onde a família vem?
2. Fale um pouco sobre a vida da família antes da entrada na AGAECO.
3. Por que a família trabalha com a agricultura ecológica e entrou para a AGAECO?
4. Quem da família se interessou por iniciar este trabalho?
5. Gostaria de saber mais sobre a vida da família hoje; mais especificamente sobre os seguintes pontos:
 - 3.1 Sobre o que significa para a vida da família a agricultura ecológica
 - 3.2 Sobre o que é um alimento ecológico, segundo a opinião da família
 - 3.3 Sobre o trabalho na produção de alimentos ecológicos para o consumo da família.
 - 3.4 Sobre o trabalho na produção de alimentos ecológicos para venda na feira/ponto fixo/merenda escolar.
 - 3.5 Sobre a situação da sua propriedade hoje em relação a:
 - terra disponível para o plantio desejado (roça/lavoura;miudezas; horta; árvores de frutas;criação de animais);
 - qualidade da terra para a produção dos alimentos (como está hoje a fertilidade do solo; o que é feito para garantir o plantio)
 - manutenção de área de Faxinal ou não
 - condições para preservação da mata
 - condições para a manutenção das criações (pasto;produção de grãos; de verduras)
 - diversidade de plantas; insetos;animais silvestres (bicharada)
 - sementes disponíveis para os próximos plantios
 - situações de coleta e de caça ou pesca para a alimentação da família
 - disponibilidade de água; manutenção de fontes ou de olho d'água
 - necessidade de ainda usar algum produto químico para produzir.
 - manutenção de áreas convencionais (principais razões)
 - 3.6 Sobre o planejamento do ano: como a família pretende organizar as atividades de produção ao longo do calendário e das estações do ano:
 - Épocas de preparo da terra, de plantio e de colheita, armazenamento de alimentos.
 - Atividades específicas que serão realizadas no outono, inverno, primavera e verão
 - Festas ou festividades (comida de festa)
 - 3.7 Sobre o que o sr./sra sente no momento em que está trabalhando com a terra...
 - 3.8 Sobre o que significa para o agricultor/a poder plantar e produzir a própria alimentação, a alimentação da sua família.
 - 3.9 Sobre o que significa produzir alimentos para outras pessoas.

- 3.11 Sobre a vida na comunidade e sobre a relação com as pessoas que vivem nessa mesma comunidade (vizinhos;parentes)
 - 3.12 Sobre a troca de alimentos com os vizinhos.
 - 3.13 Sobre fazer parte da AGAECO.
 - 3.14 Sobre a troca de alimentos com outras famílias da AGAECO ou compra/venda
4. Fale sobre o que não pode faltar na roça e em casa para a alimentação da família.
 5. Fale sobre o que o sr./sra leva em consideração para escolher que alimentos comprar para a alimentação da sua família. Fale sobre os motivos que levam a família a optar por comprar algum tipo de alimento quando o mesmo não é produzido na sua terra.
 6. Fale sobre o consumo de alimentos industrializados pela família.
 7. Fale um pouco sobre a comida de todo o dia da família.
 8. Fale um pouco sobre a comida do Domingo; comida de festa (festas tradicionais; Jantar do Colono; Feira da Comunhão e da Partilha)
 9. Fale um pouco sobre o que é para o sr/sra. a comida sagrada; sobre o alimento sagrado.
 10. Fale sobre os projetos da família para o futuro.

ANEXO 04

Instrumento para coleta de Dados Antropométricos/Bioquímicos

Grupo de Agricultores: _____

Data: _____

Pesquisador: _____

Família: _____

1. **Nome:** _____

Sexo: F M

2. **Data de nascimento:**

Idade:

3. **Altura:** _____

4. **Peso:** _____

4. **IMC:** _____

5. **Glicemia:**

6. **Colesterol:**

Instrumento para coleta de Dados Antropométricos/ Bioquímicos

Grupo de Agricultores:

Data:

Pesquisador:

Família:

6. **Nome:**

Sexo: F M

7. **Data de nascimento:**

Idade:

8. **Altura:** _____

4. **Peso:** _____

9. **IMC:** _____

5. **Glicemia:**

6. **Colesterol:**

ANEXO 05

PROJETO DE PESQUISA/ CNPq/ UFPR/ IEEP/ AGAECO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, concordo em participar da pesquisa que tem por nome: SITUAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE FAMÍLIAS RURAIS VINCULADAS À ASSOCIAÇÃO DOS GRUPOS DE AGRICULTURA ECOLÓGICA (AGAECO) DE TURVO E ÀS REDES DE ABASTECIMENTO LOCAL DA REGIÃO CENTRO DO PARANÁ (Registro CEP/SD: 124.SM 087/04-12).

Estou ciente de que as informações por mim fornecidas são confidenciais e que quando os resultados da pesquisa forem divulgados serão relatados de uma maneira global e mantendo o anonimato dos participantes. Também sei que meu nome nunca aparecerá no relatório final da pesquisa ou em qualquer outro local, ficando o sigilo garantido pelos pesquisadores do estudo.

Entendo que tenho a liberdade de aceitar ou não responder as perguntas do estudo bem como realizar os exames necessários (punção digital e análise de glicose e colesterol no sangue; avaliação de peso e altura) sem qualquer prejuízo para mim.

_____, ____ de _____ de 200__

Assinatura

* Obs:

OBS: Este termo tem duas vias. Uma deve ficar com o respondente e a outra deve ser arquivada junto com o material da pesquisa.